



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento Nº 257/2024

**EMENTA: Requer a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os problemas das terceirizações na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP**

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES,**

É prerrogativa do Poder Legislativo constituir Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com fundamentos Constitucionais e Legais; no artigo 58, §3 da Constituição Federal, artigos 34 e 61 da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, e artigos 59, inciso II, art. 61 e 157, inciso III do Regimento Interno desta Casa de Leis Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP.

A Comissão Parlamentar de Inquérito terá como intuito a apuração de problemas de terceirização na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP, em especial, todos os apontamentos que foram feitos na Audiência Pública no dia 13 de junho de 2024, que ocorreu na Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP.

## **JUSTIFICATIVA**

Considerando que a Senhora Secretária de Saúde Clara Alice Franco de Almeida Carvalho foi convocada por esse legislativo a comparecer na Audiência Pública com 28 dias de antecedência e pela terceira vez não compareceu, mesmo sendo de suma importância que estivesse presente para prestar esclarecimentos, sua atitude afronta a Lei Orgânica Municipal, conforme abaixo:

*Art. 24. Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar Secretário Municipal ou Diretor equivalente para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.*

*§ 1º O não comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente, sem justificativa razoável, será considerado desacato à Câmara, sob pena de crime de*

EMBR 100



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

*responsabilidade para o funcionário convocado e para o Prefeito, conforme preceituam a Constituição e a legislação Federal.*

Considerando que o Departamento de Saúde de Mogi Mirim vem tomando decisões unilaterais, burlando o princípio de publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, o que impede que essas empresas de terceirização de serviços na área da saúde sejam averiguadas pela população e pelo poder legislativo antes do fechamento dos contratos, o que demonstraria maior lisura;

Considerando que o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde – Avante Social, denominado CONTRATADA, desde a celebração do contrato com o Município de Mogi Mirim, em 15 de outubro de 2023, é responsável pelo fornecimento de mão de obra e ainda assim investiga-se que a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim está cedendo funcionários próprios para dar conta dos atendimentos, pois o Instituto ainda não realizou a contratação de profissionais para execução do contrato, mesmo após oito meses da assinatura, descumprindo a cláusula 1.1 do contrato, conforme segue:

*1.1 O presente contrato de gestão tem por objeto gerenciamento, operacionalização, fornecimento de mão de obra e execução de ações e serviços de saúde mental: CAPS Álcool e Drogas, CAPS II, CAPS Infantil e Residência Terapêutica, em lote único, em caráter complementar no âmbito da rede de saúde do município de Mogi Mirim/SP, em conformidade com os anexos a seguir elencados, que integram o presente instrumento.*

Investiga-se também que dos poucos funcionários já contratados pelo Instituto Avante Social, não são todos que dispõem de formação educacional específica em suas áreas de atuação, trabalhando sem o conhecimento necessário para sua função, o que afronta outras cláusulas contratuais:

EM BRANCO



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

2.2 Os profissionais contratados pela OS para a prestação dos serviços de saúde deverão ter comprovada capacidade técnica com formação adequada ao serviço desempenhado e estar em dia com suas obrigações junto aos conselhos de classe.

2.3 Os profissionais responsáveis pelos serviços assistenciais de nível superior deverão ter formação específica na área de atuação com comprovação dada por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, devendo ainda estar registrados no respectivo conselho profissional do Estado de SP.

Considerando que foi apontado pelos usuários dos serviços que profissionais contratados que solicitaram demissão não foram substituídos dentro do prazo que determina a cláusula 2.8:

2.8 A CONTRATADA deverá dispor de mecanismos para pronta substituição de seus profissionais em caso de faltas, de forma a não interromper ou prejudicar os serviços prestados à população, cujo prazo de substituição não poderá ser superior à 15 (quinze) dias.

Considerando, por fim, que a contratada Avante Social em geral não vem cumprindo com a cláusula 2.32, conforme denúncias da população:

2.32 Atender aos usuários dos serviços com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços e observando-se a legislação especial de proteção ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência.

Considerando que a intervenção judicial na Irmandade Santa Casa de Mogi Mirim começou em 03 de abril de 2019 e após um ano deveria ter sido finalizada, e em 25 de novembro de 2022, o Excelentíssimo Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, por meio do Decreto nº 8.828/2022, instalou a intervenção administrativa, que deveria findar em 12 meses e permanece até o presente momento, sem justificativas de sua continuidade;

EM BRANCO



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Considerando que o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS), com quem a Irmandade Santa Casa de Mogi Mirim celebrou contrato de gestão, teve aval da intervenção administrativa, no qual o interventor é responsável por fiscalizar todos os atos da Santa Casa;

Considerando que a intervenção administrativa na Irmandade Santa Casa de Mogi Mirim tinha contrato celebrado com o INCS, mas, após visita da Polícia Federal em Mogi Mirim para cumprir mandado contra o referido Instituto, na data de 23 de novembro de 2023, com fortes evidências de desvio de verba do SUS, no dia seguinte, houve a rescisão contratual e logo em seguida um novo contrato foi celebrado entre a empresa Doctor Medical e a Irmandade Santa Casa;

Considerando que a empresa Doctor Medical, contratada pela Santa Casa, com aval do interventor administrativo, efetuou várias demissões arbitrariamente, sem o devido processo legal, ou seja, sindicância e direito a contraditório dos demitidos, que são profissionais altamente capacitados e estão fazendo muita falta no presente momento;

Considerando o alto volume de reclamações dos munícipes em relação à demora na marcação de exames e cirurgias eletivas;

Considerando que nenhuma solução definitiva foi apresentada ainda, tampouco respostas suficientemente esclarecedoras sobre todo esse transtorno que prejudica diversas pessoas no município, não há solução senão a presente medida, em que requer, na forma regimental, a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), pelo prazo determinado de 90 dias, prorrogável por igual período, para apurar os problemas de terceirização da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 28 de junho de 2024.**

EM BRANCO



*Handwritten signature*



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
**REPUBLICANOS**

**ADEMIR FLORETTI JUNIOR**  
**REPUBLICANOS**

**LUIS ROBERTO TAVARES**  
**PODEMOS**

**SÔNIA REGINA RODRIGUES MÓDENA**  
**PP**

**CINOÊ DUZO**  
**PP**

**JOELMA FRANCO DA CUNHA**  
**NOVO**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1131/2024 - 28/06/2024 - 10:20 - KAKP-2632-ENZE-5800

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 07



**Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=KAKP2632ENZE5800>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: KAKP-2632-ENZE-5800**

**ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES**

Vereador

Assinado em 28/06/2024, às 10:20:37

**JOELMA FRANCO DA CUNHA**

Vereadora

Assinado em 28/06/2024, às 14:15:30

**CINOÉ DUZO**

Vereador

Assinado em 28/06/2024, às 16:56:27

**SÔNIA REGINA RODRIGUES MÓDENA**

Vereadora

Assinado em 01/07/2024, às 09:49:24

**LUIS ROBERTO TAVARES**

Vereador

Assinado em 01/07/2024, às 10:40:34

**ADEMIR SOUZA FLORETTI JUNIOR**

Vereador

Assinado em 01/07/2024, às 18:19:28

ENZE-5800

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1131/2024 - 28/06/2024 - 10.:

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 08



*01*

**PORTARIA Nº 31 (TRINTA E UM) DE 2024**

**VEREADOR DIRCEU DA SILVA PAULINO**, Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**RESOLVE**, de acordo com o artigo 58, § 3º da Constituição Federal, artigos 34 e 61 da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, e artigo 59, inciso II, artigos 61 e 157, inciso III do Regimento Interno, constituir os Senhores Vereadores ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES - REPUBLICANOS - (Presidente); MARCOS PAULO CEGATTI - PSD - (Secretário); JOELMA FRANCO DA CUNHA - NOVO - (Relatora); ALEXANDRE CINTRA - PSDB - (Membro); CINOÊ DUZO - PP - (Membro); JOÃO VICTOR COUTINHO GASPARINI - UNIÃO - (Membro); LÚCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO - MDB - (Membro); LUIS ROBERTO TAVARES - PODÊMOS - (Membro); LUZIA CRISTINA CORTES NOGUEIRA - PDT - (Membro); MOACIR GENUARIO - SD - (Membro), integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (C.P.I.) para, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 1º de agosto de 2024, por força da incidência do art. 52, c.c art. 64 todos do Regimento Interno, “apurar os problemas das terceirizações na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP”, nos termos do Requerimento nº 257/24, aprovado em 15 de julho de 2024, na 24ª Sessão Ordinária.

Registre-se, afixe-se, publique-se e cumpra-se.

Presidência da Câmara Municipal de Mogi Mirim, 16 de julho de 2024.

**DIRCEU DA SILVA PAULINO**  
Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

Registrada na Secretaria e afixada, em igual data, no Quadro de avisos da portaria da Câmara.

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 09



**Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=C2EXFEWRBX35KZPC>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: C2EX-FEWR-BX35-KZPC**

  
**DIRCEU DA SILVA PAULINO**

Vereador - Presidente

Assinado em 16/07/2024, às 11:53:02



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - C2EX-FEWR-BX35-KZPC

EM BRANCO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 10

PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DE MOGI MIRIM  
EDIÇÃO Nº 898, QUARTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2024

Quarta-feira, 17 de julho de 2024 ano IX - nº 898



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM  
Estado de São Paulo

## PORTARIA Nº 31 (TRINTA E UM) DE 2024

**VEREADOR DIRCEU DA SILVA PAULINO**, Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**RESOLVE**, de acordo com o artigo 58, § 3º da Constituição Federal, artigos 34 e 61 da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, e artigo 59, inciso II, artigos 61 e 157, inciso III do Regimento Interno, constituir os Senhores Vereadores **ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES - REPUBLICANOS -** (Presidente); **MARCOS PAULO CEGATTI - PSD -**(Secretário); **JOELMA FRANCO DA CUNHA - NOVO -** (Relatora); **ALEXANDRE CINTRA - PSDB -** (Membro); **CINÓE DUZO - PP -** (Membro); **JOÃO VICTOR COUTINHO GASPARI - UNIÃO -** (Membro); **LÚCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO - MDB -** (Membro); **LUIS ROBERTO TAVARES - PODEMOS -** (Membro); **LUZIA CRISTINA CORTES NOGUEIRA - PDT -** (Membro); **MÓACIR GENUÁRIO - SD -** (Membro), integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (C.P.I.) para, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 1º de agosto de 2024, por força da incidência do art. 52, c.c art. 64 todos do Regimento Interno, "apurar os problemas das terceirizações na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP", nos termos do Requerimento nº 257/24, aprovado em 15 de julho de 2024, na 24ª Sessão Ordinária.

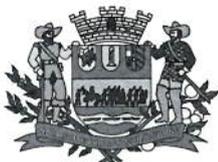
**Registre-se, afixe-se, publique-se e cumpra-se.**

Presidência da Câmara Municipal de Mogi Mirim, 16 de julho de 2024.

**DIRCEU DA SILVA PAULINO**  
Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

Registrada na Secretaria e afixada, em igual data, no Quadro de avisos da portaria da Câmara.

EM BRANCO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## LISTA DE PRESENÇA

### 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024

No dia 02 de agosto de 2024, às 10:00, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Mogi Mirim, instalada no pavimento superior do Edifício do Paço Municipal, deu-se a primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (C.P.I.) para, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 1º de agosto de 2024, por força da incidência do art. 52, c.c art. 64, todos do Regimento Interno, "apurar os problemas das terceirizações na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP", nos termos do Requerimento nº 257/24, aprovado em 15 de julho de 2024, na 24ª Sessão Ordinária. Iniciados os trabalhos, foi feita a leitura do requerimento 257/2024, bem como da portaria 31/2024. Após isso, houve a deliberação de todas as providências a serem tomadas durante o procedimento, inclusive relação de ofícios para solicitação de documentos, intimação de testemunhas e serviços necessários ao objeto da respectiva Comissão Parlamentar de Inquérito. A reunião contou com a presença de Vereadores e Assessores, conforme abaixo:

NOME	CPF	ASSINATURA
Arivaldo A. Magalhães	087.250.958-38	
Juliano Feres do Lulo	221.605.288-46	
J. S. Tavares	086.138.198-00	Luis Roberto Tavares
João Victor C. Casparini	504.285.118-61	
Luiz C. Peter Nogueira	14640030-6	
<del>Moacir Genuário</del>	774.353.978-49	MOACIR GENUÁRIO
Cinco Duzo	068.773.238-74	
Major Gea Kô	287.214.338-60	
Amanda Dutra	254.476.758-80	
Lucia M. F. Tenório	375.432.026.20	
Tayna Lou de Godoi	450.817.718-21	
Ednense C. Boreloni	11771788-35	
Paulo Eduardo Felício	112147008-45	
FABIO DE F. ZINETTI	392.058.748-09	

EM BR CO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

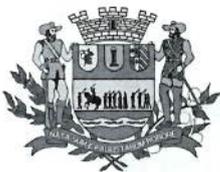
Q

Jose Roberto Amoreim	263422458-35	J. Amoreim
Guilherme W. M. de Souza	474478448-05	Guilherme W. M. de Souza
Renan Neves	163328237	Renan Neves

  
VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 66/2024

  
VEREADORA JOELMA FRANCO DA CUNHA  
Relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 66/2024

EM BRANCO

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024**

Aos dois (2) dias do mês de agosto (8) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), realizou-se, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Mogi Mirim, situada na Rua Doutor José Alves, número 129, no Centro, a primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada através da Portaria nº 31/2024, nos autos do Processo Administrativo nº 66/2024. A criação da CPI se deu após a aprovação unânime do Requerimento nº 257/2024, na 24ª Sessão Ordinária de 2024, com a finalidade de "apurar os problemas das terceirizações na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP", conforme disposto no referido Requerimento.

Às dez horas e cinquenta minutos da manhã, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, na condição de Presidente da Comissão de Inquérito, deu início aos trabalhos, destacando algumas diretrizes para o desenvolvimento dos trabalhos de investigação. A reunião contou com a presença do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães (Presidente), da Vereadora Joelma Franco da Cunha (Relatora), do Vereador Marcos Paulo Cegatti (Secretário) e dos demais vereadores membros da comissão: Alexandre Cintra, Cinoê Duzo, João Victor Gasparini, Lúcia Tenório, Luis Roberto Tavares, Luzia Cristina e Moacir Genuário. Também estiveram presentes os assessores parlamentares Tayná Lovo, Guilherme Souza, Edneusa Boveloni, Renan Neves, José Roberto Amorim, Carlos Felício e Fábio Zinetti.

O Presidente esclareceu que a base legal para nortear a atuação da CPI está contida no artigo 58, §3º, da Constituição Federal, na Lei Federal 1.579/52, no artigo 34 da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e nos artigos 59, 61 e 64 do Regimento Interno desta Câmara Municipal. Em seguida, após solicitação do Presidente, o Secretário Marcos Paulo Cegatti realizou a leitura integral da Portaria nº 31/2024, que deu origem à presente Comissão.

Ato contínuo, o Presidente estabeleceu diretrizes para o itinerário da CPI, destacando que as reuniões serão públicas e que devem ser realizadas, preferencialmente, no plenário, de forma presencial, com base nos artigos 37 da Constituição Federal e nos artigos 46 c/c 64, ambos do Regimento Interno da Câmara. Foi ressaltado que a presença dos membros da comissão é indispensável, e que os assessores apenas auxiliarão na organização dos trabalhos, sendo as deliberações, votos, inquirições de testemunhas e diligências de responsabilidade única e exclusiva dos vereadores. Ainda, o Presidente mencionou que haverá um grupo estabelecido através do aplicativo de mensagens instantâneas ("whatsapp") como meio de comunicação oficial entre os integrantes da comissão, mas respeitando que as deliberações serão feitas nas reuniões da CPI na Câmara Municipal. Houve



Estado de São Paulo

# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

contestação por parte de alguns vereadores quanto à publicidade dos atos, ficando decidido que o Presidente expedirá ofício ao procurador jurídico da Câmara para solicitar parecer jurídico sobre a questão.

Em continuidade, o Presidente informou que todas as reuniões e inquirições de testemunhas serão gravadas, e as mídias serão juntadas aos autos, como de praxe, sendo que documentos e elementos importantes poderão ser remetidos ao Ministério Público (MP). Nesse momento, houve discussão sobre a possibilidade de a CPI remeter documentos ao MP durante o curso dos trabalhos. Nesse momento, o Vereador Moacir Genuário pediu a palavra e manifestou discordância, defendendo que o envio de documentos ao MP deve ocorrer apenas após a conclusão dos trabalhos da CPI. Em resposta, a Vereadora Joelma Franco afirmou não vislumbrar impedimento legal, entendendo ser possível a deliberação sobre eventuais encaminhamentos de documentos ao MP ao longo do processo, se constatados indícios objetivos e concretos de atos ilícitos. O Presidente interveio, mencionando que a CPI agirá sempre conforme a lei e que, se a lei permitir a deliberação sobre o envio de documentos ao MP, essa possibilidade será respeitada. Conforme pedido expresso do Vereador Moacir Genuário, seus protestos foram incluídos na ata da presente reunião. Permaneceu uma discussão entre os integrantes da CPI, sobre a possibilidade de envio de documentos ao MP antes do encerramento dos trabalhos, e a Vereadora Joelma Franco sugeriu que eventuais divergências podem ser submetidas ao Procurador Jurídico da casa legislativa através de uma consulta técnica.

O Presidente prosseguiu, ressaltando que a CPI tem prazo determinado e deve evitar diligências protelatórias, com o objetivo de cumprir os trabalhos, conforme a justificativa do Requerimento nº 257/2024, que é responsabilidade de todos os membros. Assim, na condição de Presidente, advertiu os integrantes sobre a responsabilidade e deveres, destacando que cada um responderá conforme sua conduta.

Em continuidade, o Presidente informou que serão dados andamentos aos ofícios, solicitando ao Presidente da Câmara a reserva do Plenário para as atividades da CPI, a disponibilização de equipamentos para gravação das reuniões e depoimentos, a disponibilização de servidores da Câmara para auxiliar os trabalhos da CPI, incluindo Procurador Jurídico e Servidores da Contabilidade, bem como dos servidores para a entrega de intimações, ofícios e demais documentos da CPI. Ainda sobre o envio de ofícios e documentos.

O Presidente destacou o envio de ofício ao Procurador Jurídico para consulta técnica sobre prazos procedimentais (contagem, causas de suspensão/interrupção, datas de início e término da contagem), sobre a publicidade ou sigilo dos trabalhos da comissão, sobre a possibilidade de deliberação da juntada de documentos que já estão em posse dos vereadores, e, conforme sugestão dos parlamentares, sobre a possibilidade do envio de documentos ao MP antes do término da CPI.



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 14

Ato contínuo, após solicitação do Presidente, o Secretário Marcos Paulo Cegatti leu o Requerimento nº 257/2024 na íntegra, que detalha os fatos ensejadores e a motivação do pedido de instauração de CPI, especialmente sobre a análise da 'terceirização da saúde mental' no Município de Mogi Mirim (unidades dos CAPS e Residência Terapêutica), bem como aos serviços atinentes à gestão da Irmandade Santa Casa de Mogi Mirim, objeto de intervenção pela municipalidade, com a introdução das pessoas jurídicas (INCS e Doctor Medical), todos estes fatos foram objetos da audiência pública realizada na Câmara Municipal de Mogi Mirim em 13 de junho de 2024, nos termos do Requerimento em destaque.

Assim, em continuidade, o Presidente informou que, conforme contido no referido Requerimento, os fatos ensejadores da CPI estão contidos em dois pontos, sendo que o primeiro deles se refere a análise da terceirização da saúde mental do Município de Mogi Mirim, no âmbito do contrato de gestão com a "OSS AVANTE SOCIAL" (processo nº 12.844/2023 - Chamamento público 002/2023 - Contrato 164/2023) que tem por objeto o gerenciamento, operacionalização, fornecimento de mão de obra e execução de ações e serviços de saúde mental: CAPS Álcool e Drogas, CAPS II, CAPS Infantil e Residência Terapêutica no município de Mogi Mirim/SP. E que, portanto, será objeto de apuração o cumprimento das cláusulas contratuais e do edital de chamamento público, o atendimento dos pacientes dentro dos parâmetros das previsões do ordenamento jurídico, o direito integral à saúde e ao bem-estar dos usuários, bem como pagamentos e 'glosa de valores'.

O Presidente discorreu sobre as ferramentas para apuração, com o encaminhamento de pedidos para a Câmara Municipal, solicitando: Ata da audiência pública do dia 13/06/24, Gravação em mídia (na íntegra) contendo a audiência pública mencionada anteriormente, requerimento de convocação de representante da OSS Avante Social para comparecer na 15ª Sessão Ordinária da Câmara (13/05/2024), resposta ao referido requerimento (encaminhada pela OSS), gravação em mídia (na íntegra) da mencionada sessão legislativa, documentos da AVANTE SOCIAL enviados à Câmara (encaminhados à Câmara no dia 22/05/2024, após a convocação para prestarem esclarecimentos na 15ª Sessão Ordinária da Câmara (13/05/2024), sendo: *Of\_1279\_2024\_Camara\_Municipal\_MogiMirim.pdf* (~176 KB), *ANEXO I\_TRANSPORTE PACIENTES\_CAPS II.pdf* (~426 KB), *ANEXO II\_TRANSPORTE PACIENTES\_CAPS AD.pdf* (~358 KB), *ANEXO III\_DIVULGAÇ O VAGAS - MOGI MIRIM.pdf* (~661 KB), *ANEXO IV\_Escala Médicos CAPS AD.pdf* (~314 KB), *ANEXO IV\_Escala Médicos CAPS II\_ABRIL.pdf* (~639 KB), *ANEXO IV\_Escala Médicos CAPS II\_MAIO.pdf* (~638 KB), *ANEXO IV\_Escala Médicos CAPS IJ.pdf* (~137 KB), *CNPJ CAPS II.pdf* (~210 KB), *CNPJ CAPS IJ.pdf* (~210 KB), *CNPJ RES TERAPEUTICA.pdf* (~210 KB); juntada da gravação (mídia) da audiência de prestação de contas do 1º quadrimestre da Secretaria de Saúde em 29 de maio de 2024 e requerimentos de informações dos vereadores ao longo do contrato com a Avante, bem como as respectivas respostas fornecidas pela secretaria de saúde e pela contratada.



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Em continuidade aos encaminhamentos para apuração da terceirização das unidades de saúde mental, o Presidente dispôs sobre o pedido de documentos a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Mogi Mirim/SP, solicitando: cópia do processo licitatório na íntegra (“capa à capa”), todas as notas de serviços, empenhos, documentos financeiros, planilhas de comprovação de serviço e pagamento, extratos bancários, tudo desde o início do contrato em 15 de outubro de 2024, documentos de auditoria da Secretaria Municipal de Saúde sobre a OSS ‘Avante Social’, Advertências, notificações ou outras penalidades eventualmente aplicadas por suposto descumprimento contratual, cópia dos contratos de locação dos imóveis que abrigam as unidades de saúde mental (CAPS e Residência terapêutica), alvarás e licenças de funcionamento, análise das prestações de contas mensais da Avante Social e dos respectivos pagamentos, relação dos bens móveis e imóveis, bem como dos funcionários do Município eventualmente cedidos para a empresa Avante.

O Presidente discorreu sobre as requisições de documentos ao Conselho Municipal de Saúde, contemplando pedido de cópias das Atas de reuniões do Conselho de Saúde, relatórios de fiscalização elaborados pela comissão instituída pelo referido conselho [*“Comissão de Fiscalização dos Prestadores SUS”*], bem como dos relatórios de contas da saúde pública municipal e a deliberação das referidas contas.

No tocante às solicitações de documentos para a OSS Avante Social, o Presidente destacou: Contrato Social, Cartão Cnpj, todas as prestações de contas, ofícios e notificações encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde, notas expedidas e comprovante de pagamento desde 15 de outubro de 2023, relação dos bens móveis, imóveis e funcionários do Município eventualmente cedidos para a empresa Avante, quadro de prestadores serviços, número registro órgão de classe e ‘RQE’, desde a data de início do contrato.

Em seguida, no que concerne ao segundo item objeto de apuração pela CPI, conforme contido no Requerimento que deu origem ao procedimento investigativo, o Presidente destacou os fatos relativos à prestação do serviço SUS da Santa Casa, objeto de intervenção pela Administração Pública Municipal, especialmente com a nomeação da Organização Social de Saúde ‘INCS’ (Instituto Nacional de Ciências da Saúde). Assim, com base no Requerimento, esclareceu que deverá ser objeto de apuração os mencionados fatos, em especial: a gestão do quadro de profissionais e bens, frente a obrigação do ‘INCS’, incluindo as subcontratações, conforme previsto nos atos que ensejaram a intervenção e a legislação, bem como os reflexos destes atos; o atendimento dos pacientes dentro dos parâmetros estabelecidos nas previsões do ordenamento jurídico; o direito ao atendimento integral à saúde e ao bem estar dos usuários; pagamentos e glosa de valores.

Sobre os fatos relacionados à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, o Presidente passou a discorrer sobre as diligências de requisições de

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

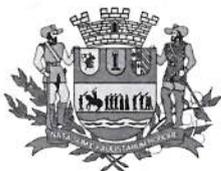
documentos. Para a Câmara Municipal, o Presidente destacou o pedido de cópia da ata da audiência pública do dia 13 de junho de 2024, da gravação em mídia (na íntegra) da referida audiência, a gravação da audiência pública de prestação de contas da secretaria da saúde, cópias dos requerimentos de informações dos vereadores ao longo da atuação do INCS na Irmandade, bem como as respostas fornecidas pela secretaria de saúde e pela referida OSS.

Ato contínuo, o Presidente dispôs sobre as requisições de documentos ao Prefeito e Secretária de Saúde, contemplando os decretos de Intervenção, desde 2022; contratos celebrados com o INCS; contrato interventor Santa Casa; contrato com o 'ART' da Santa Casa, que coordenada todos os contratos juntamente com o registro de especialidade; contrato com o diretor clínico e comprovante especialização médica; contrato das empresas que credenciam os médicos que subcontratam, por especialidade; termo de convênio de repasses à Santa Casa, desde 2022; custos e repasses do leito UTI geral e Neonatal, e comprovante desde 2022 da especialização; comprovantes de pagamento e extratos bancários, apresentação dos créditos e despesas (ordinária, extraordinárias e jurídicas, atualizado); advertências, notificações ou outras penalidades eventualmente aplicadas por suposto descumprimento da OSS; análise das prestações de contas mensais pela secretaria de saúde e respectivos pagamentos; relação dos bens móveis, imóveis e funcionários do Município eventualmente cedidos para o INCS apontamentos do tribunal de contas, informações sobre procedimentos administrativos em curso perante o CRM, auditorias da secretaria de saúde referentes ao INCS, contrato do Suporte de T.I (informática).

O Vereador Moacir Genuário pediu ao Presidente que fossem solicitados todos os contratos de terceirizações do município. Em resposta, a Vereadora Joelma disse que a CPI deve solicitar todos os contratos que são objeto do requerimento de investigação, afirmando que não podem ser adotados atos procrastinatórios e que não estejam no escopo da fiscalização desta CPI. Ainda segundo a Vereadora Joelma, os fatos a serem fiscalizados estão contidos em dois pontos, ou seja, relacionados à Avante Social e ao INCS - Santa Casa, de modo objetivo e com base na audiência pública realizada anteriormente. E que não podem ser investigados os fatos sobre os quais não se tenha suporte com indícios de irregularidades.

O Vereador João Victor Gasparini rebateu, sustentando que a ementa do Requerimento fala sobre terceirizações da saúde. O Presidente fez uma intervenção, mencionado que o foco da investigação estaria devidamente descrito no Requerimento, e, em seguida, solicitou que o Vereador Marcos Cegatti, na condição de Secretário da CPI, realizasse novamente a leitura do Requerimento.

Após a releitura do Requerimento pelo Secretário, a Vereadora Luzia Cristina pediu a palavra e disse que o Requerimento de CPI, votado pelos Vereadores, engloba todas as terceirizações e que o importante é aquilo que



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

foi votado. Continuando, a Vereadora Luzia questionou sobre o número de terceirizações no município, dizendo que se tem problema em uma ou duas, de repente, pode ter problema em todas as terceirizações.

A Vereadora Joelma Franco solicitou que seja incluído na ata de reunião que se algum parlamentar sugerir investigação de fato não previsto no corpo do Requerimento nº 257/2024, que seja especificado o nome do Vereador e a sugestão de investigação feita, com a eventual responsabilização por qualquer tipo de anulação dos trabalhos da Comissão.

O Vereador Marcos Cegatti pediu a palavra e destacou que a ementa é apenas uma espécie de resumo do contido no Requerimento, e que é de responsabilidade de cada Vereador a leitura e entendimento daquilo que será votado nas sessões da Câmara.

No entanto, o entendimento do Presidente da Comissão, e autor do requerimento que solicitou a abertura da CPI, foi de que o corpo do Requerimento explica detalhadamente o objeto de apuração da CPI, que seria especificamente o Instituto Avante Social, em conjunto com a Santa Casa, envolvendo a OSS INCS e a Doctor Medical. O Presidente continuou discorrendo sobre os fatos ensejadores da CPI, que estariam destacados de forma clara e precisa na própria propositura aprovada de forma unânime pela Câmara Municipal, inclusive ressaltando a audiência pública realizada anteriormente sobre os referidos fatos. O Presidente concluiu que o Requerimento deixa mais do que claro o objeto de apuração, e que não versa sobre outras instituições em nenhum ponto.

O Vereador João Victor Gasparini ressaltou o seu entendimento no sentido de que o valor de um requerimento está contido na ementa, sendo a justificativa apenas a expressão das motivações do autor para apresentar a referida propositura. Ainda, o Vereador João Victor disse que entende o enfoque nas questões tratadas na audiência pública que foi especificada na propositura antes do termo “justificativa”, mas entende que todas as terceirizações da saúde devem ser investigadas. Em continuidade, destacou que nas votações do plenário são lidos apenas os ementários, o que reforçaria a tese da validade das ementas das proposituras. Assim, o parlamentar externou o seu descontentamento com a delimitação do objeto que foi feita, caracterizando como um possível direcionamento dos trabalhos, e concluindo que, no seu entendimento, deveriam ser investigadas todas as terceirizações da saúde.

A Vereadora Lúcia Tenório disse que no seu entendimento está tudo muito claro, pois o trabalho da CPI deve se pautar por uma direção a ser seguida. Para exemplificar o seu entendimento, a parlamentar utilizou um caso hipotético de possíveis irregularidades praticadas por vereadores, situação que demandaria a delimitação dos elementos a serem apurados, a partir da especificação de quais seriam os Vereadores a serem investigados, e



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 16

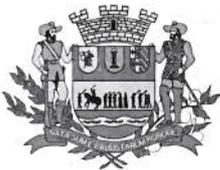
que, nesse caso hipotético, apenas estes deveriam ser investigados, e não todos. Assim, a Vereadora Lúcia Tenório concluiu que as terceirizações da saúde que devem ser investigadas pela CPI são aquelas que apresentam os problemas que foram devidamente especificados no requerimento para a instauração da CPI, ou seja, tanto a Avante Social, como na Santa Casa. E finalizou ressaltando que o foco são as áreas que estão apresentando problemas.

O Presidente reiterou que o objeto da investigação está definido pelo próprio requerimento aprovado pela Câmara Municipal e que esse será o foco de apuração, como já exposto, estando devidamente especificado no bojo da propositura que ensejou a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme exaustivamente dito, situação que demonstraria que a questão está superada. Ainda, ressaltou que existe a possibilidade de outros procedimentos investigativos serem instaurados pela Câmara Municipal, a partir da iniciativa de qualquer parlamentar da casa, na hipótese de serem constatados indícios de atos possivelmente ilícitos sobre outros fatos envolvendo a administração pública municipal.

Passando para outro ponto, o Vereador Alexandre Cintra pediu a palavra e apresentou sua discordância com a possibilidade de uma eventual remessa de documento da CPI para o MP antes da conclusão dos trabalhos da Comissão, pois, em seu entendimento, a CPI não pode encaminhar elementos à promotoria, se o processo de apuração ainda estiver em curso. Ainda, para respaldar o seu posicionamento, o Vereador Alexandre Cintra citou como exemplo uma CPI que teria ocorrido na legislatura anterior, da qual, segundo ele, um dos apontamentos feitos para o MP estaria totalmente equivocado.

Em resposta, o Presidente disse que algumas situações poderiam demandar a adoção de medidas imediatas, caracterizando a conhecida expressão jurídica do “perigo da demora”, e que jamais seriam encaminhados elementos que não fossem fatos concretos e com prova material. Ainda segundo o Presidente, nesses casos, os Vereadores teriam o dever de tomar providências, sendo que uma eventual omissão poderia configurar um crime por parte dos próprios parlamentares. E o Presidente reiterou, conforme falas anteriores, que essa questão será objeto de consulta técnica ao Procurador Jurídico da Câmara Municipal, assim como o questionamento sobre a publicidade dos atos da CPI.

O Presidente mencionou que a próxima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito está designada para a próxima quinta-feira (08/08/2024), a partir das 10 horas. Ainda, o Presidente perguntou se algum parlamentar gostaria de fazer o uso da palavra. Após sugestões sobre as designações das reuniões, por parte de alguns parlamentares, o Presidente dispôs que as reuniões ficam previamente marcadas, de forma semanal, às

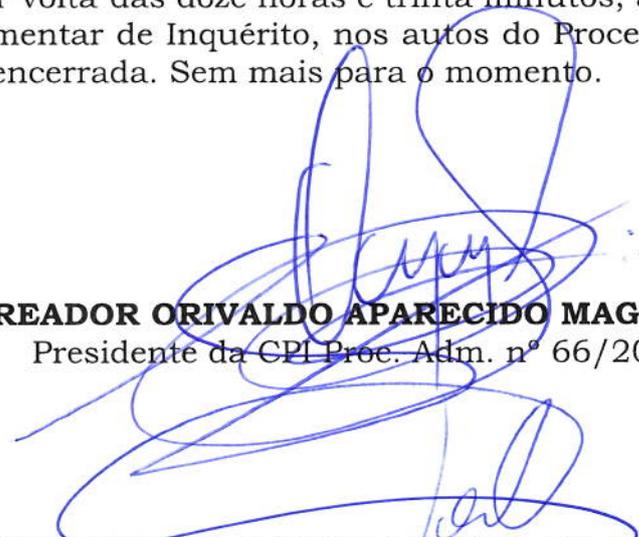


Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

quintas-feira, e havendo a necessidade de reuniões em outras datas ou horários, que os membros serão comunicados com antecedência.

Em tempo, o Presidente também ressaltou que será criado um grupo específico da CPI no aplicativo de mensagens instantâneas “*whatsapp*”, para a comunicação dos integrantes, conforme já mencionado. E, por fim, o Presidente reiterou que todos os ofícios serão encaminhados.

Assim, por volta das doze horas e trinta minutos, a primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, nos autos do Processo Administrativo nº 66 de 2024, foi encerrada. Sem mais para o momento.

  
**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da CPI Proc. Adm. nº 66/2024

  
**VEREADORA JOELMA FRANCO DA CUNHA**  
Relatora da CPI Proc. Adm. nº 66/2024

  
**VEREADOR MARCOS PAULO CEGATTI**  
Secretário da CPI Proc. Adm. nº 66/2024

*(“Essa página de assinaturas é parte integrante e indissociável da Ata da 1ª Reunião da CPI da Câmara Mun. de Mogi Mirim - Proc. Adm. nº 66/2024”)*



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 37

**Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024**

**Ofício nº 01/2024 – CPI - Proc. Adm. nº 66/2024**

Mogi Mirim, 05 de agosto de 2024

Ao Ilustríssimo Senhor  
**Dr. FERNANDO MÁRCIO DAS DORES**  
DD. Procurador Jurídico da Câmara Municipal

Senhor Procurador,

Sirvo-me da presente, com o respeito e acatamento de estilo, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Portaria nº 31/2024 (processo administrativo nº 66/2024), com supedâneo no artigo 58, § 3º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 1.579/1952 c/c o Artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e com o Artigo 61, do Regimento Interno, para **solicitar manifestação jurídica, visando contribuir com o desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão de Inquérito, sobre os seguintes questionamentos:**

- 1) Qual o regramento aplicável para a contagem dos prazos processuais do presente procedimento (data de início da contagem, dias úteis ou corridos, eventuais causas de suspensão ou interrupção dos prazos e a data final para a entrega do relatório da CPI)?
- 2) Existe alguma previsão legal disciplinando sobre o sigilo ou publicidade dos atos da CPI? E qual o entendimento sobre a possibilidade de transmissão simultânea das Reuniões e demais atos da CPI através dos canais oficiais da Câmara Municipal, de veículos independentes ou mesmo da imprensa?

RUA DR. JOSÉ ALVES, 129 - CENTRO - FONE: (19) 3814-1229 - MOGI-MIRIM - SP.

*Handwritten signature in blue ink*

*Handwritten signature in blue ink*



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**  
Estado de São Paulo

**Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024**

3) A CPI pode deliberar sobre a juntada de documentos que já estão em posse dos Vereadores e da Câmara Municipal (gravações de sessões legislativas, audiências públicas e requerimentos apresentados pelos parlamentares com eventuais respostas, provenientes de atos anteriores à instauração da CPI, mas relacionados ao objeto em investigação)?

4) Qual o entendimento sobre a possibilidade da CPI encaminhar documentos e/ou informações consideradas importantes ao Ministério Público, durante o trâmite da CPI, na hipótese de serem constatados possíveis indícios de atos ilícitos, antes que o relatório final seja elaborado? É possível o compartilhamento de informações e de documentos entre MP e a CPI, no decorrer do procedimento investigatório (CPI)?

Cumprе ressaltar que, conforme artigo 34, §2º, da Lei Orgânica c/c artigo 61, §2º, do Regimento Interno, **o prazo para resposta deste é fixado em quinze dias**. A falta injustificada ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições da Comissão de Inquérito implicará na adoção das medidas regimentais e legais cabíveis.

Esperando o pronto atendimento à solicitação, aproveito para reiterar os votos de respeito e consideração.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 18

**Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024**

Atenciosamente,

Recebido em: 15/08/24

Horário: 16h57

Assinatura: \_\_\_\_\_

  
**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)

EM BRANCO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 19

09

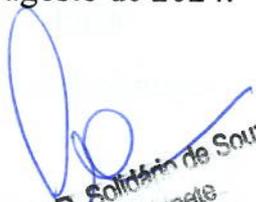
Ofício nº 02/2024 – CPI - Proc. Adm. nº 66/2024

Mogi Mirim, 05 de agosto de 2024.

Ao Ilmo Sr.

**VEREADOR DIRCEU DA SILVA PAULINO**

Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

  
Hermínia D. Soldani de Souza  
Chefe de Gabinete

Prezado,

Sirvo-me do presente, rendendo prévias homenagens, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos autos nº 66/2024, com fundamento no artigo 58, §3º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 1.579/1952 c/c o Artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e com o Artigo 61, do Regimento Interno, **para requerer o que segue:**

- Seja feita a reserva do plenário para as atividades da CPI, de segunda à sexta, entre 07:30 e 17:00, exceto em momentos em que o plenário já esteja reservado previamente para comissões permanentes ou outras finalidades. Nesse caso, requeiro que informe sobre a existência de eventuais reservas do plenário, com as respectivas datas e horários.;
- A disponibilização dos equipamentos do plenário para a gravação e eventual transmissão das reuniões e depoimentos, inclusive microfones, câmeras e sistema;
- Sejam colocados à disposição os servidores da casa para auxiliar nos trabalhos da CPI, em especial, o procurador jurídico, servidores da contabilidade, técnico em informática, servidores para gravação e eventual transmissão dos atos da

RUA DR. JOSÉ ALVES, 129 - CENTRO - FONE: (19) 3814-1229 - MOGI-MIRIM - SP.





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Comissão, bem como motorista e servidores para o serviço externo de entrega de intimações, ofícios e demais documentos da CPI.

Ainda, para que se possa fazer juntada ao processo, requer a disponibilização dos seguintes documentos:

- Cópia da Ata da Audiência Pública realizada no dia 13/06/2024, às 18:30, no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP;
- Gravação (mídia) na íntegra da Audiência acima citada;
- Cópia do Requerimento nº 142/2024 de convocação dos representantes da Avante Social para a 15ª Sessão Ordinária da Câmara, ocorrida em 13/05/2024;
- Resposta da Avante Social ao Requerimento nº 142/2024 acima citado;
- Gravação (mídia) na íntegra da 15ª Sessão Ordinária da Câmara, ocorrida em 13/05/2024;
- Documentos da Avante Social enviados à Câmara (ofício encaminhado à Câmara Municipal em 22/05/2024), após a convocação da Vereadora Joelma Franco da Cunha, para prestarem esclarecimentos na 15ª Sessão Ordinária da Câmara;
- Gravação (mídia) na íntegra da Audiência Pública de prestação de contas da Secretaria de Saúde, referente ao 1º Quadrimestre de 2024, ocorrida em 29/05/2024;
- Todos os Requerimentos de informações dos Vereadores desta Câmara, ao longo da intervenção administrativa feita pela municipalidade na Santa Casa (SUS) através do Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS), bem como as respostas fornecidas pela Secretaria de Saúde e pela referida 'OSS'.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

- Todos os Requerimentos de informações dos Vereadores desta Câmara sobre os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) ou Residência Terapêutica, ao longo do contrato firmado pelo Município com a “OSS Avante Social” (de outubro de 2023 em diante), bem como as respostas fornecidas pela Secretaria de Saúde e pela referida ‘OSS’.

Cumprе ressaltar que, conforme artigo 34, §2º, da Lei Orgânica Municipal c/c artigo 61, §2º, do Regimento Interno, **o prazo para resposta deste é fixado em quinze dias**, prorrogável por igual período apenas quando solicitado e com motivo devidamente justificado.

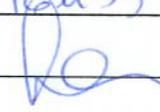
Esperando o pronto atendimento à solicitação, aproveito para expressar meus respeitos e distinta consideração.

EM BRANCO

Atenciosamente,

Recebido em: 05 / 08 / 24

Horário: 16h53

Assinatura: 

Hermínia D. Solidário de Souza  
Chefe de Gabinete

  
**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)

RUA DR. JOSÉ ALVES, 129 - CENTRO - FONE: (19) 3814-1229 - MOGI-MIRIM - SP.

EM BRANCO

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

*Aiane*

Ofício nº 03/2024 – CPI - Proc. Adm. nº 66/2024

Mogi Mirim, 05 de agosto de 2024.

À Ilustríssima Senhora  
**CLARA ALICE FRANCO DE ALMEIDA CARVALHO**  
Secretária Municipal da Secretaria de Saúde de Mogi Mirim

Senhora Secretária,

Sirvo-me da presente, rendendo prévias homenagens, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos autos nº 66/2024, com fundamento no artigo 58, §3º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 1.579/1952 c/c o Artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e com o Artigo 61, do Regimento Interno, **no que concerne aos documentos relacionados ao Instituto Jurídico Para Efetivação da Cidadania e Saúde - 'Avante Social', para requerer o que segue:**

- Cópia do processo licitatório nº 12.844/2023, chamamento público nº 002/2023 na íntegra (capa a capa);
- Todas as notas fiscais, de serviços, empenhos, planilhas de comprovação de serviço e pagamento e extratos bancários, desde o início dos contratos com o Instituto Avante Social, em outubro de 2023;
- Documentos da auditoria da Secretaria de Saúde sobre o Instituto Avante Social;

*WJ*



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**  
Estado de São Paulo  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

- Cópias de advertências, notificações ou outras penalidades por suposto descumprimento contratual para com o Instituto Avante Social;
- Cópia dos contratos de locação dos imóveis; alvarás; licenças;
- Análise das prestações de contas mensais do Instituto Avante Social e respectivos pagamentos;
- Relação dos bens móveis e imóveis, bem como funcionários do Município eventualmente cedidos para o Instituto Avante Social;

**Quanto aos documentos relacionados à Irmandade Santa Casa e ao Instituto Nacional de Ciências da Saúde ('INCS'):**

- Decretos de intervenção da Irmandade Santa Casa, desde 2022;
- Contratos firmados com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde, bem como eventuais aditivos e suplementos;
- Contrato com o interventor da Irmandade Santa Casa;
- Contrato com o ART da Irmandade Santa Casa, que coordena todos os contratos juntamente com o respectivo registro de especialidade;
- Contrato com o Diretor Clínico e comprovante de especialização;
- Contrato das empresas que credenciam os médicos que subcontratam, por especialidade;
- Termo de convênio de repasse da Santa Casa, desde 2022;
- Custo e repasse do leito UTI geral e neonatal, bem como comprovantes de especialização, desde 2022;
- Extratos bancários detalhados, desde 2022;

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

- Apresentação de todas as entradas, créditos e despesas (ordinárias, extraordinárias e jurídicas), atualizados;

Cumprе ressaltar que, conforme artigo 34, §2º, da Lei Orgânica c/c artigo 61, §2º, do Regimento Interno, **o prazo para resposta deste é fixado em quinze dias**. A falta injustificada ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições da Comissão de Inquérito implicará na adoção das medidas regimentais e legais cabíveis.

Esperando o pronto atendimento à solicitação, aproveito para expressar meus respeitos e distinta consideração.

Atenciosamente,



Recebido em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)

EM BRANCO



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Ofício nº 04/2024 – CPI - Proc. Adm. nº 66/2024

Mogi Mirim, 05 de agosto de 2024.

Ao Ilustríssimo Senhor

**JOÃO RICALDES**

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente, rendendo prévias homenagens, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos autos nº 66/2024, com fundamento no artigo 58, §3º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 1.579/1952 c/c o Artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e com o Artigo 61, do Regimento Interno, **para requerer o que segue:**

- Cópias de todas as atas de reuniões do Conselho Municipal de Saúde, de novembro de 2022 em diante.
- Cópias de relatórios de fiscalização das unidades dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e da Residência Terapêutica, elaborados pela “Comissão de Fiscalização dos Prestadores SUS”, constituída por este respeitável Conselho Municipal de Saúde, bem como de outros documentos relacionados à gestão e operacionalização das unidades de saúde mental (CAPS e Residência terapêutica) pela “OSS Avante Social”;
- Cópias de relatórios, auditorias, análises e deliberações sobre as contas da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de novembro de 2022;



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Cumpre ressaltar que, conforme artigo 34, §2º, da Lei Orgânica c/c artigo 61, §2º, do Regimento Interno, **o prazo para resposta deste é fixado em quinze dias**. A falta injustificada ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições da Comissão de Inquérito implicará na adoção das medidas regimentais e legais cabíveis.

Esperando o pronto atendimento à solicitação, aproveito para reiterar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Recebido em: 06/08/24

Horário: 13:12h

Assinatura: Melzo Campos



**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Proc. Adm. Nº 66/24  
Folha Nº 24 *al*

Ofício nº 05/2024 – CPI - Proc. Adm. nº 66/2024

Mogi Mirim, 05 de agosto de 2024.

À Ilustríssima Senhora

**VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK**

Representante do Instituto Jurídico Para Efetivação da Cidadania e Saúde - “Avante Social”

Prezada Senhora,

Sirvo-me do presente, rendendo prévias homenagens, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos autos nº 66/2024, com fundamento no artigo 58, §3º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 1.579/1952 c/c o Artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e com o Artigo 61, do Regimento Interno, **para, com relação ao contrato (processo 12.844/2023 – chamamento público 002/2023 - contrato 164/2023), que tem por objeto o gerenciamento, operacionalização, fornecimento de mão de obra e execução de ações e serviços de saúde mental: CAPS Álcool e Drogas, CAPS II, CAPS Infantil e Residência Terapêutica, no município de Mogi Mirim/SP. requerer o que segue:**

- Cópia do ato constitutivo (atualizado) do Instituto Jurídico Para Efetivação da Cidadania e Saúde - “Avante Social”, bem como da documentação comprobatória da qualificação como Organização Social de Saúde (“OSS”);
- Cópia do cartão CNPJ do Instituto acima citado;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

- Todas as prestações de contas, ofícios e notificações/contranotificações encaminhadas à Secretaria de Saúde de Mogi Mirim;
- Cópias de prestações de contas, com planilhas e balancetes, contemplando ainda todas as notas fiscais emitidas e comprovantes de pagamento;
- Relação dos bens móveis e imóveis do município, bem como de funcionários do Município de Mogi Mirim eventualmente cedidos para o Instituto Avante Social;
- Quadro de funcionários e prestadores de serviços, contemplando a data de início das atividades de cada um deles, o número de registro junto ao órgão de classe, destacando individualmente a especialização (com a data de conclusão da referida especialização), o número do RQE, desde a data de início do contrato. Encaminhar o certificado ou diploma da conclusão da especialização dos referidos profissionais;
- Cópias de contratos com todas as empresas prestadoras de serviços.
- Cópias dos Contratos de Locações dos imóveis que cada unidade de saúde mental (CAPS e Residência Terapêutica) está sediada, com as respectivas licenças e autorizações do poder público. Caso não possua alguma licença ou autorização necessária para o funcionamento, informar os motivos e justificar.

Cumprе ressaltar que, conforme artigo 34, §2º, da Lei Orgânica c/c artigo 61, §2º, do Regimento Interno, o prazo para resposta deste é fixado em quinze dias. A falta injustificada ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições da Comissão de Inquérito implicará na adoção das medidas regimentais e legais cabíveis.

Esperando o pronto atendimento à solicitação, aproveito para reiterar os votos de respeito e consideração.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Atenciosamente,

Recebido em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**  
Estado de São Paulo  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 26

Ofício nº 06/2024 – CPI - Proc. Adm. nº 66/2024

Mogi Mirim, 05 de agosto de 2024.

Ao Ilustríssimo Senhor  
**JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ**  
Representante do Instituto Nacional de Ciências da Saúde

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente, rendendo prévias homenagens, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos autos nº 66/2024, com fundamento no artigo 58, §3º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 1.579/1952 c/c o Artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e com o Artigo 61, do Regimento Interno, **para, com relação aos serviços prestados na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim (SUS), requerer o que segue:**

- Cópia do ato constitutivo (atualizado com eventuais alterações) do Instituto Nacional de Ciências da Saúde (“INCS”);
- Cópia do Cartão CNPJ do referido Instituto;
- Todos os contratos com prestadores de serviço e fornecedores, relativos a execução dos serviços na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim (SUS);
- Todas as prestações de contas, ofícios e notificações/contranotificações encaminhadas ao Município de Mogi Mirim;
- Relação dos bens móveis e imóveis, bem como funcionários do Município eventualmente cedidos para o INCS;

RUA DR. JOSÉ ALVES, 129 - CENTRO - FONE: (19) 3814-1229 - MOGI-MIRIM - SP.



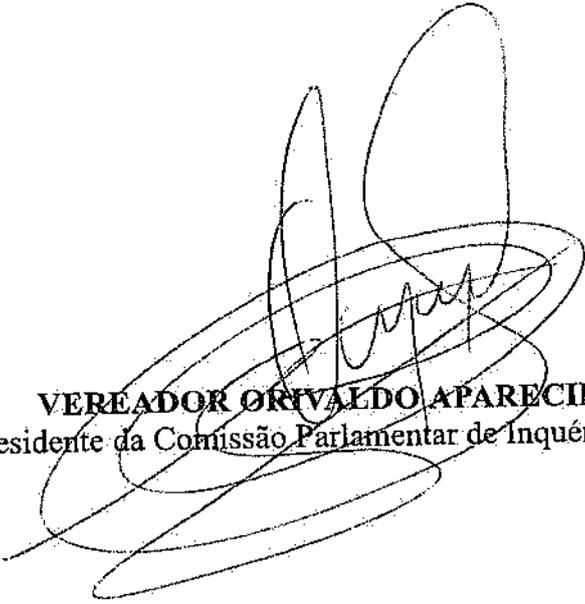
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**  
Estado de São Paulo  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

- Quadro de funcionários e prestadores serviços por especialidade, com data de admissão e eventual data de término do contrato de cada um deles, número registro órgão de classe ROE, desde a data de início do contrato;

Cumpré ressaltar que, conforme artigo 34, §2º, da Lei Orgânica c/c artigo 61, §2º, do Regimento Interno, **o prazo para resposta deste é fixado em quinze dias**. A falta injustificada ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições da Comissão de Inquérito implicará na adoção das medidas regimentais e legais cabíveis.

Esperando o pronto atendimento à solicitação, aproveito para reiterar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

  
**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)

Recebido em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 27

Ofício nº 07/2024 – CPI - Proc. Adm. nº 66/2024

Mogi Mirim, 05 de agosto de 2024.

À Ilustríssima Senhora

**PATRICIA MARIA MAGALHÃES TEIXEIRA NOGUEIRA**

Diretora do Departamento Regional de Saúde DRS XIV São João da Boa Vista

Senhora Diretora,

Sirvo-me do presente, rendendo prévias homenagens, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos autos nº 66/2024, com fundamento no artigo 58, §3º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 1.579/1952 c/c o Artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e com o Artigo 61, do Regimento Interno, **para requerer o que segue:**

- Cópia de todos os convênios e relatórios de repasses (recursos SUS) à Irmandade Santa Casa de Mogi Mirim, de novembro de 2022 em diante;

Cumprе ressaltar que, conforme artigo 34, §2º, da Lei Orgânica c/c artigo 61, §2º, do Regimento Interno, **o prazo para resposta deste é fixado em quinze dias.** A falta injustificada ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições da Comissão de Inquérito implicará na adoção das medidas regimentais e legais cabíveis.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**  
Estado de São Paulo  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

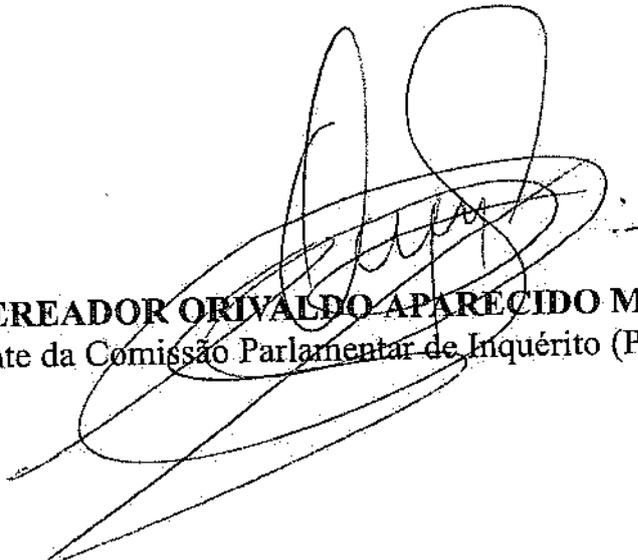
Esperando o pronto atendimento à solicitação, aproveito para reiterar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Recebido em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Ofício nº 08/2024 – CPI - Proc. Adm. nº 66/2024

Mogi Mirim, 06 de agosto de 2024.

Ao Ilmo. Sr.

**VEREADOR DIRCEU DA SILVA PAULINO**

Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

Prezado,

Sirvo-me do presente, rendendo prévias homenagens, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos autos nº 66/2024, com fundamento no artigo 58, §3º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 1.579/1952 c/c o Artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e com o Artigo 61, do Regimento Interno, **para requerer o que segue:**

- Seja feita a reserva do plenário para as atividades da CPI, todas as quintas-feiras, entre 07:30 e 17:00;
- A disponibilização dos equipamentos do plenário para a gravação e eventual transmissão das reuniões e depoimentos, inclusive microfones, câmeras e sistema, nos dias e horários acima informados;

Cumpre ressaltar que, conforme artigo 34, §2º, da Lei Orgânica c/c artigo 61, §2º, do Regimento Interno, **o prazo para resposta deste é fixado em quinze dias.** A falta



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

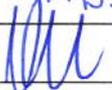
Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

injustificada ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições da Comissão de Inquérito implicará na adoção das medidas regimentais e legais cabíveis.

Esperando o pronto atendimento à solicitação, aproveito para reiterar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Recebido em: 06/06/24  
Horário: 14h52  
Assinatura: 

  
**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)



Estado de São Paulo

# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Gabinete do Vereador Marcos Paulo Cegatti

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 29

Mogi Mirim, 07 de agosto de 2024

## Ofício nº 022/2024

**Assunto:** Justificativa de Ausência Parcial na Reunião da CPI – Processo Administrativo nº 66/2024

### **Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães**

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – PA 66/2024.

Cumprimentando-os cordialmente, venho por meio deste informar que, devido aos compromissos profissionais inadiáveis como professor na escola de idiomas New Interchange, não poderei estar presente durante toda a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração dos problemas das terceirizações na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP, agendada para o dia 08 de agosto de 2024, às 10h, na sala de reuniões da Câmara Municipal, conforme Portaria nº 31/2024 e Processo Administrativo nº 66/2024.

Ministrarei aulas até as 10h30min nesta data, o que impossibilita minha presença no início da referida reunião. Contudo, gostaria de ressaltar meu compromisso e interesse em participar dos trabalhos desta Comissão. Assim que terminar minha aula, me deslocarei imediatamente até a Câmara Municipal para acompanhar e contribuir com a reunião.

Solicito, portanto, a compreensão de V. Exas. quanto à minha ausência parcial, assegurando-lhes que farei o possível para estar presente no menor tempo possível após o término de meus compromissos profissionais.

Agradeço antecipadamente pela compreensão e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

  
**Vereador Marcos Paulo Cegatti**  
  
Partido Social Democrático

EM BRANCO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

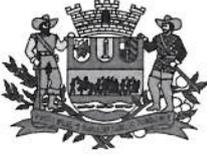
Estado de São Paulo

## LISTA DE PRESENÇA

### 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024

No dia 08 de agosto de 2024, às 10:00, no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim, instalado no pavimento superior do Edifício do Paço Municipal, deu-se a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (C.P.I.) para, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 1º de agosto de 2024, por força da incidência do art. 52, c.c art. 64, todos do Regimento Interno, "apurar os problemas das terceirizações na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP", nos termos do Requerimento nº 257/24, aprovado em 15 de julho de 2024, na 24ª Sessão Ordinária.

NOME	CPF	ASSINATURA
ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES	087.250.958-38	[Assinatura]
JOELMA FRANCO DA CUNHA	21.605.288-46	[Assinatura]
MARCOS PAULO CEGATTI	287.214.338-60	[Assinatura]
ALEXANDRE CINTRA	254.476.758-80	[Assinatura]
CINOÊ DUZO	068.773.238/74	[Assinatura]
JOÃO VICTOR COUTINHO GASPARINI	504.285.118.64	[Assinatura]
LÚCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO	375.432.026.20	[Assinatura]
LUIS ROBERTO TAVARES	086.138.198-00	[Assinatura]
LUZIA CRISTINA CORTES NOGUEIRA	337.376.497-11	[Assinatura]
MOACIR GENUÁRIO	774.353.978-49	[Assinatura]
Keyna'hou de Godoi	450.817.718.21	[Assinatura]
FABIO Zivetti	392.058.718.09	[Assinatura]
José Roberto Amorim	263.422.458.30	[Assinatura]
Guilherme Pomarici	414.418.448.05	[Assinatura]
Renan Neves	049.610.088-26	[Assinatura]



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo


VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. nº 66/2024)



Estado de São Paulo

# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 31

## ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024

Aos oito (8) dias do mês de agosto (8) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), às dez horas e trinta e quatro minutos da manhã, foi realizada no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim, situada na Rua Doutor José Alves, número 129, no Centro, a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada por meio da Portaria nº 31/2024, nos autos do Processo Administrativo nº 66/2024. A CPI foi constituída em decorrência da aprovação unânime do Requerimento nº 257/2024, durante a 24ª Sessão Ordinária de 2024, com o objetivo de "apurar os problemas das terceirizações na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP", conforme o mencionado Requerimento.

A reunião foi aberta pelo Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, Presidente da Comissão de Inquérito, que agradeceu a presença de todos e realizou a chamada dos Vereadores presentes, a saber: Vereadora Joelma Franco da Cunha (Relatora), Vereador Alexandre Cintra, Vereador Cinoê Duzo, Vereador João Victor Coutinho Gasparini, Vereadora Lúcia Tenório, Vereador Luis Roberto Tavares, Vereadora Luzia Cristina e Vereador Moacir Genuário. Estiveram presentes também os assessores parlamentares Tayná Lovo, Guilherme Souza, Edneusa Boveloni, Renan Neves, José Roberto Amorim e Fábio Zinetti.

Dando início aos trabalhos, o Presidente Magalhães distribuiu a cada membro da Comissão uma cópia da pauta da reunião, que continha os assuntos a serem tratados na ocasião. Informou ainda que a ata da 1ª reunião da CPI se encontra em fase de finalização e será disponibilizada para apreciação e aprovação na próxima reunião da Comissão.

Em seguida, o Presidente Magalhães comunicou aos demais membros da CPI que os ofícios acordados na primeira reunião já foram confeccionados e devidamente encaminhados. Tais documentos encontram-se anexados ao caderno administrativo e também foram disponibilizados em uma pasta compartilhada no Google Drive, acessível a todos os membros da Comissão. O Presidente reforçou que os ofícios foram elaborados conforme as deliberações da reunião anterior.

Prosseguindo, o Presidente solicitou à Relatora Joelma Franco da Cunha que fizesse a leitura do Ofício nº 22/2024, de autoria do Secretário da CPI, Vereador Marcos Paulo Cegatti. No referido ofício, o Secretário comunicou que, em razão de compromissos profissionais, não poderia estar presente na reunião desde o início, mas se comprometeu a participar assim que possível.

Diante da justificativa apresentada pelo Vereador Marcos Paulo Cegatti, o Presidente Magalhães propôs aos demais membros que, caso fosse



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

do consenso da Comissão, as reuniões da CPI fossem alteradas para ocorrerem todas as quintas-feiras, às 10h45min. A proposta foi discutida e, após deliberação dos membros, de forma unânime, foi aceita a mudança de horário.

Após as deliberações iniciais, o Presidente Magalhães abriu a oportunidade para que os demais membros da Comissão fizessem as considerações e deliberações pertinentes ao andamento da CPI. O primeiro a se manifestar foi o Vereador João Victor Coutinho Gasparini, que iniciou sua explanação questionando os ofícios que foram produzidos e encaminhados pela Comissão. O vereador expressou sua preocupação pelo fato de os referidos documentos não terem sido previamente analisados e deliberados por todos os membros da CPI, indagando ainda sobre o teor das informações e documentos que foram solicitados nos mencionados ofícios.

Em resposta, a Relatora Vereadora Joelma Franco da Cunha esclareceu que, conforme constava na pauta da reunião anterior, a CPI havia deliberado sobre a expedição dos ofícios mencionados. Segundo a vereadora, foi dada a oportunidade, durante a reunião, para que os membros se manifestassem caso houvesse alguma oposição aos documentos a serem expedidos, o que não ocorreu. Joelma Franco da Cunha destacou que a transparência e a participação de todos os membros foram respeitadas desde a instauração do processo investigativo.

Ainda com a palavra, a Vereadora Joelma Franco da Cunha solicitou que fosse registrado em ata que chegou ao seu conhecimento que alguns membros da Comissão Parlamentar de Inquérito estariam mantendo conversações com o Poder Executivo Municipal (“investigador e investigado”) para tratar sobre questões relativas à CPI. A relatora ressaltou a gravidade de tal conduta, considerando que qualquer tipo de comunicação não oficial entre membros da Comissão e partes interessadas pode comprometer a imparcialidade e a integridade dos trabalhos investigativos.

Após a declaração da Relatora Vereadora Joelma Franco da Cunha sobre a suposta comunicação entre membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e pessoas sob investigação, a Vereadora Dra. Lúcia Maria Ferreira Tenório solicitou que a Relatora apresentasse o nome do legislador que estaria praticando tal ato. Em resposta, a Vereadora Joelma Franco da Cunha prontamente atendeu ao pedido, informando que chegou ao seu conhecimento o nome do Vereador João Victor Coutinho Gasparini como sendo o referido parlamentar.

Dando continuidade à reunião, o Vereador Luís Roberto Tavares solicitou a palavra e explanou que a expedição dos ofícios havia sido devidamente deliberada na reunião anterior, conforme constava na pauta discutida. Ele destacou que as ações tomadas pela Comissão estavam em



Estado de São Paulo

# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 32

conformidade com as deliberações previamente acordadas, e expressou seu apoio às medidas já implementadas.

Na sequência, os Vereadores Moacir Genuário e Luzia Cristina Corte Nogueira levantaram questionamentos sobre as ações realizadas e os documentos produzidos pela Comissão até o momento. Em resposta a essas indagações, o Vereador Presidente Orivaldo Aparecido Magalhães fez a leitura da pauta da 1ª reunião da CPI, reiterando que todas as decisões tomadas, incluindo a expedição dos ofícios, foram feitas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Comissão desde o início dos trabalhos.

O Presidente reforçou que a transparência e a observância dos procedimentos legais foram seguidas rigorosamente, garantindo que cada ação tomada pela CPI estivesse devidamente registrada e justificada. O esclarecimento prestado pelo Presidente pareceu satisfazer os questionamentos dos vereadores, e a reunião prosseguiu sem novas contestações.

Com a palavra, a Relatora Vereadora Joelma Franco da Cunha, em referência à pauta da reunião, fez uma explanação detalhada sobre os próximos passos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Ela ressaltou a importância da colaboração de todos os membros para o sucesso dos trabalhos investigativos e, em seguida, sugeriu ao Presidente que fosse aberta a palavra para que todos os vereadores pudessem deliberar e sugerir as próximas ações da CPI, incluindo diligências e oitivas a serem realizadas.

A Relatora enfatizou a necessidade de que as sugestões fossem objetivas e alinhadas com o escopo da investigação, conforme estabelecido no Requerimento nº 257/2024. Os vereadores foram convidados a propor as diligências e as testemunhas que considerassem relevantes para o esclarecimento dos fatos sob investigação.

Seguindo a relatora, o Presidente Orivaldo Aparecido Magalhães reiterou o convite aos membros da Comissão para que apresentassem suas sugestões de deliberações, com as indicações de possíveis diligências pertinentes à fase de instrução do processo de apuração. Ele destacou que as contribuições de cada vereador seriam fundamentais para que a CPI pudesse cumprir sua finalidade de maneira eficaz e transparente. O Presidente reforçou ainda que todas as propostas seriam devidamente discutidas e apreciadas, assegurando que as decisões fossem tomadas de forma coletiva e democrática pela Comissão de Inquérito.

Novamente com a palavra, o Vereador João Victor Coutinho Gasparini reiterou sua preocupação quanto à falta de conhecimento dos ofícios expedidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Ele enfatizou que não foi informado sobre os conteúdos e destinatários desses documentos, e



Estado de São Paulo

# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

expressou a necessidade de maior transparência e comunicação entre os membros da Comissão.

A afirmação do Vereador João Victor foi prontamente corroborada por outros membros da Comissão, que também confirmaram não terem sido devidamente informados sobre os ofícios expedidos. Diante dessa constatação, o Presidente Orivaldo Aparecido Magalhães solicitou ao Vereador Marcos Paulo Cegatti, Secretário da Comissão, que realizasse a leitura dos ofícios expedidos até o momento. O objetivo dessa leitura era assegurar que todos os membros tivessem pleno conhecimento dos documentos produzidos e enviados em nome da Comissão, permitindo, assim, que qualquer dúvida ou questionamento pudesse ser tratado de forma imediata.

O Vereador Marcos Paulo Cegatti, atendendo à solicitação do Presidente, procedeu com a leitura integral dos ofícios expedidos, detalhando os conteúdos, destinatários e o propósito de cada documento.

Após a discussão dos assuntos já deliberados e recorrentes, o Presidente da CPI, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, solicitou aos membros da Comissão que apresentassem sugestões de testemunhas a serem convocadas para as oitivas. O Presidente destacou a importância de selecionar cuidadosamente as pessoas a serem ouvidas, considerando a relevância de seus depoimentos para o esclarecimento dos fatos sob investigação.

A Vereadora Luzia Cristina Corte Nogueira tomou a palavra e propôs alguns nomes de testemunhas que, em sua opinião, poderiam contribuir de forma significativa para os trabalhos da Comissão. Ela ressaltou a importância de ouvir essas pessoas, dada sua possível relação direta com os fatos investigados, e sugeriu que suas presenças nas oitivas fossem priorizadas.

Em seguida, com a palavra, o Vereador Cinoê Duzo concordou com a necessidade de avaliar cuidadosamente as testemunhas a serem convocadas. Ele sugeriu que todos os depoentes propostos fossem avaliados pela Comissão, garantindo que a convocação ocorra de maneira criteriosa, de modo a assegurar a pertinência e a relevância de cada oitiva para o progresso da investigação. O Vereador Duzo enfatizou a importância de considerar a presença de cada testemunha na oitiva como uma oportunidade valiosa para o esclarecimento dos fatos e a busca pela verdade.

Após uma longa discussão e a sugestão de diversos nomes para as oitivas, pelos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Presidente da CPI, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, ponderou que seria prudente organizar e sistematizar as sugestões. Ele propôs que, na próxima

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

reunião, cada membro da Comissão trouxesse uma lista de nomes de pessoas a serem convocadas para as oitivas. Essa medida visa garantir que os trabalhos da Comissão sigam de forma organizada e que as testemunhas a serem ouvidas sejam cuidadosamente selecionadas, de acordo com a relevância e pertinência de seus depoimentos para os fatos sob investigação.

O Presidente ressaltou que essa sistematização facilitará a deliberação sobre quais testemunhas deverão ser convocadas em primeiro lugar, além de assegurar que todas as sugestões dos membros sejam devidamente consideradas e discutidas. A proposta foi bem acolhida por todos os membros presentes, que se comprometeram a apresentar suas listas na próxima reunião

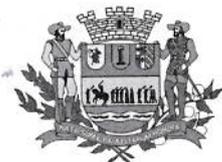
Após a deliberação sobre as oitivas, o Vereador Alexandre Cintra solicitou a palavra para expressar sua preocupação com relação à transparência e à comunicação entre os membros da Comissão. Ele mencionou o ocorrido em relação aos ofícios expedidos anteriormente, que não foram amplamente discutidos e analisados por todos os membros da CPI, e propôs que medidas fossem adotadas para evitar que situações semelhantes acontecessem no futuro.

Diante dessa solicitação, o Presidente da Comissão, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, informou que todos os documentos produzidos no âmbito da CPI, incluindo ofícios, atas e qualquer outro material pertinente, estariam disponíveis para consulta dos membros através de uma pasta compartilhada no Google Drive. Ele ressaltou que esse procedimento foi implementado justamente para garantir que todos os integrantes da Comissão tivessem pleno conhecimento dos atos praticados e pudessem acompanhar de perto o andamento dos trabalhos.

Mais uma vez com a palavra, o Vereador João Victor Coutinho Gasparini reiterou suas preocupações acerca dos ofícios que foram encaminhados pela CPI. Ele questionou ao Presidente da Comissão, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, sobre a validade legal dos ofícios expedidos, considerando que, segundo o Vereador João Victor, não houve a devida deliberação e aprovação por parte de todos os membros da Comissão antes de sua expedição.

O Presidente, prontamente, respondeu ao Vereador João Victor que ele tem total direito de consultar o setor jurídico da Câmara Municipal para esclarecer quaisquer dúvidas que possa ter sobre a validade dos ofícios. O Vereador Magalhães afirmou que, caso o Vereador João Victor considere que os atos praticados estão em desconformidade com o regramento aplicável, ele tem a prerrogativa de fazer os seus apontamentos, conforme necessário.

O Vereador Luis Roberto Tavares pediu a palavra e parabenizou o Presidente pela condução dos trabalhos e afirmou que os Ofícios foram



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

montados com base na primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, e que entendeu isso perfeitamente. Em continuidade, o parlamentar ressaltou que os ofícios estão apenas e tão somente pedindo documentos e informações necessárias para a investigação. Ainda, o Vereador Luis Roberto Tavares disse que cada integrante da CPI tem um foco, mas ressaltou que o seu foco é colaborar e contribuir com a investigação. Por fim, o Vereador disse que se algum membro da comissão tiver o intuito de tumultuar os trabalhos, isso não poderá ser admitido.

Durante a discussão sobre a validade dos ofícios expedidos, a Vereadora Joelma Franco da Cunha reiterou que todos os ofícios, sem exceção, foram expedidos atendendo apenas ao que foi determinado na primeira reunião da CPI, e, em seguida, passou a reproduzir um trecho da gravação do áudio da primeira reunião da comissão, sendo possível ouvir o Presidente dispondo sobre as diligências relativas aos pedidos de documentos e informações. Em seguida, a Relatora questiona se o Vereador João Victor esteve presente na referida reunião, onde teriam sido dispostas todas as diligências que foram feitas, ou seja, ofícios com requisições de documentos e informações.

No entanto, para rebater a argumentação da Relatora Joelma, o Vereador João Victor Coutinho Gasparini fez uma declaração desabonadora, afirmando que a Vereadora Joelma Franco da Cunha “é muito leviana, absolutamente leviana”. Imediatamente, a Vereadora Joelma fez uma intervenção, dizendo que não admite ser chamada de “leviana”, e afirmou que o Vereador, momentos antes, já teria ofendido a parlamentar como “demagoga”. Assim, a Vereadora Joelma Franco pediu ao Vereador João Victor que retirasse essa palavra. Em resposta, o Vereador João Victor disse que “repete, e que o papel está em sua mão”. Em seguida, com o não atendimento do seu pedido, a Relatora solicitou ao Presidente da Comissão, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, que constasse na ata o fato ocorrido.

Ato contínuo, se referindo ao Vereador João Victor, o Presidente Orivaldo Magalhães disse que os fatos serão relatados na Ata da reunião. Ele ainda destacou a gravidade da fala do Parlamentar João Victor, que poderia ser vista como uma conduta reprovável penalmente, pois emitiu uma qualidade negativa sobre uma pessoa. Assim, o Presidente pediu que o Vereador João Victor retirasse essa palavra.

Em resposta, também aconselhado por outro parlamentar presente, o Vereador João Victor Coutinho Gasparini disse que se fosse para pacificar a situação ele concordaria em retirar. O Presidente Magalhães ressaltou que o respeito mútuo entre os membros da Comissão deve ser mantido e que as discussões precisam prosseguir de maneira construtiva.



Estado de São Paulo

# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 34

Após pedido de resposta deferido pelo Presidente, a Vereadora Joelma informou que foi ofendida duas vezes pelo Vereador João Victor Gasparini, e justificou que apenas está tentando executar os trabalhos de forma transparente, eficaz e eficiente. E, por fim, disse que espera que o 'fiscalizador' não tente sentar com o 'fiscalizado' para instruir ações que desorganizem os trabalhos da casa legislativa.

O Vereador Moacir Genuário utilizou sua fala para dizer ao Vereador João Victor que não há necessidade de desacatar a Vereadora. E, por fim, pediu que ficasse registrado que o Vereador João teria pedido desculpas e que a parlamentar Joelma teria aceitado o referido pedido.

Com a aproximação do horário de encerramento, o Presidente da Comissão, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, fez uma breve explanação sobre o propósito dos trabalhos da CPI. Ele destacou que todos os esforços estão sendo direcionados para garantir que a população de Mogi Mirim receba serviços e atendimentos de qualidade. Enfatizou a importância do trabalho da Comissão e a responsabilidade que cada membro carrega na busca por soluções e melhorias na área da Saúde Pública.

Com essa consideração, o Presidente encerrou os trabalhos da reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos.

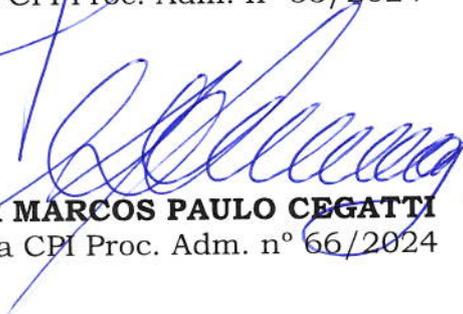
Vale ressaltar que a referida reunião foi integralmente gravada em formato de vídeo, cujo conteúdo será devidamente juntado aos autos do processo por meio de uma mídia em "DVD", que foi fornecida pela Câmara Municipal. É imperioso ressaltar que a gravação foi feita por servidores da Câmara Municipal, utilizando o sistema e os equipamentos de captação de áudio e vídeo da própria Casa Legislativa, assegurando a fidelidade dos acontecimentos. Assim, a gravação supracitada, como parte integrante do processo administrativo, garante total transparência e a conformidade com os atos praticados.



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

  
**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da CPI Proc. Adm. nº 66/2024

  
**VEREADORA JOELMA FRANCO DA CUNHA**  
Relatora da CPI Proc. Adm. nº 66/2024

  
**VEREADOR MARCOS PAULO CEGATTI**  
Secretário da CPI Proc. Adm. nº 66/2024

*("Essa página de assinaturas é parte integrante e indissociável da Ata da 2ª Reunião da CPI da Câmara Mun. de Mogi Mirim - Proc. Adm. nº 66/2024")*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

### DESPACHO

Ao  
Exmo. Sr.  
Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães  
Presidente Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Mogi Mirim  
PA nº 66/2024

Ref.: Ofício nº 01/2024 – de 05 de agosto de 2024.

Exmo. Senhor,

Considerando o ofício em testilha e,, especialmente, as atribuições deste procurador dispostas na Lei complementar nº 268/2013, manifestamo-nos a cercadas questões postas, na forma seguinte:

- 1- “qual regramento aplicável para contagem dos prazos processuais do presente procedimento (data de início da contagem, dias úteis ou corridos, eventuais causas de suspensão ou interrupção dos prazos e a data final para entrega do relatório da CPI)?

**R:** a norma federal regulatória das Comissões Parlamentares de Inquérito é a Lei ordinária nº 1.579, de 18 de março de 1.952.

**Por determinação constitucional a legislar acerca de matéria processual é competência da União e, nesse sentido, aquela norma dispõe em seu art. 6º: “O processo e a instrução dos inquérito obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes foi aplicável, às normas do processo penal.”**

O código de processo penal (art. 798, cabeça) assevera que “*Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado*”, portanto, fixado que iniciado os trabalhos da CPI, estes deverão ser contados em dias corridos, não se suspendendo, nem se interrompendo por sábados, domingos e/ou feriados.

Como orientação pretérita, à luz do art. 52 c/c com o 64, ambos do Regimento Interno desta Casa, o recesso deste Poder Legislativo **interrompe todos** os prazos consignados na presente seção, sendo que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

seção de que trata o citado articulado consiste-se na SEÇÃO III – Dos Prazos das Comissões Permanentes, preceituada em Regimento Interno dessa Câmara. (g.n.)

Perspectiva final para entrega do relatório da CPI: ora, considerando-se que o prazo de início dos trabalhos da CPI deve ter sido inaugurado aos 01 de agosto de 2.024 e que o mesmo não se suspende, nem se interrompe aos sábados, domingos e feriados; tendo em foco que o prazo aprovado pelo Plenário da caso é de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, forçoso concluir que o prazo original, sem prorrogação, ocorrerá no dia 29 de outubro de 2.024, com termo final prorrogado para o dia 30 de outubro de 2.024, devido à incidência de dia dominical.

- 2- *“Existe alguma previsão legal disciplinando sobre o sigilo ou publicidade dos atos da CPI? E qual o entendimento sobre a possibilidade de transmissão simultânea das Reuniões e demais atos da CPI através dos canais oficiais da Câmara Municipal, de veículos independentes ou mesmo da imprensa?”*

**R:** princípio, não há previsão de que os trabalhos desenvolvidos pelas CPIs sejam sigilosos, logicamente ressalvados os casos de sigilo legal de documentos, etc.: como sabiamente apontado por Fernando Nunes de Miranda, em trabalho monográfico. “[...] os casos em que o sigilo tem como fundamento a salvaguarda dos direitos fundamentais à honra, à imagem, e à privacidade (2.2.1), a proteção da vida e da integridade física da testemunha ameaçada (2.2.2), e quando o sigilo é imposto por lei, em função da proteção aos dados de natureza bancária, fiscal e telefônica<sup>1</sup>.

Prevalece como regra a aplicação do Princípio da Publicidade dos atos administrativos, conforme disposição do *caput* do art. 37<sup>2</sup> da CRFB/88.

Importa consignar que “A CF/88 trata, ainda, da publicidade no art. 5º, LX, ao estabelecer que a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem; e no art. 37, § 1º, ao disciplinar que a publicidade dos atos,

<sup>1</sup> MIRANDA, Fernando Nunes de. PUBLICIDADE VERSUS SIGILO NAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513165/TCC%20%20Fernando%20Nunes%20de%20Miranda.pdf?sequence=1&isAllowed=y> – acessado aos 07/08/2024.

<sup>2</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e[...].”



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

*programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos<sup>3</sup>.*

Assim, um intérprete mais afoito poderia concluir que a publicidade dos atos da CPI deveria ou deve ser amplamente divulgados por meio das mídias disponíveis, **ousou discordar desse pensamento**, tal exegese em outros momentos políticos poderia ser aceita plenamente, **entretantes, em ano de sufrágio eleitoral municipal não é esta a melhor interpretação**, digo isto, a teor das disposições da alínea “b” do inciso VI do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97, que assinala: “Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: [...] VI – os três meses que antecedem o pleito: [...] b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, **autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;**”.

(grifo nosso)

Alerto que os pontos relativos às vedações em ano eleitoral **inclusive os aqui tratados**, são matéria do **Processo Administrativo nº 62.1279.0000003/2024-1- RECOMENDAÇÃO nº 01/2024** – Ministério Público do Estado de São Paulo.

Assim, torna objetivo nosso pensamento para o fim de que não há previsão de sigilo absoluto dos trabalhos da CPI, excetuando aqueles protegidos pelos direitos constitucionais da pessoa, o bancário, de rendas, etc.

Quanto à transmissão simultânea das reuniões e demais atos da CPI, **devido ao ano eleitoral, entendemos que essa possibilidade encontra-se afastada** por aplicação da alínea “B” do inciso VI do At. 73 da Lei Federal nº 9.504/97, inclusive, nos termos da Recomendação do Ministério Público Estadual, cujas orientações foram encaminhadas e repassadas a todos os vereadores da Casa e a seus respectivos assessores.

<sup>3</sup> Bis in idem



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

3- *“A CPI pode deliberar sobre a juntada de documentos que já estão em posse dos Vereadores e da Câmara Municipal (gravações de sessões legislativas, audiências públicas e requerimentos apresentados pelos parlamentares com eventuais respostas, provenientes de atos anteriores à instauração da CPI, mas relacionados ao objeto em investigação?”*

**R:** Como asseverado na questão nº 1 acima, a Lei Federal que dispõe acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito (no art. 6º) assinala aplicação das normas de Processo Penal na instrução dos trabalhos da CPI. Portanto, s.m.j., mesma utilização por analogia, deverá-se ter quanto às provas e documentos relativos à sua instrução.

Assim, temos que o “objeto da prova” como ensina Frederico Marques: “é a coisa, fato, acontecimento ou circunstância que deva ser demonstrado no processo” (...). ”

O objeto da prova são os fatos, porém, não todos os fatos. Logicamente, deve-se ater à busca dos fatos pertinentes ao objeto da CPI, devendo ser afastados os fatos sem relação com o objeto da CPI. Além dos fatos pertinentes, estes fatos devem ser relevantes para a apuração que se encontra em curso.

Além de pertinentes, só devem ser objeto de prova os fatos relevantes; relevância que deve ser aquilatada pela análise dos diferentes graus de influência que tais fatos podem emprestar aos trabalhos e/ou conclusão da colegiado.

Assim, se os “documentos que se encontram dos Vereadores e da Câmara Municipal (gravações de sessões legislativas, audiências públicas e requerimentos apresentados pelos parlamentares com eventuais respostas, provenientes de atos anteriores à instauração da CPI, mas relacionados ao objeto em investigação”, podem ser juntados no curso da instrução.

O que se deve observar, por óbvio, é que a obtenção desses documentos< dados, etc. deva ter ocorrido de forma lícita.

4- *“Qual o entendimento sobre a possibilidade da CPI encaminhar documentos e/ou informações consideradas importantes ao Ministério Público, durante o trâmite da CPI, na hipótese de serem constatadas possíveis indícios de atos ilícitos, antes que o relatório final seja elaborado? É possível o compartilhamento de informações e de documentos e a CPI, no decorrer do procedimento investigatório (CPI)”.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

**R:** os termos da legislação regente, ( Lei Federal 1.579/52; LOMMM- art. 34 “caput” e RI, art. 61 “caput”) **o encaminhamento ao Ministério Público está previsto ao final ou seja, nas “conclusões, se for o caso.”**

Entretanto, s.m.j., se ocorrer, eventualmente, de a Comissão deparar-se com algum ATO ILÍCITO em execução, tal medida de comunicação ao órgão de persecução penal, poderá ser adotada, afinal, o servidor público (latu senso) **tem o dever de denunciar essas práticas**, visando principalmente a moralidade e a eficiência da Administração Pública.

Esperando termos atendido ao quanto solicitado por essa i. Comissão Parlamentar de Inquérito, consignamos que permanecemos ao dispor para quaisquer esclarecimento que se façam necessários.

Por oportuno, registramos que o auxílio, acompanhamento e assessoramento às Comissões desta Casa Legislativa, são atribuições legais deste Procurador e, que mesmo não coincidentes com as disposições do art. 34, § 2 da LOMMM c/c o art.61, § 2º do RI, são funções de ofício.

Sendo estes os entendimentos, s.m.j., que tínhamos a externar, encaminhamos à d. Comissão Parlamentar de Inquérito para apreciação, sem oposição a pensamentos contrários.

MM, 08 de agosto de 2.024.

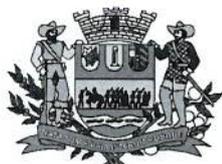
Atenciosamente,

Fernando Márcio das Dores

Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Mogi Mirim

Com cópia para o Gabinete da Presidência.  
(a pedido)

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66124

Folha Nº 38

Mogi Mirim, 08 de agosto de 2024

Ofício nº 068/2024

**Ilmo Sr. Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães**  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 066/2024

**Prezado Senhor**

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me mui respeitosamente a Vossa Senhoria para informar que, posso permanecer nas reuniões da comissão supracitada, às quintas-feiras, das 10:45 hs até às 12:45 hs, tendo em vista que trabalho no Clube Mogiano.

Aproveito o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

  
**Vereador Alexandre Cintra**  
"Líder PSDB"

Recebido em 08/08/2024  
às 11:26h  


EM BRANCO



## CÂMARA DE VEREADORES DE MOGI MIRIM

Proc. Adm. Nº 66 / 24

Folha Nº 39

*(Handwritten signature)*

Mogi Mirim-SP, 12 de agosto de 2024.

**Ofício nº. 11/2024**

**Exmo. Sr.**

**ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**

**MOGI MIRIM/SP**

Em atenção ao Ofício n.º 02/2024, recebido em 05 de agosto de 2024, seguem informações solicitadas:

- *Reserva do Plenário para as atividades da CPI*  
Conforme Ofício n.º 08/2024, encaminhado pela Comissão no dia 06/08, o Plenário se encontra reservado para os trabalhos da Comissão todas as quintas-feiras, das 07h30 às 17h00.
- *Disponibilização dos equipamentos de gravação e eventual transmissão*  
Os equipamentos estão disponibilizados para gravação das reuniões, mas não haverá transmissão tendo em vista restrição prevista no artigo 73, inciso VI, alínea "b" da Lei Federal 9.504/97 e ainda parecer jurídico exarado em 08 de agosto.
- *Colocação de servidores para auxiliar os trabalhos*  
Neste tocante, insta destacar que, conforme manifestação exarada pelo Setor de Contabilidade, a área se encontra com algumas dificuldades operacionais devido ao pedido de exoneração de um dos servidores, entre outros pormenores. Assim, solicita-se que a Comissão se atente que os servidores da Câmara deverão sempre priorizar as atividades administrativas visando atender a legislação vigente e os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado. Portanto e no tocante aos servidores da contabilidade, favor informar previamente qual seria a demanda para análise pela servidora pública Miriam da viabilidade de atendimento.



## CÂMARA DE VEREADORES DE MOGI MIRIM

Com relação aos documentos solicitados, encaminho cópia:

- Ata da audiência pública realizada dia 13/06/2024;
- Gravação em mídia DVD da audiência pública acima referida;
- Requerimento n.º 142/2024 e respectiva resposta da Avante Social;
- Gravação em mídia DVD da 15ª Sessão Ordinária;
- Documentos da Avante enviados à Câmara após a convocação da Vereadora Joelma;
- Gravação da audiência pública de prestação de contas da Secretaria de Saúde, ocorrida em 29/05/2024;
- Requerimentos de informações ao longo da intervenção do Município junto à Santa Casa;
- Requerimentos de informações sobre o CAPS ou Residência Terapêutica ao longo do contrato firmado com a Avante Social.

No tocante à cópia dos requerimentos, ressaltamos que devido ao fato de tramitarem apenas fisicamente durante o período de 2021, 2022 e início de 2023, as respostas eram enviadas exclusivamente aos vereadores autores das proposições, não ficando armazenadas na Secretaria.

Por fim e atendendo solicitação verbal, encaminhamos também cópia em DVD da reunião da CPI realizada dia 08 de agosto.

Sendo o que cumpria a informar, reitero meus préstimos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

DIRCEU DA SILVA Assinado de forma digital por  
DIRCEU DA SILVA  
PAULINO:265575 PAULINO:26557520822  
20822 Dados: 2024.08.13 13:17:06  
-03'00'

**Dirceu da Silva Paulo**

**Presidente da Câmara**



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Mogi Mirim/SP - CEP 13800-050

E-mail: [secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br) - Fone: (19) 3814-1200

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 40

Q

EM BRANCO



Proc. Adm. Nº 66/24

Proc. Adm. Nº 44/24

Folha Nº 41

Folha Nº 28

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**CAPS E SAÚDE PÚBLICA**

13/06/2024

**PRESIDENTE VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**

**MOGI MIRIM**

**2024**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Boa noite a todos. Nós estamos só aguardando o pessoal que está lá embaixo assinando a lista de presença lá. Assim que todo mundo subir a gente começa a audiência pública da saúde.

Pessoal, vai atrasar mais um pouquinho porque o pessoal tá fazendo um cadastro na entrada lá, né e pelo que me parece tem bastante pessoas aí para audiência pública tá, então peço um pouquinho de paciência para vocês.

Eu gostaria de pedir para que as pessoas que foram convocadas através do requerimento número 181/2024 e que foram designadas pelo poder executivo para estar presente hoje aqui para prestar esclarecimentos adentrasse ao plenário por gentileza, vamos adiantando o caminho pessoal.

Se os senhores imaginarem, a coisa é bem interessante, em um dia que tem uma audiência pública da saúde nessa casa que é de conhecimento de toda a sociedade mogimiriano, de todo o povo de Mogi Mirim, nós temos só uma funcionária lá na recepção para fazer o cadastro das pessoas que vão adentrar aqui nessa casa, toda a presidência da câmara municipal sabendo disso deixa só uma pessoa lá embaixo para cadastrar todo mundo, é lamentável, os senhores me desculpem realmente viu, tá, me desculpem mesmo. Isso parece um retardamento da audiência pública intencional.

**Vereador Luiz Roberto Tavares:** Alô, som, testando.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Boa noite a todos, é com grande satisfação que eu tenho a honra de receber todos nesta casa legislativa de Mogi Mirim para essa audiência pública conforme requerimento número 181 de 2024. Requerimento número 181 de 2024, assunto ementa: requer designação de audiência pública a ser realizada no plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim no dia 13 de maio de junho de 2024, às 18 horas e 30 minutos para tratar de assuntos diversos sobre a prestação de serviços da Avante Social no CAPS, também para tratar sobre questões da saúde pública no município de Mogi Mirim. Requer ainda que sejam convocados os representantes a seguir: presidente da Avante Social ou representante equivalente, a senhora secretária de saúde Clara Carvalho, senhora Patricia Santon, gerente de Secretaria de Saúde, senhor Mauro Nunes Junior chef de gabinete e atual administrador da intervenção administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e o atual presidente da irmandade ou aqui tava errado é o senhor provedor da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Santa Casa o senhor Milton Bonatti de Mogi Mirim, a senhora Lucia Bueno Peruchi Secretária de Educação, esse requerimento foi de autoria do vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, vereador Ademir Souza Floretti Jr, vereador Cinoê Duzo, vereadora Joelma Franco da Cunha, Luis Roberto Tavares, vereador Luís Roberto Tavares, vereadora Lucia Maria Ferreira Tenório e a nossa querida vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena. A motivação da audiência pública de hoje, a presente audiência pública foi constituída em função da alta demanda pontuada pelos munícipes de Mogi Mirim devido a insatisfação no atendimento na saúde. Conforme requerimento acima, conforme eu for lendo aqui por gentileza vai mudando aí tá? Conforme requerimento acima foram convocados os seguintes secretários: Secretária de Educação Ana Lucia Bueno Peruchi que apresentou atestado médico Unimed informando não poder comparecer em função de estar com o atestado médico datado de 10 de junho de 2024, afastamento por treze dias para tratamento cirúrgico. A senhora Secretária de Saúde Clara Alice Franco de Almeida Carvalho apresentou a justificativa que não poderia comparecer tendo em vista que se encontra em período de gozo de férias desde 10 de junho de 2024, sendo designada como representante interino a senhora Edna Valéria Ferreira de Lima, coordenadora e gerência ... O requerimento do prefeito, a portaria que ele assina, alterando nomeando secretários interino, a senhora gerente da Secretaria de Saúde Patricia Santon até a atual data não tinha nos comunicado na câmara que viria, mas ela está presente pelo que eu estou percebendo. A chefe de gabinete, o senhor chefe de gabinete atual administrador da intervenção administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, Mauro Nunes Junior não confirmou também, mas eu constatei que está presente aqui. Obrigado Secretário e chefe de gabinete. O senhor provedor da Santa Casa de Mogi Mirim não está presente e está em viagem pelo que estou sabendo fui informado a pouco pelo Interventor da Santa Casa. Bom, eu queria também agradecer a presença, eu vou falando o nome aqui porque a coisa foi muito corrida teve esse embargo lá na entrada lá, agradecer a Secretária de Assistência Social, a Senhora Cristina Pulz de ter comparecido, a gerente de Assistencial Social Cristina, Cíntia Fantagucci, a Secretaria de Educação Interina Célia Ataíde, a coordenadora do CEMAE Edna Valéria Ferreira de Lima, o Interventor como eu falei aqui, o senhor Mauro Nunes Jr, a representante da APAE, a senhora Roseli está presente? Por gentileza a senhora



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pode adentrar ao plenário por gentileza se quiser. Queria agradecer a presença da minha amiga aqui a vereadora Sonia Módena da minha colega também amiga doutora vereadora Lucia Tenório, da vereadora amiga também Joelma Franco, do vereador Ademir Floretti Junior, do nosso querido vereador professor Cinoê Duzo "gazadeus", do vereador Luís Roberto Tavares da Secretaria de Assistência Social Denise Helena Campos, da Secretária de Assistência Social também Eliana Bellini que está aqui presente hoje, o assessor Renan Neves representando, mas o vereador está aqui presente, mas é um prazer Renan ter você aqui nessa casa hoje, né? Eu gostaria que o representante da Avante acionasse o microfone e falasse o seu nome completo por gentileza.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Oi, eu me chamo Paulo Henrique Régis.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim, obrigado senhor Paulo pela presença. Eu gostaria também de pedir para que o representante do Conselho Municipal de Assistência Social, a senhora Denise Helena Campos também... está presente? Se quiser adentrar ao plenário, seja bem vinda. Por gentileza... Também informar a presença aqui da senhora enfermeira Patrícia Coggi, o presidente do Conselho dos Direitos da Mulher a presidente do Conselho dos Direitos da Mulher, a senhora Rosa Maria Silva, dona Rosa quiser adentrar ao plenário seja bem vinda. O senhor, o representante ou a representante da associação dos portadores e deficiência, a senhora Maria Teresa Simão está presente? A senhora seja bem vinda querendo adentrar, ok? A representante do Conselho de Saúde Miguel Moraes, senhor Miguel Moraes está presente? Fica a vontade do Miguel caso o senhor queira adentrar ao plenário. O nosso, ressaltar aqui a presença do nosso ex-vereador e presidente dessa casa, Manoel Palomino, seja bem-vindo, Palomino. Obrigado

Alguém que eu não mencionei, gostaria de ressaltar também a presença e a chegada do nosso querido vereador aqui muito atuante em Mogi Mirim, Marcos Gaúcho, seja bem-vindo Marcos a essa audiência pública.

Bom, feitas as apresentações, se eu esqueci de informar alguma pessoa eu peço por gentileza que me informe aqui, eu falo o nome da pessoa. Eu começo essa audiência pública da seguinte forma, dizendo o seguinte, qual é a função de um interventor? A função de um interventor é acompanhar e analisar relatórios, finanças da instituição que está em recuperação, no nosso caso aqui é a nossa querida e amada e o único



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

hospital que nós temos: Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, hospital público. Então as questões que eu passo a elaborar agora e faço as perguntas inicialmente é sobre a Santa Casa de Misericórdia. A posteriori nós entraremos em outras questões dos CAPS. Eu quero direcionar as perguntas ao senhor secretário chefe de gabinete interventor da Santa Casa nomeado a partir do momento que o Instituto Nacional de Ciências e Saúde foi retirado da Santa Casa. Diante de enormes evidências e suspeitas de crimes contra os SUS, conforme matéria que nós apresentaremos aqui ao final dessa audiência. Senhor interventor da Santa Casa, eu gostaria que o senhor me desse uma resposta, o município tem contrato apenas com a Santa Casa ou também tem contrato de prestação de serviço com outros prestadores de serviço que prestam serviços dentro da Santa Casa?

**Mauro Nunes Jr.:** Boa noite a todos, na verdade Magalhães nós temos como se fala "contrato", nós temos convênio, o município tem convênios com a Santa Casa. A Santa Casa tem contratos com outras pessoas jurídicas, ou seja, fornecedores, prestadores de serviço, então existem as duas situações que você questionou.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim, quem está no comando, quem está comandando o corpo clínico hoje da Santa Casa? E quantos médicos compõem o corpo clínico vinculado a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim?

**Mauro Nunes Jr.:** A Santa Casa, o corpo clínico ou o diretor clínico que vocês questionam nós não temos hoje porque ele pediu demissão, ele pediu demissão, se vocês quiserem eu posso até deixar com vocês, ele pediu para sair, então a Santa Casa hoje ela tem setores com responsáveis que prestam o serviço e presta conta para o administrador da Santa Casa. Na verdade, hoje a Santa Casa tem três pessoas chaves que é o interventor, na minha pessoa, a minha colega Patrícia e o administrador que é o Daniel, então todos esses contratos passam pela gente, quem assina esse contrato sou eu como interventor.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim. Quais e quantos profissionais trabalham na Santa Casa sob contratação de terceiros que não seja nem da Santa Casa e nem do município de Mogi Mirim?

**Mauro Nunes Jr.:** Olha, na Santa Casa nós temos funcionários CLT aproximadamente 580? Ele muda dependendo da semana tal, mas aproximadamente CLT 580. Isso funcionários da Santa Casa, nós temos empresas que são específicas que são



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

específicas e que gerenciam setores, essa empresa é contratada e os médicos são contratados por ela. Então vem a nota fiscal com todos os nomes dos médicos, todos os horários a gente tem a folha de presença, a gente confere tudo, paga a empresa que é uma pessoa jurídica, ou seja, eles não são funcionários, são prestadores de serviço, geralmente é um médico ele é o responsável pelo grupo e ele faz o pagamento dos médicos então.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Tá, O senhor disse para nós aqui que hoje a Santa Casa está sob sua coordenação como administrador, como interventor, a senhora Patrícia Santon e quem mais?

**Mauro Nunes Jr.:** E o Daniel, que é o administrador.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** o senhor Daniel o que que ele é?

**Mauro Nunes Jr.:** Administrador da Santa Casa.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Mas ele é médico?

**Mauro Nunes:** Não, ele é administrador.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** É administrador.

**Mauro Nunes Jr.:** Ele foi secretário de saúde em outra cidade, tem uma vasta experiência na administração pública.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** É Daniel do que, o senhor sabe o nome dele? Completo.

**Mauro Nunes Jr.:** É Daniel Flugio, não é família daqui.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Daniel Fluguer?

**Mauro Nunes Jr.:** Flugio

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Flugio? Tá.

**Mauro Nunes Jr.:** Depois eu passo os nomes direitinho para vocês.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Ok. Hoje seria possível o senhor afirmar que a Santa Casa não possui profissionais suficientes para a prestação de serviços contratados notadamente se excluídos os trabalhadores que não detêm nenhuma espécie de vínculo com Mogi Mirim?

**Mauro Nunes Jr.:** Eu contrato profissional. Para mim não importa se ele é de Mogi Mirim se ele é de Mogi Guaçu.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Mas a pergunta que eu estou fazendo só para elucidar com o senhor, se tudo que está terceirizado hoje dentro da Santa Casa saísse, a Santa Casa teria condição de tocar sozinha com os funcionários que tem?

**Mauro Nunes Jr.:** Sem dúvida, claro, se sair saiu uma equipe inteira a gente contrata a outra equipe, isso já aconteceu.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Essa contratação vocês conseguiriam fazer em quanto tempo?

**Mauro Nunes Jr.:** Olha a contratação até que foi rápida né? Não temos grandes problemas

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Se a empresa terceirizada ou a Santa Casa romperem seu contrato, eu fiz a pergunta aí, vocês vão conseguir contratar esses profissionais, o senhor tem certeza dessa afirmação? Que o senhor tá fazendo?

**Mauro Nunes Jr.:** Tenho certeza, nós já fizemos isso

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Porque nós temos uma empresa que assumiu o contrato aí há mais de 7 meses e até agora ela não conseguiu lotar todos os profissionais que eram devidos para prestar o serviço para a cidade

**Mauro Nunes Jr.:** Precisamos saber qual é a empresa então.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Vamos falar. Como interventor, como e por que foi permitido a terceirização de serviços antes da finalizada, de ser finalizada a intervenção ante os riscos apresentados quando foi decretada a intervenção?

**Mauro Nunes Jr.:** Cada um tem um jeito de administrar. A Santa Casa é uma pessoa jurídica de direito privado que foi separado pelo juiz onde a irmandade da Santa Casa administra parte privada que hoje está parado. A empresa que o senhor citou lá no começo que é de Sorocaba tem vínculo com a irmandade e com a parte privada e a parte pública são recursos públicos que fazem a máquina funcionar. Essa máquina é composta dos funcionários de carreira e também empresas que prestam serviço geralmente na área médica e tem fornecedores, que tem muitos, inclusive agora nós estamos com muitos desses fornecedores perguntam para a gente "vocês vão continuar na Santa Casa?". Eu disse que sim, que existia um decreto até 31 de dezembro, aí eles disseram o seguinte, aconteceu ontem "então nós vamos fornecer para vocês".



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Quem era o interventor no momento que a Santa Casa, se foi a Santa Casa, quem era o interventor que presenciou a assinatura ou que sabia, tinha conhecimento da assinatura do contrato de prestação de serviço, se foi do Instituto Nacional de Ciências de Saúde com a Santa Casa para prestar o serviço lá dentro?

**Mauro Nunes Jr.:** É um colega de Mogi Guaçu, cujo nome é DeCarli. Ele foi administrador...

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** O senhor poderia mencionar o nome completo dessa pessoa nessa noite?

**Mauro Nunes Jr.:** É que a gente sempre chama ele de DeCarli, mas eu passo para você. Não tem problema nenhum, o contrato dele.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim outra pergunta. Quais medidas efetivas entende que pode tomar em face da empresa contratada pela Santa Casa, uma vez que alega que não há contrato que regula a relação entre as partes. O que eu quero dizer? A doctor medical fez um contrato com a Santa Casa?

**Mauro Nunes Jr.:** 3

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** O senhor como interventor autorizou?

**Mauro Nunes Jr.:** SIM

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** O senhor assinou também?

**Mauro Nunes Jr.:** Assinei também

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim, quais os fatos que em tese não permitem que seja finalizada a intervenção da Santa Casa? Porque não foi cumprido prazo da sentença judicial para a finalização da intervenção em um ano.

**Mauro Nunes Jr.:** Um minutinho só, Magalhães. Magalhães eu vou ler pra você o pedido da Santa Casa. "A Irmandade de Santa Casa de Misericórdia em Mogi Mirim, pessoa jurídica de direito privado, entidade beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos e de relevância pública e social na área de saúde inscrito no CNPJ, número tal, com sede na rua Maestro Azevedo 124 centro município de Mogi Mirim, na Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, CEP tal, email tal, representada aqui conforme sua previsão estatutária pela sua atual provedor Milton Braz Bonatti, que é o atual provedor hoje, serve-se da presente para expor e requerer o quanto segue. Nos termos do Decreto Municipal 9.217 de 27 de março de 2024, no dia 29 de junho



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de 2024 findará a requisição, intervenção administrativa do Poder Executivo junto a Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. No entanto é se disso que ainda há matérias administrativas e operacionais pendentes as quais sem maiores justificativas devem ser resolvidas através de cooperação mútua entre esta instituição e a equipe de intervenção municipal. Desta feita, sugerimos que seja a prorrogada a intervenção administrativa em 29 de 06 de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024 e que esse período seja utilizado para finalizar a transição entre atual gestão, intervenção e a administração direta pela Irmandade ficando desde já estabelecido que a prorrogação da requisição intervenção administrativa se limitará aos serviços sus podendo assim que possível a Irmandade retomar o seu serviço particulares, Mogi Mirim 22 de maio de 24 Milton Braz Bonatti. A solicitação foi deles.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim o senhor como interventor acompanhou a contratação então dessa doctor medical?

**Mauro Nunes Jr.:** Sim

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** O senhor sabe por que motivo ela saiu?

**Mauro Nunes Jr.:** Magalhães esse é um assunto até interessante porque quando a gente vai contratar médicos para a Santa Casa e a Doctor Medical era uma empresa que estava contratando, esses profissionais que gostariam de prestar esse serviço na Santa Casa, eles são interpelados, são ameaçados por outros médicos, inclusive alguns que lá passaram, para que eles não aceitem trabalhar para a Santa Casa. Olha só a gravidade do negócio, é por trás, trabalham assim, mas a gente não tem problema com isso, a gente acaba montando uma outra equipe, eles queiram ou não queiram. Então são pessoas que a gente acha que tem interesse positivo na Santa Casa, de ajudar uma entidade, porque entidade é de todos nós como você disse, não, trabalham contra, e não é a primeira vez Magalhães não é a primeira vez que fazem isso.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim, secretário, num momento oportuno outros colegas que fazem parte da composição do requerimento, estará conversando contigo também sobre esse assunto, tá?

**Mauro Nunes Jr.:** Estão convidados a irem na Santa Casa.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Quais as medidas foram tomadas no curso de todo o mandato da atual administração que se refere a correção dos fatos que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

levaram ao pedido da intervenção? O que justifica as medidas necessárias em três anos e seis meses para toda essa prorrogação?

**Mauro Nunes Jr.:** Na verdade, começa lá com a intervenção administrativa, não é a judicial que nós entramos e começamos a fazer o trabalho e reorganizar a Santa Casa, então esse foi o primeiro ato. Nós estamos investindo na Santa Casa, não sei se vocês sabem, mas toda a parte elétrica da Santa Casa está sendo trocada, quando nós entramos e fomos ver o nome justifica é uma Santa Casa que já era para ter pegado o fogo faz tempo. Agora nessa semana estamos acabando de fazer a neonatal, e tem outros setores vamos dizer menos importantes, nós atacamos os mais importantes UTI, centro cirúrgico começamos ali está certo?

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Quero pedir que tudo que for discutido aqui a gente tem que ser meio objetivo para andar com o negócio aqui porque, responder realmente à pergunta não se estender em outros assuntos?

**Mauro Nunes Jr.:** Eu estou justificando só, então tem investimentos lá dentro, o PSC, obrigado, o PSC que é o pronto-socorro foi...

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Secretário, a pergunta foi por que houve necessidade? Então o senhor já falou, a gente já está registrado na ATA inclusive que depois vocês poderão ter acesso.

**Mauro Nunes Jr.:** Tá bom.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Uma pergunta, se a empresa terceirizada que presta efetivamente o serviço do contrato junto a Santa Casa, com tudo sob intervenção não estaria sendo utilizada a Santa Casa como uma testa de ferro para a contratação indireta de empresas terceirizadas sem seguir os ditames da administração pública quanto a licitação ou chamamento notadamente o princípio da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência pelo fato de ela estar em intervenção ainda?

**Mauro Nunes Jr.:** Não

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Tudo que fosse contratado?

**Mauro Nunes Jr.:** Não

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Não seria...

**Mauro Nunes Jr.:** Quem falou isso aqui desconhece. Eu sei quem falou e essa pessoa desconhece



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Não seria... Não seria por exemplo qualquer negócio que fosse feito no atual momento de intervenção, não deveria ser feito uma publicidade para que tudo que é, tudo que tem investimento de dinheiro público a população, qualquer pessoa do meio da... qualquer popular qualquer pessoa tem direito à informação tem direito a ter informação. Não seria até por uma questão de segurança importante informar o poder legislativo da cidade de Mogi Mirim de todos os passos que estão sendo tomados?

**Mauro Nunes Jr.:** Começando então, pessoa jurídica de direito privado tem necessidade de fazer licitação?

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Não estou falando isso estou falando... da intervenção.

**Mauro Nunes Jr.:** Não, foi o começo do seu questionamento, da intervenção. É isso, lá é uma pessoa jurídica de direito privado, não precisa fazer licitação. A pessoa que falou isso aqui está totalmente enganada e desconhece.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Recebendo dinheiro público? Mesmo recebendo dinheiro público?

**Mauro Nunes Jr.:** Não tem problema não, a gente presta contas.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Mesmo diante de tudo que pesa contra a instituição em função dos rombos que tiveram lá dentro?

**Mauro Nunes Jr.:** Tudo que pesa. Nós prestamos conta ao SUS, nós prestamos contas ao Tribunal, eu tenho até relatórios aqui para mostrar para vocês, é tudo às claras, todo vereador que vai na Santa Casa, eu acolho, Cinoê, né? Cinoê foi um que foi lá. Gebê...

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Ô pessoal, eu vou pedir para que as pessoas não se pronunciem porque está sendo feito uma gravação da ata na íntegra, que isso é um documento que pode ser utilizado a posteriori tá? Então eu pediria que as pessoas não, desculpa eu não estou sendo arrogante, é que eu tenho que obedecer a lei e os ditames do regimento interno da casa e da lei orgânica do município, ok?

**Mauro Nunes Jr.:** Vários vereadores estiveram lá e foram muito bem recebidos e tudo lá é aberto, o que vocês quiserem, é só fazer o requerimento, a gente manda para vocês, é...



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim, secretário, eu agradeço muito o senhor, mas se vocês puderem se antecipar e prestar espontaneamente a informação para a população, a gente agradece muito.

**Mauro Nunes Jr.:** Ok

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Mais uma pergunta, como a intervenção garante o recebimento de valores por essas empresas terceirizadas sem prejudicar os demais credores da Santa Casa?

**Mauro Nunes Jr.:** Ué, eles são prestadores de serviço, prestam serviço a Santa Casa, nós recebemos o dinheiro do SUS e fazemos o pagamento deles.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Direto para eles ou para a Santa Casa?

**Mauro Nunes Jr.:** Eles emitem uma nota fiscal, o repasse vem da saúde, passa pela Santa Casa que o repasse é para a Santa Casa e a Santa Casa efetua o pagamento das notas fiscais dos fornecedores, prestadores de serviço folha de pagamento e tudo mais.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Ok, Qual o caminho do dinheiro público, em que contas são pagos os valores devidos da Santa Casa? Quem controla a execução contratual e as glosas eventuais?

**Mauro Nunes Jr.:** Todas as contas da Santa Casa e amanhã é dia de eu abrir mais 4 estão centralizados no Banco do Brasil ok?

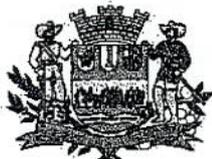
**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim

**Mauro Nunes Jr.:** quem faz as glosas? Todas as despesas da Santa Casa passam pela Secretária de Saúde ela que olha documento por documento e se tiver que fazer glosa, faz, é necessário, porque o tribunal de contas vai olhar toda essa documentação e vai ver se tem problema ou não e faz seus apontamentos.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim. Além de valores repassados da Santa Casa há valores repassados diretamente a terceiros então?

**Mauro Nunes Jr.:** Não, tudo passa pela Santa Casa, todo dinheiro sus vai para conta da Santa Casa, são contas específicas para pagar folha de pagamento, para pagar fornecedores, para pagar os médicos, são contas específicas que recebem o dinheiro da prefeitura, que é o dinheiro das contas SUS e a gente faz o pagamento.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim. A empresa terceirizada ou terceirizadas é reconhecida legalmente pelo município como sucessora da Santa



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Casa? ela pode responder aos demais credores da Santa Casa, a exemplo Instituto Nacional de Ciência Saúde, Doctor Medical?

**Mauro Nunes Jr.:** A Doctor Medical ela presta serviço para a gente, como é que ela vai ser sucessora? Jamais vai ser sucessora.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** A Doctor Medical presta serviço diretamente para o município?

**Mauro Nunes Jr.:** Para o município não, para a Santa Casa, a relação é Santa Casa-Empresa, a empresa presta serviço para a Santa Casa e é feito o pagamento. Como é que ela vai ser sucessora?

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Ok. O senhor tem conhecimento que a polícia federal esteve no município de Mogi Mirim, foi até a Santa Casa, ao departamento de saúde e a residência?

**Mauro Nunes Jr.:** Tenho o conhecimento que foi numa residência num condomínio, não esteve na Santa Casa e nem na Secretaria de Saúde.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Ok. E uma pergunta que eu já fiz várias vezes e não me deram a resposta até o presente momento. Por que que a unidade Neonatal da Santa Casa de Mogi Mirim foi fechada em outubro de 2023? E logo após a nossa querida vereadora, doutora Lúcia Tenório fazer uma fala aqui nesta casa eu e mais um outro vereador, acho que foi vereadora Sonia Módena, vocês logo em seguida a nossa fala aqui vocês fizeram em fevereiro a reabertura ou em março, se não me engano, início de março vocês fizeram a reabertura toque de caixa da unidade neonatal. Por que ela foi fechada, senhor inventor?

**Mauro Nunes Jr.:** Quando fala toque de caixa eu até assusto porque existe um procedimento. O problema aconteceu na outra, vamos dizer assim, na intervenção, mas na administração do outro interventor. O problema foi daquele interventor com a neonatal. O que os médicos fizeram? Eles foram lá e simplesmente abandonaram. Cabe a Santa Casa fazer o quê? Ação nos médicos para que eles voltassem e eles ficaram protelando para dar até que o juiz mandou voltar. Quando eles mandaram eles voltar a gente já estava correndo atrás de uma outra empresa para assumir a neonatal. Aí nós não quisemos eles mais e abrimos a neonatal, agora se a doutora fez esse questionamento, pode ter coincido na época, mas o processo já vinha vindo. Não foi o fato...



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Por que os médicos saíram em debandada como o senhor falou?

**Mauro Nunes Jr.:** Então aí é que tá, houve um problema administrativo entre aqueles médicos que estavam lá e o gestor anterior, agora quem tinha que estar aqui para responder isso não sou eu, quando eu entrei eu entrei para resolver o problema e o problema foi o resolvido, tá lá funcionando.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Mas o senhor como interventor foi o responsável pela reabertura?

**Mauro Nunes Jr.:** Sim

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** O senhor não tem conhecimento qual foi o problema que aconteceu naquela época? Sendo que estava sob a administração do seu prefeito doutor Paulo Silva.

**Mauro Nunes Jr.:** Sim eu teria que perguntar qual foi o efetivo motivo, eu sei que houve uma discussão com o interventor anterior, os médicos se reuniram e pararam o serviço.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** A senhora Patricia Santon que sempre está, que está alocada no Departamento de Saúde poderia me informar se sabe do motivo, o que motivou?

**Patricia Regina Coggi:** Boa noite a todos, primeira coisa que eu gostaria de corrigir é que meu nome é Patricia Regina Coggi e não mais Santon.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Desculpa.

**Patricia Regina Coggi:** E eu sou enfermeira, não sou gerente da Secretaria de Saúde, só enfermeira.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Alguém me passou a anotação errada me desculpe viu?

**Patricia Regina Coggi:** Não, imagina, não tem problema nenhum, só pra constar. O que que aconteceu lá? Os médicos diziam que não estavam recebendo os valores financeiros, mas na realidade eles estavam recebendo sim. O que acontece que vocês sabem, a gente tem bloqueios então no dia do bloqueio a gente não consegue efetivar os pagamentos, mas nunca teve um atraso maior que 30 dias então eles simplesmente falaram que não estavam recebendo e deixaram o plantão. Nesse dia que deixaram o plantão, o nosso RT que está aqui doutor Claudio Pessoa assumiu o plantão.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

transferiram todas as crianças para outras unidades de terapia intensiva de neonatologia e aí fechou a unidade.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** A senhora tem conhecimento que em função do fechamento da unidade neonatal lá da UTI, houve óbito de crianças?

**Patricia Regina Coggi:** Não os nossos bebês foram todos transferidos para outras municípios.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Então não houve óbito e mesmo que foi transferido para outro município não houve óbito?

**Patricia Regina Coggi:** Não, aí eu já não sei.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Não tem conhecimento?

**Patricia Regina Coggi:** Não tenho, isso não

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Então eu pergunto aqui para o senhor interventor, a última pergunta, não vou te...

**Mauro Nunes Jr.:** Pois não

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** A unidade neonatal, ela é referência?

**Mauro Nunes Jr.:** É referência

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Ela é referência. E esses recebimentos que houve nesse período o que que aconteceu? Foi desviado, não, designado para outros setores da Santa Casa o que aconteceu com o dinheiro que foi repassado para o município em relação a unidade neonatal?

**Mauro Nunes Jr.:** Esse dinheiro não foi repassado, ele ficou guardado, não houve pagamento.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Ok. Eu gostaria de ressaltar a presença do nosso querido vereador aqui Alexandre Cintra, um beijo no seu coração, Alexandre. Tem mais algum vereador que chegou que eu não mencionei o nome, que eu não quero cometer nenhuma injustiça aqui com ninguém. Bom, vereadora Sônia, quer fazer alguma pergunta para o interventor? Para o pessoal da saúde? Depois nós entramos no assunto aqui da Avante Social, do CAPS.

**Vereadora Sônia Módena:** Boa noite a todos, boa noite vereadores aqui presentes secretários, público que nos assiste, Mauro Nunes, gostaria de fazer uma pergunta ao senhor secretário quando o senhor falou da UTI neonatal, eu soube fui até lá que havia um médico até com uma idade um pouco avançada, foi através de uma denúncia



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 44/24  
Folha Nº 43

que eu fui até a neonatal de Mogi Mirim, e ele mesmo falou pra mim da dificuldade que tinha de contratação de médico e o senhor disse para mim que havia uma ordem judicial para que médicos interiores retomassem o serviço, se tinha dificuldade para contratar e tinha esses médicos, o código judicial para retomar, por que não foram reaproveitados esses médicos?

**Mauro Nunes Jr.:** Porque nós não paramos, a ordem judicial veio a posteriori. Nós já estávamos trabalhando para recompor. Esse senhor apesar de ser de idade tem muita experiência e se não fosse ele assumir, a neonatal não ia estar funcionando. Então começou com ele, depois nós fomos contratando outros médicos, foi aí que o juiz mandou eles voltarem, aí já não era mais do nosso interesse. Nós dispensamos todos.

**Vereadora Sônia Módena:** Então foi posterior, porque o que deu a entender aqui que a reabertura estava vindo com a ordem deles retomarem. O senhor tá dizendo que a ordem deles retomarem era após a reabertura e a estabilidade já do número de médicos...

**Mauro Nunes Jr.:** Sim, já estava... É que a gente já estava trabalhando...

**Vereadora Sônia Módena:** O senhor poderia dizer o nome desse médico que estava lá?

**Mauro Nunes Jr.:** É Arilton, eu não lembro o sobrenome dele.

**Vereadora Sônia Módena:** Ele é um médico pediatra intensivista?

**Mauro Nunes Jr.:** Não é intensivista

**Vereadora Sônia Módena:** Não é?

**Mauro Nunes Jr.:** Não. E não precisa ser, a lei não fala isso

**Vereadora Sônia Módena:** Saberá dizer nesse exato momento da entrada dele até o presente momento o número de crianças que passaram pela nossa neonatal e as quais tiveram óbito?

**Mauro Nunes Jr.:** Eu não tenho esse número aqui, infelizmente, posso te fornecer depois

**Vereadora Sônia Módena:** Ok. Obrigada vereador Magalhães

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Obrigado, vereadora Sônia, vereador Luiz Roberto Tavares gostaria de fazer alguma pergunta sobre a Santa Casa, a saúde pública de Mogi Mirim?



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereador Luiz Roberto Tavares:** Boa noite Magalhães, boa noite a todos presentes, pessoal que foram convocados boa noite a todos. É só para justificar vereador Magalhães que eu estou usando o microfone que as três perguntas que eu faria ao Mauro, Maurinho e a Patricia, já foram respondidas, então por enquanto passo a palavra.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Muito obrigado vereador. Vereadora Joelma por gentileza, a senhora gostaria de se pronunciar sobre a saúde municipal e a Santa Casa de Mogi Mirim?

**Vereadora Joelma Franco:** É, boa noite a todos. Mauro, eu gostaria de fazer as duas seguintes perguntas, uma, é certo que uma médica que faz a parte de obstetria e que trabalha dentro da Santa Casa ela tem suas atribuições. Como que você faz para dar vazão com uma única médica para sustentar toda a Mogi Mirim? Porque assim o que que está acontecendo? Todos aqueles que vem e nos falam, falam quando a gente fala da parte de obstetria, fala o seguinte, está fazendo procedimento cirúrgico, chega à porta a mãe, está com hemorragia, está com o sangramento, está perdendo líquido, a criança também chega, alguma coisa não está fechando Mauro, essa é uma situação específica que não está fechando e também não está fechando uma outra situação específica, a gente recebe ligações direto que é marcado agendas e demoram 4 horas, 5 horas para ser atendido paciente dentro da Santa Casa, que a porta fica uma coisa infundável. Então a gente precisa entender o que está acontecendo com a Santa Casa. Houve uma retirada de médico, de obstetras, houve, isso aí é fato, toda a hora a tribuna, a imprensa, todo mundo não vamos negar

**Mauro Nunes Jr.:** Saiu alguns, foi trocado. Sim.

**Vereadora Joelma Franco:** Como é que está dando vazão a esse tipo de serviço dentro da Santa Casa? E outro é o de atendimento geral. Vocês estão sentados na cadeira administrando? Ok, só que tem o pessoal que está sentado do outro lado, aguardando, com a dor, com o sentimento, com a angústia e com o tempo. Como é que nós vamos superar essas duas situações?

**Mauro Nunes Jr.:** Bom, primeiro a questão do agendamento, você não está falando de pronto-socorro você está falando de atendimento médico, médico especialista, é isso? Porque nós temos vários né? E quando a senhora fala isso eu preciso saber qual é, é só na ginecologia obstetrícia que acontece?



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 44/24  
Folha Nº 45

**Vereadora Joelma Franco:** Mauro, você está à frente da intervenção da Santa Casa. Você sabe que não é, é todos os segmentos têm demanda e têm gargalo. As pessoas fazem agenda e não são... Quando vocês marcam uma agenda as pessoas também se programam, é óbvio que esperar uma hora é até razoável, a gente até entende pelo um sistema, ninguém é hipócrita para isso, agora esperar três horas e meia, quatro horas, aí a gente consegue, começa a entender que está faltando profissional e falta os seus ajustes determinados, assim como a parte da obstetria que a gente precisa pensar sobre isso. Mas você pode responder para mim...

**Mauro Nunes Jr.:** É, precisa pensar. Na verdade, nós precisamos de ajuda.

**Vereadora Joelma Franco:** A administração precisa da ajuda, precisa de qualificação?

**Mauro Nunes Jr.:** Não é ajuda de administrativo, nós precisamos de ajuda de vereador, de buscar recursos para a Santa Casa, um exemplo está aqui ó...

**Vereadora Joelma Franco:** Ah tá,

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Olha, Secretário, olha nós estamos aqui numa audiência pública e vocês estão aqui para prestar contas para a população.

**Mauro Nunes Jr.:** Tá bom. Vamos prestar contas

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Não para ficar fazendo argumentações, que a Casa Legislativa tem conseguido muitas verbas e eu queria pedir o seguinte, responda por gentileza aquilo que for perguntado.

**Mauro Nunes Jr.:** Muito bem vamos voltar ao assunto então.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Só um minuto, vereadora a senhora fez a pergunta?

**Vereadora Joelma Franco:** São duas perguntas. São perguntas técnicas, objetivas, até porque se eu for entrar em mérito de rezar cartilha pra instituto criminoso daí dá para problema, então a gente só quer a parte técnica.

**Mauro Nunes Jr.:** Isso dá problema mesmo, instituto criminoso dá problema mesmo.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Secretário, responda as duas perguntas por gentileza que a vereadora fez por gentileza.

**Mauro Nunes Jr.:** Bom a primeira pergunta foi sobre a questão do atendimento daquelas pessoas que chegam lá na porta. Eu entendo, se eu fosse médico e tivesse como aconteceu, quatro cirurgias eletivas, certo? E batesse alguém na porta



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

precisando de algo, que é o caso uma mulher grávida tendo nenê, o que é lógico fazer? para a cirurgia eletiva e atende essa pessoa que é de urgência.

**Vereadora Joelma Franco:** E se ela estiver no meio da cirurgia eletiva, Mauro?

**Mauro Nunes Jr.:** Não, termina a cirurgia, não vai deixar...

**Vereadora Joelma Franco:** Ah, termina a cirurgia e vai lá?

**Mauro Nunes Jr.:** É claro

**Vereadora Joelma Franco:** Ai chega uma emergência na porta sai correndo médico...

**Mauro Nunes Jr.:** São quatro cirurgias, nós temos um pronto atendimento.

**Vereadora Joelma Franco:** Mauro, tem os pós cirúrgico, tem o acompanhamento cirúrgico, tem vários posicionamentos...uma cirurgia...

**Mauro Nunes Jr.:** Eu sei. Eu estou falando do médico. O médico está atendendo, ele acaba de fazer a cirurgia e vai atender a porta, marcaram...aí ó...

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Eu gostaria de pedir para as pessoas que estão aí no... Não, por favor, mas terá o momento exato de todo mundo falar, Ok? Vai ter o momento para todo mundo falar aquilo que quiser. Queria pedir uma gentileza, vereadora, a senhora está satisfeita com as respostas?

**Vereadora Joelma Franco:** Eu acredito que elas não vão ser respondidas infelizmente.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim. Vereador Marcos Gaúcho, o senhor gostaria de fazer alguma colocação?

**Vereadora Joelma Franco:** Mas depois eu gostaria de fazer outra pergunta.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Fique à vontade, vereador.

**Vereador Marcos Gaúcho:** Boa noite a todos primeiramente. Obrigado ao Magalhães de ter provocado essa audiência, aqui, aos vereadores, o secretário, ao público aqui presente, fazer uma pergunta, Mauro, hoje quantos médicos têm hoje na Santa Casa? E se vocês têm dificuldade hoje de contratar médicos.

**Mauro Nunes Jr.:** 180 médicos

**Vereador Marcos Gaúcho:** E hoje para a Santa Casa ficar em ordem falta quantos profissionais hoje?

**Mauro Nunes Jr.:** O quadro está praticamente completo.

**Vereador Marcos Gaúcho:** Então por que está essa demanda assim?



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Mauro Nunes Jr.:** Porque existe a demanda. É poder público. Se você for hoje em outro hospital aqui na cidade você vai ter demanda também. É a saúde. É muita gente. Segunda-feira, por exemplo, é um dia que lota o PSC. Todo mundo fica doente na segunda-feira?

**Vereador Marcos Gaúcho:** É, nessa parte. O trabalhador já sei como que é.

**Mauro Nunes Jr.:** Então, você sabe que eles vão fazer lá, vão lá para pegar o atestado.

**Vereador Marcos Gaúcho:** E dessa parte eu concordo com ele. Mas então você fala para mim que a Santa Casa tá em ordem em mão-de-obra?

**Mauro Nunes Jr.:** Estamos ampliando até, hoje se vocês viram e aí serve como prestação de conta Magalhães, nós começamos a fazer agora ainda endoscopia e a colonoscopia na Santa Casa, com aparelhos que foram comprados, dois, um foi para o CEM e outro foi para Santa Casa para fazer esses dois tipos de exame. É mais um serviço que nós estamos fazendo que a gente tinha que pedir e contratar a outra cidade.

**Vereador Marcos Gaúcho:** No caso de a Maria Alice ter saído da Santa Casa tem alguém substituindo-a?

**Mauro Nunes Jr.:** Claro, a equipe está completa

**Vereador Marcos Gaúcho:** Tá completo? Tá bom, obrigado

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Obrigado vereador Marcos Gaúcho. Eu gostaria de passar a palavra para a nossa querida vereadora Doutora Maria Lucia Tenório. A senhora quer falar vereadora? Quer fazer perguntas? Fique à vontade.

**Vereadora Lúcia Tenório:** Sim, boa noite colega, Magalhães. Boa noite a todos vocês. Obrigada pela presença. Obrigada por esse público aqui magnífico aqui acompanhando. Olha eu vou falar só um pouquinho e vou fazer uma pergunta. Quando a gente fala de Santa Casa, Mauro, Patrícia, todos aqui sabem, eu tive uma convivência muito grande dentro da Santa Casa e a Santa Casa ela compõe, todo mundo sabe, mas eu vou se deixar isso muito claro, ela tem que ter acima de 30 médicos, obrigatoriedade de ter um diretor clínico, nós temos 180 médicos e estamos desde abril sem diretor clínico. O diretor clínico, ele compõe, ele comanda os departamentos outros e obrigatoriamente dita as comissões por exemplo, obrigatória comissão de ética e quem coordena é o diretor clínico. Eu fico muito preocupada porque o diretor clínico é essencial assim como o técnico muito, o diretor clínico, é escolhido por uma eleição



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entre os médicos do corpo clínico. O técnico é um médico que tem a confiança de quem está lá compondo, no caso vocês hoje, intervenção. Intervenção gente é quando aquele que está cuidando não dá conta alguém tem que intervir para tentar melhorar é isso que eu entendo. É isso que acontece. Agora eu primeiro diria por que ainda não tem um diretor clínico? essa é uma pergunta

**Mauro Nunes Jr.:** Então vou responder já, estamos em processo de eleição

**Vereador Lúcia Tenório:** Já foi convocado? Isso tem que ter convocação vocês sabem disso e tem que ter esse diretor clínico porque o CRM não admite que não tenha diretor clínico, eu já fui diretora clínica duas vezes lá e sei muito bem das exigências do conselho. Outra coisa que eu queria dizer quando houve aquela evasão, que os pediatras desistiram, eu tinha um acompanhamento com eles conheço os neonatologistas e a UTI era muito boa a gente sabe disso, referência, o que aconteceu? Eles por vários meses eles diziam se não pagarem se não tiver mais médicos para a equipe nós vamos sair, então não foi, eu me surpreendo muito quando vocês falam que foi de surpresa, não foi, foi algo premeditado falado avisado. Realmente eu fiz uma colocação aqui porque eu estava muito preocupada, eu falei com São João da Boa Vista que a gente responde ao DRS de lá e eles disseram que não podia ficar até porque aqui é referência se não fechava acabava nossa UTI, o que é difícil. No outro dia realmente abriu. Eu não vou falar de colega é antiético, mas a gente sabia que tínhamos neonatologista lá, o pediatra que não dava conta, a gente sabia disso, ele não tinha nenhuma intimidade com os procedimentos, ele mesmo falava isso e era um Deus nos acuda, eu sei o que estava passando aqueles bebês lá dentro da UTI e nasceram sim na ausência de pediatra de UTI nasceram bebês que foram a óbito eu soube porque não tinha como transferir e acabou, nascia mal e não tinha UTI. Então eu só quero dizer a seguinte gente, restabelecer a Santa Casa começa por um corpo clínico determinado, hoje a gente, o Doctor cuida de uma área e eu não sei quem cuida do outro, vamos, tem que voltar a ter harmonia lá dentro e quem vai fazer isso? Eu confio nisso, Mauro, eu quero que vocês façam isso, por quê? Porque infelizmente a Santa Casa eu falei isso na última fala minha, perdeu a identidade, perdeu vínculo e perdeu tudo, hoje você vê uma Santa Casa que, eletivas por exemplo, eu vou falar da minha área ginecologia obstetrícia, tá fazendo alguns procedimentos? No máximo ligadura tubária porque não tem habilidade para outros procedimentos. Eu soube disso



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por eles mesmo não tem habilidade para fazer cirurgia grande, tá parado, esta semana eu mandei uma paciente receber sangue que precisava de cirurgia assim urgente, tá com anemia, já tomou sangue duas vezes nós não temos quem tá fazendo. Então precisa resgatar, precisa. Então essa audiência é muito pertinente porque realmente vamos trazer isso à tona e vamos levantar a Santa Casa. Por que não tem diretor você já me respondeu que tá em vias de, e restabelecer, refazer a maternidade, eu acho que nós temos que tomar muito cuidado, muito mesmo, é com a forma que a gente chega por exemplo quando você fala, é possível uma doutora da ginecologia atender tudo sozinha? não é. Ela não tem P2 ela não tem, P2 gente é um médico que fica a distância e você chama quando aperta. Não tem, ela fica sozinha. Não tinha nem instrumentador que auxilia. Andou um tempo sem instrumentador. Eu vivi porque a minha instrumentadora trabalha lá e ela...Então eu só tô dizendo que restabelecer isso é um desejo da população porque todos dependem da Santa Casa, resgatar essa Santa Casa, sabe e eu falo isso gente com quem viveu e vivencia isso. Eu vou mesmo falar das coisas, se a gente fosse falar tudo, sabe, dinheiro eu mandei impositiva inteira para Santa Casa, eu mandei verba de deputado para Santa Casa e o que eu puder eu vou trazer para Santa Casa porque saúde não tem fim não tem, o dinheiro entra e sai. Mas era isso que eu queria falar viu? Ô vereador, muito obrigado.

**Mauro Nunes Jr.:** Ô Magalhães, eu posso corroborar as palavras dela? porque ela falou um negócio que é uma realidade. Aqui no relatório tem, olha só, uma médica não vou citar o nome dela que se encontrava...Que se encontrava de plantão por ocasião da vistoria do CRM. A prática é realizar cirurgias com instrumentador cirúrgico, ela dizendo, ocorre na maternidade há pelo menos cinco anos. Cinco anos. E isto observar que no livro de parto constante na maternidade, apenas os cirurgiões principais estão identificados, não constando os auxiliares dos partos cirúrgicos. Exatamente o que a senhora estava falando. Cinco anos.

**Vereador Lúcia Tenório:** Posso falar um pouquinho?

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Pode, doutora

**Vereador Lúcia Tenório:** Olha, eu dei infinitos plantões na Santa Casa, na época a gente nem era remunerado para fazer plantão, mas eu sempre chamei um colega. E os colegas e eu, sem ganhar nada. "Por favor, João você vem me ajudar?" "Ele ia de madrugada três horas da manhã, por quê? Eu, Lucia, o CRM também não quer que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

você opere sozinha porque se você passa mal quem vai fazer esse procedimento? Então eu nunca gostei de operar, mas muito das vezes eu precisei operar sem, só com instrumentador, a gente fazia essa prática por falta de profissionais que, de remuneração de, não achava, mas eu digo que isso há muito tempo mesmo, mas veio uma coordenadora que ela colocou que teria que ter, começou a funcionar muito bom, era doutora Marcia e estava funcionando super bem aí de repente mudou tudo, veio a Doctor, ele, a doutora foi saiu, então sabe, parece que não quer que as coisas funcionem direitinho, mas é a sensação que eu tenho

**Mauro Nunes Jr.:** A gente quer que funciona, o nome da gente que está lá também.

**Vereador Lúcia Tenório:** Porque a paciente gente, vocês sabem o que quer ser paciente? Ela simplesmente coloca-se na nossa mão, então olha a responsabilidade e na maternidade são duas, são o bebê e a mãe, então é muito sério isso, é muito sério, então...

**Mauro Nunes Jr.:** Doutora, nós tivemos no passado situações de ter o R1, que nunca foram lá, mas foram pagos, tivemos isso, hoje não tem mais, está mudando e está mudando para melhor, os contratos com os médicos estão melhorando cada vez mais, isso é...fala não só nossa, o Tribunal de Contas passou lá e recebemos elogios, eu tenho o relatório, eu vou deixar com vocês, faço questão, nós estamos trabalhando firme, não é...Deixando esse, esse aquele vai trabalhar...Não, é geral...

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Secretário, Doutora, está satisfeita?

**Vereador Lúcia Tenório:** Estou.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Eu gostaria de passar a palavra para o nosso querido vereador Alexandre Cintra. Quer fazer pergunta vereador?

**Vereador Alexandre Cintra:** Obrigado Magalhães, boa noite, Magalhães, vereadores, administração pública público presente, desculpa das costas viu, gente, esse aqui meu lugar mesmo de sentar. Bom, é... primeiro para a Patrícia, enfermeira Patrícia, você disse que é enfermeira com o cargo administrativo que você ocupa na Santa Casa?

**Patricia Regina Coggi:** É, eu sou enfermeira, agente há anos já na prefeitura e hoje eu atuo lá na Santa Casa junto com Mauro lá na parte administrativa.

**Vereador Alexandre Cintra:** Então qual é o seu cargo administrativo? Assessora?

**Patricia Regina Coggi:** Não, só enfermeira.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereador Alexandre Cintra:** Ah tá, beleza. É... Eu sou na verdade uma pessoa que acompanha muito no discurso da Lúcia toda vez que ela fala da Santa Casa porque não tem outra pessoa aqui dentro...Pra falar da Santa Casa como a Lúcia e toda vez que ela usa a tribuna eu presto bem atenção no que você fala e não é de hoje realmente que você vem falando da falta de diretor clínico, de coordenador e fica difícil entender como que uma Santa Casa anda sem isso. Isso com certeza tá se refletindo no atendimento em todas as reclamações dos munícipes. Novamente pra você, Patrícia. Você disse que os pagamentos não podem ser feitos porque existem bloqueios e que eles nunca passam de 30 dias de atraso. É muito, para quem precisa do seu subsídio é muito. Se eu tivesse no lugar dos médicos eu faria a mesma coisa, é um absurdo você achar que não passa de 30 dias, 30 dias é muito.

**Patricia Regina Coggi:** Mas vamos falar o seguinte, a gente já teve dias de bloqueio de 42 dias de bloqueio, direto na Santa Casa.

**Vereador Alexandre Cintra:** Explique pra gente o que é bloqueio

**Patricia Regina Coggi:** É assim, como a Santa Casa tem os credores, e aí então eles entram com o processo judicial e aí eles fazem os bloqueios, que é nada mais do que pegar o dinheiro que tá na conta pra pagar, seja ele previdenciário, seja cível, é esse valor...

**Vereador Alexandre Cintra:** Mas a integração não existe exatamente por isso?

**Patricia Regina Coggi:** Existe, só que a gente, como Mauro disse, nós somos lá na Santa Casa uma instituição privada sem fins lucrativos usando o CNPJ da própria irmandade. Então, quando a gente foi pra lá a gente não mudou, o juiz não deu pra gente outro, por isso que não tem a necessidade de seguir os ritos públicos. Então a gente foi lá pra gerenciar os valores públicos, mas no CNPJ da irmandade. Agora, existe uma lei que os recursos públicos são impenhoráveis, só que o que acontece, eles fazem o bloqueio, eles fazem um resgate, esses últimos dois anos nós tivemos um valor de resgate de 798 mil reais que é muito dinheiro e foi pegando parcelas, parcelas, parcelas e a gente tá conseguindo, nós conseguimos a liberação de dois resgates, só que primeiro eles bloqueiam, depois eles me liberam o recurso. Então o que é que a gente fez nesses momentos, inclusive teve uma vez não sei se a doutora Lucia lembra, a gente fez cheques administrativos para pagar todos os médicos, foi um Deus nos acuda porque a gente tinha mais de 200, 300 cheques porque o mesmo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

médico prestava serviço na UTI e prestava serviço na clínica médica. Tinha que ser dois cheques diferentes porque a empresa era diferente, então a gente sempre tenta subsídios para a gente conseguir pagar, mas o bloqueio Alexandre a gente infelizmente não tem esse domínio, então ele vai e ou a gente deixa dinheiro por exemplo, folha de pagamento, quando é no quinto dia útil a gente tá com um bloqueio, o que que o município faz? Ele paga o valor que está lá bloqueado, perdemos esse dinheiro para a gente conseguir colocar o dinheiro para poder fazer os pagamentos, entendeu? Então a gente vai usando de estratégias para pagar. Então, a gente, já tivemos atraso na folha de pagamento, já tivemos atraso nos prestadores, tivemos atrasos em fornecedores por conta dos nossos bloqueios. Hoje está um pouco mais rápido porque o Daniel que está lá consegue fazer um provisionamento e a gente tá antecipando o pagamento, por exemplo os médicos nos novos contratos agora eles recebem todo dia 10, dia 4 já tinha várias empresas que já estavam sendo pagas. Então o que nós estamos fazendo agora organizando? Então o que eu consigo pagar antes, eu tô pagando antes, para que quando chega perto do dia do pagamento, se tiver bloqueio, eu já paguei. Entendeu? Então essa é a ação nesse momento.

**Vereador Alexandre Cintra:** Entendi. Mauro, Mauro chefe de gabinete. Você disse aqui, que inclusive você leu para a gente que o próprio Milton disse para que seja, teve uma data para finalizar a intervenção que é no dia 31 de dezembro desse ano.

**Mauro Nunes Jr.:** Isso

**Vereador Alexandre Cintra:** Como você está agora lá como interventor administrativo você acredita nessa realidade?

**Mauro Nunes Jr.:** Olha vai depender muito da irmandade, vou dar um exemplo para você, nós fizemos um contrato com a faculdade, mas quem assinou esse contrato não fomos nós? Porque é Santa Casa mais... É a Franco Montoro com a Santa Casa, mas a parte privada. O que aconteceu? Se vierem por exemplo 20 futuros médicos para fazer o internato deles, eles mandam dinheiro para a gente, mas eu não posso colocar o dinheiro na conta, senão ele vai ser o que? Bloqueado. Mas eu tenho lá que pagar, é um acordo feito, vocês até aprovaram aqui, três milhões que nós fizemos o acordo com o sindicato, mas existe um período para trás sem pagamento. O que que nós falamos com o sindicato e com a juíza? Abre uma conta judicial. Esse dinheiro que vai entrar, os 20 mil aqui, nós vamos direto nessa conta digital, não vai ter bloqueio e aí



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ele começa a pagar os credores. Esses bloqueios são em função de ações, seja ela trabalhista ou de fornecedores ou de serviços contra a Santa Casa. A Santa Casa perde porque realmente ela deve e aí ele pede o bloqueio e a gente fica driblando o bloqueio para poder fazer andar.

**Vereador Alexandre Cintra:** Então você acredita que será possível não ter mais intervenção no dia 31 de dezembro?

**Mauro Nunes Jr.:** Acho que é possível, mas não depende da gente, nós estamos ajudando, depende muito da parte privada para eles começar a andar.

**Vereador Alexandre Cintra:** Obrigado

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Obrigado, vereador Alexandre Cintra. Agora eu gostaria de passar a palavra para o nosso querido vereador Ademir Floretti Jr, o senhor pode fazer suas perguntas à vontade vereador.

**Vereador Ademir Floretti Jr.:** Senhor presidente muito obrigado pela consideração, eu tenho algumas perguntas aqui a serem feitas. Primeiramente eu gostaria de desejar boa noite a todos, agradecer a presença das pessoas que foram convocadas, público aqui presente, meus amigos e nobres e vereadores que se fazem presente também. Eu tenho quatro, cinco perguntas. Nós estamos falando sobre Santa Casa. Para começar eu gostaria que vocês ou Mauro ou a Patricia, estão aqui representando a Santa Casa e a saúde como um todo. Hoje qual é o valor que a prefeitura investe mensalmente na Santa Casa para manter o serviço de atendimento à saúde da nossa população? Eu vou fazendo uma a uma para que não fique confuso.

**Patricia Regina Coggi:** Eu não lembro de cabeça o valor exato, mas a gente encaminhou para vocês o convenio de adesão ao SUS, mas é por volta de seis bilhões/mês. Destes valores nós temos fonte municipal, fonte estadual e fonte federal.

**Vereador Ademir Floretti Jr.:** Ainda falando sobre parte financeira da Santa Casa vocês saberiam nos responder, hoje qual seria o montante da dívida da Santa Casa? Aproximadamente.

**Mauro Nunes Jr.:** Aproximadamente, 70 milhões

**Vereador Ademir Floretti Jr.:** Perfeito. Agora da parte de vocês, Daniel Patricia e Mauro, é de conhecimento de todos que a doutora Maria Alice Mostardinha não está mais na Santa Casa, uma médica de 40 anos, profissional da área e eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: da parte de vocês houve alguma tentativa para manter a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

doutora Maria Alicé Mostardinha no quadro de profissionais da Santa Casa haja vista que ela é uma profissional de 40 anos, médica renomada do nosso município? E por isso eu gostaria de saber se da parte de vocês houve essa tentativa de mantê-la no quadro de profissionais.

**Mauro Nunes Jr.:** Não, não houve tentativa de aproximação com ela.

**Vereador Ademir Floretti Jr.:** Perfeito. Ainda falando sobre a Santa Casa, é de conhecimento também de todos que essa casa de leis aprovou o projeto de minha autoria juntamente com a vereadora doutora Lúcia Tenório, né? Que se tornou a lei 6.517 de 2022 que instituiu aqui no município o posto de coleta de leite materno e no último dia 30 de abril de 2024 houve uma inauguração dentro das dependências da Santa Casa, do posto. Entretanto o seu funcionamento ainda não é uma realidade e nesse sentido eu pergunto haja vista que precisamos considerar que, além da lei municipal existe também uma recomendação, uma orientação da DRS de São João da Boa Vista para que seja implantado um posto de coleta. Nós fizemos as tratativas e o posto foi inaugurado, entretanto não foi efetivamente colocado à disposição da população, principalmente das nossas crianças. Então nesse sentido eu faria a seguinte pergunta, quais são as razões que hoje estão impedindo o pleno funcionamento do posto de coleta de leite materno?

**Vereador Ademir Floretti Jr.:** Pós inauguração, nós recebemos a visita do pessoal da vigilância sanitária, que fizeram alguns apontamentos e adequações a serem feitas. Eu peço desculpa vocês porque eu também estava lá, eu participei do evento que foi muito bacana, mas eu fico entre a cruz e a espada, a lei de vocês e a lei que fala da questão sanitária. Eu acho que a opção foi, vamos resolver a questão sanitária definitivamente e é o que está acontecendo, já está em obras, tão logo esteja em obra, eu gostaria de convocá-los, não, convoca-los não, convida-los para que fossem lá de novo e dessem uma olhada e a gente dessa continuidade nesse procedimento que é muito importante.

**Vereador Ademir Floretti Jr.:** Perfeito, é interessante até destacar já que nós estamos falando de saúde que o posto de coleta ele é justamente importantíssimo para a coleta do leite materno que vai beneficiar os bebês das UTI's. Principalmente a UTI da Santa Casa e até o governo do Estado tem feito um alerta através da Secretaria Estadual de Saúde alertando sobre a importância do leite materno, então não é algo que tenha tanta complexidade na demora, mas é algo que precisa ser efetivamente colocado em



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionamento haja vista que nós temos uma demanda alta, temos doadoras aqui no nosso município que estão mais do que desesperadas para ter um local adequado e a doutora, a doutora Lúcia Tenório aqui é conhecedora de mães que estão desesperadas querendo um local para fazer a doação do leite materno. É... a última pergunta, qual seria a data prevista para que o posto de coleta de leite materno funcione plenamente e começa a receber as mães doadoras? Nós entendemos o que foi colocado, mas eu queria saber se há uma data ou uma previsão de data para que isso ocorresse e com certeza estando vivo eu estarei lá para presenciar.

**Mauro Nunes Jr.:** Mais uns 15 dias vereador. Convidá-los-ei.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Fimou?

**Vereador Ademir Floretti Jr.:** Senhor presidente, satisfeito, muito obrigado. Obrigado, secretário.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim, agora eu gostaria por gentileza de passar a palavra para o nosso querido vereador Cinoê Duzo.

**Vereador Cinoê Duzo:** Boa noite a todos. Agradecer o vereador Magalhães que está provocando essa audiência pública tão necessária, saúde é o que interessa o resto não têm pressa. Boa noite aos vereadores e vereadoras presentes, a pessoa do interventor Mauro, cumprimento à toda equipe, agradeço também quando estive lá, a gentileza e a fineza que tiveram não só comigo, mas com todos e acredito que se façam para todas as pessoas independentes do título: Maurinho, com todo o respeito de chama-lo de Maurinho, o recurso de três milhão aprovado nesta câmara municipal foi repassado aos funcionários para pagar direitos trabalhistas?

**Mauro Nunes Jr.:** Respondendo, no mesmo dia em que foi aprovado, no dia seguinte nós não pagamos funcionário, existe uma ação, o que que nós fizemos? Imediatamente depositamos na conta judicial, é a juíza que determina o pagamento, nós não podemos fazer o pagamento direto para eles.

**Vereador Cinoê Duzo:** Santa Casa tem algum projeto para que seja resgatado o trabalho das nossas queridas e importantes voluntárias?

**Mauro Nunes Jr.:** Você sabe que me perguntaram isso esses dias. A princípio não, mas é uma coisa que a gente pode pensar e no futuro implantar porque funcionava muito bem. Desculpa se eu, vou citar a sua que já faleceu, sogra era uma voluntária e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

eu me lembro dela e do trabalho que ela fazia na Santa Casa, era excepcional esse grupo.

**Vereador Cinoê Duzo:** Só para esclarecer a população, são pessoas...

**Mauro Nunes Jr.:** Abnegadas.

**Vereador Cinoê Duzo:** Civis, não tem salário e o que elas podem doar de mais precioso que é o tempo e o tempo nós não podemos comprar infelizmente. Acredito que seja mais que necessário porque o primeiro atendimento é o acolhimento, é uma palavra amiga e se o senhor olhar para a plateia estamos aqui cheio de anjos porque quando fala de mãe, eu sou suspeito de falar e fazer uma analogia que realmente, as mães com certeza e logicamente, aquelas que mais conhecem os seus filhos, só de bater o olho nele você sabe, vocês sabem com todo respeito, tenho aqui alguns alunos, se eles estão bem, se eles não estão, se eles estão falando a verdade ou não, essa analogia é referente a doutora Lucia, porque quando a gente chega na Santa Casa e eu falo também para os meus alunos, os enfermeiros, Patricia, meu maior respeito a vocês, é os médicos, mas quem coloca a mão na massa doutora, quem acolhe são os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, e eles falam para a família assim "olha, você veio até a sala de recepção, fique aqui porque agora vamos tomar conta do seu familiar, do seu bebê, do seu idoso", e nós não podemos adentrar, lógico, é um recinto restrito que carece todo cuidado com a higiene. Mas a doutora Lucia, ela tem acesso e teve acesso a todos os setores. Então fica muito difícil nós falarmos ou questionarmos após a fala dela e eu com certeza não duvido e tenho maior carinho a respeito por ela. Então eu endosso toda a pergunta que ela fez, 180 funcionários e que supre, 180 médicos, 580 funcionários, mesmo assim é só na segunda-feira que acontece? E na terça, quarta, quinta, sexta, sábado, domingo, acontece também? duas três quatro horas? Desculpa, até três horas no máximo de espera?

**Mauro Nunes Jr.:** Isso não acontece, ô Patricia, explica para ele, se ele tem o relatório.

**Vereador Cinoê Duzo:** Pergunta não como vereador, mas com pessoa que passa, que enfrenta o problema também.

**Patrícia Regina Coggi:** A nossa média de espera, segundo nosso sistema que é informatizado que vocês veem lá é de 45 a 80 minutos. Esse valor aqui da média, então, por exemplo, para vocês ter uma ideia: Em setembro de 2023 a gente teve 6855 atendimentos, que dá 221 pacientes ao dia, 9.21 pacientes por hora para 5 médicos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que estão atendendo, e agora em maio a gente fez 8.568 atendimentos que dá 276 pacientes no dia, sendo 11,51 pacientes por hora de novo para 5 médicos atenderem. Então acontece que a gente trabalha com horário de pico. Então a gente tem horário da manhã, da tarde e horário da noite, que é o pessoal que sai do trabalho para ir. Então a gente acaba acumulando, e a classificação de risco também, né gente? Então o paciente azul pode esperar um tempo maior, o verde, o amarelo e o vermelho têm outras classificações.

**Vereador Cinoê Duzo:** Por gentileza, gente pode esclarecer a cor e o grau de urgência por gente por favor, principalmente pra população.

**Patrícia Regina Coggi:** O paciente azul é o de menor complexidade, é aquele paciente que pode esperar, vamos dizer assim, ele está com uma dor de cabeça, com uma criança com narizes escorrendo, é isso, febre. Aí a gente classifica uma classificação a mais quando eu tenho a verde e amarela - É isso, Claudio? Me corrige aqui que eu estou aqui eu estou, cadê o Claudio? Fala aqui para mim Claudio, que eu esqueci os tempos certinhos. E o tempo que eu esqueci?

(Inaudível)

Então a classificação é desse, nesse tempo de espera.

**Vereador Cinoê Duzo:** Minha última pergunta até por respeito às mães porque né para não demorar muito. Muitas pessoas na fila na questão da ortopedia, muitas pessoas, o número de pessoas na fila é como é que está o andamento dessa fila?

**Patrícia Regina Coggi:** Você se lembra que para fazer a parte de alta complexidade vocês nos deram recurso para de emenda impositiva que a gente acabou colocando o Mogi Guaçu, Mogi Guaçu que era referência para todo mundo parou de fazer, e agora a gente está fazendo na nossa santa casa, o que aconteceu que agora a gente começou a fazer agora esse mês: os pacientes foram reavaliados pelos nossos profissionais ortopedistas, fizeram novos exames preparatórios, as cirurgias estão acontecendo parte de agora. A média complexidade a gente realmente tem uma fila bem grande, então a parte de ombro a gente já conseguiu zerar, mas a parte de mão a gente dividiu, é, os procedimentos de mão com o nosso neuro, então o túnel do carpo quem está fazendo é o neuro e não mais ortopedista para a gente também andar com a fila. E a gente está com uma demanda bem significativa de joelho e pé.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereador Cinoê Duzo:** Então OK, muito obrigado mais uma vez a toda equipe, obrigado Magalhães E ao público que tem a maior paciência acredito que vai te ser aberto aí eles, obrigado Magalhães.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** A vereadora Sônia Módena tem que sair porque ela tem compromisso, E pode fazer a sua pergunta vereadora.

**Vereadora Sônia Módena:** Obrigada, Vereador Magalhães. Só uma pergunta para o Mauro Nunes: Mauro, A Santa Casa, tem algum serviço da Santa Casa para levar paciente para casa à noite após um atendimento médico que não tenha transporte? família que vai lá sem transporte?

**Mauro Nunes Jr.:** Não tem. É só o atendimento ali.

**Vereadora Sônia Módena:** A pergunta minha é se a Santa Casa tinha algum tipo de transporte para levar paciente para casa durante a noite que passasse para o atendimento e não tivesse recursos, não tivesse como embora, está me dizendo que não tem esse tipo de atendimento?

**Mauro Nunes Jr.:** Não tem, é só atendimento médico mesmo.

**Vereador Marcos Gaúcho:** O Mauro Nunes, o transporte é feito a noite sim, o paciente não tiver transporte a Santa Casa liga lá na portaria e a gente que leva.

**Mauro Nunes Jr.:** Não, não é da Santa Casa, Marcos. Não é da Santa Casa, é da prefeitura

**Vereadora Sônia Módena:** A minha pergunta era se era específica da Santa Casa, com contrato com algum tipo de transporte pra levar.

**Vereador Marcos Gaúcho:** Ah, entendi, entendi, igual tipo...

**Vereador Luiz Roberto Tavares:** Você fala... A Santa Casa está falando a upa lá?

**Vereador Marcos Gaúcho:** Isso.

**Mauro Nunes Jr.:** Acho que ela falou da upa, mas todo...É que a gente não vai dar alta para uma pessoa dez horas da noite né.

**Vereador Marcos Gaúcho:** Exatamente, foi o que eu estava pensando. Pra aproveitar a pergunta: Até que horário vocês dão alta? Eu acho que eu...

**Mauro Nunes Jr.:** Depende muito do médico.

**Vereador Luiz Roberto Tavares:** O Magalhães, até aproveitando que eu estou aqui, fazer uma pergunta aqui.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Pois não.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereador Luiz Roberto Tavares:** Que eu gostaria de fazer, sobre a Maria Alice Mostardinha. O Ademir fez uma pergunta e você respondeu que não houve nenhuma aproximação. Tem um motivo? Ou é normal mesmo mandar por exemplo ela foi mandada...

**Mauro Nunes Jr.:** Não foi só ela, outros funcionários, coordenador, outros, enfermagem e tal, quando a gente rompe a gente não procura mais, a gente faz o acerto paga tudo direitinho e não procura mais.

**Vereador Luiz Roberto Tavares:** Sim Mauro, concordo, mas assim, o fato de ela ser uma vice prefeita...

**Mauro Nunes Jr.:** Não, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

**Vereador Luiz Roberto Tavares:** Eu vou fazer uma pergunta que ficou meio em dúvida né, porque... Ela disse aqui que ela foi dispensada, mandada embora por uma terceirizada, isso é verdade mesmo?

**Mauro Nunes Jr.:** Ela não tem contrato com a empresa? Tem. Ela não tem contrato com a gente, é... Ela falou que desconhecia – eu vi o vídeo – ela falou que desconhecia essa relação.

(Inaudível – plateia questionando)

**Mauro Nunes Jr.:** Como? Não... eu falei que são três contratos, três contratos, eles fizeram adesão, eu pago a doctor e a doctor paga ela.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Bom...

**Vereadora Sônia Módena:** Eu vou me despedir, Magalhães.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Pessoal, seguinte... O Mauro, representantes da secretaria de saúde, representantes da educação, é o seguinte: nós temos pessoas em Mogi Mirim hoje que precisam fazer cateterismo, E essas pessoas me procuraram dizendo que o exame deles foram marcados pra 7, 8, 9, 10 meses, e eles estão... E eles estão com problemas cardíacos sério, tá? Para dar um exemplo pro senhor, secretário, eu tenho como minha maior premissa, que eu tenho que utilizar o mesmo sistema de saúde público que a população de Mogi Mirim, então nem eu, nem meu pai, nem minha mãe, nós temos assistência médica particular, e nós... E eu procurei a secretária de saúde em última instância para negociar com ela o cateterismo da carótida do meu pai que está com 86 % de obstrução, né, e eu fui informado naquela data para ser que pela secretária que não havia cardiologista em Mogi Mirim, né... Após

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

fazer a denúncia, apareceu aí o cardiologista, eu precisava só do número do CROS porque eu já tinha hospital em São Paulo para operar meu pai, ela disse que não tinha cardiologista, né... Muito bem, a funcionária que trabalha na casa do meu pai levou meu pai, deu o endereço dela, levou para Mogi Guaçu, o meu pai foi atendido lá pelo cardiologista num dia e logo em seguida já foi atendido pelo médico geral, clínico geral, logo em seguida foi atendido pelo cardiologista e o cardiologista falou: "O seu pai não pode ser operado, demorou muito, demorou muito. Por que? Porque ele enfraqueceu e hoje ele está muito debilitado e ele não aguenta tomar anestesia para fazer cirurgia, tá? Então essa secretária que está aqui em Mogi Mirim, ela precisa ir embora logo porque ela é uma in... Não vou nem falar, tá, eu vou... Outra coisa, Mauro, reclamações recorrentes que nós temos aqui com problema de exame, a pouco tempo esse senhor que está lá na Secretaria de Transporte, que coordena a equipe de transporte de pacientes, cortou transporte de pessoas... A gente parou no posto de gasolina lá no tio Jordão - "Pô, Magalhães, é... O meu pai tem problema, não consegue se locomover, para levar eles cortaram o transporte que levava ele no AME em Mogi Guaçu". A gente tem notícias de veículos que vai fazer o transporte de pacientes que quebra na estrada e ficam tempão enormes esperando para chegar a outro veículo eles perdem a consulta onde estariam que fazer, né, essa história da Santa Casa, eu acho que existe um paradoxo, um negócio absurdo nessa história. Por que? Como que nós recebermos tantas reclamações ligações 10 horas, 11 horas, 2 horas, 3 horas, 4 horas da manhã? Que o paciente está lá já faz mais de 6 horas esperando para ser atendido e não é atendido, né, a família liga reclamando que não está tendo atendimento. As pessoas são internadas na unidade de pronto atendimento 10 horas da manhã e ficam na unidade de pronta atendimento até 10 horas da noite sem alimentação, sem receber lá um soro, olha, e eu estava lá dentro do pronto... Da unidade do pronto atendimento com os senhores lá, sabe? E eu filmei, Maurinho, eu filmei o depoimento deles. Tinha uma senhora que tinha um filho altista e ela estava acompanhando o pai lá desde cedo e o filho sozinho com a vó em casa, né... E ele... Eu perguntei: "O senhor comeu alguma coisa?" - "Eu não comi nada até agora, seu Magalhães, não me deram alimento nenhum". O senhor que eu fui lá para ficar de acompanhante, você sabe que aconteceu, Mauro? Entrou três enfermeiros, era caso de urgência, entrou três enfermeiros: "Ah, os exames do senhor já tá aí?" - A médica que atendeu lá no pronto



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atendimento, que faz o atendimento ali urgente fez toda a documentação e falou é urgente o caso desse senhor, olha o tamanho da perna dele. Eu filmei, ficaram bravo comigo porque eu filmo. Pode ficar do jeito que quiser, não tenho medo, me leva na justiça, né... Um absurdo... E o senhor que estava lá, entrou três enfermeiros e perguntou. Não tinha coordenação na upa não tinha coordenador, uma confusão lá na enfermaria, uma confusão, ninguém sabia, eu não sou de dar carteirada em lugar nenhum... Eu fiquei na minha, quando uma senhora que estava fazendo limpeza a viu, que eu estava lá ela falou: "O Vereador, o que o Senhor está fazendo aqui?" Aí negócio mudou do dia para noite, Mauro, sem brincadeira nenhuma, mantém um senhor de mais de 70 anos de idade quase 10 horas sem comer é um crime, deixar que crianças morram lá na Santa Casa por falta de unidade neonatal é criminoso. Deixar um paciente que tem dificuldade para se locomover, sem transporte como esse indivíduo a esse tal de Pedrinho que está coordenando transporte fez com nossas pessoas, com os nossos irmãos queridos de Mogi Mirim é um crime. Exame clínico, Mauro, a demora que está tendo, pelo amor de Deus, Cristina você que está representando aqui hoje a saúde, eu estive lá no CAPS IJ conversando com o Neuro, dei sorte de encontrar o Neuro lá, ele falou: "Como que eu vou laudar uma criança se a prefeitura não faz uma tomografia e não faz um eletroencefalograma? Eu preciso desses exames".

Você sabe, Mauro, que eu tenho um filho autista, o médico pediu o Neuro pediu um otorrino, o exame de otorrino dele, pediu um exame de oftalmologia, pediu um exame neurológico, um eletroencefalograma, do que adiantou tudo isso, Mauro? Sabe, secretária de saúde, representante, né, então... Eu digo uma coisa: "Como que as pessoas tomam uma decisão de rescindir o contrato com uma pessoa que trabalha mais de 40 anos na cidade sem fazer todo um processo de sindicância, fazer um levantamento e dar um direito da pessoa se defender ao contraditório porque está lá no código penal que todo o cidadão brasileiro, e garantido pela constituição, têm direito ao contraditório, e simplesmente vocês, uma empresa que ficou aqui menos de três meses simplesmente mete uma justa causa em cima da pessoa como se fosse uma justa causa, e a integridade dela como profissional de medicina, isso tudo é muito estranho acontecendo em Mogi Mirim, né?" Então, eu digo assim, viu Mauro, eu digo assim: "Evidências e números e fatos constatados como a nossa querida vereadora Lucia Tenório colocou - Ela é médica, ela fez o parto dos meus dois filhos - Ela e a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Doutora Maria Alice, você entendeu? E eu digo uma coisa pra você, Mauro, bem sério mesmo, tá? Esses médicos eles adquirem adquire uma expertise, uma experiência de tomada de decisão em momentos emergenciais que os novos que estão hoje aí no mercado não têm, tá? Então eu acho que fazer a demissão, eu acho não, eu penso que fazer a demissão de uma médica profissional, altamente capacitada, poderia até ser conversada e negociado, mas não da forma que foi feita, sem direito ao contraditório. Nenhum ser humano deve ser desligado, deve ser punido sem direito ao contraditório. Segundo tá? Pra eu finalizar a minha fala: "Administrar não é fácil, não é fácil" tá? Só que eu digo assim, o maior administrador do mundo, ele não agia com a força no pescoço das pessoas. Através da palavra de amor, da compreensão, até hoje ele é admirado no mundo, ele é seguido por milhões, bilhões, trilhões né? Então eu digo assim. E isso que tá acontecendo dentro da Santa Casa é grave, porque a prova cabal disso é a demanda que nós estamos recebendo lá de fora. É a população que tá nos procurando. Se ela não estivesse procurando estaria tudo maravilhoso, tá? E eu vou falar um negócio sério para você, Mauro. Rui Barbosa dizia o seguinte: "não se impressionem com os cabelos brancos porque os canalhas também envelhecem" E eu estava em 2009 aqui nessa casa e eu estive dentro da Santa Casa fazendo uma auditoria e eu não consegui pegar o fluxo de caixa da Santa Casa na minha mão, eles encheram uma mesa de papel para me enrolar, sabe? Mas o fluxo de caixa... E outra coisa, a maioria das dívidas da Santa Casa prescreveram, tá? Eu entendo, tá? Mas os caras, as pessoas não querem nem saber mais, Mauro.

**Mauro Nunes Jr.:** Quem entrou com ação não tem a prescrição.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Eu conheço, Mauro, eles sabem, eles perdoaram já. Eu sei, a Santa Casa recebendo uns 6 milhões de reais, como o presidente hoje dessa audiência pública. A Santa Casa, eu vejo que recebendo 6 milhões de reais e sendo administrada dessa forma é um absurdo, né? Mas é o seguinte, eu não vou me entender mais porque eu sei que tem criança aqui no plenário aqui, a gente precisa... Então queria iniciar aqui então a questão dos CAPS, tá? Bom, eu queria perguntar para a nossa secretária interina Cristina Apus, né? Uma pergunta: O município de Mogi Mirim celebrou o contrato de prestação de serviços com a Instituto Jurídico para a efetivação da cidadania e saúde, né? Avante social e o objeto do contrato de gestão foi: Gerenciamento operacionalização, fornecimento de mão de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

obra, execução de ações e serviços de saúde mental. CAPS álcool e drogas, CAPS II, CAPS infantil e residencial e residencial terapia, em lote único em caráter complementar no âmbito da rede de saúde do município de Mogi Mirim - São Paulo, tá? Ai eu vou deixar para qualquer membro aí da Avante, né? Que me responda, por gentileza? Gostaria que a pessoa que for responder se apresente e fale o nome. Quais os profissionais especializados a Avante Social têm que manter conforme o contrato para atendimentos nos CAPS para os autistas? E eu pergunto: O quadro hoje está completo?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Olá, boa noite a todos e boa noite a todas, como eu disse anteriormente, meu nome é Paulo Henrique Régis, se o senhor quiser anotar aí. É... Eu não tenho, não sei se é Solange aqui pode dizer exatamente quais são os profissionais exatos agora, respondendo o final da sua pergunta: o quadro só não está completo por falta da fono, os demais estão completos, quadro totalmente completo.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim... É... Ontem, antes de ontem, eu estive lá no CAPS IJ, O senhor tem conhecimento?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Tenho conhecimento que o Senhor esteve terça feira e ontem, dois dias.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** No momento que cheguei lá, eu perguntei sobre a psicopedagoga, a terapeuta ocupacional, eu fui informado que já tinha a terapeuta na terça não trabalha e que a psicopedagoga já tinha terminado o expediente dela lá. É isso mesmo?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Talvez no horário que o senhor chegou lá sim.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Ela pode responder, pode responder. Como é que é o nome da senhora?

**Solange Amorim:** Solange. Solange Amorim. Dentro do nosso plano de trabalho não temos essa profissional, tá? Psicopedagoga, e a TO ela tem o horário que ela cumpre sim, ela é cedida pela prefeitura, nós não conseguimos contratar também TO por ser difícil a contratação, não conseguimos encontrar essa profissional, ela tem carga horário, que teria que ser 6 horas, faz 6 horas por dia que dá 30 horas semanais.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim. Não é fundamental ter uma psicopedagoga lá no CAPS para atender os autistas e fazer o intercâmbio com os professores?

**Solange Amorim:** Então, na verdade a gente tem vários profissionais tá? A gente tem educadora social junto com a artesã que faz um trabalho sobre isso também e a TO também ajuda nessa parte, entendeu? E na verdade a prefeitura também tem o CEMAAE, não sei se vocês conhecem, tá? CEMAAE e a gente tem uma parceria junto com eles, eles são da prefeitura, eles encaminham a criança autista pra gente também, e quem fica na parte da educação tomando conta das crianças autistas são o CEMAAE, a gente têm uma parceria junto com eles.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim.

**Patrícia Regina Coggi:** Magalhães, posso fazer só uma complementar a resposta? Quando a gente fala da parte da saúde, esse profissional não está dentro do escopo das legislações da saúde, por isso que não constou no termo de referência e não tem no rol de profissionais que a gente contratou com eles.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Se foi a, a Avante Social foi contratada para atender vários segmentos, né...

Calma...

Calma...

Só um minuto só...

Pera aí, pera aí, só um minutinho. Vamos organizar... quê? Não eu... Olha, vocês podem... Eu vou falar uma coisa aqui... Eu não estou aqui pra fazer marketing político só quero falar isso. Deixa, calma que nós vamos chegar e... Olha são nove horas, a gente tem mais uma hora, eu tenho que manter a organização aqui porque a audiência está escrita lá, tá. Pode xingar, pode falar o que quiser, mas eu vou manter a ordem. Não me interessa, eu vou manter a ordem aqui no plenário...

(Plateia tumultuando o plenário)

É o seguinte... Olha... Eu sou autor de muitos projetos... Pode me xingar, não tem problema... É... Agora, eu quero perguntar pro representante da Avante: "Seu representante da Avante, vocês receberam quantos valor financeiros do município, qual valor que senhor recebeu? Desse referido contrato, qual foi valor que o senhor recebeu?"



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Representante Paulo Henrique Régis:** Nós recebemos 497 mil reais por mês e nós estamos recebendo desde novembro, só que novembro como nós implantamos os projetos no final do mês, foi proporcional.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Sim. Vereadora Joelma, a senhora quer fazer a apresentação sobre os números?

(Vereadora inicia falando sem o microfone...)

**Vereadora Joelma Franco:** Pessoal, só um minuto, por gentileza... Eu entendo a objetividade do Magalhães, mas eu vou pedir a gentileza do senhor, Magalhães, nem que for pros vereadores falarem por último, em um tema tão delicado, eu vou pedir a gentileza, eu fico aflita porque eu sei que as vezes tem crianças aí na plateia, quer dizer, tem aí crianças no plenário, então, deixa as meninas falarem um pouquinho.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** O Joelma, nós vamos abrir pra elas falarem agora o que eu tentei entender, porque é o seguinte... Ele fez uma afirmação de quanto que ele recebeu até agora, então a Nair tá com a documentação lá, ela tá sabendo das coisas e ela aí falar, e você também tem, então, eu quis primeiro ouvir o que ele tinha pra falar, tendeu? Pra se vocês têm o valor pra contradizer: Foram dois milhões e pouco que vocês receberam, não foi? Até agora.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Sim, basta fazer a conta, exatamente.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Dois milhões, porque eu puxei no Portal Transparência e eu vi lá, tá? Nair, pode falar, fica à vontade. Liga o microfone, por favor, Nair.

**Nair:** Entendo que não está no contrato, tá? Eu acho que isso a gente tem que ser claro, porém, educação não faz parte do atendimento de vocês, então, por que a parceria com o CEMAAE e usar um espaço que é da educação?

**Solange Amorim:** Talvez você não entendeu minha colocação, tá? Não é usado o espaço, a parceria é no sentido assim, as crianças passam lá no CEMAAE e ela nos encaminhou, ela pode até falar um pouco sobre isso né, a gente fez uma parceria assim. Ela encaminhando criança que estavam lá, que assim, quando a gente pegamos esse serviço a gente pegou uma listagem de crianças que precisava passar por acolhimento e atendimento médico, a Dani Antoniete que me passou que tinha por volta de umas 100 crianças, essas crianças a gente foi através de ligação telefônica a gente não conseguimos todos esses contatos dessas crianças, daí a Edna que é do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CEMAAE veio e me encaminhou uma numeração de crianças que passava com ela e que precisava passar pelo CAPS IJ, eu acho que talvez você não entendeu minha colocação.

**Nair:** Então corrigindo a minha colocação... Nesse momento é importantíssimo que as mães tenham atendimento, eu sempre fui a favor disso, mas a prioridade de atendimento são as crianças, que já perderam muito tempo até agora, não que as mães não precisam, vocês podem afirmar isso, mas a prioridade seriam as crianças, vocês não estão fazendo isso, né?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Bom, vamos começar. Então de início, só queria esclarecer isso. Diante do que foi pedido na, no dia lá da tribuna, é... Tá constando documento que vocês encaminharam aqui pra câmara, vocês que mandaram: A Cl.

**Nair:** Tá pedindo a respeito do alvará de funcionamento, que vocês não mandaram nada nem sequer, uma cópia da solicitação do alvará. EM relação aos pacientes que utilizaram o transporte, vocês mandaram uma relação dos pacientes que estavam utilizando o transporte, porém, vou ler exatamente o que vocês escreveram na íntegra, tá? Resposta suas:

"Todavia se fez necessário um pedido de ajuste por constar informação de endereço divergente da atual CAPS o processo de liberação se encontra em fase de concepção, fato esse que possibilita a dar continuidade dos pedidos de alvarás e solução definitiva do tema"

Continuando.

"Aproveitamos o momento para enviar-lhes documentos comprobatórios de abertura de CNPJ'S anexos. Transporte".

Importante salientar que a implantação dos projetos ocorreu entre novembro e dezembro no contrato que foi realizado em novembro consta que vocês teriam 30 dias para começar a executar o que foi contratado, certo? Aqui olha, vocês mesmos escrevem;

"Em 2023 e que em momento algum os atendidos foram desassistidos de transporte, o próprio município demonstrando total parceria disponibilizou por tempo determinado o transporte, sendo que este assumido integralmente pelo instituto Avante no final de abril"



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Então me responda, vocês já receberam, tá? Eu tenho o valor que foi recebido por vocês até o momento que foi de R\$2.557.667,92. A prefeitura bancou o transporte, vocês vão ressarcir o município deste dinheiro? Porque a prefeitura está pagando pelo serviço e presta o transporte? Vocês vão devolver para os cofres públicos esse dinheiro?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Nair, né?

**Nair:** Sim

**Representante Paulo Henrique Régis:** Legal, deixa só eu fazer um apontamento sem responder essa sua última colocação, sobre o CNPJ de fato nós tínhamos que fazer um ajuste. Recebemos hoje o CNPJ do ajuste que deveria ser feito do CAPS AD, inclusive recebemos hoje também o alvará parcial, tá, então a gente tem toda essa documentação.

**Nair:** Então você por favor já deixe entregue isso hoje.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Sobre o transporte, sobre o transporte de fato foi entendido pela secretaria e foi sim uma parceria que assim que a gente trabalha que eles pudessem fazer até que tudo se amparasse e da parte financeira eu quero esclarecer totalmente para os munícipes aqui que certamente todo e qualquer dinheiro não utilizado no plano o qual nós estamos gerenciando, será devolvido aos cofres públicos do município, absolutamente.

**Nair:** Nós queremos ver isso no Portal Transparência, no mesmo lugar que foi pego pagamento de vocês, a devolução, que entre isso para os cofres públicos.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Tão logo isso seja feito, vocês terão acesso, agora vale ressaltar até para os munícipes entenderem, o nosso plano de trabalho, nós temos um ano para executar, eu posso entregar esse dinheiro de forma gradativa ou posso entregar, isso por lei, eu posso entregar no final do projeto, então vocês podem não enxergar isso agora e podem enxergar no final do projeto, mas certamente será devolvido.

**Nair:** Tá, continuando, é rápido tá, é possível verificar pelos documentos anexo o controle logístico de utilização do transporte salvo o transporte do CAPS IJ que está sendo realizado pela secretaria da saúde, de novo, a prefeitura, onde que fica? E nós assumimos dia 16 de maio.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Perdão, você pode repetir por favor?



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Nair:** Tá, então de novo esse CAPS IJ vocês estão utilizando a prefeitura duas vezes, paga para vocês pelo serviço e presta serviço para estar colaborando, então o dinheiro nosso vai duas vezes para a mesma empresa.

**Patricia Regina Coggi:** Paulo, posso responder. Nair, posso responder não é o Paulo, mas a gente não está repassando o dinheiro da rubrica de transporte, então se vocês quiserem amanhã eu peço para o pessoal da Secretaria da Saúde encaminhar a documentação do desconto.

**Nair:** Bom, isso é uma parte do transporte que eu acho que ficou clara porque até o momento praticamente quem bancou o transporte foi a prefeitura e mesmo assim pagando pela prestação do serviço deles. Aqui também tá escrito...

**Solange Amorim:** Ô Nair, dá licença um pouquinho só corrigindo, a gente tá tendo transporte sim agora, todas as unidades...

**Nair:** Agora, a partir do dia 16 de maio.

**Solange Amorim:** Temos, temos carro e motorista.

**Vereador Marcos Gaúcho:** Isso eu tenho que falar, eu não aguento. Ô Paulo Henrique, o transporte não tá sendo feito, eu acabei de na casa um paciente no jardim Brasília pegar uma cadeira, falou, ele nem sabia que eu era vereador porque eu não falo, "Ô eu tenho que levar minha mãe no CAPS porque não tem transporte", falei "por quê?" "Porque venceu o contrato", eu levo na casa dela. E tem uma amiga minha que mora no Terras de Mogi, tem uma moça que sai de lá a pé para ir até o CAPS, eu levei uma paciente de madrugada antes de ontem, foi maltratada, ela tem problema essa moça, a criancinha dela também tem problema e já que você citou, Magalhães, do Pedrinho, gerente de saúde que pra mim nem na porta da saúde ele passava, ele negou transporte para o CAPS porque falou que é avante que ia fazer e não faz. O AME, aí deu, eu tive que quebrar o pau para voltar, hemodiálise porque ia em Mogi Guaçu porque ia no Hospital São Francisco, particular, tive que quebrar o pau, tem também o AMU, aqueles pacientes que é cego, foi cortado e tem mais uns outros cliente que foi cortado então me desculpa aqui a minha franqueza, Pedrinho da saúde, eu pra mim nem na porta da secretaria da saúde passava, aquilo lá tá estragando tudo, eu mandei antes de ontem arrancar aqueles tubos de oxigênio Magalhães, lá onde ficava motorista misturado, porteiro, depois amontoou tudo lá dentro, então o Pedrinho da saúde tá estragando tudo, tá na hora de arrancar esse rapaz de lá, ele



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que é trabalha tudo com transporte e não vem falar que tá fazendo transporte do CAPS que não tá.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Nair, prossegue por favor.

**Nair:** Bom, dando continuidade tá, só mais umas duas perguntas. Sim, então olha, a questão do transporte ainda, na minha concepção não está resolvido, vocês estão recebendo ajuda da prefeitura e mais o pagamento por ele. Mas tudo bem, vamos para o próximo.

**Patricia Regina Coggi:** Então, eu vou falar de novo que nós não estamos repassando dinheiro e amanhã eu vou mandar a comprovação pra vocês.

**Nair:** Tá bom, amanhã tá, não demore aí o tempo que vocês demoraram pra mandar essa documentação agora.

**Vereadora Joelma Franco:** Patricia, você está trabalhando na Santa Casa e está trabalhando na Secretaria da Saúde?

**Patricia Regina Coggi:** Eu estou trabalhando na Santa Casa, mas a prestação de contas desses serviços a gente conversa nas nossas reuniões de equipe, então quando estou na reunião de equipe eu sei.

**Vereadora Joelma Franco:** Então você também pode estar respondendo, perfeito. Obrigada.

**Nair:** Só continuando, aqui é processo de prospecção de profissionais que foi cobrada a falta de profissionais, vocês mandam aqui junto à documentação a divulgação que vocês estavam procurando os profissionais, agora me responde por favor Senhor Paulo Henrique, o senhor tem um contrato tá a ser cumprido, tem todas as cláusulas, o senhor não sabia que o senhor precisava desses profissionais para assumir o trabalho? Primeiro o senhor assume sem profissional nenhum. Era para estar tudo em ordem no início de dezembro. Já se passaram 7 meses e vocês já receberam uma pequena bagatela de quase 3 milhões que vocês vão levar embora dos cofres públicos...

**Representante Paulo Henrique Régis:** Não levaremos.

**Nair:** E outra coisa... Não, deixa eu terminar, deixa eu terminar. Então assim se vocês assumem um contrato e vocês não colocam a mão de obra, sinto muito, vocês não estão comprando o contrato, certo? Terapeuta ocupacional é da prefeitura de carreira,



Proc. Adm. Nº 66/24  
Folha Nº 62

Proc. Adm. Nº 44/24  
Folha Nº 70

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

de novo a prefeitura bancando o serviço para vocês de novo. Ninguém está vendo, mas está aqui tá? Certo? Então assim mais um erro tá? Seus

**Representante Paulo Henrique Régis:** Posso responder à questão do profissional?

**Nair:** Pode

**Representante Paulo Henrique Régis:** Assim como dito na outra reunião não é uma particularidade do instituto avante, as demais OS 's inclusive no próprio município também não possuem fono e encontram dificuldade para encontrar.

**Nair:** Mas só que quando o senhor assumiu o contrato, o senhor sabia de todos os profissionais que o senhor precisava.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Claro que sabíamos.

**Nair:** E até o momento passando 7 meses estamos sem, entendeu? As mães esperando, portanto, vocês falam que vocês têm o atendimento, me explica qual a qualidade lá em Belo Horizonte, porque aqui em Mogi Mirim isso não é qualidade de atendimento, sinto muito, mas não é, certo?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Posso pedir a palavra?

**Nair:** Não, deixa eu terminar. Agora, o contrato foi assinado no início de outubro, tá, junho, 7 meses, julho todas as mães aqui sabem é recesso escolar, muitas não vão no atendimento. Resta agosto, setembro, outubro, em três meses que eles vão estar colocando profissionais acredito que sim eles levam 6 milhões do município embora, sem atendimento nenhum por completo para nenhuma criança do CAPS, autista principalmente, nenhuma, as mães aqui de testemunha, pergunte para qualquer uma delas se todas as crianças estão tendo atendimento em todas as áreas, e outra coisa, Marcela você agora, agora eu quero que você me explique ainda em relação aos profissionais a parte dos médicos, por favor.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Vou pedir a palavra rapidamente só e até solicitar como na outra reunião que nós tivemos a gente falou que as portas estão e continuarão abertas para as mães que aqui estavam, mas absolutamente nenhuma compareceu ao CAPS, eu gostaria de pedir a vocês mães que estão aqui, e o compromisso obviamente de demonstrar a qualidade de serviço, a qual de certa forma vocês porventura não estão vendo, que o meu querido enfermeiro Diego que está ali com uma prancheta possa passar a vocês e vocês preencham com o nome completo, telefone, no nome do filho, nós entraremos em contato com vocês para prestar um



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

serviço personalizado, então é um compromisso. Então por favor passa a prancheta para elas preencherem. E também só um adendo rápido, aí eu te dou a palavra, me perdoe, acho que falta um pouquinho de propriedade na questão financeira. Absolutamente qualquer dinheiro não utilizado será devolvido aos cofres públicos.

**Vereadora Joelma Franco:** Senhor Paulo, o dinheiro pode ser devolvido só que o tempo para essas crianças não devolve mais, a gente contratou em outubro de 2023 um contrato que o senhor deveria estar redondo, é isso que as mães estão clamando. Não é só a parte financeira. Não é só a parte de você ficar emprestando funcionários do município e desfalcando a rede. É muito mais, é o desenvolvimento das crianças da cidade. Se o senhor não consegue organizar um carro se o senhor não consegue organizar Alvará da vigilância sanitária como é que o senhor vai tocar um serviço dessa propriedade? É isso que elas estão questionando. E cada hora uma situação, uma desculpa.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Não é desculpa o serviço está sempre prestado.

**Vereadora Joelma Franco:** Está sendo prestado?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Eu peço a ele... ligaremos para todas vocês e daremos um trabalho personalizado.

**Nair:** Gente só para completar... Só para completar a minha fala

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** A Nair está com a palavra, pode falar. Nair continua por favor.

**Nair:** Gente, quem que está respondendo pela Clara mesmo?

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Cristina Pulz.

**Nair:** Cristina, só mais uma pergunta. Isso é um desabafo até tá? E assim, em relação a todos os vereadores que estão aqui. A gente sempre briga muito pela questão do orçamento impositivo. Porque todos os autistas, a grande maioria estão sem laudo e não só os autistas. Eu sou professora de sala de e existe assim na minha sala, um aluno laudados, nós atendemos porque nós temos pena, a gente ajuda as crianças entendeu e as famílias, porque nenhuma criança tem laudo. Então isso me parece que é assim, a secretaria não quer realmente laudar as crianças porque se a criança tem laudo, ela vai no Ministério Público, o Ministério Público determina o atendimento. Então não é interessante laudar, entendeu? É isso que vocês estão nos passando. E



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

outra coisa, orçamento impositivo, vai para a saúde já, metade do orçamento impositivo de todos os vereadores vai para a saúde, a outra metade vocês mandam para quem vocês querem. Agora dinheiro que vai para a saúde, vocês repassarem para a Avante, um dinheiro que é do município entendeu? Passar pra Avante como forma de pagamento eu tenho o número da CI, são três orçamentos impositivos que foram passados agora no mês de junho.

**Cristina Pulz:** Perdão, esses orçamentos impositivos, eles foram para os serviços socioassistenciais, eles foram para os serviços de abrigo, tá aqui os valores e realmente foram repassados, pelo vereador Tiago Costa, pela vereadora Joelma e pelo vereador Marcos Segatti.

**Nair:** Só que esse tipo, isso que vocês têm que nos responder, porque assim, pelo que eu entendo, o tratamento da saúde que a gente tá colocando...

**Cristina Pulz:** Não, não, esse impositivo não é da saúde, esse impositivo faz parte da assistência...

**Nair:** Não é? Então tá, então tá bom. Porque a gente...

**Cristina Pulz:** E eu acho que são, Cintia vê se me lembro, ou Lucimara, acho que são dois para aquisição de equipamento e um para custeio que são para os acolhimentos, não é recurso da saúde não, não é impositivo dos 50% da saúde, está aqui ó, tá?

**Nair:** Certo, agora, infelizmente não tem ninguém do jurídico aqui da prefeitura que eu acho que deveria estar, temos mais do que motivo para que o contrato com vocês não fique até o final.

**Cristina Pulz:** Ô Nair, posso dar só uma palavrinha? Eu acho que eu pego a fala do Magalhães quando ele começa a falar sobre administração pública e depois quando ele fala do contraditório...Nair, tá me ouvindo? Quando ele fala do contraditório. Todo processo de contrato, de termos de colaboração, de termos de fomento, eles passam, é feito, apresentado um plano de trabalho, o plano de trabalho, ele é aprovado. A entidade seja qualquer uma dela Nair, e seja na saúde acho que a Patricia fala melhor da saúde, mas na assistência, na educação, no esporte eles seguem o mesmo trâmite. A entidade ela vai prestar conta mensalmente. Ela presta conta a equipe de cada secretaria que é feita de servidores, não é feita por mim ou pela Clara ou pela dona Ana, é feita por servidores. Eles fazem a conferência e é, quando existe algum recurso que o servidor entendeu que não foi utilizado de forma adequada enfim, é feito pedido



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de justificativa porque é o que o Magalhães fala, ele fala da questão...viu, Nair? A entidade tem o direito do contraditório. A gente, o servidor pode aceitar ou glosar e aí solicitar a devolução do recurso. A gente discute muito isso com jurídico e eu acho que é bacana conversar com o Gerson que ele acompanha melhor os nossos termos, ele sempre pede para que as equipes avaliam, tem dano ao horário? Se houve a devolução não há que se mais falar nisso porque houve a devolução. Então não dá para fazer um rompimento de contrato dessa forma, então assim, existe uma equipe dentro da Secretaria de Saúde que faz o monitoramento do plano, existe uma profissional servidora que faz análise dos documentos e que vai pedindo as justificativas, aceita ou glosa e essa revisão em qualquer plano é feita na renovação. Então quando chega, aí eu acredito que vale a pena...

**Nair:** Eu entendo o que você está falando só que durante um ano fica essa equipe toda, não cumprindo com aquilo que foi assinado no contrato e a população pagando e sem atendimento Chris, você me desculpa, mas é isso.

**Cristina Pulz:** Nair, assim ó, o que eu tenho, estou entendendo é que a ausência que existe é de dois profissionais de TO e de fono.

**Nair:** Fora às vezes que as mães têm o horário marcado e ligam desmarcando. Tá? Ó presta atenção, ou chega no horário de atendimento marcado, o profissional não se encontra, ou vão buscar a criança na casa mais de duas horas atrasado. Então assim, não está acontecendo de fato os atendimentos, Cris, pode ser que lá no teu setor de assistência seja perfeito, mas no CAPS IJ não está acontecendo. Então assim eu não sei onde vocês vão buscar a justificativa porque quem está vivenciando o problema sabe falar com segurança que os atendimentos não estão acontecendo, que são as mães, então eu não estou aqui mentindo para vocês e vocês estão recebendo por isso.

**Cristina Pulz:** Eu não acredito, e de verdade Nair, entendo a sua posição porque fazemos a defesa de serviços públicos de qualidade e somos servidores

**Nair:** E eu vou te falar mais uma coisa, infelizmente as equipes que fazem essa fiscalização, que monitoram quanto gastou, se tá acontecendo, se não tá, são cargos de confiança do prefeito e ninguém abre a boca para falar nada, o que vê demais, não fala, você sabe disso. Olha, é isso que eu tinha para falar.

**Cristina Pulz:** Nair, vamos de novo, vamos de novo, quem é a gestora do contrato dos CAPS na Secretaria de Saúde é a Lilian que é servidora de carreira.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Nair:** Eu estou falando com você de se tem uma equipe, por exemplo a pessoa que participou junto para fazer o contrato tudo em relação à Avante, cadê essa pessoa? É você? Não é. Então falo, a pessoa não participa das coisas, então ela sim deveria prestar conta de tudo que está acontecendo, mas a gente não vê isso, a gente só vê falta de atendimento, é isso que está acontecendo. E o pagamento saindo porque quem quiser acompanhar o pagamento é só entrar no portal Transparência que está lá tudo que eles estão recebendo. E vão lá para ver o que que eles estão fornecendo em troca de atendimento. É muito claro isso, é só entrar no portal Transparência, não é escondido de ninguém, então a gente não está falando mentira nenhuma aqui. Então se você puder prestar conta e colocar todos os atendimentos em dia para começar a funcionar por exemplo, segunda-feira, a gente agradece, ou você vai esperar mais um mês, dois três para contratar uma fono, para contratar um psicólogo para contratar o que está faltando lá dentro? Isso para mim como disse, não é atendimento de qualidade. Sinto muito Paulo.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Obrigado Nair. Marcela, pode fazer uso da palavra. Qualquer pessoa para falar tem que estar inscrito aqui que é um regimento interno da Câmara. Então agora com a palavra Marcela que está inscrita. Por gentileza Marcela pode falar.

**Marcela:** Tá, antes de fazer qualquer questionamento aqui eu quero deixar claro uma coisa para todo mundo que está aqui presente tá, os serviços que estão sendo prestados no CAPS IJ para os autistas não são especializados e vocês estão enganando a população vocês estão enganando os pais e estão prejudicando as crianças de uma forma imensurável, não tem reparo, esse tempo de tratamento não especializado que as crianças não estão tendo e vocês dizem que fornecem lá no CAPS IJ. As crianças não têm, nós que somos mães de autistas nós temos conhecimento de que tem um tempo determinado, um programa individualizado, não é assim, bota criança lá pinta um quadro de tratamento para autismo, meia hora de tratamento para autismo, não é, não funciona. Então a minha pergunta é a seguinte: Qual que é o tempo fornecido semanalmente de terapias para as crianças e com quais profissionais?

**Solange Amorim:** Marcela né? Marcella é assim, nós temos psicóloga, as crianças autistas passam com psicóloga, quando sai da psicóloga, passa com a TEO também



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque nós a temos, mesmo que seja excedido ou não mas passa por ela, e a gente tem educadora social, mais artesã que passa também pelas oficinas. Então juntando isso não é meia hora que vai.

**Marcela:** Quanto tempo com cada profissional? Essa é a pergunta.

**Solange Amorim:** É meia hora.

**Marcela:** Totalizando no dia quanto tempo?

**Solange Amorim:** Uma hora e meia, mais ou menos.

**Marcela:** Semanalmente?

**Solange Amorim:** Depende da avaliação.

**Marcela:** Em média.

**Solange Amorim:** Tem caso. Já tivemos, agora eu não estou falando sobre autista, estou falando sobre outro diagnóstico. Depende das situações, tivemos jovens lá que precisou passar com a gente mais vezes, se tornar semi intensivo, três vezes na semana, criança, tentaram suicídio, quando é caso de ficar meia, meio período com a gente, três vezes na semana vai também, a gente faz isso também.

**Marcela:** Tá, mas no caso a gente tá, eu tô questionando sobre os autistas, entendeu?

**Solange Amorim:** Se for avaliado pela equipe toda que precise mais vezes irá mais vezes.

**Marcela:** E tem alguma criança que faz esse tratamento semi intensivo lá dentro do CAPS IJ no momento?

**Solange Amorim:** Nesse momento não.

**Marcela:** Ah tá, então deixa eu partir para a minha segunda pergunta aqui. Tendo em vista que há estudos científicos que apontam que é a eficácia das terapias está diretamente relacionada ao número de horas semanais que giram em torno de 20 a 40 horas, vocês podem afirmar que esse tempo disponibilizado por vocês é suficiente para um bom prognóstico? Quem que vai responder?

**Solange Amorim:** Foi. Existe uma avaliação médica e multidisciplinar para daí sim ter um diagnóstico e dizer quanto tempo precisa para atender esse paciente.

**Marcela:** Tá, mas é como ela mesmo disse, não tem nenhum paciente lá com o autismo em tratamento semi intensivo, isso que eu falei aqui não sou eu mãe Marcela que está falando, é um estudo científico, uma hora e meia de tratamento para autista por semana não é tratamento, não é tratamento, as mães estão perdendo tempo de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

levar essas crianças lá, porque lá é mais o que, "vai lá pintar o quadrinho", é uma recreação, agora falar que vocês estão fornecendo atendimento especializados para os autistas, isso é mentira.

**Alessandra:** Também não sei se vocês sabem o autista precisa passar por tratamento especializado, no mínimo de 10, 20 horas, quem determina isso é um médico neuro que não tem na rede e se ele fizer, tiver fazendo esse tratamento com profissionais que não são qualificados, por exemplo, seus psicólogos são formados em análise do comportamento, ABA por exemplo, que é uma ciência comprovada que tem eficácia? Seus profissionais são formados nessa, em ABA?

**Solange Amorim:** Na verdade, sei sim tá, para quem está falando que eu não sei tá? Desculpa aí tá, só que assim, ABA vocês não sabem é um tratamento que é feito em casa, várias horas.

**Alessandra:** Não é. Aí você vai discordar porque eu sou uma profissional formada em ABA pela CBI of Miami, eu tenho competência para falar sobre o assunto. A ABA, existe, pode ser feito em qualquer lugar, ABA, existe dois ABAS, não sei se você sabe, o naturalístico que é o Denver, que então geralmente já tem feito em criança e o ABA que se pode ser feito não existe ABA, que fala que... ABA pode ser feito aqui com essa criança agora, aqui se eu quiser eu faço o ABA com ele, não sei se você sabe, então primeiro, você pode falar mas me responde com clareza.

**Solange Amorim:** O que eu sei, como coordenadora e plano de trabalho, é assim, funciona assim, dentro do nosso plano de trabalho, quem contratou, como foi, isso foi avaliado por vários profissionais para chegar, aceitar esse plano de trabalho, foi decidido por outras pessoas que não cabe a mim.

**Alessandra:** Você sabe que se os seus profissionais não forem qualificados em vez de eles ajudarem a criança eles podem piorarem? Então se não tem profissionais qualificados...

**Solange Amorim:** Sei, sim, inclusive quando você diz que não tem neuro você não está informada também, nós temos neuro.

**Alessandra:** Agora você fala do neuro aí...

**Marcela:** Tá, então, deixa eu voltar aqui, uma questão, há uma divergência de informações quanto a especialização dos médicos, Doutora Daiana, aparece na escala



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de trabalho do CAPS II como psiquiatra e na escala do CAPS IJ como neuropediatra, qual que é a especialização dessa médica?

**Solange Amorim:** Na verdade, ela tem as duas, ela é tanto pediatra, como, ela é pediatra neuro, ela tem especialização em neuro, eu tenho como comprovar e até dar para vocês

**Marcela:** Mas vocês enviaram para a doutora Joelma, que ela pediu esse RQE comprovando a especialização dos médicos?

**Solange Amorim:** Eu tenho tudo, se precisar eu te envio tá? Eu te envio.

**Vereadora Joelma Franco:** Nós fizemos um ofício para a Avante, foi por exemplo, estive nessa tribuna. Foi solicitada há mais de três semanas o RQE desses especialistas e não chegou a nenhum vereador e logicamente a gente faz uma análise técnica junto ao conselho regional de medicina e não existe a especificação para os médicos colocados pelo CAPS para o tratamento das nossas crianças, inclusive a médica em referência fez de verdade uma faculdade fora do Brasil.

**Solange Amorim:** Eu tenho aqui tudo que vocês precisarem, a especialização de cada um.

**Vereadora Joelma Franco:** Não, a única especialidade que eu quero é a funcional para a capacitação das crianças dentro do contrato pago pelo município e se não estiver dentro é rescisão contratual.

**Solange Amorim:** Tá aqui, e eu temos neuro também, tá? O neuro começou faz pouco tempo, tinha a Doutora Daiane tá, e ela é psiquiatra e ela realmente atende lá no CAPS II e tem especialização em neuro também, inclusive as crianças autistas a gente tá separando que eu tenho outro psiquiatra que é o Doutor Marcelo, ele não atende as crianças autistas, quem atende é o Mauricio que é o neuro e a Doutora Daiane que tem especialização, tá, em neuro.

**Vereadora Joelma Franco:** Ela tem especialização em neuropediatria.

**Marcela:** E porque vocês não enviaram esses documentos para a vereadora quando ela pediu?

**Solange Amorim:** Então, eu não sei qual foi o período gente que foi o período que foi solicitado.

**Marcela:** Foi o mesmo período que vocês enviaram esse monte documento



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Solange Amorim:** É, eu não tava aqui então eu não sei te dizer, tá? Eu tava na outra reunião então eu não sei te dizer.

**Marcela:** Foi no dia, se eu não me engano, 13 de março, se não me engano, mas um responsável estava presente o que está aí do seu lado.

**Vereadora Joelma Franco:** Esse é o problema, eu até quero entender a posição do senhor Paulo, se ele responde pela Avante ou se ele é um funcionário na empresa em Barueri, isso é muito importante, a gente saber quem é o responsável pela empresa Avante, porquê existe uma capacitação pra responder de verdade as informações aqui das pessoas que estão presentes.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Eu sou um funcionário.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Vereadora Joelma, tá sendo gravada a ATA e se eles não tiverem poderes para estarem respondendo aqui eles serão responsabilizados, viu?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Eu acredito que nós estamos respondendo. Eu sou um funcionário contratado para o Instituto Avante, responsável e respondo sim pelo o Instituto pelos projetos do Estado de São Paulo.

**Marcela:** Agora deixa eu te fazer uma outra questão: Ela falou que a Doutora Daiane já tenha especialização em neuropediatria, Doutora Joelma, Nair, estivemos presentes, seu Miguel, numa reunião do conselho municipal de saúde onde a própria Secretária de Saúde, a Clara, afirmou que a Doutora Daiane não tem a faculdade completa, ela estava se especializando, aonde há uma divergência de informação, não sou eu quem está falando, temos testemunhas aqui. E se ela não está nem formada, e se ela seja recém formada, como é que ela pode ter tanta especialização em tratamento pra autista?

**Solange Amorim:** Marcela né... Desculpa, Marcela né? Marcela, funciona assim ó, a gente tem um pessoal que toma conta da equipe médica tá? Eu sou coordenadora do CAPS faz pouco tempo então tinha algumas informações... Aí... Daí em resumo, algumas informações eu não tinha tá? Daí foi questionado realmente sobre a especialização dela, ela recentemente veio e me entregou essa especialização, agora eu vou ser bem sincero, o período que ela se formou ou não agora da especialização, eu não sei te dizer, tem que olhar aqui, mas ela tem aqui tá? Tá comprovando.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Marcela:** Doutora, você não podia verificar isso depois pra gente, porque se ela é tão qualificada assim, ela não pode ser recém formada né? Sim... Porque eles falam qualificada, especializada...

**Solange Amorim:** É porque ela trabalhou no hospital com criança autista, viu gente?

**Marcela:** Mas independente disso, ela tem que ter essa informação para ela prestar o serviço.

**Nair:** Ela deve ter feito residência com algum tratamento de autista, mas até aí se ela é recém formada, você me desculpe, ela ter especialidade em psiquiatria e neuropediatria. Balela.

**Marcela:** E agora, para me finalizar minha última pergunta: É... Tem crianças... As crianças que possuem um laudo são reavaliadas no CAPS IJ?

**Solange Amorim:** Sim, é reavaliada.

**Marcela:** E por qual motivo as crianças laudadas já são reavaliadas? Para vocês descaracterizarem um laudo que elas já têm pra não terem que fornecer atendimentos?

**Solange Amorim:** Não, não necessariamente. Que que a médica me passou sobre isso? A gente sabe como que funciona a conduta médica, cada médico, eles têm que avaliar, o que acontece: existe muito laudo, sabemos que existe isso, sabemos que na saúde existe isso tem médicos neuro, por exemplo. Não tô falando que as mães que tão aqui fizeram isso, tá gente? Não tô acusando ninguém, pelo amor de Deus. Mas a gente sabe que tem neuro particular que são pagas consultas, nem avaliam a criança e chegam em diagnóstico, isso não funciona, a gente sabe que a criança tem que ser acompanhada.

(Plateia respondendo – Inaudível)

**Solange Amorim:** Não, bem, eu não tô falando de você querida, por isso que eu falei que eu não tô acusando ninguém, tá?

**Marcela:** Então, pera aí gente, deixa eu citar um exemplo então: tem uma mãe que está no nosso grupo, o filho dela laudado pela Unicamp por vários profissionais da Unicamp, essa mesma doutora Daiana colocou em xeque o laudo da Unicamp, qual a especialização ela tem para contestar um laudo da Unicamp?

**Solange Amorim:** Então, é aquilo que eu te falei, daí é conduta a médica, ela vai avaliar para ela fazer isso ela tem que ter certeza disso, então assim eu não tenho como



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

responder por ela, se isso foi feito a gente vai averiguar para ver o que está acontecendo.

**Marcela:** Entendi, não tem que ser averiguado né? Bom acho que me deixa ver enfim eu tenho que falar mais alguma coisa. Agora eu queria perguntar para quem está responsável pela secretaria de saúde, no dia 11 de setembro do ano passado o vereador Gebê, ele doou orçamento impositivo dele de 190 mil para a Fonte Viva laudar as crianças, essa mesma semana eu questionei o vereador sobre essa verba que a gente mãe está esperando esses laudos e ele só me respondeu assim "disseram que eu não podia mandar". Eu questionei o porquê ele disse que não gostava de polemizar que era para nós irmos à secretaria de saúde. Por que essa verba impositiva não pôde chegar a Fonte Viva para fazer o diagnóstico das crianças?

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Quem responde?

**Cristina Pulz:** Marcela, você me perdoa, mas não... é de setembro do ano passado, eu não consigo saber sobre isso.

**Marcela:** A gente sempre vai embora sem respostas é normal

**Cristina Pulz:** O que eu posso me comprometer com você é... de identificar o que que aconteceu isso na Secretaria de Saúde e te passar.

**Marcela:** Tá, só um minutinho, se não consegue me responder. Ô Dona Arlete, dona Arlete, quantas crianças em média vocês conseguiriam laudar lá com esse 190 mil? Uma base só para a gente ter uma noção para a gente levantar esse assunto.

(inaudível)

**Marcela:** Três mil, mais ou menos, reais por criança. Certo. Sim, sim, sim, sim. E essa verba não chegou até lá, né? Tá, então agora para o responsável do CAPS IJ, quantas crianças vocês já laudaram no CAPS IJ desde que vocês começaram lá com os atendimentos?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Então eu respondo por ela aqui porque ela me evidenciou aqui, ela não tem esse número de cabeça, pode passar, evidenciar aí que a gente traz a resposta para vocês. Toda e qualquer pergunta que porventura vocês não receberem a resposta, não ficarem gratas com a resposta, podem passar que oportunamente e rapidamente a gente vai remeter a resposta a vocês, via documento, ofício, etc.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Marcela:** Então para eu finalizar... Quando você iniciou a conversa você disse que convidaria todas as mães para ir lá ter esse serviço de saúde, eu compareci no CAPS IJ, fui bem acolhida pela Jaqueline psicóloga, parece uma pessoa bem entendida do assunto, nós mães não temos nada contra os profissionais do CAPS IJ, a nossa briga é com a prefeitura, é com a gestão, é com o contrato e o seguinte, como o CAPS IJ pode me ajudar nesse momento? Eu fui lá, meus dois filhos precisam de fonoaudióloga e terapeuta ocupacional, com especialização em integração sensorial. Vocês têm esse profissional lá? Como é que vocês vão prestar esse serviço de excelência que você disse para qualquer uma que for lá, vai ter esse atendimento?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Assim como dito anteriormente, nós só não temos a fono a qual nós procuramos insistentemente, reforço, não é um problema particular do instituto avante e sim das demais OS's, então por favor acho que você colocou o nome aqui, você será sim muito bem recebida...

**Marcela:** Não, eu já fui lá para mim não tem necessidade, porque os meus filhos precisam da especialidade que vocês não têm. Então não tem lógica eu leva-los lá.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Não tem necessidade? Ah entendi.

**Marcela:** Entendeu? E sobre isso Cris que você está representando, eu tenho dois protocolos abertos junto à Secretaria de Saúde desde março sem resposta, solicitando esse tipo de serviço, como é que faz, o meu filho mais velho é autista por ter seletividade alimentar e não ter sido tratado da forma que teria que ser pela terapeuta ocupacional e a fono com especialização atrofiou o esôfago dele, ele vai ter que fazer uma cirurgia de reconstrução de esôfago, inclusive que está na fila de espera, foi pedido com urgência, está parado na Secretaria de Saúde, entendeu? A complexidade da situação, que gera uma falta de atendimento especializado. Então assim, concluo o meu raciocínio aqui, então espero que vocês melhorem no atendimento e não falem que lá é atendimento especializado para a autista porque não é.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Olha, pela, pela ordem na lista, é a Sara que vai falar agora tá? Já? Quem é a próxima, Alessandra? Já falou? Então o senhor Miguel, o senhor pode se inscrever na lista aí, passar o nome para a nossa assessora por gentileza?

**Miguel:** Já que estão falando de CAPS, vou falar um pouco do CAPS II. Paulo, nós tivemos informações da diminuição de atendimento dos intensivos no CAPS II e que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

essa ordem veio de BH. O Conselho tem um PTS do plano de trabalho singular dizendo que a diminuição foi por falta de transporte e não porque o paciente estava bem. Ficava, o dia, ficava todos os dias agora fica só de manhã. Alguém sabe responder isso aí, do CAPS II?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Não houve uma ordem de BH, absolutamente, ocorre que, assim que assumimos o projeto, foi feito todo um diagnóstico profissional e um entendimento dos pacientes que de fato poderiam ou deveriam estar lá todo dia, ou não todo dia para que também pudesse abrir oportunidade para novos pacientes e não procede a questão do transporte, em momento nenhum, tanto com a parceria com a secretaria e também depois após assumir o transporte, nunca faltou transporte para ninguém no CAPS II.

**Miguel:** Então não tem esse, a diminuição de carga horária do paciente, o que ficava o dia agora não está ficando mais, aqui segundo a anotação.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Obviamente, após o diagnóstico daquele paciente se ele de fato precisaria estar lá, nós tínhamos pacientes que estavam lá já há quase uma década, então acho que vale a pena os profissionais do objeto fazerem a avaliação devida para reconduzir esse paciente para a sociedade e abrir porta para novos pacientes.

**Roseli:** A equipe que você diz reavaliou? Ela assim, tinha uma lista de espera então descobriu um santo para cobrir outro? Porque esses que ficaram em casa são graves e nós temos um documento PTS, descrição do paciente, ele ia todos os dias de forma intensiva e passou aí duas manhãs. Então assim, quando a gente faça a transição você se lembra de quantos pacientes a gente atendia lá no intensivo. Então não é assim, sabe? Aquele, meio assim, ficou aquele que tinha dez anos lá, nós trabalhamos com CAPS nove anos, aquele que estava lá nove anos, sete anos, vamos diminuir esse porque tem outros na lista de espera, eu acho que essa condução não é a melhor, a condução seria avaliar então os que estão na lista de espera e até ampliar o serviço se for o caso e não retirar aqueles que iam porque muitos já estão em crise e já teve muita internação também.

**Representante Paulo Henrique Régis:** O Roseli, as avaliações são feitas obviamente pelo corpo clínico e aí eu lhe pergunto uma coisa, quero que você seja muito sincera, você está afirmando que a ordem veio de BH?



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Roseli:** Uma funcionária de dentro do serviço...

**Representante Paulo Henrique Régis:** Você está afirmando ou não?

**Roseli:** A funcionária de dentro do serviço disse que veio a ordem de BH para diminuir por falta do transporte e esse PTS está escrito, nós temos esse documento. Eu posso até te mostrar e falar qual, eu posso te falar qual é o paciente e posso te dar mais informações, não aqui.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Perfeitamente, gostaria de ver, saber o nome da pessoa e me mostrar o documento ou o áudio ou a mensagem, ou a ligação de quem de BH que deu essa ordem, eu acho que é meio leviano isso aí, não aconteceu. Não, ter um documento que está diminuindo o atendimento devido a novas avaliações é uma coisa, afirmar que houve uma ordem de BH para baixar o número é totalmente diferente

**Roseli:** Isso, eu falo para você depois e te informo então.

**Miguel:** Tá bom, eu encerro também por aqui, eu só quero falar uma coisinha para vocês, infelizmente a gente está passando uma situação difícil pelo CAPS Avante, pela Avante Social, eu estou sentindo que nós estamos acabando o contrato, nós estamos quase, mais de sete meses já, ainda não acertaram esse Avante, não acertaram esse serviço. Eu estou sentindo que os nossos seis milhões vai indo embora aos poucos, espero que os próprios vereadores, as pessoas, a Joelma, trabalhar em cima disso, porque até agora é a mesma conversa "estamos acertando, estamos ajustando estamos arrumando, estou arrumando", e nada de chegar num acordo. Você vê que chegou agora ou CNPJ. Sete meses depois você não acha que não foi uma falha lá atrás?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Não, uma questão municipal.

**Miguel:** Então é... Tudo é questão de esperar, você vê que vocês não chegaram num acordo ainda, sete meses...

**Representante Paulo Henrique Régis:** inclusive...

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** E tudo isso acontecendo às vésperas da audiência pública, né?

**Miguel:** Exatamente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Representante Paulo Henrique Régis:** Vale...É um protocolo que já vem correndo, isso não foi feito a toque de caixa, mas eu acho que até dar uma palavra singela aqui, desculpa, eu não sei seu nome.

**Miguel:** Miguel

**Representante Paulo Henrique Régis:** Miguel, senhor Miguel, eu acho que vale até você está com a palavra, mas dividindo com todos, o instituto avante, ele emprega 96 pessoas aqui no município de Mogi Mirim, então a gente emprega 96 famílias, das quais justamente são munícipes iguais a vocês.

**Miguel:** Não, mas isso não vem ao caso do contrato de seis milhões, aí tudo bem, o que eu tô falando é o serviço... que praticamente não tá sendo implantado praticamente, tem muita falha, falha de contrato, falha de gestão, falha, que hoje a prefeitura praticamente tá trabalhando para vocês.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Voltar a parte financeira. Prestamos contas mensalmente trimestralmente tem prestação de contas anual, o tribunal de contas audita todas essas prestações...Então, mais uma vez...

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Vocês só não estão prestando serviço de qualidade para quem é o tomador de serviço, só isso.

**Representante Paulo Henrique Régis:** O senhor está convidado a ir nos quatro serviços, inclusive eu posso acompanhá-lo.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Eu estive nesses locais e infelizmente eu recebi reclamação até dos funcionários com relação à comida que vocês estão entregando para eles...

**Representante Paulo Henrique Régis:** Mais uma vez reforço e lhe faço o convite para junto irmos visitar os...

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** E eu só, eu vou colocar um áudio aqui para o senhor escutar, eu não estou...

**Miguel:** Mas tá bom, fica assim então, vamos aguardar o próximo capítulo.

**Áudio:** Você não consegue transporte de novo para o CAPS, está uma judiação que as pessoas que moram aqui na Vila Dias, até lá na Expedito Quartieri, tá no final da Expedito Quartieri, tudo tão indo a pé, não tem mais transporte no CAPS, eu tenho que levar minha prima, até escolhi, ela ia todo dia, mas não tem condição da gente ficar levando todo dia. Aí eu levo segunda, quarta e sexta ela lá no CAPS. A minha outra



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prima também, só que eu não lembro aonde ela mora, também vai a pé. Então vê se o senhor consegue para a gente transporte no CAPS, que está uma judiação.

**Vereadora Joelma Franco:** É uma realidade, é uma realidade.

**Áudio:** Eles têm um carro lá no CAPS e levam algumas pessoas lá, vai buscar, vai levar, acho que as mais, que não tem mesmo condições, aí vão buscar, mas é muito pouco, o carro, é um carro e a prefeitura tirou o transporte porque venceu a validade da prestação do serviço.

**Vereadora Joelma Franco:** Sim

**Áudio:** Então se o senhor conseguir de novo essa van para ir buscar, beleza porque quando era da parte, quando não era terceirizada, quando fazia a parte a APAE, tinha certinha, tinha certinho o transporte, agora está só por Deus, está uma palhaçada, vamos dizer né? Tá bom, muito obrigada, boa noite seu Gaúcho.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Senhor Magalhães...

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Olha, deixa eu só falar uma coisa para o senhor, vocês não estão cumprindo contrato. Eu falei psicopedagoga no início aqui até ficaram bravo comigo porque é importantíssimo, quem fez a licitação desse, ou chamamento, licitação desse contrato que está aqui foi muito negligente, fez o negócio de uma maneira totalmente assim errada. Por quê? É importante ter uma psicopedagoga atuando em conjunto com os professores porque eu tenho um filho que é autista, pessoal pode até entrar na internet e descer o pau em mim que eu não tenho medo tá? Eu não tenho medo mesmo, eu enfrento e sou responsável pelas coisas que eu falo aqui. Meu filho, por exemplo ele tem uma dificuldade numa determinada situação que é a fala e a professora fala assim "olha psicopedagoga você precisa fazer um trabalho com o Olavo para ele tentar corrigir isso aqui". E ela faz as terapias, a TO, a psicopedagoga faz as terapias para ajustar ele lá na escola. Vocês não têm isso, eu sei que não tem, outra coisa, não está tendo transporte, vocês estão descumprindo contrato, não está tendo, a gente sabe que não está tendo e não somos nós somos a população que está falando, outra coisa, vocês não têm os profissionais lá e vocês fizeram a prefeitura errou muito, a administração errou muito quando ela misturou tudo dentro do CAPS, autista e outras especialidades. Até pessoal da Fundação Casa vem lá dentro dos outros CAPS, o que é um absurdo, tudo tem que ter separação....



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereadora Joelma Franco:** Magalhães, sou eu Joelma, eu só queria fazer um apontamento...

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Deixa eu terminar aqui aí você pode falar à vontade, vereadora. Então eu estou sabendo que está sendo feito a licitação para a locação de veículos, mais veículos para a saúde de Mogi Mirim e não tem necessidade porque vocês são responsáveis por fornecer o transporte e não estão fornecendo, tá? A senhora Clara que é a secretária de saúde que armou todo esse esquema com o contrato do Avante que é uma empresa de terceirização na realidade, porque quando você terceiriza qual que é a tua intenção? Na maioria das vezes não é qualidade, não é qualidade, eu trabalho com isso há 28 anos irmão, 28 anos, é para redução de custo. E o que acaba acontecendo? Vocês vivem do quê? Vento? Não, vocês têm que ter lucratividade. Então vocês estão fazendo isso, oferecendo uma comida ruim pro funcionário de vocês que eles reclamaram para mim, lá na casa de passagem. Os moradores lá do, da instituição aonde vocês estão administrando também os idosos lá, vieram reclamar que vocês estão fazendo uma confusão lá com pessoas idosas lá dentro, tira a pessoa de uma casa coloca na outra, muda, fica mudando e eles reclamando. Nós recebemos eles aqui. E outra coisa... Todo o poder emana do povo, o senhor prefeito já devia ter entendido que se a população, as mães de autistas, as pessoas não estão contentes elas têm o direito de querer mudar, elas não estão pedindo nada aqui que seja errado e o argumento do senhor de falar que lá trabalha 90 pessoas 9 pessoas... 20 pessoas

**Representante Paulo Henrique Régis:** Município, não lá, no município.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** No município, para mim isso daí, porque eu sempre fui a favor de montar o CEMAE porque o CEMAE tem espaço, ele tem lá mais de 3000 metros quadrados de área. O dia que eu fui visitar lá tinha sala vazia lá dentro. A prefeitura administrativamente poderia ter montado uma equipe, já tinha até bastante pessoas lá na equipe, mas não, resolveu fazer essa terceirização burra que só está dando problema e mais problema. Outra coisa também que eu quero falar, eu não estou entendendo, tá gente? Sem medo de ser feliz aqui, eu estou pagando 750 paus do laudo para a autista. Por que está esse valor? Exorbitante aqui para o município? 1600 1800 reais? Há? A pergunta é essa vereadora, por que que para o município o laudo custa muito mais caro? É esse monte de criança, mães ligando a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

todo o tempo me pedindo para ajudar para laudar a criança. Arruma, mandamos orçamento impositivo, peraí, tem alguma coisa errada nessa história aí, não tem não? Está faltando coragem para alguém para colocar a coisa à luz? Não está não? Mas eu digo assim aqui está ó, você ouviu o áudio, os moradores não estão satisfeitos com o transporte, vocês não estão fornecendo transporte.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Eu acho que por um áudio isolado a gente não pode generalizar isso, sim eu estou afirmando a você senhor Magalhães, nós estamos fazendo transporte.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Ontem, ontem quando eu tive lá no CAPS tinha uma pessoa sentada reclamando...

**Vereador Marcos Gaúcho:** Me perdoe, mas eu não aguento, eu trabalho no transporte, misericórdia, tá uma porcaria, desculpa, eu tenho que ir embora.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Eu vi lá ontem, tinha sentado lá no CAPS uma pessoa lá reclamando do atendimento. Eu acho que a prefeitura tem que chamar esse trabalho para ela para ter funcionário de carreira trabalhando lá, pessoas atendendo 20, o expediente todo, as mães não ficam sabendo quando faltam os profissionais lá, tá? Vocês não estão conversando com as mães e eu praticamente, eu desaprovo totalmente esse tipo de serviço de vocês tá, da forma que tá sendo feito, tá?

**Representante Paulo Henrique Régis:** um fato isolado.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Então, Joelma, pode falar, fica à vontade.

**Vereadora Joelma Franco:** O senhor Fábio, o senhor falou assim que aos fins a Avante está com as contas todas certinhas, correto? É isso?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Pois não? Aos fins...Ao fim do contrato...

**Vereadora Joelma Franco:** Não, a prestação de contas da Avante está correta é isso?

**Representante Paulo Henrique Régis:** A prestação de contas da avante mensal trimestral e anual estão em dia. Existem alguns poucos apontamentos da anual devido ao período que já estão sendo sanados juntamente com a secretaria, ou seja, enviando os apontamentos.

**Vereadora Joelma Franco:** Eu vou falar qual que é esse pouco, senhor Fábio...

**Representante Paulo Henrique Régis:** É Paulo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Vereadora Joelma Franco:** Para o senhor Paulo, o senhor é funcionário, às vezes né responde para quem não deveria estar mais sentado aí, foram constatadas irregularidades sim na prestação de contas da Avante e segundo ofício encaminhado pela própria Secretaria de Saúde aponta três transferências não identificadas. Sabe no importe de quanto?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Sei.

**Vereadora Joelma Franco:** Fala para mim então.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Seu vídeo, no aporte de aproximadamente um milhão o qual identificamos e imediatamente foi devolvido na mesma competência.

**Vereadora Joelma Franco:** E o senhor, e o senhor, o senhor sabe muito bem que existe um contrato, existe uma instrução normativa do Tribunal de Contas, que isso nunca poderia ter acontecido, por que que o senhor executou desta forma?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Mostro o apontamento e a resposta, foi resolvido na mesma competência.

**Vereadora Joelma Franco:** Artigo 134, parágrafo único da resolução 51 do Tribunal de Contas, você quer que eu leia para o senhor? Eu faço questão: "Proibir que as OS redistribua entre eventuais outras entidades gerenciadas o recurso que a ela é repassado". Tá aqui? É, sério né? É muito sério. Mas não é só isso sério, sabe o que é o pior de tudo isso? Ainda nessa decisão é o fato de serem constatadas prestações de contas e rubricas de divergência, medicamento não ocorreu o gasto mensal, materiais e medicamentos, gasto muito inferior ao valor mensal, materiais diversos gasto muito inferior ao valor mensal, seguros, impostos... não ocorreu gastos, despesas administrativas gasto muito inferior ao valor mensal, investimentos gasto muito inferior ao valor mensal, prestação de serviços médicos, gasto inferior ao valor mensal. Com todo respeito eu posso pedir uma gentileza para o senhor? Precisa rescindir o contrato imediatamente. Eu não estou fazendo demagogia, vocês vieram aqui, foi pago um serviço de 6 milhões de reais, você sabe o que é mais do que isso? Vocês estão espalhando situações que estão prejudicando todo mundo. Quando a gente pega isso que o senhor não sabe responder, que é uma vergonha você, com tantos anos de experiências porque no seu cartão de CNPJ você diz que vocês estão desde 2000 existentes, desde o ano de 2000, vocês não estarem vendo um contrato do município ou vocês estão querendo passar a perna no município porque não tem justificativa.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Olha eu vou falar mais, você sabe mais uma que aconteceu de vocês? A Avante Social, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente publicou sim no diário um termo de ajustamento de conduta, sabe por quê? Porque vocês também tão irregulares, sabe por quê? Eu vou dizer, passou um PL recentemente aqui nessa casa que está sendo analisado dessa semana para cá e que vocês há quase um ano, o município cedeu um carro para vocês e vocês não cumprem a obrigação do seguro.

**Cristina Pulz:** Joelma, não...

**Vereadora Joelma Franco:** Parado na garagem. Deixa ele falar, prejudicando as pessoas. E não é só isso, eu tenho mais ações...

**Representante Paulo Henrique Régis:** Não existe um ataque estabelecido. Você está afirmando algo que não existe um ataque estabelecido

**Vereadora Joelma Franco:** Então o senhor vai pagar o seguro? Você vai pagar o seguro? O carro está parado há nove meses. Você vai pagar o seguro?

**Representante Paulo Henrique Régis:** A questão do seguro a Cristina pode explicar que é uma questão diferente.

**Vereadora Joelma Franco:** Isso é prejuízo. E quer mais saber de uma coisa? Por que que até hoje não foi colocado a placa no CAPS AD? Vocês estão com vergonha de colocar essa placa com o logo de vocês? Agora?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Agora não, desde o início.

**Vereadora Joelma Franco:** Ah, desde o início quando?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Eu acho que você não passou no CAPS AD.

**Vereadora Joelma Franco:** Então vocês estão falando que conselho da saúde é mentiroso? Um órgão constituído pelo município?

**Representante Paulo Henrique Régis:** Olha a placa do CAPS AD.

**Vereadora Joelma Franco:** Gente, alguém está mentindo, isso aqui está virando caso de polícia novamente nessa cidade,

**Representante Paulo Henrique Régis:** Não, a placa está lá

**Vereadora Joelma Franco:** Ou o prefeito Paulo Silva se posiciona ou tem que ir na porta do gabinete pedir a rescisão do contrato de vocês. Não é política, é serviço. Chegou um ponto que não dá mais, não, Cris, eu respeito você para caramba...

**Cristina Pulz:** Eu sei meu amor, mas assim...

**Vereadora Joelma Franco:** Não é uma situação enfática...



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Cristina Pulz:** Não, não, não, não. Eu concordo.

**Vereadora Joelma Franco:** É a prestação de contas, é o fato da fisio, é quase doze meses um contrato com uma empresa como essa...

**Representante Paulo Henrique Régis:** Direito de resposta

**Cristina Pulz:** Joelma, eu concordo que, e entendo a sua indignação, mas tem algumas coisas que a gente precisa pontuar, com relação ao TAC do CMDCA, é uma coisa o que a gente veio dialogar na Comissão por conta do carro, uma outra coisa é a questão do TAC, este TAC não existe ainda porque o que saiu de...

**Vereadora Joelma Franco:** Vai ser confeccionado, tá escrito lá, isso é indício do que amiga?

**Cristina Pulz:** Escuta, Joelma, isso que saiu, escuta, o que é, aquela deliberação é porque houve uma transição entre a presidência do CMDC, uma composição para a outra. Para que as comissões continuassem trabalhando se fez uma publicação com todos os deveres de cada comissão. Aquelê TAC foi feito porque está faltando o AVCB no acolhimento. Que que o Conselho, que eu sei... Que que o Conselho Municipal entendeu, que era preferível fazer um TAC porque já tem o Alvará, Já tem o Alvará provisório, a entidade deu entrada nos protocolos de vigilância sanitária e dos bombeiros Para que a entidade pudesse ter cadeira porque a sociedade civil precisa participar dos Conselhos se antecipou a certificação provisória e vai se construir um TAC junto com a entidade para que no X de tempo que o CMDCA vai combinar a quantidade seja entregues os AVCB's. Isso é o TAC. Uma outra coisa é a situação do carro. Quando a gente veio aqui propor na câmara de fazer a concessão para o carro, a gente não imaginava que a gente, que não houvesse seguradoras para que as seguradoras não aceitassem fazer o seguro do carro com uma titularidade diferente. Então o que que a gente veio propor para a gente. O que a gente veio dialogar é que a gente assumisse esse seguro e o que se propôs aqui na casa, o que estava junto era de como fazer esse desconto da Avante para que ela pague porque aí a gente fica, ou faz a doação ou continua com a concessão, então são coisas... O TAC do CMDCA é uma coisa e o que a gente veio dialogar na quarta-feira é outra. O que a gente vai discutir e eu fiquei de conversar junto com o jurídico foi de como manter o carro na titularidade da prefeitura que é o que eu acho que tem que acontecer e como faz esse



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desconto no plano de trabalho da Avante para poder fazer o seguro do carro. Então, são coisas diferentes. É só isso que eu queria esclarecer para você, Joelma, só.

**Vereadora Joelma Franco:** O Cris, a gente só fala o seguinte: cada contrato tem 12 meses, é só quando terminar o contrato que vai estar tudo finalizado, aí já se perdeu, o prejuízo já foi feito, nós estamos ganhando, gastando mais de 6 milhões de reais, não é presente de graça, eles não tão aqui de graça, entendeu? Não tem jeito, é muito prejuízo, é prejuízo para a rede, eles desfalcam a nossa rede, eles desfalcam o serviço para as crianças, eles desfalcam o serviço para as pessoas que precisam de algum cuidado. Eles desfalcam o serviço para as pessoas que precisam de salvo de mental no município, então com todo o respeito, são vários, vários itens que a gente tem que criar coragem e se posicionar, só pensó desta forma, com todo o respeito.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Eu quero passar a palavra agora para a Angélica Augusta. Pode falar a Angélica fica vontade. E avisar que nós estamos finalizando a audiência pública porque nós temos o prazo regimental e o horário regimental.

**Angélica Augusta:** Boa noite a todos. Eu sou uma mãe atípica e assim, o que eu venho vendo na cidade, uma falta de respeito muito grande com a gente, a gente não está aqui para caçar briga com ninguém, a gente está aqui para lutar pelos direitos dos nossos filhos porque a gente pensa neles, no futuro deles, no que vai ser daqui para a frente. Então assim, o que eu vejo, muita ladainha, não é a primeira vez que eu venho numa audiência pública que tem sobre o assunto e assim essa é a última que eu venho e eu vou falar aqui o que eu tenho para falar que eu sou bem sincera. Eu frequento o CAPS JJ, admiro o pessoal que trabalha lá, me receberam muito bem, não tenho que reclamar, só que assim, não é um trabalho especializado para autista, entendeu? Então assim, eu acho que já deu que tinha que dar na cidade de Mogi Mirim, eu acho que vocês têm que se reunir e ver como que a gente vai ficar, como que essas crianças vão ficar? Resolver isso daí. Fazer um centro especializado, colocar pessoas especializadas que é o que a gente está precisando. A gente vir aqui, ficar nesse debate de valores não vai mudar em nada na nossa vida, entendeu? Então eu já vi que virou uma bagunça, virou uma guerra política um mimimi daqui um mimimi dali isso daí está muito feio gente, isso aqui é uma coisa que vai ao vivo todo mundo ver, eu tenho uma conta no tik tok, que eu tenho quase três mil seguidores, eu falo sobre a minha



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

luta de mãe autista, tudo que eu passo eu coloco lá, então assim muita gente vê, eu compartilho muito e aí eles falam "teve audiência o que foi resolvido? Nada?". Como da outra vez a gente veio aqui, falamos, colocamos tudo que precisava e o que que adiantou? Nada. Outra audiência. O que que foi resolvido? Nada. Então assim para quem continuar? Essa encenação toda. Todo mundo aqui está perdendo o tempo, eu acredito nisso, porque eu estou cansada de lutar nessa cidade. Esses dias eu tive uma falta de respeito muito grande no UPA, assim, não me deram prioridade, atendimento prioritário para o meu filho, negaram, entendeu? É, esperou ele me agredir, me morder, me machucar todinha para me atender. Então assim, a gente, quando vocês vêm a gente gritando, dando escândalo é porque a gente já está cansada, entendeu? Não é porque a gente quer fazer ceninha não, não é porque a gente quer se mostrar, é porque a gente está revoltada de vir conversar numa boa e nada ser acontecido, nada ser resolvido e a gente ficar na mesma, na mesma, entendeu? O tratamento do CAPS que o meu filho vai, ele faz com a Jaqueline, né, que é a psicóloga dele, a TO que é a Flávia, né? Se não me engano, é Flávia o nome dela né? Ele vai, ele está indo lá frequentando, mas assim é uma coisa que não está ajudando no tratamento dele. Eu vou porque eu não tenho condições de pagar uma coisa paga. Eu agradeço pelo pouco de horas que ele fica ali, o pouco do atendimento que ele tem ali, mas assim é uma coisa que não está ajudando, esses dias eu conversei com a Jaque, falei "Jaque, o Lô de vez melhorar ele está piorando", eu não sei o que fazer. O Lolô ele está sem escola, ele não está frequentando a escola porque eu não consigo colocar ele na escola, entendeu? Porque não tem professor de apoio especializado. Ele teve uma crise, a professora não era especializada, fez o menino pegar trauma, não consigo levar na escola. Então a gente está com problema em todo lugar, educação e saúde. E a gente vem, tenta conversar, fala "está acontecendo isso e isso" e nada muda, nada acontece, entendeu? E assim, eu como mãe, frequento lá o CAPS IJ, admiro o pessoal que trabalha lá porque as vezes as meninas tentam fazer de tudo para a gente. Eu reconheço os esforços delas, mas assim, não é uma coisa que está fazendo melhora para o meu filho e eu como mãe eu tenho que lutar pelo direito dele pela melhora dele. Então assim, muitas das vezes as pessoas questionam, fala da gente está atacando, não, a gente não está atacando, sabe, a gente simplesmente quer resolver o nosso problema porque eu não sei o dia de amanhã, eu não sei como o meu filho vai



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fazer, ele vai fazer 5 anos, não consegue frequentar a creche, escola, então se a gente vê tudo isso, ele não come sozinho, começou a desenvolver a fala faz pouco tempo, graças a Deus a fala ainda ele está indo bem, então é complicado, a gente sofre muita crítica, muita crítica, muito preconceito. A gente vai no mercado, a pessoa fala do nosso filho, a gente vai na farmácia a pessoa fala do nosso filho, sabe, é dolorido para a gente, é sofrido, sabe? E assim, então é isso, a gente quer que vocês resolvam o nosso problema, entendeu? Não adianta ficar nesse debate, se vocês não conseguem dar esse atendimento prioritário, vamos resolver, larga mão de CAPS, porque CAPS não é lugar para autista gente, não é. Os autistas precisam de um centro especializado, precisa de gente que entende, entendeu? Eu falo porque eu estou indo lá, eu não falto umas consultas de lá, e eu não vi melhora no meu filho, não estou reclamando dos profissionais de lá, não porque as meninas me atendem super bem, mas o que eu quero dizer aqui é sobre isso, resultado não está chegando, eu não estou vendo meu filho melhorar, entendeu? Então é isso, é isso que eu queria falar, é um desabafo, e é isso.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Ô Angélica, nós estamos com o nosso tempo regimental já estourado, eu quero te dizer simplesmente algumas palavras que eu acho que é importante, a casa legislativa eu vejo que nós estamos realmente tentando fazer tudo que pode tanto é que a gente está marcando audiências repetitivas aqui na casa, uma após a outra porque nós queremos que seja resolvido esse problema. Não é o vereador que está com a caneta na mão para falar assim "está rescindido esse contrato". Nós analisamos aqui a documentação e a gente vê todos os pontos, inclusive o que que acontece, por exemplo, eu tenho um projeto de lei aqui, eu, o Alexandre Cintra e o Marcos Gaúcho para criar o centro de apoio ao autista em Mogi Mirim. Até agora esse projeto está engavetado na comissão de justiça e redação e eles não saem por qual motivo? Por causa disso. Então nós estamos tendo a coragem de provocar a situação. Eu tenho dado palestra em outras câmaras municipais e eu tenho observado que essas cidades também estão com um problema nesse sentido. O problema aqui em Mogi Mirim é enorme, você não faz ideia em Jaguariúna o que as mães estão sofrendo a ponto de criança desaparecer e aparecer na beira do rio. Vereadores me ligando "ô Magalhães o que que você está fazendo que você está conseguindo fazer tanto projeto para a autista?". Então o que eu digo para você, não



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

somos nós que estão com caneta, vereador fiscaliza, legisla, apresenta requerimento e indicações aqui na casa. Então nós estamos aqui utilizando de um meio que é a audiência pública para chegar algum lugar. Eu acho que o prefeito tem que entender que a população está insatisfeita com a prestação de serviço da Avante. Quem vai assinar a rescisão do contrato é eles, o departamento de saúde. Eu colocar aqui no vídeo, alvo da operação da Polícia Federal é Instituto Nacional de Ciência de Saúde que administra a Santa Casa. Eu estou colocando preliminarmente aqui hoje, pedindo um requerimento com uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a saúde, está entendendo? Porque existe muita coisa errada que está acontecendo e a gente que é vereador, a gente escuta a população chamando, pedindo as coisas para a gente. Então eu entendo a sua insatisfação, mas eu não consigo entender se existe outro caminho.

**Angélica Augusta:** É porque assim, eu tive presente nas outras audiências e é sempre aquela "tal fulano faltou, tal ciclano não foi", chega na hora não tem resposta, então fica aquele joguinho, um joga pra lá, outro joga para cá, daqui a pouco, teve essa audiência, algumas coisas eles não souberam responder, aí joga para outra audiência, chega um outro pessoal, outro pessoal pra responder "ai, eu não tava aqui, eu não sei", e joga, e assim vira, né. E nunca a gente chega num resultado que a gente precisa.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Mas pode ter certeza que vai ter um resultado, entendeu? E você veja bem como as coisas são. Você observou que o representante da Avante tentou jogar nas nossas costas que lá empregam um monte de gente e que se nós tirarmos a Avante nós somos responsáveis pela demissão dessas pessoas? Ele não, ele não...

**Representante Paulo Henrique Régis:** Não gostaria que o senhor colocasse palavras da minha boca, eu disse que o instituto avante emprega 96 pessoas, só isso.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** O que que o senhor falou, que trabalha 90 pessoas lá. Isso querendo ou não é uma ameaça.

**Representante Paulo Henrique Régis:** Não, você está pondo palavras na minha boca e eu não lhe dou esse direito, não fiz isso.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Não, querendo ou não isso é uma ameaça. E é o seguinte, nós temos que ver se o serviço, a qualidade está atendendo sabe por quê? Eu vi os progressos que meu filho teve nesses 12 anos sendo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acompanhado por uma psicopedagoga por uma fonoaudióloga, por um neuro, eu vi o que o meu filho avançou em função de toda a equipe multidisciplinar que atendeu ele. Então eu entendo realmente porque elas, as mães, esse tempo que está sendo perdido vai ser irrecuperável na vida das crianças, vai ser irrecuperável. Eu conheço meninos que estão, eu conheço um menino autista que está de engenheiro dentro da Bosch e por um serviço mal aplicado está prejudicando eles, entendeu? Esse é o grande problema. Então olha, aqui é o lugar onde a gente tem que discutir as demandas da população da nossa cidade. Eu quero agradecer a todo mundo que teve presente aqui e torço pra que realmente o senhor prefeito faça a rescisão desse contrato porque é a voz do povo que ele tem que ouvir, a voz do povo é a voz de Deus, muito obrigado.

**Vereador Ademir Floretti Jr.:** ô presidente, Só pra... presidente gostaria só de fazer a minha pergunta aqui, é rapidinho. Bom, no dia 11 de maio eu recebi uma reclamação de um usuário do CAPS AD ali da Padre Roque falando sobre a dificuldade que ele estava tendo de fazer a marcação do seu retorno para passar com o médico por falta de pagamento, aliás por falta de internet e telefone. Ele mora na região norte lá no fim da região norte, saia de lá, vinha para o CAPS, não conseguia marcar. No mesmo dia eu estive lá na unidade da Padre Roque né, o CAPS AD, verifiquei a situação, me foi relatado o que estava acontecendo, eu falei com uma moça que eu não me lembro o nome por telefone e ela me disse que havia dificuldade porque a maneira que vocês fazem o pagamento é diferente do tradicional que seria simplesmente imprimir o boleto e pagar. E aí ela disse que houve esse atraso, aí houve consequentemente o corte da internet. Ela reforçou comigo que não havia o prejuízo no atendimento da pessoa que chegasse lá necessitado. Eu entendi isso, mas o que eu estava querendo dizer é que o paciente me relatou que ele não conseguia marcar uma nova consulta porque a moça não tinha acesso a via internet, não tinha acesso à agenda do médico, do profissional, como a gente vê na própria unidade básica de saúde se a pessoa não tiver acesso à agenda do médico não tem como fazer uma marcação de consulta. E aí mediante essa situação ela me garantiu, falei com o pessoal da saúde e eles garantiram que o serviço voltaria à atividade. Agora quando a moça representante esteve aqui que foi convocada representante, não sei se vocês estavam aqui Paulo, estava? Como que chama a moça que eu esqueci? Gisele? A Gisele, eu fiz uma seguinte, a seguinte pergunta para ela que nota que ela daria para o serviço de vocês, né? Eu não sei se você lembra,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Paulo. E ela disse a nota 7. E numa outra seção posterior a presença de vocês e aí esse ocorrido eu disse aqui que eu daria a nota de 3,5 a 4 para o serviço de vocês, porque é inaceitável Paulo e Solange, acontecer isso que aconteceu, não pode acontecer porque qualquer empresa e qualquer residência a gente prioriza o pagamento, não estou dizendo, falta de pagamento por falta de dinheiro, não estou dizendo isso, estou dizendo que houve falta por uma inabilidade na forma de pagamento e isso, de uma certa forma, impactou no atendimento das pessoas, dos pacientes. Então essa é a nota que eu daria para o serviço de vocês e faria duas perguntas, isso vai acontecer novamente? Segunda, vocês acham que aquele prédio que está instalado o CAPS AD é o prédio adequado para os serviços e a localização dele é adequada para isso? São duas perguntas

**Representante Paulo Henrique Régis:** Sobre a questão do pagamento do boleto, de fato até mesmo para a gente ter uma prestação de contas mais clara e mais assertiva, o processo de pagamento passa por algumas aprovações e aí ao relato, perdão, ao relato que você fez nós temos duas situações, a primeira de fato foi um lapso temporal que não pagou e cortou, e o segundo foi, de fato o pagamento ocorreu, mas era uma questão na operadora, e sua segunda pergunta, me perdoe? Ah sim, o prédio ele foi selecionado, de fato no município, é notório uma dificuldade de se encontrar um imóvel e até mesmo loca-lo e quando encontramos esse imóvel nós apresentamos para secretaria de saúde o qual foi aprovada, então de fato posso afirmar para você que nós, sim, acreditamos que ele funciona.

**Vereador Ademir Floretti Jr.:** Perfeito. Perfeito, seu presidente, muito obrigado.

**Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães:** Bom, encerramos então a audiência pública, um boa noite para todos.

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", em 13 de junho de 2024.

  
**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
**(MAGALHÃES DA POTENCIAL)**  
**REPUBLICANOS**

CERTIDÃO

CERTIFICADO, para os devidos fins, que nesta data foram arquivados estes autos, tendo sido autenticados sob nº 45 e com rubrica \_\_\_\_\_ de meu uso na última folha desse processo.

Secretaria da Câmara Municipal de Mogi Mirim,

23 de Julho de 2024

Secretário (a)



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

Requerimento Nº 142/2024

**ASSUNTO:** Requeiro seja convidada a OSC “INSTITUTO JURÍDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E SAÚDE - AVANTE SOCIAL”, através de seu representante, para comparecer na Câmara Municipal, na sessão legislativa do dia 13 de maio de 2024, às 18 horas e 30 minutos, para prestar esclarecimentos sobre a execução dos serviços no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (“CAPS IJ”) de Mogi Mirim, objeto de contrato firmado com a municipalidade, e outros temas correlatos.

### REQUERIMENTO Nº 142 DE 2024

SENHORA PRESIDENTE,

SENHORES VEREADORES,

Venho pela presente, rendendo prévias homenagens, nos termos do contido no artigo 24, §3º e no artigo 32, inciso XV, da Lei Orgânica de Mogi Mirim, c/c art. 157, V da Resolução 276/2010 (Regimento Interno), **seja convidada a OSC “INSTITUTO JURÍDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E SAÚDE - AVANTE SOCIAL”, através de seu representante, para comparecer na Câmara Municipal, na sessão legislativa do dia 13 de maio de 2024, às 18 horas e 30 minutos, para prestar esclarecimentos sobre a execução dos serviços no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (“CAPS IJ”) de Mogi Mirim, objeto de contrato firmado com a municipalidade, e outros temas correlatos.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

De forma subsidiária, na hipótese de qualquer impossibilidade fática para a data designada originalmente na presente propositura (caso peçam discussão do presente requerimento ou em outros casos excepcionais, por exemplo) requeremos a realização do ato de convocação para sessão subsequente, prevalecendo o propósito da presente propositura e a boa-fé, sem qualquer prejuízo ao pedido de convocação.

Afinal, além da estrita observância aos dispositivos regimentais e à LOM, no momento da apresentação do requerimento, também ressaltamos o atendimento ao regramento estabelecido pelo *Ato da Mesa nº 023 de 2023*, que regulamentou o artigo 24 da Lei Orgânica Municipal e artigo 157, inciso V do Regimento Interno.

Vale ressaltar que a OSC “INSTITUTO JURÍDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E SAÚDE - AVANTE SOCIAL”, inscrita no CNPJ sob nº 03.893.350/0001-12, mediante contratos celebrados com o município de Mogi Mirim, executa, dentre outros, os serviços ligados a administração dos Centros de Atenção Psicossociais do município.

Assim, considerando que, atualmente, a “Avante Social” realiza inúmeros serviços públicos de caráter essencial no município, recebendo vultuosos valores do poder público, entendo ser de inegável importância essa casa legislativa oportunizar um espaço de fala para que o referido instituto possa prestar informações sobre os trabalhos que vem desenvolvendo no âmbito da rede pública.

Como bem sabemos, ainda destaco o dever inerente à função parlamentar no sentido de fiscalizar o exercício das atividades envolvendo os serviços públicos e a aplicação do dinheiro público no Município.

Nesse sentido, entendo que a convocação da OSC Avante Social é medida se impõe, atendendo aos anseios da população que é a destinatária dos referidos serviços. Afinal, em última análise, não podemos nos furtar do papel que a sociedade mogimiriana espera, na busca da preservação do interesse público.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Diante do exposto, requeiro que a presente propositura seja submetida ao duto plenário para deliberação. E, em caso de aprovação, que seja encaminhada ao destinatário com a máxima urgência possível.

Termos em que,  
espera e aguarda  
o DEFERIMENTO deste duto plenário.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 19 de abril de 2024**

*(assinado de forma digital)*

**VEREADORA JOELMA FRANCO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=X6A085WN535RU6VU>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: X6A0-85WN-535R-U6VU**

**JOELMA FRANCO DA CUNHA**

Vereadora

Assinado em 19/04/2024, às 15:39:32

- X6A0-85WN-535R-U6VU

IGITALMENTE - PROTOCOLO:656/2024 - 19/04/2024 - 15

DOCUMENTO ASSINAD

## Ofício 1.171/2024

**De:** Raissa M. - CONF-AJUR-OP

**Para:** CM Mogi Mirim

**Data:** 10/05/2024 às 10:04:03

**Setores envolvidos:**

CONF-AJUR-OP

### Resposta ao Of. CM/GP nº 86/2024 - Comparecimento em sessão legislativa

Prezados, bom dia!

Com os cordiais cumprimentos, o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde – Avante Social, vem, respeitosamente, à presença de V.S<sup>a</sup>, apresentar Ofício em anexo, como resposta ao Of. CM/GP nº 86/2024.

No ensejo, elevamos protestos de estima e consideração.

*Para visualizar o anexo clique no ícone "Acompanhar online".*

Gentileza acusar o recebimento.

Atenciosamente,

—  
**Raissa Monteiro**  
Advogada

#### **Anexos:**

Oficio\_Resposta\_CM\_mogi\_mirim\_1\_.pdf



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 25A9-3CAB-7E3A-966F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RAISSA MONTEIRO (CPF 009.XXX.XXX-88) em 10/05/2024 10:04:13 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://avantesocial.1doc.com.br/verificacao/25A9-3CAB-7E3A-966F>

À Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP

A/C Dirceu da Silva Paulino | Presidente da Câmara Municipal

**Referência:** Of. CM/GP nº 86/2024

**Assunto:** Requerimento nº 142/2024

Ilmo. senhor,

Com os cordiais cumprimentos, o **INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA E SAUDE - AVANTE SOCIAL**, vem, pelo presente, em atenção ao ofício encaminhado por V. S.<sup>a</sup>, manifestar o que segue.

Informamos que este Instituto se fará presente na sessão legislativa do dia 13 de maio de 2024, às 18 horas e 30 minutos, cujo tema é a execução dos serviços no Centro Psicossocial Infantojuvenil (CAPS II) e outros temas correlatos, representado pelos seguintes:

Gisele Aparecida Rodrigues do Carmo Cardoso- Gerente de atendimento institucional.

Paulo Henrique Regis- Executivo Regional

Lucélia Paula Gomes- Referência Técnica Saúde

Sendo o que havia para informar, reiteramos nossos protestos de estima e consideração, permanecendo à inteira disposição para o que se fizer necessário.

Belo Horizonte/MG, 09 de maio de 2024.

VIVIANE TOMPE SOUZA  
MAYRINK:03219861644  
9861644

Assinado de forma digital por VIVIANE TOMPE SOUZA  
MAYRINK:03219861644  
Dados: 2024.05.10 09:58:25 -03'00'

**Viviane Tompe Souza Mayrink | Presidente**  
**Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde - Avante Social**

EM BRANCO

Assunto:

**Fwd: Informações | AVANTE SOCIAL | Audiência  
Câmara Municipal 13/05/2024**

De

&lt;imprensa@camaramogimirim.sp.gov.br&gt;

Para:

Presidência <presidencia@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Ademir Souza Floretti Junior <vereadorademirjunior@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Alexandre Cintra <vereadoralexandrecintra@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Cinoê Duzo <vereadorcinoe@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Dirceu da Silva Paulino <vereadordirceupaulino@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Marcos Antonio Franco <vereadormarcosgaucho@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Geraldo Vicente Bertanha <vereadorgebe@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador João Victor Gasparini <vereadorjoaovictor@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães <vereadormagalhaes@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Marcio Evandro Ribeiro <vereadormarcioribeiro@camaramogimirim.sp.gov.br> Presidência <presidencia@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Ademir Souza Floretti Junior <vereadorademirjunior@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Alexandre Cintra <vereadoralexandrecintra@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Cinoê Duzo <vereadorcinoe@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Dirceu da Silva Paulino <vereadordirceupaulino@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Marcos Antonio Franco <vereadormarcosgaucho@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Geraldo Vicente Bertanha <vereadorgebe@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador João Victor Gasparini <vereadorjoaovictor@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães <vereadormagalhaes@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Marcio Evandro Ribeiro <vereadormarcioribeiro@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Marcos Paulo Cegatti <vereadormarcoscegatti@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereador Luis Roberto Tavares <robertinhotavares@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereadora Joelma Franco da Cunha <vereadorajoelmafranco@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereadora Dra. Lucia Maria Tenório <vereadoraluciatenorio@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereadora Luzia Cristina Cortes Nogueira <vereadoraluziacristina@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereadora Mara Cristina Choquetta <vereadoramachoquequetta@camaramogimirim.sp.gov.br>, Vereadora Sonia Regina Rodrigues Módena <vereadorasoniamodena@camaramogimirim.sp.gov.br>, Assessor Beto <beto@gazetaguacuana.com.br>, Assessor Fabio <binhoo89@hotmail.com>, Assessor Felipe <felipevedovato2@yahoo.com.br>, Assessor Guilherme <guilhermesouzamd@gmail.com>, Assessor Marcelo <marc.t.oliveira@gmail.com>, Assessor Nelson <victalprado@yahoo.com.br>, Assessor Pedro <flpedro@yahoo.com.br>, Assessora Renan <renanmogi2016@gmail.com>, Assessora Adriana <drioliveirapenha@gmail.com>, Assessora Daiana <daianagattei@gmail.com>, Assessora Dina <dinaboveloni@gmail.com>, Assessora Ninha <hermiadovigo@gmail.com>, Assessora Vivian <vivian.cristiane26@gmail.com>, Gabriel Bordignon de Lima <bordignongabriel@gmail.com>, Assessor Rafael <ra\_fael\_gimenez@hotmail.com>, Vereador João Victor Gasparini <vereador@joaovictorgasparini.com.br>, Assessor Carlos <caedu\_felicio@hotmail.com>, Vereador Moacir Genuário <moacirgenuario@gmail.com>, Vereador Moacir Genuário

<vereadormoacirgoleiro@camaramogimirim.sp.gov.br>, Amanda Pavanello  
<dossantos.amanda1@gmail.com>, Aguinaldo Siqueira <aguinaldosiqueiraadv@gmail.com>, Caio  
Menna Barreto <caiomennabarreto@gmail.com>, Dr. Fernando Márcio das Dores  
<procuradoria@camaramogimirim.sp.gov.br>

Data 22/05/2024 14:24

- Of\_1279\_2024\_Camara\_Municipal\_MogiMirim.pdf (~176 KB)
- ANEXO I\_TRANSPORTE PACIENTES\_CAPS II.pdf (~426 KB)
- ANEXO II\_TRANSPORTE PACIENTES\_CAPS AD.pdf (~358 KB)
- ANEXO III\_DIVULGAÇÃO VAGAS - MOGI MIRIM.pdf (~661 KB)
- ANEXO IV\_Escala Médicos CAPS AD.pdf (~314 KB)
- ANEXO IV\_Escala Médicos CAPS II\_ABRIL.pdf (~639 KB)
- ANEXO IV\_Escala Médicos CAPS II\_MAIO.pdf (~638 KB)
- ANEXO IV\_Escala Médicos CAPS IJ.pdf (~137 KB)
- CNPJ CAPS II.pdf (~210 KB)
- CNPJ CAPS IJ.pdf (~210 KB)
- CNPJ RES TERAPEUTICA.pdf (~210 KB)

Boa tarde, Srs. Vereadores e Assessores.

A pedido da Assessoria da Presidência da Câmara, encaminho os e-mails e documentos em anexo.

At.te, Gabriel B Lima

Setor de Comunicação da Câmara Municipal de Mogi Mirim

----- Mensagem original -----

**Assunto::**Fwd: Informações | AVANTE SOCIAL | Audiência Câmara Municipal 13/05/2024

**Data:**22/05/2024 13:47

**De:**presidencia@camaramogimirim.sp.gov.br

**Para::**Imprensa Câmara de Mogi Mirim <imprensa@camaramogimirim.sp.gov.br>

Boa tarde favor encaminhar a todos os vereadores e assessores, obrigada

----- Mensagem original -----

**Assunto::**Informações | AVANTE SOCIAL | Audiência Câmara Municipal 13/05/2024

**Data:**21/05/2024 16:50

**De:**<paulo.regis@avantesocial.org.br>

**Para::**<secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br>, <presidencia@camaramogimirim.sp.gov.br>

Prezados(as), boa tarde!

Com os mais cordiais cumprimentos, o **Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde – Avante Social**, dirige-se respeitosamente a Vossa Senhoria para apresentar o Ofício em anexo que trata da devolutiva de informações acerca da última audiência ocorrida na Câmara Municipal de Mogi-Mirim/SP no dia 13/05/2024. Contrato de Gestão nº 164/2023.

No ensejo, elevamos protestos de estima e consideração.

12

Gentileza acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 81

①

**Paulo Henrique Regis**  
**Executivo Regional**  
**São Paulo**  
[www.avantesocial.org.br](http://www.avantesocial.org.br)



*“Este e-mail e quaisquer anexos são correspondências confidenciais destinadas apenas ao uso da pessoa física ou jurídica acima indicada. Se não for o destinatário pretendido ou o agente responsável por entregar a mensagem ao destinatário pretendido, você será notificado de que qualquer divulgação, distribuição ou cópia desta comunicação é estritamente proibida. Se você recebeu esta comunicação por engano, notifique o remetente por telefone ou respondendo a esta mensagem e, em seguida, exclua esta mensagem de seu sistema.”*

EM BRANCO

EM BRANCO

Ofício nº 1.279/2024

Belo Horizonte/MG, 21 de maio de 2024.

**Ao Município de Mogi-Mirim/SP - Câmara Municipal**

**Referência:** Contrato de Gestão Nº 164/2023

**Assunto:** Retorno de Informações pactuadas em Audiência realizada em 13 de maio de 2023

Prezados,

Com os cordiais cumprimentos, o **Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde - Avante Social**, vem, respeitosamente, por meio deste prestar o devido retorno a cerca dos temas ora discutidos em audiência pública realizada na câmara municipal de Mogi-Mirim/SP, onde, nos fora solicitado informações sobre:

- Status sobre processo de pedido dos Alvarás de funcionamento das unidades;
- Relação dos pacientes que utilizaram nosso transporte no último mês;
- Histórico de tentativas de contratação de profissional Terapeuta Ocupacional (T.O) e Fonoaudióloga;
- Escalas Médicas dos projetos;

Para tanto, encaminhamos para apreciação e avaliação desta câmara, as informações que seguem.

**Alvarás de Funcionamento** - Tão logo o Instituto Avante assumiu as operações do projeto e suas respectivas unidades, se fez necessário a abertura de protocolos de pedidos de CNPJs para cada unidade. Dada algumas pequenas dificuldades cartoriais, tais documentos foram liberados.

Todavia, se fez necessário um pedido de ajuste, por constar informação de endereço divergente da atual no CAPS AD. O processo de liberação encontra-se em fase final de confecção, fato este que possibilitará darmos continuidade aos pedidos de alvarás e solução definitiva ao tema.

Aproveitamos o momento para enviar-lhes documentos comprobatórios de abertura de CNPJs. (Anexos).

**Transporte** - Importante salientar que a implantação dos projetos ocorreu entre novembro e dezembro de 2023 e que em momento algum os atendidos ficaram desassistidos de transporte. O próprio município, demonstrando total parceria disponibilizou por tempo determinado o transporte, sendo este assumido integralmente pelo Instituto Avante ao final do mês de abril/2024, sendo o mesmo realizado desde então.

É possível verificar, pelos documentos anexos, o controle logístico de utilização de transporte, salvo o transporte da unidade CAPS IJ que estava sendo realizado pela secretária de saúde. O instituto assumiu integralmente em 16 de maio de 2024.

ANEXO I - TRANSPORTE PACIENTES\_CAPS II

ANEXO II - TRANSPORTE PACIENTES\_CAPS AD

**Processo de Prospecção de Profissionais** - Anexo ao documento é possível verificar evidência de divulgação de vagas para busca dos profissionais contestados. Assim como comentado em audiência, é de conhecimento geral que outras instituições lotadas no município de Mogi-Mirim/SP também apresentam dificuldade e falta dos profissionais mencionados em seu quadro de R.H.

Reforçamos que a unidade CAPS IJ não ficou em momento algum desassistida de profissional Terapeuta Ocupacional (Cedido pelo Município) mas sim, tão somente do profissional Fonoaudiólogo.

ANEXO III - DIVULGAÇÃO VAGAS - MOGI MIRIM

ANEXO IV - ESCALAS MÉDICAS

Seguimos firmes e comprometidos com os pacientes que necessitam dos atendimentos, com secretária de saúde e principalmente com o município de Mogi-Mirim/SP.

Sendo o que havia para apresentar, expressamos nossos protestos de estima e consideração, e nos colocamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida ou fornecer informações adicionais, caso necessário.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** PAULO HENRIQUE REGIS  
Data: 21/05/2024 15:01:23-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Paulo Henrique Régis - Executivo Regional São Paulo/SP**

**Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde - Avante Social**

EM BRANCO

## PLANILHA / AGENDA DE TRANSPORTE CAPS II

NOME	TRANSPORTE SAÚDE	TRANSPORTE CAPS	EVOLUÇÃO
Ademir G Costa Junior	2ª a 6ª - 13h as 17h00	2ª - 13h as 17h	Transporte da família
Alan de Campos Matos	2ª a 6ª - 7h30 as 16h00	2ª a 6ª - 7h30 as 16h00 (C. de Pass.)	Transporte CapsII
Amélia Maria Teixeira	2ª e 4ª - 7h30 as 11h30	4ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Ana Laura Lopes de Souza	3ª e 5ª - 7h30 as 11h	Somente consulta e terapia	Transporte família
Ana Maria Xavier	2ª a 6ª - 13h as 17h00	2ª,4ª e 6ª - 13h as 17h	Transporte família
Anderson Malvezzi	2ª a 6ª - 13h as 17h00	Somente consulta	Transporte família
Armando Ricci Junior	3ª e 5ª - 7h30 as 11h30	2ª - 7h30 as 11h30	Transporte CapsII
Benedita Cleusa Gonçalves	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	2ª a 6ª - 7h30 as 11h30	Reside próximo, tem autonomia e está estável, consegue vir para O.T caminhando
Benjamin dos Santos	3ª e 5ª - 13h as 17h	4ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Cláudio Vaz de Lima	6ª - 13h às 17h	6ª - 13h às 17h	Transporte CapsII
Cleusa Pereira da Silva	2ª a 6ª - 13h as 17h00	4ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Cristina Dias	2ª a 6ª - 7h30 as 16h00	2ª a 6ª - 7h30 as 16h00	Transporte CapsII
Débora S. Melo	2ª e 6ª - 13h as 17h00	Somente Consulta médica	Passé Livre
Edvaldo Lopes de Oliveira	3ª e 5ª - 13h as 17h	2ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Fabio Cristiano	4ª e 6ª - 13h as 16h30	4ª - 13h as 17h	Passé Livre
Francisco Roberto	3ª e 5ª - 13h as 17h	4ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Fernando Passos de Araujo	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	3ª e 5ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Gloria Amaral dos Santos	2ª e 4ª - 7h30 as 11h30	6ª - 7h30 as 11h30 + v.D. semanal	Transporte CapsII
Iolanda de Oliveira Campos	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	3ª e 5ª - 7h30 as 16h	Transporte CapsII
Jair Dias dos Santos	2ª e 4ª - 7h30 as 17h	4ª - 13h as 17h (ILPI - São Francisco)	Transporte CapsII
Joaquim Carlos Amaro	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	2ª - 13h as 17h (ILPI - João Leite)	Transporte CapsII
João Antônio Onofre	2ª a 6ª - 7h30 as 16h00	2ª a 6ª - 7h30 as 16h (C. de Pass.)	Transporte CapsII
José Antônio Manoel	2ª e 6ª - 7h30 as 11h30	Somente Consulta médica	Transporte família
José Jorge Pereira	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	2ª e 4ª - 7h30 as 16h	Transporte CapsII
Josias Leonardo de O. Gonçalves	2ª a 6ª - 7h30 as 11h30	3ª e 5ª - 7h30 as 11h30	Transporte CapsII
Renil Mariano	6ª - somente volta 16h	6ª - somente volta 16h	Transporte CapsII
Luê C. Barbosa	3ª e 5ª - 13h as 17h	3ª e 5ª - 7h30 as 11h30	Transporte da família
Lazara Francisca Candido	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	2ª a 6ª - 7h30 as 16h00	Transporte da família
Leandro Silva	2ª,4ª e 6ª - 7h30 as 11h30	2ª,4ª e 6ª - 7h30 as 17h00	Passé Livre
Leontino dos Anjos	3ª - 14h30 as 15h - terapia	3ª - 14h30 as 15h - terapia - quinz.	Transporte da família
Lucio Gabriel de Faria	2ª,4ª e 6ª - 7h30 as 11h30	3ª - 7h30 as 11h30	Transporte CapsII
Lucimara Oliveira	2ª a 6ª - 13h as 17h00	2ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Luiz Carlos Fonseca	3ª e 5ª - 13h as 17h	somente Consulta	Transporte da família
Magnolia Lemos	4ª - 7h30 as 11h30	2ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Maiara Carolina Ernesto	2ª a 6ª - retorno às 17h00	4ª e 6ª - retorno às 16h	Transporte CapsII
Marcia Maria Zuliani	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	2ª(cedo)4ª(tarde) e 6ª -Integral	Transporte CapsII
Marcos Paulo Cândido	2ª,4ª e 6ª - 7h30 as 17h00	3ª e 5ª - 7h30 as 11h30	Transporte CapsII
Maria Aldineide de Lima	2ª a 6ª - 7h30 as 11h30	4ª e 6ª - 7h30 as 16h	Transporte CapsII
Maria Cristina de Oliveira	3ª e 5ª - 13h as 17h	4ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Maria de Fátima Alves da Mata	4ª - 13h as 17h	4ª - 13h as 17h	Transporte da família
Maria Izete Ventura	5ª - 7h30 as 11h30	somente Consulta	Transporte da família
Maria Roseli Rodrigues de Lima	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	4ª e 6ª - 7h30 as 16h	Transporte CapsII
Mariana Cardoso	5ª -9h30 as 10h Terapia	5ª -9h30 as 10h Terapia	em análise
Marilda de Jesus Souza Ribeiro	5ª - 7h30 as 11h30	6ª - 7h30 as 15h30	Transporte CapsII
Marilena Mara	3ª e 5ª - 7h30 as 11h30	2ª - 7h30 as 11h30	Transporte CapsII
Mário Bergamasso	6ª - 7h30 as 11h30	6ª - 7h30 as 11h30	Transporte da família
Marcos Francisco Gomes	3ª e 5ª - 7h30 as 16h	somente Consulta	Reside próximo, tem autonomia e está estável, consegue vir para O.T caminhando
Margarete Justino	2ª a 6ª - 13h as 17h00	somente Consulta	Transporte da família
Mônica Cristina Pacheco	2ª e 4ª - 13h as 17h	somente Consulta+terapia	Terapia e consulta médica
Ozeas Gama de Jesus	2ª a 6ª - 13h as 17h00	somente Consulta	somente Consulta
Osvaldo Araujo	5ª -9h30 as 10h Terapia	5ª -9h30 as 10h Terapia	em análise
Trick Cintra	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	Passé Livre
Pedro Luiz de Lima	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	3ª e 5ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Reginaldo Oliveira	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	4ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Rita de Cássia Freitas	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	Transporte da família
Roberto dos Santos	3ª e 5ª - 7h30 as 11h30	2ª - 7h30 as 11h30	Transporte CapsII
Sandra Socorro P. dos Santos	2ª,4ª e 6ª - 13h as 17h00	2ª,4ª e 6ª - 13h as 17h00	Passé Livre
Sabrina Vitória	5ª - 7h30 as 11h30	Somente consulta+ terapia	Transporte da família
Sérgio Passos	3ª e 5ª - 13h as 17h	3ª e 5ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Selma Delfino	5ª - 7h30 as 11h30	5ª - 7h30 as 11h30	Passé Livre
Sidnei Lima	2ª,4ª e 6ª - 13h as 17h00	3ª e 5ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Sueli Ap. Joaquim Alves	5ª - 14h as 15h - Terapia	5ª - 14h as 15h - Terapia	em análise
Tiago Antônio de Carvalho	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	2ª e 4ª - 7h30 as 16h	Transporte CapsII
Valdinei de Lima	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	3ª e 5ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
Valéria Cristina Pereira	2ª,4ª e 6ª - 7h30 as 11h30	Somente Consulta	Transporte da família
Vera Lucia da Silva	2ª a 6ª - 7h30 as 17h00	P. estabilizada com alta do serviço	
Vicentina de Paula Rodrigues	4ª - 9h30 as 10h - terapia	4ª - 9h30 as 10h - terapia	em análise
Wanderley Fernandes F da Silva	3ª e 5ª - 13h as 17h	2ª - 13h as 17h	Transporte CapsII
William Roberto dos S. Galvão	4ª - 7h30 as 11h30	4ª - 7h30 as 16h	Transporte CapsII
Walter Bobadilla Guadalupe	6ª - somente volta às 17h	6ª - 13h às 17h	Transporte da família

ot

EM BRANCO

TRANSPORTE - CAPS AD / 2024	
PACIENTE / PERÍODO	DIA
Jorge Tadeus Ferreira (manhã)	15/04/2024
Francisco Soares Filho (manhã)	15/04/2024
Antonio Marcos de Araujo Jr (faltou)	17/04/2024
Michele Delatorre (faltou)	17/04/2024
Otávia Batista da Silva (manhã)	18/04/2024
Luciana Rosa Peroto (manhã)	18/04/2024
Paulo Henrique Gonçalves (manhã)	19/04/2024
Cesar Roberto de Souza (manhã)	19/04/2024
Michele Delatorre Nunes (feriado)	24/04/2024
Antônio M de Araújo Jr (feriado)	24/04/2024
Otávia Batista da Silva (manhã)	25/04/2024
Luciana Rosa Peroto (manhã)	25/04/2024
Mariluci Alves Ribeiro (manhã)	25/04/2024
Francisco Soares Filho (manhã)	26/04/2024
Paulo Henrique Gonçalves (manhã)	26/04/2024
César Roberto de Souza (faltou)	26/04/2024
Otávia Batista da Silva (manhã)	05/02/2024
Francisco Soares Filho (manhã)	05/03/2024
Paulo Henrique Gonçalves (manhã)	05/03/2024
César Roberto de Souza (faltou)	05/03/2024
Jorge Tadeus Ferreira (manhã)	06/05/2024
Antônio M de Araújo Jr (integral)	05/03/2024
Luciana Rosa Peroto (manhã)	09/05/2024
Otávia Batista da Silva (manhã)	09/05/2024
Francisco Soares Filho (manhã)	10/05/2024
César Roberto de Souza (manhã)	10/05/2024

EM BASTANTE

EM BRANCO

# DIVULGAÇÃO FONOAUDIÓLOGO (A)

60

Prop. Adm. Nº 66/24  
Vaga para vagas  
Edição Nº 86

Fonoaudióloga - CAPSi

Patrocinar a vaga

## Candidatos

2	0	0	0 de 1
Ative	Aguardando	Em contato	Cancelado

Envie uma avaliação gratuita para descobrir quem são os melhores candidatos. Ative uma avaliação para visualizar e comparar os resultados dos candidatos. Assim, você terá uma noção melhor de cada um.

Escolher avaliação

## Resumo do desempenho

Dados mostrados para 1 de mai de 2024 a 20 de mai de 2024. Para obter mais detalhes, clique em [estatísticas de desempenho](#).

0	0	0	0
Intenções	Clique	Candidatos indicados	Candidaturas

Melhorar descrição da vaga

Métricas ao longo do tempo

## Descrição da Vaga

Descrição do Cargo

- Realizar atendimento individual e em grupo de acordo com as necessidades de cada usuário e suas dificuldades e preferências.
- Orientar os colaboradores, acompanhantes e familiares como agentes colaboradores no processo de reabilitação e construção de hábitos.
- Orientar e desenvolver ações para promover a inclusão social, escolar, econômica e profissional.
- Promover a articulação com os demais serviços da rede referenciada.
- Participar de reuniões de equipe, traçar estratégias de trabalho em equipe.
- Participar na elaboração de Projeto Terapêutico Singular (PTS).
- Participar em capacitação promovida pela SINGES.

## Requisitos

- Superior Completo em Fonoaudiologia com Registro Profissional ativo e regular no Estado de Ceará.
- Título de Vaga: Fonoaudiólogo
- Remuneração: Até R\$13.800,00 por mês.
- Benefícios:

**Fonoaudióloga - CAPSI**

Rua Baronesa de Cintra, 1.º...  
Anunciada em: 10 de nove...

0  
**Ativo**

0  
**Aguardando**

0  
**Em contato**

0 de 1  
**Contratado**

**Gratuito - Patrocinar vaga**  
Patrocine a vaga para  
conseguir mais candidatos

# DIVULGAÇÃO TERAPEUTA OCUPACIONAL

Folha Nº 87  
Terapeuta Ocupacional (Especialização em integração/estimulação sensorial)-  
Pós Graduação - Modalidade: SP 13800 2023

Participar a vaga

Candidatos

1	2	3	0 de 1
Ativo	Aguardando	Em análise	Candidato

**Envie uma avaliação gratuita para descobrir quem são os melhores candidatos**  
 Ative uma avaliação para visualizar e comparar os resultados dos candidatos. Assim, você terá uma noção rápida de cada um.

Escolher avaliação

### Resumo do desempenho

Dados resumidos para o mês de 2024 e 20 de maio de 2024  
 Para obter mais informações, consulte a [relatório de desempenho](#)

0	0	0	0
Impressões	Clique	Candidaturas iniciadas	Candidaturas
Melhorar descrição da vaga			

Métricas ao longo do tempo

### Descrição da Vaga

Descrição do Cargo

- Realizar visitas domiciliares, em zonas operárias;
- Atuar na orientação e supervisão de atividades e reabilitação utilizando métodos específicos de terapia ocupacional;
- Participar de equipe multidisciplinar para elaboração de diagnósticos e atividades de prevenção e promoção da saúde;
- Participar na elaboração de Projeto Terapêutico Singular (PTS);
- Participar nos ciclos de melhoramento, melhorar de capacidade promovida pelo SUS/SES;

### Requisitos

- Superior Completo em Terapia Ocupacional, com Registro Profissional ativo e regular no órgão de classe;
- Especialização em integração e estimulação sensorial;

Tipo de vaga: Público CLT

Remuneração: Até R\$2.800,00 por mês

<input type="checkbox"/>	<b>Terapeuta Ocupacional (Especialização em Integração)</b> Rua Baronesa de Curitiba, 1... Anunciada em 10 de nove...	0	0	0	0 de 1	<b>Gratuito - Patrocinar vaga</b> Patrocine a vaga para conseguir mais candidatos
	<b>Ativo</b>	<b>Aguardando</b>	<b>Em contato</b>	<b>Contratado</b>		

[https://employers.indeed.com/jobs/view?employerJobId=aXJpOj8vYXBvcy5pbmRlZWQuY29tL0VtcGxweWV5Sm9lLnNhMQ2MzZlhm4ZmEtNzYyOQ2Y04MDQ0LTVlY2JlNTlTYR2Y0Q%3D&from=%253F\\_r%253D1\\*11cv6n6\\*\\_gcl\\_au\\*MTk3MzZg4NDQ3Mj4xNzE1MDg4MTE4%2526sortDirection%2526sortField%253DdatePostedOnIndeed%26title%3Dterapeuta%2526Bocupacional&from=%3F\\_r%3D1\\*11cv6n6\\*\\_gcl\\_au\\*MTk3MzZg4NDQ3Mj4xNzE1MDg4MTE4%26sortDirection%3DDESC%26sortField%3DdatePostedOnIndeed%26title%3Dterapeuta%2Bocupacional](https://employers.indeed.com/jobs/view?employerJobId=aXJpOj8vYXBvcy5pbmRlZWQuY29tL0VtcGxweWV5Sm9lLnNhMQ2MzZlhm4ZmEtNzYyOQ2Y04MDQ0LTVlY2JlNTlTYR2Y0Q%3D&from=%253F_r%253D1*11cv6n6*_gcl_au*MTk3MzZg4NDQ3Mj4xNzE1MDg4MTE4%2526sortDirection%2526sortField%253DdatePostedOnIndeed%26title%3Dterapeuta%2526Bocupacional&from=%3F_r%3D1*11cv6n6*_gcl_au*MTk3MzZg4NDQ3Mj4xNzE1MDg4MTE4%26sortDirection%3DDESC%26sortField%3DdatePostedOnIndeed%26title%3Dterapeuta%2Bocupacional)

# DIVULGAÇÃO GERAL – MOGI MIRIM

 **Elena Moreira** - Você  
Operador de TI em Cultura Organizacional - Mogi Mirim - SP  
1 yr • Estudante •

OPORTUNIDADES EM MOGI MIRIM - SP  
#terapeutaocupacional #fonoaudiologo #psicologo #vagasmogimirim



**Formação:** 100% presencial  
**Modalidade de contratação:** CLT  
**Local:** Mogi Mirim - SP

- **TERAPIEUTA OCUPACIONAL**, 30 horas semanais  
Com especialização (Integração Sensorial)
- **FONOAUDIÓLOGO**, 30 horas semanais  
Com especialização em Linguagem Aléptica e Aléptica
- **PSICÓLOGO**, 30 horas semanais

**Para todas as vagas é importante ter experiência no cargo.**

**SELECIONE O CANDIDATO**

selecione o candidato para enviar currículo para a vaga selecionada para enviar  
vagas\_rh@orientacaomogimi.org.br  
selecione no campo indicado o "Título de cargo pretendido" e "Data envio currículo".

-  Gostei
-  Comentar
-  Compartilhar
-  Enviar

[https://www.linkedin.com/posts/elenageraldamoreira\\_terapeutaocupacional-fonoaudiologo-psicologo-activity-7136094732073545728-SMM7?utm\\_source=share&utm\\_medium=member\\_desktop](https://www.linkedin.com/posts/elenageraldamoreira_terapeutaocupacional-fonoaudiologo-psicologo-activity-7136094732073545728-SMM7?utm_source=share&utm_medium=member_desktop)

**TEMOS VAGAS**

**AVANTE SOCIAL ESTÁ CONTRATANDO**  
PARA NOVA UNIDADE CAPS I  
Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil

**Formato:** 100% presencial  
**Modelo de contratação:** CLT  
**Local:** Mogi Mirim - SP

- **EXERCÍCIO** – com especialização em saúde mental: 40 horas semanais.
- **PSICÓLOGO** – com especialização em análise aplicada do comportamento (ABA): 30 horas semanais.
- **PSICÓLOGO**: 30 horas semanais.
- **TERAPEUTA OCUPACIONAL** – com especialização em integração /reabilitação sensorial: 30 horas semanais.
- **ASSISTENTE SOCIAL**: 30 horas semanais.
- **FONOAUDIÓLOGO** – com especialização em linguagem alternativa e aumentativa para transtornos do desenvolvimento : 30 horas semanais.
- **FONOAUDIÓLOGO**: 30 horas semanais.

**Elena Moreira** • Você  
Gerente de PRO, RH Cultura Organizacional L  
e a • Estado • 2

**OPORTUNIDADES PARA TRABALHAR NO CAPS I**  
Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil de Mogi Mirim - SP  
#vagaspsicologia

1.446 impressões

Adicionar comentário

Visualizar análise

Avante Social

[https://www.linkedin.com/posts/elenageraldamoreira\\_vagaspsicologia-activity-7128390840187559936-9754?utm\\_source=share&utm\\_medium=member\\_desktop](https://www.linkedin.com/posts/elenageraldamoreira_vagaspsicologia-activity-7128390840187559936-9754?utm_source=share&utm_medium=member_desktop)

EM BRANCO

**ESCALA GERAL DA EQUIPE DE TRABALHO - CAPS AD/ 2024**

COORDENAÇÃO	REGISTRO	Segunda-feira		Terça-feira		Quarta-feira		Quinta-feira		Sexta-feira	
		Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde
SOLANGE AMORIM	COREN 277.410	08:30-12:00h	13:00h-17:30	08:30-12:00h	13:00h-17:30	08:30-12:00h	13:00h-17:30	08:30-12:00h	13:00h-17:30	08:30-12:00h	13:00h-17:30
<b>MÉDICOS</b>											
JESSICA ABDAL	CRM: 251.102			08:00-12:00h	13:00h-18:00h						
GABRIELA TOLEDO BUENO	CRM: 174.219	08:00-12:00h	13:00h-17:00h							08:00-12:00h	13:00h-17:00h
BRUNA LEITE DA SILVA	CRM: 236.485	10:00-13:00h	14:00h-18:00h			09:00-12:00h	13:00h-17:00h				
PAULO JOÃO	CRM: 95.099					13:00h-16:00h					
<b>ENFERMAGEM</b>											
ERIKA CRISTINA TEODORO	COREN:1.506.213	09:00-13:00h	14:00h-18:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	09:00-13:00h	14:00h-18:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h
DIEGO MEDEIROS FRANÇA	COREN: 690.814	08:00-12:00h	13:00h-18:00h	09:00-13:00h	14:00h-18:00h	08:00-13:00h	14:00h-18:00h	08:00-13:00h	14:00h-18:00h	09:00-13:00h	14:00h-15:00h
<b>PSICOLOGA</b>											
MICHELE KIMIE SUKADA LIMA	CRP: 06/131967	08:00-12:00h	12:15-14:15H	08:00-12:00h	12:15-14:15H	08:00-12:00h	12:15-14:15H	08:00-12:00h	12:15-14:15H	08:00-12:00h	12:15-14:15H
<b>ASSISTENTE SOCIAL</b>											
TIANA SILVA DE JESUS FRANÇOSO	CRESS: 53.990	10:45-13:00h	13:15h-17:00h	10:45-13:00h	13:15h-17:00h	11:45-14:00h	14:15h-18:00h	10:45-13:00h	13:15h-17:00h	11:45-14:00h	14:15h-18:00h
<b>ARTESÃ</b>											
BERENICE MARIA DE ARRUDA		08:00-12:00h	13:00h-17:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	09:00-13:00h	14:00h-18:00h
<b>AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</b>											
ARIA ELIDINALVA DO NASCIMENTO		08:00-12:00h	13:00h-17:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	09:00-12:00h	13:00h-18:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h
<b>RECEPÇÃO / ADMINISTRATIVO</b>											
ANA PAULA BUENO		08:00-12:00h	13:00h-17:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	09:00-13:00h	14:00h-18:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h
<b>EDUCADORA SOCIAL</b>											
LUCIANE DIAS DA SILVA		08:00-12:00h	13:00h-17:00h	09:00-13:00h	14:00h-18:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h
<b>MOTORISTA</b>											
CARLOS HENRIQUE MANGILI		08:00-12:00h	13:00h-17:00h	09:00-13:00h	14:00h-18:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	08:00-12:00h	13:00h-17:00h	09:00-13:00h	14:00h-18:00h

EM BRANCO

# ESCALA DE TRABALHO CAPS II - ABRIL/ 2024

Proc. Adm. Nº 66174  
90  
Folha Nº

FUNÇÃO	REGISTRO	H/SEM	SEGUNDA-FEIRA		TERÇA-FEIRA		QUARTA-FEIRA		QUINTA-FEIRA		SEXTA-FEIRA		
			MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	
<b>COORDENAÇÃO</b>													
1 SOLANGE AMORIM	Cordenadora	COREN:277410	40 H/S	08:00 - 12:00H	13:00 - 17:00H								
<b>MÉDICO</b>													
Bruno Furlan Placco	Psiquiatra	CRM 19929	20HS	07:30-17:30	07:30-17:30					07:30-17:30	07:30-17:30		
Bruna Leite da Silva	Psiquiatra	CRM236485	10 HS			07:30-17:30	07:30-17:30						
Dayana Gomes de Almeida	Psiquiatra	CRM 235259	10 HS					07:30-17:30	07:30-17:30				
2 Manoel Otávio Monesi	Psiquiatra	CRM 48850	40 H/S	08:00 - 12:00H	13:00 - 17:00H								
<b>ENFERMAGEM</b>													
3 CARLA DIAS DE ARAUJO	Enfermeira	COREN 245707	40 H/S	08:30 - 13:00H	14:00 - 17:30H								
4 Renata Teles Binotti	Tec. de Enf.	COREN:1692450	40 H/S	07:30 - 11:30H	12:30 - 16:30H								
<b>PSICOLOGAS</b>													
5 Rosângela Malta M. de Oliveira	Psicólogo	CRP: 061147/50	30 H/S	07:30 - 11:45H	12:00 - 13:30H								
6			30 H/S	11:30 - 13:45H	14:00 - 17:30H								
<b>ASSIST. SOCIAL</b>													
7 Karen Schwenck Posi	Ass Social	CRESS:70704	30 H/S	07:30 - 11:45H	12:00 - 13:30H								
8 Cristina Constantino Bernardini	Ass Social	CRESS 69 050	30 H/S	11:30 - 13:45H	14:00 - 17:30H								
<b>TERAPEUTA OCUPACIONAL</b>													
9													
<b>ARTESÃ</b>													
10 Ana Leticia Regolim	Artesã		40 H/S	08:00 - 12:00H	13:00 - 17:00H								
<b>EDUCADOR SOCIAL</b>													
11 Betina Aparecida Silvério	Ed. Social	-	40 H/S	08:00 - 13:00H	14:00 - 17:00H								
<b>ADMINISTRATIVO</b>													
12 Viviane Aparecida C. Balbino			40 H/S	08:00 - 12:00H	13:00 - 17:00H								
<b>AUX. DE SERVIÇOS GERAIS</b>													
13 Priscila Bueno	ASG	-	40 H/S	07:30 - 11:30H	12:30 - 16:30H								
<b>MOTORISTA</b>													
15 Ivomar Antonio Faria	Motorista	-	40 H/S	07:30 - 12:30H	13:30 - 16:30H								
<b>CARLA DIAS DE ARAUJO</b>													
<b>ENF-RT</b>													
<b>PAULO HERINGUE REGIS</b>													
Executivo AVANTE - SP													
<b>Mogi Mirim, 01 de ABRIL de 2024</b>													

EM BRANCO



## ESCALA DE TRABALHO CAPS II - MAIO/ 2024

FUNÇÃO	REGISTRO	H/SEM	SEGUNDA-FEIRA		TERÇA-FEIRA		QUARTA-FEIRA		QUINTA-FEIRA		SEXTA-FEIRA		
			MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	
<b>COORDENAÇÃO</b>													
1 SOLANGE AMORIM	Cordenadora	COREN:277410	40 H/S	08:00 - 12:00H	13:00 - 17:00H								
<b>MÉDICO</b>													
Bruno Furlan Placco	Psiquiatra	CRM 19929	20HS	07:30-17:30	07:30-17:30					07:30-17:30	07:30-17:30		
Bruna Leite da Silva	Psiquiatra	CRM236485	10 HS			07:30-17:30	07:30-17:30						
Dayana Gomes de Almeida	Psiquiatra	CRM 235259	10 HS					07:30-17:30	07:30-17:30				
2 Manoel Otávio Monesi	Psiquiatra	CRM 48850	40 H/S	08:00 - 12:00H	13:00 - 17:00H								
<b>ENFERMAGEM</b>													
3 CARLA DIAS DE ARAUJO	Enfermeira	COREN 245707	40 H/S	08:30 - 13:00H	14:00 - 17:30H								
4 Renata Teles Binotti	Tec. de Enf.	COREN:1692450	40 H/S	07:30 - 11:30H	12:30 - 16:30H								
<b>PSICOLOGAS</b>													
5 Rosângela Malka M. de Oliveira	Psicólogo	CRP: 061147/50	30 H/S	07:30 - 11:45H	12:00 - 13:30H								
6			30 H/S	11:30 - 13:45H	14:00 - 17:30H								
<b>ASSIST. SOCIAL</b>													
7 Karen Schwenck Posi	Ass Social	CRESS:70704	30 H/S	07:30 - 11:45H	12:00 - 13:30H								
8 Cristina Constantino Bernardir	Ass Social	CRESS 69 050	30 H/S	11:30 - 13:45H	14:00 - 17:30H								
<b>TERAPEUTA OCUPACIONAL</b>													
9													
<b>ARTESÃ</b>													
10 Ana Leticia Regolim	Artesã	-	40 H/S	08:00 - 12:00H	13:00 - 17:00H								
<b>EDUCADOR SOCIAL</b>													
11 Betina Aparecida Silvério	Ed. Social	-	40 H/S	08:00 - 13:00H	14:00 - 17:00H								
<b>ADMINISTRATIVO</b>													
12 Viviane Aparecida C. Balbino			40 H/S	08:00 - 12:00H	13:00 - 17:00H								
<b>AUX. DE SERVIÇOS GERAIS</b>													
13 Priscila Bueno	ASSG	-	40 H/S	07:30 - 11:30H	12:30 - 16:30H								
<b>MOTORISTA</b>													
15 Ivomar Antonio Faria	Motorista	-	40 H/S	08:00 - 12:00H	13:00 - 17:00H								
<b>CARLA DIAS DE ARAUJO</b>													
<b>ENF RT</b>													
<b>PAULO HERINGUE REGIS</b>													
<i>Executivo AVANTE - SP</i>													
<b>Mogi Mirim, 01 de MAIO de 2024</b>													

EM BRANCO



ESCALA PLANTÃO MÉDICO CAPS II

DATA	DIA DA SEMANA				
01/04/2024	SEGUNDA-FEIRA				
02/04/2024	TERÇA-FEIRA				
03/04/2024	QUARTA-FEIRA				
04/04/2024	QUINTA-FEIRA				
05/04/2024	SEXTA-FEIRA				
TOTAL DE HORAS					
06/04/2024	SABADO				
07/04/2024	DOMINGO				
08/04/2024	SEGUNDA-FEIRA				
09/04/2024	TERÇA-FEIRA				
10/04/2024	QUARTA-FEIRA				
11/04/2024	QUINTA-FEIRA				
12/04/2024	SEXTA-FEIRA				
TOTAL DE HORAS					
13/04/2024	SABADO				
14/04/2024	DOMINGO				
15/04/2024	SEGUNDA-FEIRA	DRA. DAYANA - NEUROPEDIATRA - CRM 235259/SP 08:00 AS 18:00HS DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00	DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		
16/04/2024	TERÇA-FEIRA	DRA. DAYANA - NEUROPEDIATRA - CRM 235259/SP 08:00 AS 18:00HS DR. MAURICIO - NEUROPEDIATRA CRM 177064/SP 08:00 AS 18:00HS	DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		
17/04/2024	QUARTA-FEIRA	DR. MAURICIO - NEUROPEDIATRA CRM 177064/SP 08:00 AS 18:00HS DRA. DAYANA - NEUROPEDIATRA - CRM 235259/SP 08:00 AS 18:00HS	DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		
18/04/2024	QUINTA-FEIRA		DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		
19/04/2024	SEXTA-FEIRA		DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		
TOTAL DE HORAS					
20/04/2024	SABADO				
21/04/2024	DOMINGO				
22/04/2024	SEGUNDA-FEIRA	DRA. DAYANA - NEUROPEDIATRA - CRM 235259/SP 08:00 AS 18:00HS DRA. DAYANA - NEUROPEDIATRA - CRM 235259/SP 08:00 AS 18:00HS	DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		
23/04/2024	TERÇA-FEIRA	DRA. DAYANA - NEUROPEDIATRA - CRM 235259/SP 08:00 AS 18:00HS DR. MAURICIO - NEUROPEDIATRA CRM 177064/SP 08:00 AS 18:00HS	DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		
24/04/2024	QUARTA-FEIRA	DR. MAURICIO - NEUROPEDIATRA CRM 177064/SP 08:00 AS 18:00HS DRA. DAYANA - NEUROPEDIATRA - CRM 235259/SP 08:00 AS 18:00HS	DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		
25/04/2024	QUINTA-FEIRA		DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		
26/04/2024	SEXTA-FEIRA		DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		
TOTAL DE HORAS					
27/04/2024	SABADO				
28/04/2024	DOMINGO				
29/04/2024	SEGUNDA-FEIRA	DRA. DAYANA - NEUROPEDIATRA - CRM 235259/SP 08:00 AS 18:00HS DRA. DAYANA - NEUROPEDIATRA - CRM 235259/SP 08:00 AS 18:00HS	DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		
30/04/2024	TERÇA-FEIRA	DRA. DAYANA - NEUROPEDIATRA - CRM 235259/SP 08:00 AS 18:00HS DR. MAURICIO - NEUROPEDIATRA CRM 177064/SP 08:00 AS 18:00HS	DR. MARCELO ANTUNES - PSQUIATRA CRM 76999/SP 08:00 AS 12:00		

EM BRANCO

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 03.893.350/0044-52 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/03/2024	
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA E SAUDE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R SANTOS DUMONT	NUMERO 42	COMPLEMENTO *****	
CEP 13.801-337	BAIRRO/DISTRITO ATERRADO	MUNICIPIO MOGI MIRIM	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO INOVA@INOVACONTABILIDADELTD.COM.BR		TELEFONE (31) 3295-5655	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/03/2024	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/04/2024 às 14:28:45 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 03.893.350/0045-33 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/03/2024	
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA E SAUDE			
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R BARONESA DE CINTRA	NUMERO 105	COMPLEMENTO *****	
CEP 13.800-203	BAIRRO/DISTRITO JARDIM AUREA	MUNICIPIO MOGI MIRIM	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO INOVA@INOVACONTABILIDADELTD.COM.BR		TELEFONE (31) 3295-5655	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/03/2024	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/04/2024 às 14:27:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<small>NUMERO DE INSCRIÇÃO</small> <b>03.893.350/0042-90</b> <small>FILIAL</small>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	<small>DATA DE ABERTURA</small> <b>25/03/2024</b>	
<small>NOME EMPRESARIAL</small> <b>INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA E SAUDE</b>			
<small>TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</small> *****			<small>PORTE</small> <b>DEMAIS</b>
<small>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</small> <b>86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde</b>			
<small>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS</small> <b>Não informada</b>			
<small>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</small> <b>399-9 - Associação Privada</b>			
<small>LOGRADOURO</small> <b>R AUREA</b>	<small>NUMERO</small> <b>334</b>	<small>COMPLEMENTO</small> *****	
<small>CEP</small> <b>13.800-206</b>	<small>BAIRRO/DISTRITO</small> <b>JARDIM AUREA</b>	<small>MUNICIPIO</small> <b>MOGI MIRIM</b>	<small>UF</small> <b>SP</b>
<small>ENDEREÇO ELETRÔNICO</small> <b>INOVA@INOVACONTABILIDADELTD.A.COM.BR</b>		<small>TELEFONE</small> <b>(31) 3295-5655</b>	
<small>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</small> *****			
<small>SITUAÇÃO CADASTRAL</small> <b>ATIVA</b>		<small>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</small> <b>25/03/2024</b>	
<small>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</small> *****			
<small>SITUAÇÃO ESPECIAL</small> *****		<small>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</small> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/04/2024** às **14:30:17** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 VOLTAR

 IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

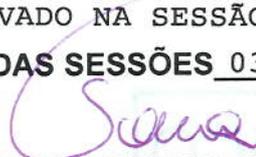


## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Ref:09/2021

**ASSUNTO: REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DOUTOR PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE, SOLICITAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TODOS OS REPASSES E VERBAS RECEBIDAS E APLICADAS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI MIRIM/SP, INCLUSIVE COM MANIFESTAÇÃO DA AUDITORIA E CONTROLADORIA INTERNA DA PREFEITURA MUNICIPAL, NO PERÍODO ENTRE A DECISÃO DE INTERVENÇÃO JUDICIAL DETERMINANDO A PREFEITURA COMO RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS SUS ATÉ A PRESENTE DATA, NA CIDADE DE MOGI MIRIM/SP.**

**DESPACHO: APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE  
SALA DAS SESSÕES 03 / 05 / 21 DO PLENÁRIO.**

  
**PRESIDENTE DA MESA**

**REQUERIMENTO Nº 169**

**DE 2021**

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E SENHORAS VEREADORAS,**

Fomos procurados por munícipes de Mogi Mirim que, preocupados com as notícias de aumentos de casos de COVID-19 em nossa cidade, demonstraram profunda preocupação com relação a prestação de contas dos serviços SUS da Santa Casa de Misericórdia desde a sua Intervenção Judicial até a presente data, na cidade de Mogi Mirim/SP.

Requeiro, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário desta Casa, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Doutor Paulo de Oliveira e Silva, através da Secretaria de Saúde, solicitar a Prestação de Contas de todos os repasses e verbas recebidas e aplicadas na Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim/SP, inclusive com manifestação da Auditoria e Controladoria Interna da Prefeitura Municipal, no período entre a decisão de Intervenção Judicial 

EM BRANCO

2



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

determinando a Prefeitura como Responsável pelos Serviços SUS até a presente data, na cidade de Mogi Mirim/SP.

Sala das Sessões "Vereador Santo Rótoli", em 29 de abril de 2021

Vereador Bacharel em Direito Orivaldo Aparecido Magalhães  
(Magalhães da Potencial)

**PSDB**

EM BRANCO

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24  
Folha Nº 98

*98*

**ASSUNTO:** REQUER AO SENHOR PREFEITO PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, POR MEIO DAS SECRETARIAS COMPETENTES, INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DA PREFEITURA PARA A ENTREGA DA SANTA CASA À IRMANDADE APÓS O TÉRMINO DA INTERVENÇÃO DETERMINADA PELA JUSTIÇA. SOLICITO, AINDA, INFORMAÇÃO SE HÁ EMPRESA OU INSTITUIÇÃO INTERESSADA EM ASSUMIR OS SERVIÇOS DO HOSPITAL E O DETALHAMENTO DO PLANO DE TRABALHO.

**DESPACHO:** APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

SALA DAS SESSÕES, 13/09/21

*Paulo*  
PRESIDENTE DA MESA

**REQUERIMENTO Nº 385 DE 2021**

SENHORA PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,

**REQUER** ao excelentíssimo senhor prefeito Paulo de Oliveira e Silva que, por meio das Secretarias competentes, envie relatório detalhado do plano da Prefeitura para repassar novamente à Irmandade da Santa Casa de Mogi Mirim os serviços de saúde que, atualmente, estão sob intervenção judicial e sob o controle da Administração Municipal. Requeiro, ainda, que o excelentíssimo senhor prefeito informe se há tratativas junto a alguma empresa ou instituição interessada em assumir os serviços de saúde na Santa Casa após o término da intervenção, previsto para o início de 2022, e o seu plano de trabalho.

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, EM 10 DE SETEMBRO DE 2021

*Lúcia Ferreira Tenório*  
VEREADORA DRA. LÚCIA FERREIRA TENÓRIO  
CIDADANIA

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 99

Q

**ASSUNTO:** REQUER AO SENHOR PREFEITO PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, POR MEIO DAS SECRETARIAS COMPETENTES, INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DA PREFEITURA PARA A ENTREGA DA SANTA CASA À IRMANDADE APÓS O TÉRMINO DA INTERVENÇÃO DETERMINADA PELA JUSTIÇA.

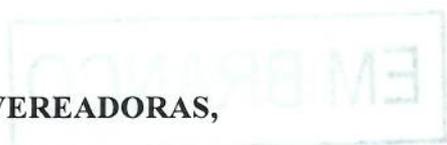
**DESPACHO:** APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

SALA DAS SESSÕES, 18/10/21

  
PRESIDENTE DA MESA

**REQUERIMENTO Nº 47 DE 2021**

SENHORA PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,



**REQUER** ao excelentíssimo senhor prefeito Paulo de Oliveira e Silva que, por meio das Secretarias competentes, envie relatório detalhado do plano da Prefeitura para repassar novamente à Irmandade da Santa Casa de Mogi Mirim os serviços de saúde que, atualmente, estão sob intervenção judicial e sob o controle da Administração Municipal.

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, EM 15 DE OUTUBRO DE 2021

  
VEREADORA DRA. LÚCIA FERREIRA TENÓRIO  
CIDADANIA

EM BRANCO

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

**ASSUNTO:** Requer informações acerca da assinatura do contrato de financiamento autorizado pela Lei Municipal 6.313/21, através do DesenvolveSP, bem como quais as providências restantes para aquisição dos equipamentos de saúde que serão cedidos para os serviços públicos de saúde da Santa Casa sob intervenção.

**DESPACHO:** APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

**SALA DAS SESSÕES,** 25/10/21

**PRESIDENTE DA MESA**

**REQUERIMENTO Nº 478 DE 2021**

**SENHORA PRESIDENTE,**

**SENHORES VEREADORES E VEREADORA,**

Requeiro a Presidente, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário desta Casa, que seja requerido ao Excelentíssimo senhor Prefeito, Dr. Paulo de Oliveira e Silva, informações acerca da assinatura do contrato de financiamento autorizado pela Lei Municipal 6.313/21, através do DesenvolveSP, bem como quais as providências restantes para aquisição dos equipamentos de saúde que serão cedidos para os serviços públicos da Santa Casa sob intervenção.

**JUSTIFICAÇÃO**

Transcorridos quatro meses da aprovação da Lei Municipal que autorizou o Município a contrair as operações de crédito, até a presente data não se teve notícias do andamento ou posicionamento em que se encontram os trâmites para assinatura do contrato ou aquisição dos equipamentos.

Conforme destacado pelo próprio Poder Executivo, tratam-se de aparelhos que trarão inúmeros benefícios para a área de saúde, não se fazendo crível que haja

EM BRANCO



Q

## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

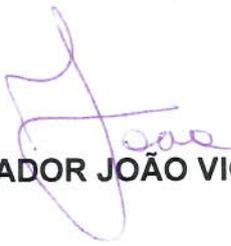
Estado de São Paulo

qualquer tipo de letargia para finalização dos procedimentos públicos de aquisição, principalmente no tocante aos equipamentos que serão cedidos ao nosocômio sob intervenção.

Diante do exposto, requer informações pormenorizadas do atual posicionamento de assinatura do Contrato de Financiamento, bem como cópia do documento caso já finalizado.

Requer ainda informações acerca da fase que se encontra o processo de compra para aquisição dos equipamentos e previsão para encerramento e entrega dos mesmos.

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", em 19 de outubro de 2021.

  
VEREADOR JOÃO VICTOR GASPARINI

EM BRANCO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 302

**ASSUNTO: REQUER AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O DIA 17 DE MARÇO DE 2022 ÀS 18H30 NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DISCUSSÃO ACERCA DA DEVOLUÇÃO DA INTERVENÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI MIRIM E OUTROS ASSUNTOS RELACIONADOS AO TEMA.**

**DESPACHO** APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

**SALA DAS SESSÕES** 21 / 02 / 2022

*Paulo*  
**PRESIDENTE DA MESA**

## REQUERIMENTO Nº 57 / 2022

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,

Considerando a sentença judicial que determinou como data da devolução da intervenção no mês de maio de 2022, bem como decreto do prefeito neste mesmo sentido e criação de comissão para debate do assunto.

Considerando que os serviços públicos pactuados em convênios que servem de atendimento aos munícipes e região, podem em tese serem prejudicados se não houver um plano da irmandade e da própria prefeitura.

Considerando que esta casa aprovou o projeto de lei autorizando empréstimos junto ao Estado para compra de equipamentos a serem instalados na Santa Casa.

Considerando que há o interesse de terceiros como INCS em assumir o controle da entidade.

**REQUER-SE** a Presidente, depois de ouvido o Douto Plenário de acordo com art. nº 225 §2º, do Regimento Interno Vigente, a realização de Audiência Pública para o dia 17 de março de 2022 às 18h30 no plenário da Câmara Municipal para discussão acerca da DEVOLUÇÃO DA INTERVENÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI MIRIM E OUTROS ASSUNTOS RELACIONADOS AO TEMA.

Igualmente, requer-se, sejam convocados e oficiados os representantes abaixo:

- Prefeito Doutor Paulo Silva (Gestor Pleno da Saúde);

EM BRANCO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 103

- Senhora Clara Carvalho (Secretária de Saúde);
- Senhor João Olegário de Siqueira (Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim);
- Senhor João Rocha - Presidente do INCS (Instituto Nacional de Ciências da Saúde - Av. Antônio Carlos Comitre, 1.393, Edifício Esplanada, 5º andar, Sala 51 - Sorocaba | CEP: 18047-620);
- Doutora Patrícia Magalhães - Diretora da DRS XIV - São João da Boa Vista (Endereço: Rua Benjamin Constant, 221 - Centro - São João da Boa Vista - CEP: 13870-220);
- Doutor André Luiz Brandão - Promotor de Justiça de Mogi Mirim (Entregar no Ministério Público de Mogi Mirim - Endereço: R. Cel. Venâncio F. Alves Adorno, 114 - Saúde, Mogi Mirim);
- Isilda Grassi Cola Choqueta - Presidente do Sinsaúde de Mogi Guaçu (Endereço: Rua Antunes Garcia, 364 - Lote - Mogi Guaçu);
- Antônio de Paula Souto Junior - Diretor Técnico da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim (Entregar na Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim);
- Wagner Lourenço - Responsável pela Intervenção (Entregar na Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim);
- Michelle Catarina Calisto Vilela - Representante dos Enfermeiros da Santa Casa de Mogi Mirim (Entregar na Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim);
- Luciana Bechara Battaglini Zenari - Coordenadora Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde 8 de Abril (Endereço: Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim)

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", aos 21 de fevereiro de 2022.

VEREADOR TIAGO CÉSAR COSTA

VEREADOR ALEXANDRE CINTRA

VEREADORA SONIA REGINA RODRIGUES

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 104

**ASSUNTO:** Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. Paulo de Oliveira e Silva, através da secretaria competente, informações sobre o número de sessões de hemodiálise realizados na Santa Casa, sob intervenção, no ano de 2021.

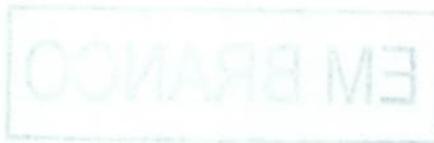
**DESPACHO:** APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

SALA DAS SESSÕES 07/03/22

*Sousa*

**REQUERIMENTO Nº 76 DE 2022**

SENHORA PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES,



Sirvo-me do presente, rendendo prévias homenagens, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 243 da Resolução 276/2010 (Regimento Interno), para expor e requerer o que segue.

Como se sabe, a hemodiálise consiste em procedimento de caráter essencial, sendo imprescindível para a manutenção da vida das pessoas que apresentam insuficiência renal.

Diante disso, considerando o interesse público relativo ao tema, requer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, através das secretarias competentes, que informe o **número de sessões de hemodiálise que a Santa Casa, sob intervenção, realizou no ano de 2021.**

Por fim, reitero os protestos de respeito e consideração.

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", em 03 de março de 2022.

*[Handwritten signature]*

**VEREADORA DRA. JOELMA FRANCO DA CUNHA**

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 105

**ASSUNTO:** REQUEIRO AO PREFEITO PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, POR MEIO DAS SECRETARIAS COMPETENTES, ESTUDOS DE IMPACTO FINANCEIRO PARA ATUALIZAR A TABELA UTILIZADA PARA REMUNERAÇÃO DOS MÉDICOS DO MUNICÍPIO

**DESPACHO:** APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

SALA DAS SESSÕES, 28/03/2022

**PRESIDENTE DA MESA**

**REQUERIMENTO Nº 121 DE 2022**

**SENHORA PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,**

**REQUEIRO** ao senhor prefeito Paulo de Oliveira e Silva que, por meio das Secretarias competentes, determine estudos de impacto financeiro para atualização dos índices utilizados para remunerar os médicos do município, inclusive da Santa Casa, a qual está sob intervenção. A omissão com relação a essa atualização resultará em mais defasagem do quadro de profissionais na rede.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, EM 25 DE MARÇO DE 2022**

**VEREADORA DRA. LÚCIA FERREIRA TENÓRIO**  
CIDADANIA

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66124

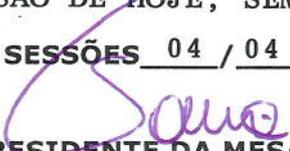
Folha Nº 306 00

**ASSUNTO: Requer o Cancelamento da audiência pública que seria realizada no dia 17 de março de 2022 às 18h30 no Plenário da Câmara Municipal para discussão acerca da devolução da intervenção da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e outros assuntos relacionados ao tema.**

OBS: Foi solicitada discussão deste Requerimento para para próxima Sessão, dia 04/04/2022. 28/03/2022  
(a pedido da Ver. Sonia Rodrigues)

**DESPACHO APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.**

**SALA DAS SESSÕES 04 / 04 / 2022**

  
**PRESIDENTE DA MESA**

**REQUERIMENTO Nº 126 / 2022**

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,

Considerando que o Requerimento 57/2022, aprovado por unanimidade, onde teríamos Audiência Pública para o dia 17 de março de 2022, às 18h30 no plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim, para discussão acerca da devolução da intervenção da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e outros assuntos relacionados ao tema.

Considerando que recebemos o retorno do Prefeito Doutor Paulo Silva, na data 14 de março de 2022, da Secretária de Saúde Clara e do Secretário Jurídico Eliseu, na data de 10 de março de 2022, que eles já teriam outros compromissos na mesma data da audiência e não poderiam estar presentes.

Considerando que a presença do Prefeito, da Secretária de Saúde e do Secretário Jurídico seria fundamental para a discussão, já que o Prefeito é o Gestor Pleno da Saúde, e depois da resposta do Prefeito, diga-se em cima da hora, não havia tempo hábil para votar o requerimento de cancelamento da audiência.

Resolvemos de forma prudente, adiar a audiência para uma nova data, ainda não definida.

**Requer, desta forma seja publicados os motivos do Cancelamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 17 de março de 2022 às 18h30 no Plenário da Câmara Municipal para discussão acerca da devolução da intervenção da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e outros assuntos relacionados ao tema.**

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", aos 28 de março de 2022.

  
**VEREADOR DOUTOR TIAGO CÉSAR COSTA**

**MDB**

EM BRANCO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

CHEFE DO PREFEITO

OF.CM.Nº 004/22

Mogi Mirim, 10 de março de 2022.

A Excelentíssima Senhora  
**SONIA REGINA RODRIGUES**  
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

**Assunto:** Convocação para Audiência Pública

Senhora Presidente,

Os Secretários Municipais senhora Clara Alice Franco de Almeida Carvalho e senhor Eliseu David Assunção Vasconcelos foram convocados para comparecerem à Audiência Pública nessa Câmara Municipal.

Em virtude de compromissos anteriormente agendados, os Secretários não poderão comparecer, então, pedem o adiamento da data da audiência para mais uma semana, em virtude do senhor Eliseu estar em gozo de férias e a senhora Clara estará em um congresso do Conselho Estadual de Secretários de Saúde do Estado de São Paulo, conforme justificativa anexa.

Sendo o que me cumpria informar, espero contar com a compreensão dessa Edilidade, tempo em que despeço-me respeitosamente.

**ALLAN RODRIGO ALVES**  
Chefe de Gabinete

RECEBIDO em

11 de março de 2022

Planamirim  
Secretaria - CM

14.14h

EM BRANCO



Mogi Mirim, 07 de Março de 2022.

Ofício SS 046/2022

De: **Secretaria de Saúde**  
Para: **Câmara Municipal de Mogi Mirim**  
A/C: **Sra. Sonia Regina Rodrigues**

Prezada Senhora,

Mediante Requerimento nº 057 de 2022 emitido pelos vereadores Sonia Regina Rodrigues, Tiago César Costa e Alexandre Cintra, onde solicitam Audiência Pública com a finalidade de discussão acerca da "Devolução da Intervenção da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e outros assuntos relacionados ao tema", na data de 17 de março no plenário da Câmara Municipal, venho através deste justificar minha ausência, pois estarei em outro compromisso assumido anteriormente, junto ao COSEMS/SP – Conselho Estadual de Secretários de Saúde do Estado de São Paulo, da qual faço parte da diretoria como 1ª Secretária. Este compromisso consiste no 35º Congresso, que se realizará entre os dias 16 a 18 de março, onde participo como relatora.

Na oportunidade, coloco-me a disposição para esclarecimentos adicionais e para, no âmbito de minha atuação prestar apoio que se fizer necessário.

**CLARA ALICE FRANCO DE ALMEIDA CARVALHO**

*Secretária Municipal de Saúde*

EM BRANCO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 109

OF.CM.Nº 006/22

Mogi Mirim, 14 de março de 2022.

A Excelentíssima Senhora  
**SONIA REGINA RODRIGUES**  
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

**Assunto:** Convocação para Audiência Pública

Senhora Presidente,

Fui convocado para comparecer à Audiência Pública nessa Câmara Municipal no dia 17/04/22, pelo Requerimento nº 057/22, de autoria de Vossa Excelência, dos ilustres Vereadores Tiago César Costa e Alexandre Cintra.

Porém, estarei impossibilitado de comparecer, em virtude de compromisso anteriormente agendado, junto à Secretaria de Estado da Habitação (CDHU), para encaminhamento de documentação sobre áreas onde serão implantadas 100 novas casas populares.

Dito isto, peço a gentileza de que, se possível, seja remarcada a audiência, sugerindo a data de 24 de março de 2022.

Sendo o que me cumpria informar, espero contar com a compreensão dessa Edilidade, tempo em que despeço-me respeitosamente.

**DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA**  
Prefeito Municipal

14 de março de 2022 14:40  
P.S.

EM BRANCO



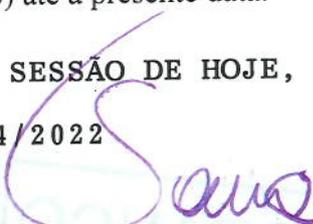
# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**ASSUNTO:** Reitero o requerimento nº 169 de 2021 ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, para que através de sua secretária competente, apresente de forma detalhada prestação de contas referente a todos os repasses e verbas que foram recebidos e aplicados na Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim/SP, inclusive com a manifestação da auditoria e controladoria interna da prefeitura municipal, concernentes ao período entre a decisão judicial que determinou a intervenção da Prefeitura como responsável pelos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) até a presente data.

**DESPACHO:** APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

SALA DAS SESSÕES, 04/04/2022

  
PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 141 DE 2022

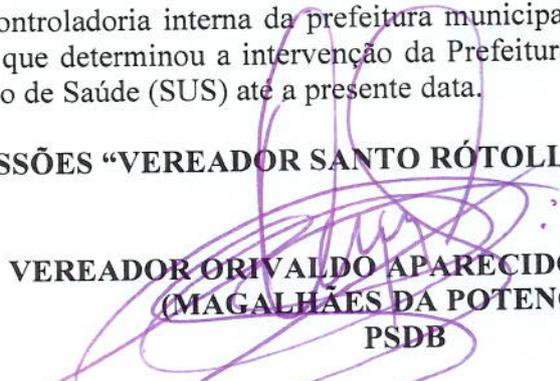
SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES,

Com a finalidade de acompanhar a prestação e a execução dos serviços públicos na cidade de Mogi-Mirim/SP, em prestígio ao princípio da publicidade e da transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011;

Inclusive com a finalidade de passar esclarecimentos à população em relação a este tema, sobre o qual somos muito questionados;

Reitero o requerimento nº 169 de 2021, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário desta Casa, para que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, através de sua secretária competente, a fim de que apresente de forma detalhada prestação de contas referente a todos os repasses e verbas que foram recebidos e aplicados na Santa Casa de Misericórdia de Mogi-Mirim/SP, inclusive com a manifestação da auditoria e controladoria interna da prefeitura municipal, concernentes ao período entre a decisão judicial que determinou a intervenção da Prefeitura como responsável pelos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) até a presente data.

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 01 de abril de 2022.

  
VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)  
PSDB

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

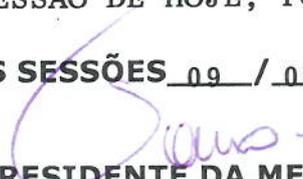
Proc. Adm. Nº 66124

Folha Nº 111

**ASSUNTO:** Requer ao Exmo. Prefeito Paulo Silva, por intermédio da secretaria competente, informações referentes ao cargo Diretor Clínico da Santa Casa de Misericórdia, detalhando o valor total gasto, os nomes de quem ocupou o cargo e valores pagos mês a mês, desde o início da intervenção até o presente momento.

**DESPACHO APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.**

**SALA DAS SESSÕES** 09 / 05 / 2022

  
**PRESIDENTE DA MESA**

**REQUERIMENTO Nº** 202 / 2022

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,

EM BRANCO

**Requer ao Exmo. Prefeito Paulo Silva, por intermédio da secretaria competente, informações referentes ao cargo Diretor Clínico da Santa Casa de Misericórdia, detalhando o valor total gasto, os nomes de quem ocupou o cargo e valores pagos mês a mês, desde o início da intervenção até o presente momento.**

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", aos 09 de maio de 2022.

  
**VEREADOR DOUTOR TIAGO CÉSAR COSTA**

**MDB**

EM BRANCO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

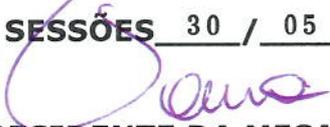
Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 132

**ASSUNTO:** Requer ao Exmo. Prefeito Paulo Silva, por intermédio da secretaria competente, resposta **URGENTE** do porque não foi incluída a responsabilidade pelo passivo de outros possíveis credores que não sejam da esfera trabalhista da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim no texto do Decreto de Intervenção nº 8632/2022.

**DESPACHO** APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

SALA DAS SESSÕES 30 / 05 / 2022

  
PRESIDENTE DA MESA

**REQUERIMENTO Nº 242 / 2022**

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,

Considerando que no Artigo 10º do Decreto Municipal nº 8632/2022 cita que a intervenção não se responsabiliza pelas dívidas trabalhistas, previdenciárias ou outras advindas de vínculos empregatícios em vigor ou outros que poderão advir durante a Requisição-Intervenção.

Contudo, não há no referido Decreto que a intervenção não se responsabiliza pelo passivo da Irmandade, haja vista que há outros credores e processos judiciais diversos, cuja responsabilidade poderá recair sobre a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.

**Requer ao Exmo. Prefeito Paulo Silva, por intermédio da secretaria competente, resposta URGENTE do porque não foi incluída a responsabilidade pelo passivo de outros possíveis credores que não sejam da esfera trabalhista da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, bem como a edição de Novo Decreto para inclusão desta redação incluindo este artigo.**

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", aos 30 de maio de 2022.

  
VEREADOR DOUTOR TIAGO CÉSAR COSTA

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/2021

Folha Nº 133

**ASSUNTO:** REQUEIRO AO PREFEITO PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, POR MEIO DAS SECRETARIAS COMPETENTES, INFORMAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E DO TELHADO DA SANTA CASA DE MOGI MIRIM, SOB INTERVENÇÃO ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA

**DESPACHO:** APROVADO, NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO  
PLENÁRIO.  
SALA DAS SESSÕES, 24/10/2022

*Paulo*  
PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 458 DE 2022

SENHORA PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,

**REQUEIRO** ao senhor prefeito Paulo de Oliveira e Silva que, por meio da Secretaria de Saúde, que tem como responsável pela Pasta a secretária Clara Alice Franco de Carvalho - interventora administrativa da Santa Casa -, relatório sobre as condições estruturais do prédio da unidade hospitalar, principalmente o telhado da clínica cirúrgica, tendo em vista a recente ocorrência em que a água da forte chuva que atingiu a cidade no dia 20 de outubro de 2022 invadiu o prédio, colocando em risco a segurança de funcionários e pacientes.

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", EM 21 DE OUTUBRO 2022

*Lucia*  
VEREADORA DRA. LÚCIA FERREIRA TENÓRIO

CIDADANIA

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 114

**ASSUNTO:** REQUEIRO AO PREFEITO PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, POR MEIO DAS SECRETARIAS COMPETENTES, INFORMAÇÕES ACERCA DA SANTA CASA DE MOGI MIRIM, QUE SOFRE PROCESSO DE INTERVENÇÃO PELO INCS

**DESPACHO:** APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

SALA DAS SESSÕES, 06/02/2023

PRESIDENTE DA MESA

**REQUERIMENTO Nº 12 DE 2023**

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,

EM BRANCO

**REQUEIRO** ao senhor prefeito Paulo de Oliveira e Silva que, por meio da Secretaria de Saúde, solicite junto ao INCS (Instituto Nacional de Ciências da Saúde), responsável pela intervenção da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, o termo de intervenção, bem como relação detalhada dos procedimentos que vem sendo realizados desde que o INCS assumiu o gerenciamento da unidade de saúde e o valor dos repasses que o mesmo vem recebendo do Município e dos governos Estadual e Federal. Requeiro, ainda, a relação de todos os coordenadores, diretores, interventor e demais profissionais nomeados pelo Instituto com suas correlatas atividades.

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", 3 DE FEVEREIRO DE 2023

VEREADORA DRA. LÚCIA FERREIRA TENÓRIO  
1ª VICE-PRESIDENTE  
CIDADANIA

EM BRANCO

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 115

**ASSUNTO:** Requer ao Exmo. Sr. Prefeito, Dr. Paulo Silva, informações sobre os procedimentos para a constituição de Organização Social de Saúde como interventora da Santa Casa de Mogi Mirim, no que diz respeito aos serviços SUS, bem como dos demais processos de terceirização de unidades de saúde no município.

**DESPACHO:** APROVADO NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

**SALA DAS SESSÕES** 06 / 02 / 2023

  
**PRESIDENTE DA MESA**

**REQUERIMENTO Nº 32 DE 2023**

**SENHORA PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES,**

Sirvo-me do presente, rendendo prévias homenagens, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 243 da Resolução 276/2010 (Regimento Interno), para requerer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, através das secretarias e departamentos competentes, o que segue:

**1) Informar como se deu o procedimento para constituir o INCS – Instituto Nacional de Ciências da Saúde como Interventor da Santa Casa – SUS, por meio do decreto 8828/2022, esclarecendo se o ato foi precedido por concorrência. Em caso negativo, informar as razões para constituir uma entidade privada específica para estas funções.**

EM BRANCO

# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

II) Informar se a administração pública municipal tem conhecimento sobre a atuação desta mesma instituição (INCS) na gestão dos serviços de saúde de outros municípios e se estas atuações correspondem às pretensões da administração de Mogi Mirim para o atendimento da saúde em nosso município. Esclarecendo ainda quais são as metas, expectativas frente aos trabalhos desta entidade e como se dá o processo de fiscalização da gestão dos recursos SUS por parte da administração pública municipal.

III) Considerando a nota pública apresentada pela administração do município de Embu das Artes<sup>1</sup> no dia 12/01/2023, esclarecer se existe o risco desta entidade ficar inabilitada para prestar serviços em outros municípios e se a administração pública de Mogi Mirim adotou ou adotará alguma medida frente aos fatos.

Assim sendo, tendo em vista que o presente requerimento atende ao interesse público, com fundamento no disposto no artigo 31 da Constituição Federal, c/c com o artigo 27, caput, artigo 32, inciso XXIII e artigo 41 todos da Lei Orgânica de Mogi Mirim, que conferem ao Poder Legislativo Municipal, dentre outras atribuições, as funções de fiscalização e controle dos atos do poder executivo, requer a documentação e informações solicitadas.

Por fim, reitero os protestos de respeito e consideração.

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", em 3 de fevereiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
DRA. JOELMA FRANCO DA CUNHA  
VEREADORA

("Esta página de assinaturas é parte integrante e indissociável do Requerimento nº 32 de 3 de fevereiro de 2023, de autoria da Vereadora Joelma Franco da Cunha - Doc de 02 laudas")

<sup>1</sup> <http://cidadeembudasartes.sp.gov.br/nota-oficial-4/>

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 117

①

**ASSUNTO: REQUEIRO** nos termos do Artigo 24 da LOM – Lei Orgânica de Mogi Mirim e do Artigo 157, inciso V do Regimento Interno Vigente a convocação da Senhora Clara Alice Franco de Almeida Carvalho (Secretária da Saúde) para comparecer à Sessão de Câmara do dia 19 de junho de 2023 às 18:30hs para prestar esclarecimentos relacionados ao atendimento da UPA e também da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, informações referentes ao Contrato 18/2023, conforme Chamamento nº 007/2022, celebrado entre o Município de Mogi Mirim e a IAFA (Instituto de Apoio a Família, qualificada como Organização Social), dentre outras questões relacionadas a Saúde.

**DESPACHO :** APROVADO, NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

**SALA DAS SESSÕES** 12 / 06 / 2023

**PRESIDENTE DA MESA**

**REQUERIMENTO Nº** 256 / 2023

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,

**REQUEIRO** nos termos do Artigo 24 da LOM – Lei Orgânica de Mogi Mirim e do Artigo 157, inciso V do Regimento Interno Vigente a convocação da Senhora Clara Alice Franco de Almeida Carvalho (Secretária da Saúde) para comparecer à Sessão de Câmara do dia 19 de junho de 2023 às 18:30hs para prestar esclarecimentos relacionados ao atendimento da UPA e também da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, informações referentes ao Contrato 18/2023, conforme Chamamento nº 007/2022, celebrado entre o Município de Mogi Mirim e a IAFA (Instituto de Apoio a Família, qualificada como Organização Social), dentre outras questões relacionadas a Saúde.

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", aos 12 de junho de 2023.

  
**VEREADOR DOUTOR TIAGO CÉSAR COSTA**

**MDB**

EM BRANCO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento Nº 142/2024

**ASSUNTO:** Requeiro seja convidada a OSC "INSTITUTO JURÍDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E SAÚDE - AVANTE SOCIAL", através de seu representante, para comparecer na Câmara Municipal, na sessão legislativa do dia 13 de maio de 2024, às 18 horas e 30 minutos, para prestar esclarecimentos sobre a execução dos serviços no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil ("CAPS IJ") de Mogi Mirim, objeto de contrato firmado com a municipalidade, e outros temas correlatos.

## REQUERIMENTO Nº 142 DE 2024

**SENHORA PRESIDENTE,**  
**SENHORES VEREADORES,**

Venho pela presente, rendendo prévias homenagens, nos termos do contido no artigo 24, §3º e no artigo 32, inciso XV, da Lei Orgânica de Mogi Mirim, c/c art. 157, V da Resolução 276/2010 (Regimento Interno), **seja convidada a OSC "INSTITUTO JURÍDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E SAÚDE - AVANTE SOCIAL", através de seu representante, para comparecer na Câmara Municipal, na sessão legislativa do dia 13 de maio de 2024, às 18 horas e 30 minutos, para prestar esclarecimentos sobre a execução dos serviços no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil ("CAPS IJ") de Mogi Mirim, objeto de contrato firmado com a municipalidade, e outros temas correlatos.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

De forma subsidiária, na hipótese de qualquer impossibilidade fática para a data designada originalmente na presente propositura (caso peçam discussão do presente requerimento ou em outros casos excepcionais, por exemplo) requeremos a realização do ato de convocação para sessão subsequente, prevalecendo o propósito da presente propositura e a boa-fé, sem qualquer prejuízo ao pedido de convocação.

Afinal, além da estrita observância aos dispositivos regimentais e à LOM, no momento da apresentação do requerimento, também ressaltamos o atendimento ao regramento estabelecido pelo *Ato da Mesa nº 023 de 2023*, que regulamentou o artigo 24 da Lei Orgânica Municipal e artigo 157, inciso V do Regimento Interno.

Vale ressaltar que a OSC "INSTITUTO JURÍDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E SAÚDE - AVANTE SOCIAL", inscrita no CNPJ sob nº 03.893.350/0001-12, mediante contratos celebrados com o município de Mogi Mirim, executa, dentre outros, os serviços ligados a administração dos Centros de Atenção Psicossociais do município.

Assim, considerando que, atualmente, a "Avante Social" realiza inúmeros serviços públicos de caráter essencial no município, recebendo vultuosos valores do poder público, entendo ser de inegável importância essa casa legislativa oportunizar um espaço de fala para que o referido instituto possa prestar informações sobre os trabalhos que vem desenvolvendo no âmbito da rede pública.

Como bem sabemos, ainda destaco o dever inerente à função parlamentar no sentido de fiscalizar o exercício das atividades envolvendo os serviços públicos e a aplicação do dinheiro público no Município.

Nesse sentido, entendo que a convocação da OSC Avante Social é medida se impõe, atendendo aos anseios da população que é a destinatária dos referidos serviços. Afinal, em última análise, não podemos nos furtar do papel que a sociedade mogimiriana espera, na busca da preservação do interesse público.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Diante do exposto, requiro que a presente propositura seja submetida ao duto plenário para deliberação. E, em caso de aprovação, que seja encaminhada ao destinatário com a máxima urgência possível.

Termos em que,  
espera e aguarda  
o DEFERIMENTO deste duto plenário.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 19 de abril de 2024**

*(assinado de forma digital)*

**VEREADORA JOELMA FRANCO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=X6A085WN535RU6VU>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: X6A0-85WN-535R-U6VU**

**JOELMA FRANCO DA CUNHA**

Vereadora

Assinado em 19/04/2024, às 15:39:32

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:656/2024 - 19/04/2024 - 15. - X6A0-85WN-535R-U6VU

## Ofício 1.171/2024

**De:** Raissa M. - CONF-AJUR-OP

**Para:** CM Mogi Mirim

**Data:** 10/05/2024 às 10:04:03

**Setores envolvidos:**

CONF-AJUR-OP

### Resposta ao Of. CM/GP nº 86/2024 - Comparecimento em sessão legislativa

Prezados, bom dia!

Com os cordiais cumprimentos, o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde – Avante Social, vem, respeitosamente, à presença de V.S<sup>a</sup>, apresentar Ofício em anexo, como resposta ao Of. CM/GP nº 86/2024.

No ensejo, elevamos protestos de estima e consideração.

*Para visualizar o anexo clique no ícone "Acompanhar online".*

Gentileza acusar o recebimento.

Atenciosamente,

—  
**Raissa Monteiro**  
Advogada

**Anexos:**

Oficio\_Resposta\_CM\_mogi\_mirim\_1\_.pdf



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 25A9-3CAB-7E3A-966F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RAISSA MONTEIRO (CPF 009.XXX.XXX-88) em 10/05/2024 10:04:13 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://avantesocial.1doc.com.br/verificacao/25A9-3CAB-7E3A-966F>

À Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP

A/C Dirceu da Silva Paulino | Presidente da Câmara Municipal

**Referência:** Of. CM/GP nº 86/2024

**Assunto:** Requerimento nº 142/2024

Ilmo. senhor,

Com os cordiais cumprimentos, o **INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA E SAUDE - AVANTE SOCIAL**, vem, pelo presente, em atenção ao ofício encaminhado por V. S.<sup>a</sup>, manifestar o que segue.

Informamos que este Instituto se fará presente na sessão legislativa do dia 13 de maio de 2024, às 18 horas e 30 minutos, cujo tema é a execução dos serviços no Centro Psicossocial Infantojuvenil (CAPS II) e outros temas correlatos, representado pelos seguintes:

Gisele Aparecida Rodrigues do Carmo Cardoso- Gerente de atendimento institucional.

Paulo Henrique Regis- Executivo Regional

Lucélia Paula Gomes- Referência Técnica Saúde

Sendo o que havia para informar, reiteramos nossos protestos de estima e consideração, permanecendo à inteira disposição para o que se fizer necessário.

Belo Horizonte/MG, 09 de maio de 2024.

VIVIANE TOMPE SOUZA  
MAYRINK:03219861644  
9861644

Assinado de forma digital por VIVIANE TOMPE SOUZA  
MAYRINK:03219861644  
Dados: 2024.05.10 09:58:25 -03'00'

**Viviane Tompe Souza Mayrink | Presidente**  
**Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde - Avante Social**

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 122



OP

Requerimento Nº 475/2023

**EMENTA:** Requer ao Instituto Nacional de Ciências da Saúde - INCS, que está na gestão da Santa Casa de Mogi Mirim, informações acerca de todos os funcionários relacionados à Santa Casa de Mogi Mirim, relatando qual é quantidade de funcionários, nome dos funcionários, qual foi à modalidade de contratação e qual foi à data da efetivação de cada funcionário até a presente data.

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,**

Requer ao Instituto Nacional de Ciências da Saúde - INCS, que está na gestão da Santa Casa de Mogi Mirim, informações acerca de todos os funcionários relacionados à Santa Casa de Mogi Mirim, relatando qual é quantidade de funcionários, nome dos funcionários, qual foi à modalidade de contratação e qual foi à data da efetivação de cada funcionário até a presente data.

**Endereço:** Rua Edissa Pacheco Carvalho, nº 26, Parque Campolim - Sorocaba - SP - CEP: 18047-631

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", aos 11 de outubro de 2023.

**VEREADOR DOUTOR TIAGO CÉSAR COSTA**



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1143/2023 - 11/10/2023 - 09:42 - 4YPA-0PM0-JATJ-UR86



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=4YPA0PM0JATJUR86>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 4YPA-0PM0-JATJ-UR86**

**TIAGO CÉSAR COSTA**

Vereador

Assinado em 11/10/2023, às 09:42:19

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1143/2023 - 11/10/2023 - 09:42:19 - 4YPA-0PM0-JATJ-UR86



**De:** Secretaria de Saúde de Mogi Mirim

**Para:** Gabinete do Prefeito – Sr. Mauro Nunes Junior

**C/C:** Secretaria de Relações Institucionais - Sra. Maria Helena S. de Barros

**Resposta Requerimento nº 475/2023 – Vereador Tiago Cesar Costa**

Mediante Requerimento nº 475/2023 do Vereador Tiago Cesar Costa, que solicita informações acerca dos funcionários relacionados a Santa Casa de Mogi Mirim, informamos que as informações podem ser consultadas no site do Ministério da Saúde, pois o mesmo é de domínio público, segue o endereço eletrônico:

**[cnes2.datasus.gov.br/mod\\_profissional.asp?vco\\_unidade3530802088193](https://cnes2.datasus.gov.br/mod_profissional.asp?vco_unidade3530802088193)**

Sendo o que tínhamos a informar, nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Mogi Mirim, 27 de outubro de 2023.

Clara Alice Franco de Almeida Carvalho  
Secretária de Saúde

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo  
**GABINETE DO VEREADOR ORIVALDO AP. MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)

Requerimento Nº 530/2023

Proc. Adm. Nº 66/24  
Folha Nº 524  
00

**EMENTA:** Requer ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Dr. Paulo de Oliveira e Silva, por meio de sua secretaria competente, informações sobre como está a situação da intervenção na Santa Casa, e no caso de ainda permanecer, solicito informações sobre de quem é a responsabilidade atualmente pela gestão da intervenção, bem como solicito que informe cargos, funções, e forma de vínculo do município com os responsáveis.

**SENHOR PRESIDENTE,**  
**SENHORES VEREADORES,**

No exercício das minhas funções de vereador, bem como em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, solicito o exposto.

Portanto, requeiro, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário desta Casa, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, através da Secretaria competente, para que informe sobre como está a situação da intervenção na Santa Casa, e no caso de ainda permanecer, solicito informações sobre de quem é a responsabilidade atualmente pela gestão da intervenção, bem como solicito que informe cargos, funções e forma de vínculo do município com os responsáveis.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 09 de novembro de 2023.**

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)  
PSDB

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1364/2023 - 09/11/2023 - 15:51 - ANV9-026P-J9F4-R5K0



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=ANV9026PJ9F4R5K0>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: ANV9-026P-J9F4-R5K0**

**ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES**

Vereador

Assinado em 09/11/2023, às 15:51:03

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1364/2023 - 09/11/2023 - 15:51:03 - ANV9-026P-J9F4-R5K0



Mogi Mirim, 23 de novembro de 2023.

A/C Chefe de Gabinete - Senhor Mauro Nunes

C/C Secretária de Relações Institucionais – Maria Helena Scudeler de Barros

**Assunto: Resposta ao Edil Orivaldo Ap. Magalhães, face aos requerimentos n.º 529, 530, 531, 532 e 533/2023**

Prezados,

Considerando o solicitado no requerimento nº 529, informamos que a cópia do Convênio de Adesão ao SUS nº 01 e 07 de 2023 já se encontram nessa nobre casa, a entrega dos mesmos foi realizada em maio/2023 e setembro/2023 respectivamente, conforme comprovantes em anexo.

Quanto ao solicitado no requerimento nº 530 o senhor João Gilberto Rocha Gonçalves é o interventor, cuja função não é remunerada, em conformidade com o Decreto Municipal nº 8883/2023.

Face a solicitação de informações sobre a relação contratual entre a Santa Casa e o INCS mencionada no requerimento nº 531 e a prestação de contas solicitada no requerimento nº 532, não temos em posse o instrumento de gestão tão pouco as prestações de contas, uma vez que a intervenção municipal trata somente do gerenciamento dos serviços e recursos do Sistema Único de Saúde, portanto tais solicitações devem ser realizadas diretamente ao provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim.

Para finalizar, a resposta do requerimento nº 533 é que não houve celebração de instrumento de gestão entre município e INCS, houve a publicação do Decreto de intervenção já mencionado acima.

Sendo o que se apresenta no momento, aproveito o ensejo para externar meus protestos de estima e distinta consideração.

Clara Alice Franco de Almeida Carvalho

Secretária Municipal de Saúde



Mogi Mirim, 12 de setembro de 2023

Ofício nº 392/SS/2023

Excelentíssimo Senhor,

Em cumprimento ao disposto no Art. 186 da Instrução nº 01/2020 do TCE-SP, vimos respeitosamente comunicar a celebração do referido Termo de Convênio, conforme cópia em anexo:

**Processo Administrativo:** nº 16.672/2023

**Concedente:** Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – Sec. de Saúde

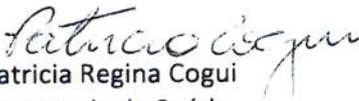
**Conveniente:** Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim

**Objeto:** Integrar a Entidade ao Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares, pronto atendimento e ambulatoriais visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a Entidade está inserida, e conforme Plano Operativo.

**Vigência:** 25/08/2023 à 21/02/2024

**Data de assinatura:** 25/08/2023

Aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe nossos protestos de elevada estima e distinta consideração

  
Patricia Regina Cogui  
Secretaria de Saúde

A/C  
Excelentíssimo Senhor Vereador  
Dirceu da Silva Paulino  
DD. Presidente da Câmara Municipal.





Mogi Mirim, 11 de maio de 2023

Ofício nº 321/SS/2023

Excelentíssimo Senhor,

Em cumprimento ao disposto no Art. 186 da Instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vimos respeitosamente comunicar a celebração do referido Termo de Convênio, conforme cópia em anexo:

**Convênio:** nº 01/2023

**Processo Administrativo:** nº 04.267/2023

**Concedente:** Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – Sec. de Saúde

**Conveniente:** Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim

**Objeto:** Integrar a ENTIDADE ao Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a ENTIDADE está inserida, e conforme Plano Operativo.

**Vigência:** 26/02/2023 A 26/08/2023

**Data de assinatura:** 26/02/2023

Aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe nossos protestos de elevada estima e distinta consideração

Clara Alice Franco de Almeida Carvalho  
Secretário Municipal de Saúde

A/C

Excelentíssimo Senhor Vereador

Dirceu da Silva Paulino

DD. Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

Hermínia D. Solidário de Souza  
Chefe de Gabinete

EM BRANCO



Proc. Adm. Nº 66/24  
Folha Nº 127

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo  
**GABINETE DO VEREADOR ORIVALDO AP. MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)

Requerimento Nº 531/2023

**EMENTA:** Requer ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Dr. Paulo de Oliveira e Silva, por meio de sua secretaria competente, informações sobre qual a relação contratual entre o INCS – Instituto Nacional de Ciência e Saúde e a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, e como se deu essa contratação, apresentando o contrato em vigência e eventuais aditivos contratuais, e informações sobre como se deu a escolha dessa entidade pelo município.

**SENHOR PRESIDENTE,**  
**SENHORES VEREADORES,**

No exercício das minhas funções de vereador, bem como em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, solicito o exposto.

Portanto, requero, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário desta Casa, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, através da Secretaria competente, informações sobre qual a relação contratual entre o INCS – Instituto Nacional de Ciência e Saúde e a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, e como se deu essa contratação, apresentando o contrato em vigência e eventuais aditivos contratuais, e informações sobre como se deu a escolha dessa entidade pelo município.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 09 de novembro de 2023.**

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)

**PSDB**





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=Y4CJ3MN2D3FF1S2F>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: Y4CJ-3MN2-D3FF-1S2F**

**ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES**

Vereador

Assinado em 09/11/2023, às 15:55:41

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1365/2023 - 09/11/2023 - 15:55:41 - Y4CJ-3MN2-D3FF-1S2F



*[Handwritten signature]*

Mogi Mirim, 23 de novembro de 2023.

A/C Chefe de Gabinete - Senhor Mauro Nunes

C/C Secretária de Relações Institucionais – Maria Helena Scudeler de Barros

**Assunto: Resposta ao Edil Orivaldo Ap. Magalhães, face aos requerimentos n.º 529, 530, 531, 532 e 533/2023**

Prezados,

Considerando o solicitado no requerimento nº 529, informamos que a cópia do Convênio de Adesão ao SUS nº 01 e 07 de 2023 já se encontram nessa nobre casa, a entrega dos mesmos foi realizada em maio/2023 e setembro/2023 respectivamente, conforme comprovantes em anexo.

Quanto ao solicitado no requerimento nº 530 o senhor João Gilberto Rocha Gonçalves é o interventor, cuja função não é remunerada, em conformidade com o Decreto Municipal nº 8883/2023.

Face a solicitação de informações sobre a relação contratual entre a Santa Casa e o INCS mencionada no requerimento nº 531 e a prestação de contas solicitada no requerimento nº 532, não temos em posse o instrumento de gestão tão pouco as prestações de contas, uma vez que a intervenção municipal trata somente do gerenciamento dos serviços e recursos do Sistema Único de Saúde, portanto tais solicitações devem ser realizadas diretamente ao provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim.

Para finalizar, a resposta do requerimento nº 533 é que não houve celebração de instrumento de gestão entre município e INCS, houve a publicação do Decreto de intervenção já mencionado acima.

Sendo o que se apresenta no momento, aproveito o ensejo para externar meus protestos de estima e distinta consideração.

Clara Alice Franco de Almeida Carvalho

Secretária Municipal de Saúde



Mogi Mirim, 12 de setembro de 2023

Ofício nº 392/SS/2023

Excelentíssimo Senhor,

Em cumprimento ao disposto no Art. 186 da Instrução nº 01/2020 do TCE-SP, vimos respeitosamente comunicar a celebração do referido Termo de Convênio, conforme cópia em anexo:

**Processo Administrativo:** nº 16.672/2023

**Concedente:** Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – Sec. de Saúde

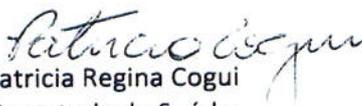
**Conveniente:** Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim

**Objeto:** Integrar a Entidade ao Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares, pronto atendimento e ambulatoriais visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a Entidade está inserida, e conforme Plano Operativo.

**Vigência:** 25/08/2023 à 21/02/2024

**Data de assinatura:** 25/08/2023

Aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe nossos protestos de elevada estima e distinta consideração

  
Patricia Regina Cogui  
Secretaria de Saúde

A/C  
Excelentíssimo Senhor Vereador  
Dirceu da Silva Paulino  
DD. Presidente da Câmara Municipal.





Mogi Mirim, 11 de maio de 2023

Ofício nº 321/SS/2023

Excelentíssimo Senhor,

Em cumprimento ao disposto no Art. 186 da Instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vimos respeitosamente comunicar a celebração do referido Termo de Convênio, conforme cópia em anexo:

**Convênio:** nº 01/2023

**Processo Administrativo:** nº 04.267/2023

**Concedente:** Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – Sec. de Saúde

**Conveniente:** Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim

**Objeto:** Integrar a ENTIDADE ao Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a ENTIDADE está inserida, e conforme Plano Operativo.

**Vigência:** 26/02/2023 A 26/08/2023

**Data de assinatura:** 26/02/2023

Aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe nossos protestos de elevada estima e distinta consideração

Clara Alice Franco de Almeida Carvalho  
Secretário Municipal de Saúde

A/C

Excelentíssimo Senhor Vereador

Dirceu da Silva Paulino

DD. Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

Hermínia D. Solidário de Souza  
Chefe de Gabinete

EM BRANCO



Requerimento Nº 548/2023

**EMENTA: REQUER AO PREFEITO PAULO DE OLIVEIRA E SILVA INFORMAÇÕES REFERENTES AO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DOS PLANTÕES AOS MÉDICOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, SOB INTERVENÇÃO DO INCS (INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE)**

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES, VEREADORAS,**

**REQUEIRO** ao prefeito municipal, Paulo de Oliveira e Silva, por meio da Secretaria de Saúde, informações sobre o cronograma do pagamento dos plantões aos profissionais médicos que atuam na Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, bem como explicações do INCS – interventor - se está havendo atraso nos referidos pagamentos e apresentação de plano para corrigir o problema, que pode culminar em suspensão de novos serviços no hospital.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, 24 DE NOVEMBRO 2023**

**VEREADORA DRA. LÚCIA FERREIRA TENÓRIO**

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA**





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=4C2ZZ81JPUBZHP8D>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 4C2Z-Z81J-PUBZ-HP8D**

**LUCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO**

Vereadora - Vice-Presidente

Assinado em 24/11/2023, às 12:10:21

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1456/2023 - 24/11/2023 - 12. - - 4C2Z-Z81J-PUBZ-HP8D

Q

Mogi Mirim/SP, 05 de dezembro de 2023

Ofício-ADM n. 285/2023

**CLARA ALICE FRANCO DE ALMEIDA CARVALHO**  
Secretaria Municipal de Saúde  
Município de Mogi Mirim

**Assunto:** Resposta ao requerimento nº 548/2023 – Câmara Municipal de Mogi Mirim.

**IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI MIRIM**, inscrito no CNPJ sob o nº 52.775.392/0001-64, neste ato representado por seu interventor Mauro Nunes Júnior, sob Decreto Municipal nº 9.132 de 27 de novembro de 2023, vem em atenção expor que:

Informo que os pagamentos médicos ocorrem conforme o contrato de prestação de serviços entre as empresas médicas e entidade, até o décimo primeiro dia útil do mês subsequente.

Não obstante, há de se reconhecer a existência de eventuais atrasos nos pagamentos, os quais são de conhecimento público, devido aos bloqueios judiciais em contas da Irmandade.

Portanto não há planos para a resolução do problema, pois não há possibilidade de prever quando as contas estarão com bloqueio.

Sendo o que nos competia ao momento, elevamos os protestos de estima e consideração, colocando-nos a disposição.

  
**MAURO NUNES JÚNIOR**  
Interventor  
Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim  
em intervenção - Decreto (municipal) n. 9.132/2023



Mogi Mirim, 06 de dezembro de 2023.

A/C Chefe de Gabinete - Senhor Mauro Nunes

C/C Secretária de Relações Institucionais – Maria Helena Scudeler de Barros

**Assunto: Resposta ao requerimento n.º 548/2023 – Vereadora Lucia F. Tenório.**

Prezados,

Em resposta ao solicitado no requerimento nº 548/2023 da Vereadora Lucia Ferreira Tenório, encaminhamos Ofício ADM nº 285/2023 emitido pelo sr. Mauro Nunes Junior, interventor da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim.

Sendo o que se apresenta no momento, aproveito o ensejo para externar meus protestos de estima e distinta consideração.

Clara Alice Franco de Almeida Carvalho

Secretária Municipal de Saúde



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo  
**GABINETE DO VEREADOR ORIVALDO AP. MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)

Requerimento Nº 94/2024

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 132



**EMENTA: Requeiro ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Dr. Paulo de Oliveira e Silva, que por meio de sua Secretaria competente nos forneça informação de qual o montante da dívida que a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, deve ao Instituto nacional de Ciências e Saúde (INCS).**

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES,**

No exercício das minhas funções de vereador, bem como em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, solicito o exposto.

Portanto, requeiro, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário desta Casa, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, através da Secretaria competente, que nos envie os documentos e informações solicitadas acima.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 27 de março de  
2024**

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)

**PSDB**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=KB0F7KXF7NP0DZEN>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: KB0F-7KXF-7NP0-DZEN**

**ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES**

Vereador

Assinado em 27/03/2024, às 11:45:46

DOCUMENTO ASSINALADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:479/2024 - 11... - KB0F-7KXF-7NP0-DZEN

Ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 133

Ref.: Requerimento nº224/2024 – Câmara Municipal de Mogi Mirim - Câmara Municipal de Mogi Mirim

Ilustríssimo Senhor Chefe de Gabinete,

Em atendimento ao requerimento formulado pelo Nobre Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, que solicita informações sobre o *“montante da dívida que a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim tem com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS)”*, servimo-nos do presente para esclarecer que:

- (i) Durante todo o período da Intervenção Administrativa, o INCS jamais atuou como prestador de serviços;
- (ii) Nos termos do art. 4º, parágrafo 1º, do Decreto Municipal nº8.828/2022, quando o INCS exerceu a função de Interventor, este serviço não era remunerado.

Portanto, inexistente dívida da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS), oriunda de todo o período da Intervenção.

No mais, qualquer pedido de informação referente ao período anterior a Intervenção deve ser direcionado ao Provedor da Irmandade.

Assim, esperando ter respondido integralmente ao requerido pelo nobre vereador, colocamo-nos a disposição para eventuais novos esclarecimentos que se fizerem necessários.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo



**Requerimento Nº 224/2024**

**EMENTA: Reiteramos o requerimento nº 94/2024, aprovado por unanimidade no dia 01 de abril de 2024, ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Dr. Paulo de Oliveira e Silva, que por meio de sua Secretaria competente, nos forneça informação de qual o montante da dívida que a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim tem com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS).**

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES,**

No exercício das minhas funções de vereador, bem como em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, solicito o exposto.

Portanto, requeiro, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário dessa Colenda Casa Legislativa, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, que através da Secretaria competente, nos forneça por escrito as informações solicitadas acima.

**SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", em 20 de junho de 2024.**

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)  
REPUBLICANOS**

CP

Mogi Mirim/SP, 11 de julho de 2024  
Ofício-ADM n. 115/2024

Ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

**Assunto:** Requerimento nº224/2024 – Câmara Municipal de Mogi Mirim - Câmara Municipal de Mogi Mirim

Ilustríssimo Senhor Chefe de Gabinete,

Em atendimento ao requerimento formulado pelo Nobre Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, que solicita informações sobre o “montante da dívida que a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim tem com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS)”, servimo-nos do presente para esclarecer que:

- (i) Durante todo o período da Intervenção Administrativa, o INCS jamais atuou como prestador de serviços;
- (ii) Nos termos do art. 4º, parágrafo 1º, do Decreto Municipal nº8.828/2022, quando o INCS exerceu a função de Interventor, este serviço não era remunerado.

Portanto, inexistente dívida da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS), oriunda de todo o período da Intervenção.

No mais, qualquer pedido de informação referente ao período anterior a Intervenção deve ser direcionado ao Provedor da Irmandade.

Assim, esperando ter respondido integralmente ao requerido pelo nobre vereador, colocamo-nos a disposição para eventuais novos esclarecimentos que se fizerem necessários.

  
**MAURO NUNER JUNIOR**  
Interventor  
Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim  
em intervenção - Decreto (municipal) n. 9.298/2024

EM BRANCO



9

**Para:** Gabinete do Prefeito – Sr. Mauro Nunes Junior

C/C: Secretaria de Relações Institucionais - Sra. Maria Helena S. de Barros

**Resposta Requerimento nº 94/2024 – Vereador Orivaldo A. Magalhães**

Mediante Requerimento nº 94/2024 do Vereador Orivaldo A. Magalhães, que solicita informação face ao montante da dívida que a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim deve ao INCS – Instituto Nacional de Ciências e Saúde, informamos que a solicitação é improcedente, pois nunca foi celebrado contrato entre as partes, indubitavelmente não há “montante de dívida” a ser informado.

Sem mais, nos colocamos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Clara Alice Franco de Almeida Carvalho  
Secretária de Saúde

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo  
**GABINETE DO VEREADOR ORIVALDO AP. MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)

Requerimento N° 134/2024

Proc. Adm. N° 66/24

Folha N° 136



**EMENTA: Requeiro ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Dr. Paulo de Oliveira e Silva, que por meio de sua Secretaria competente, nos forneça o contrato social e o contrato de prestação de serviços médicos entre a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e a Empresa Docctor Medical de Curitiba que assumiu a administração da Santa Casa.**

**SENHOR PRESIDENTE,**  
**SENHORES VEREADORES,**

No exercício das minhas funções de vereador, bem como em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, solicito o exposto.

Portanto, requeiro, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário desta Casa, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, que através da Secretaria competente, que nos forneça por escrito as informações solicitadas acima.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 19 de abril de 2024**

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)  
Republicanos



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=8P98S1PZ03WU7E4P>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 8P98-S1PZ-03WU-7E4P**

**ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES**

Vereador

Assinado em 19/04/2024, às 14:10:30

DOCUMENTO ASSINAL - DIGITALMENTE - PROTOCOLO:632/2024 - 19/04/2024 - 14. - 8P98-S1PZ-03WU-7E4P



Mogi Mirim, 06 de maio de 2024.

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 137

2

**Para:** Gabinete do Prefeito – Sr. Mauro Nunes Junior

C/C: Secretaria de Relações Institucionais - Sra. Maria Helena S. de Barros

**Resposta Requerimento nº 134/2024 – Vereador Orivaldo A. Magalhães**

Mediante Requerimento nº 134/2024 do Vereador Orivaldo A. Magalhães, que solicita contrato social e de prestação de serviços médicos entre a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e a empresa “Doctor Medical de Curitiba”, que segundo o nobre edil assumiu a administração da Santa Casa, informamos que toda e qualquer solicitação afeta aos assuntos atinentes à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim deverá ser direcionada ao interventor e atual responsável pela Administração da Irmandade, Sr. Mauro Nunes Júnior.

Adiantamos desde já, que a Instituição segue sob intervenção municipal, legalmente regulamentada pelo Decreto Municipal nº 9217/2024, portanto não há nenhuma empresa responsável pela condução dos serviços.

Sendo só o que nos reserva para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar os votos de elevada estima e distinta consideração, colocando-nos a disposição para eventuais esclarecimentos complementares

CLARA ALICE  
FRANCO DE ALMEIDA  
CARVALHO:01671531  
884

Assinado de forma digital  
por CLARA ALICE FRANCO  
DE ALMEIDA  
CARVALHO:01671531884  
Dados: 2024.05.06 09:41:41  
-03'00'

Clara Alice Franco de Almeida Carvalho  
Secretária de Saúde

EM BRANCO



Proc. Adm. Nº 66/24  
Folha Nº 138

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo  
**GABINETE DO VEREADOR ORIVALDO AP. MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)



Requerimento Nº 181/2024

**EMENTA:** Requer designação de Audiência Pública a ser realizada no plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP, no dia 13 de junho de 2024, às 18:30, para tratar de assuntos diversos sobre a prestação de serviços da AVANTE SOCIAL nos CAPS, também para tratar sobre as questões da saúde pública do município de Mogi Mirim. Requer ainda que sejam convocados, os representantes a seguir: Presidente da AVANTE SOCIAL ou representante equivalente, a Senhora Secretária de Saúde Clara Carvalho, Senhora Patrícia Santon Gerente da Secretaria de Saúde, Mauro Nunes Junior Chefe de Gabinete e atual administrador da Intervenção administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e Atual Presidente da Irmandade da Santa Casa de Mogi Mirim e da Senhora Ana Lúcia Bueno Peruchi secretária de Educação.

**SENHOR PRESIDENTE,**  
**SENHORES VEREADORES,**

Diante das altas demandas de reclamações e inúmeras manifestações de Pais e Mães de autistas e em geral da população inconformada com o mau atendimento na área da saúde. Requeremos a presente audiência pública com base no Artigo 24 notadamente. §1º da Lei ORGANICA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM-SP, estabelece o seguinte:

Artigo 24. Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar Secretário Municipal ou Diretor equivalente para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

§1º O não comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente, sem justificativa razoável, será considerado desacato à CÂMARA, sob pena de crime de responsabilidade para o funcionário convocado e para o Prefeito, conforme preceituam a Constituição e a legislação Federal.

§2º Se o Secretário ou Diretor for Vereador licenciado, o não comparecimento, nas condições mencionadas, caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, ficando o mesmo sujeito à instauração de processo, na forma da lei federal, e conseqüentemente cassação de mandato.

§3º A convocação de que trata o caput poderá recair sobre quaisquer entidades subvencionadas pelo poder público e o não comparecimento do responsável acarretará representação ao Ministério Público para as diligências devidas.

No exercício das minhas funções de vereador, bem como em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, solicito o exposto.

Portanto, requeiro, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário desta Casa, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, através da Secretaria competente, que nos preste as informações acima mencionados.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

**GABINETE DO VEREADOR ORIVALDO AP. MAGALHÃES  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)**

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 14 de maio de  
2024**

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)  
REPUBLICANOS**

**VEREADOR ADEMIR SOUZA FLORETTI JUNIOR  
REPUBLICANOS**

**VEREADORA JOELMA FRANCO DA CUNHA  
NOVO**

**VEREADORA SÔNIA REGINA MÓDENA  
PP**

**CINOÊ DUZO  
PP**

**LUIS ROBERTO TAVARES  
PODEMOS**

**ALEXANDRE CINTRA  
PSDB**

**LÚCIA TENÓRIO  
MDB**





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 661/24  
Folha Nº 139  
CP



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=7U8D0TG4HT14RUR5>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 7U8D-0TG4-HT14-RUR5**

**RIVALDO APARECIDO MAGALHAES**

Vereador

Assinado em 17/05/2024, às 10:20:13

**SÔNIA REGINA RODRIGUES MÓDENA**

Vereadora

Assinado em 17/05/2024, às 11:37:41

**LÚCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO**

Vereadora - Vice-Presidente

Assinado em 17/05/2024, às 13:27:29

**LUIS ROBERTO TAVARES**

Vereador

Assinado em 17/05/2024, às 15:26:11

**JOELMA FRANCO DA CUNHA**

Vereadora

Assinado em 17/05/2024, às 15:51:02

**ADEMIR SOUZA FLORETTI JUNIOR**

Vereador

Assinado em 20/05/2024, às 11:16:44

**CINOÊ DUZO**

Vereador

Assinado em 22/05/2024, às 15:42:14

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:829/2024 - 17/05/2024 - 10:20 - 7U8D-0TG4-HT14-RUR5

EM BRANCO



Mogi Mirim, 07 de junho de 2024.

**Ofício SS 289/2024**

**De: Secretaria de Saúde**

**Para: Sr. Dirceu da Silva Paulino – Vereador Presidente da Câmara Municipal**

**Assunto: Férias Regulares**

Cabe nos informar que a partir da data de 10 de junho de 2024 esta Secretária de Saúde entrará no período de férias regulares, informamos ainda que em tempo será designada pessoa para responder pela pasta desta Secretaria Municipal de Saúde, inclusive em substituição para a Audiência Pública a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim, no próximo dia 13 de junho de 2024.

Sendo o que se apresenta no momento, aproveito o ensejo para externar protestos de estima e distinta consideração.

*Secretaria  
fazer encaminhar ao autor  
do requerente e por favor ao  
P. administrativo*

**CLARA ALICE FRANCO DE ALMEIDA CARVALHO**

Secretária Municipal de Saúde

  
**Hermínia D. Solidário de Souza**  
Chefe de Gabinete  
10/06/2024

10206  
1



GABINETE DO PREFEITO

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

**PORTARIA Nº 193/24**

**DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR QUE ESPECIFICA.**

**DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA**, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais.

**R E S O L V E :-**

Designar as servidoras abaixo relacionadas para substituírem a Secretária de Saúde, nos respectivos períodos, por motivo de férias regulamentares:

<b>Substitutas</b>	<b>Período</b>	
Cristina Puls	10/06/2024 a 23/06/2024	Com prejuízo da gratificação correspondente ao cargo
Lilian Krohling Martinho Coradini	24/06/2024 a 09/07/2024	Percebendo a gratificação mensal correspondente ao cargo

**REGISTRE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE**

Prefeitura de Mogi Mirim, 7 de junho de 2024.

**DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA**  
Prefeito Municipal

**REGINA CÉLIA S. BIGHETI**  
Coordenadora de Secretaria



*[Handwritten mark]*

Ofício nº 0105/2024 – SEDUC/ADM

Mogi Mirim, 12 de junho de 2024.

Para: Câmara Municipal de Mogi Mirim

A/C: Exmo. Sr. Dirceu da Silva Paulino

**Assunto: Justificativa por ausência em Audiência Pública - Licença Médica**

Senhor Presidente,

Gostaríamos de expressar nossas sinceras desculpas pela ausência da Sr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Bueno Peruchi, na Audiência Pública, agendada nesta Casa de Leis para amanhã, dia 13 de junho. Infelizmente, devido a motivos de saúde, a Secretária da Pasta encontra-se temporariamente afastada por licença médica, conforme atestado médico, em cópia.

Entendemos plenamente que a pauta a ser discutida na Audiência é de extrema relevância para nossa comunidade e reconhecemos a importância da presença de nossa Secretária. Porém, neste momento, sua saúde requer cuidados prioritários, e sua ausência é inevitável.

Para garantir que os assuntos em discussão serão adequadamente representados, a Secretaria de Educação será por mim representada, que interinamente respondo pela pasta, mediante Portaria nº 194/24, também em anexo.

A Sr<sup>a</sup>. Edina Valéria Ferreira de Lima, Coordenadora de Gerência que atua junto ao CEMAAE "Rachel Ramazzini Mariotoni", possui profundo conhecimento sobre o tema em questão e me acompanhará, podendo esclarecer alguma dúvida pontual, caso se faça necessário.

Pedimos a compreensão de Vossa Excelência, bem como dos demais edis que propuseram tal momento de reflexão, para que compreendam o motivo de tal ausência, ao tempo em que reiteramos nosso compromisso com a transparência e a participação democrática.

Cordialmente,

*[Handwritten signature]*

Prof<sup>a</sup> Célia Ataíde  
Secretária de Educação Interina

*Recebido em 12/06/24*

*às 16h52*

*[Handwritten signature]*

Adriana T. de Oliveira Penha  
Assessoria Técnica ~~Presidência~~

*em secretaria  
para encaminhar ao  
autor do requerimento*

*[Handwritten signature]*  
*13/06*

**Unimed** Regional da  
Baixa Mogiana

www.unimedbxm.coop.br  
Avenida Mogi Mirim, nº 2679 -  
13844-115 Jd. Guaçu Mirim,  
Mogi Guaçu - SP  
T. (19) 3831-9700  
F. (19) 3831-9759  
E-mail: unimed@unimedbxm.coop.br

ANS - nº 311847

**ATESTADO MÉDICO**

Atesto a pedido, que o Sr Ana Lucia Bueno Peruchi  
idade e portador do RG nº \_\_\_\_\_, está impedido de  
exercer seu trabalho, solicitando:

- (  ) Afastamento do trabalho por \_\_\_\_\_ horas  
(  ) Afastamento do trabalho por um (01) dia  
(  ) Afastamento do trabalho pelo período de 13 dias (menos de 15 dias), a  
partir de 10.06.2024  
(  ) Afastamento do trabalho por mais de 15 (quinze) dias, a partir de \_\_\_\_\_  
(  ) Encaminhamento à Perícia do INSS

em decorrência de:

- (  ) Consulta Médica  
(  ) Tratamento Médico  
(  ) Tratamento Cirúrgico  
(  ) Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica  
(  ) Acompanhamento Familiar

  
092 0 0 00052-5  
Nome Dr. Flávio A. Hoffmann  
CRM Oftalmologista  
CPF CRM-SP 32.433  
Endereço \_\_\_\_\_

Eu, abaixo assinado, \_\_\_\_\_, autorizo o  
médico a declarar nominalmente, ou através do CID, meu diagnóstico, liberando-o  
portanto da guarda do sigilo profissional.

Assinatura do Paciente  
Data: 10/06/2024

DIAG./CID H25.0 / Z54.0



GABINETE DO PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PORTARIA Nº 194/24

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE  
TITULAR QUE ESPECIFICA.DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito  
do Município de Mogi Mirim, Estado de São  
Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:-

Nomear a senhora CÉLIA ATAIDE para  
substituir a titular ANA LUCIA BUENO PERUCHI, no cargo em comissão de Secretária  
de Educação, no período de 10 a 23 de junho de 2024, por motivo de saúde, percebendo a  
gratificação correspondente à substituição.

REGISTRE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Mogi Mirim, 10 de junho de 2024.

  
DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA  
Prefeito Municipal  
REGINA CÉLIA S. BIGHETI  
Coordenador de Secretária

EM BRANCO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 143



**Requerimento Nº 224/2024**

**EMENTA:** Reiteramos o requerimento nº 94/2024, aprovado por unanimidade no dia 01 de abril de 2024, ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Dr. Paulo de Oliveira e Silva, que por meio de sua Secretaria competente, nos forneça informação de qual o montante da dívida que a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim tem com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS).

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES,**

No exercício das minhas funções de vereador, bem como em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, solicito o exposto.

Portanto, requeiro, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário dessa Colenda Casa Legislativa, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, que através da Secretaria competente, nos forneça por escrito as informações solicitadas acima.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 20 de junho de 2024.**

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)  
REPUBLICANOS**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=0HBUIJ7EWE7XB13KC>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 0HBU-J7EW-E7XB-13KC**

**ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES**

Vereador

Assinado em 20/06/2024, às 10:37:23

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1068/2024 - 1 - 0HBU-J7EW-E7XB-13KC



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Ata. N.º 66/24

Folha N.º 144



**Requerimento N° 224/2024**

**EMENTA:** Reiteramos o requerimento nº 94/2024, aprovado por unanimidade no dia 01 de abril de 2024, ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Dr. Paulo de Oliveira e Silva, que por meio de sua Secretaria competente, nos forneça informação de qual o montante da dívida que a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim tem com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS).

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES,**

No exercício das minhas funções de vereador, bem como em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, solicito o exposto.

Portanto, requeiro, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário dessa Colenda Casa Legislativa, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, que através da Secretaria competente, nos forneça por escrito as informações solicitadas acima.

**SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", em 20 de junho de 2024.**

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)  
REPUBLICANOS**

Ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

Ref.: Requerimento nº224/2024 – Câmara Municipal de Mogi Mirim - Câmara Municipal de Mogi Mirim

Ilustríssimo Senhor Chefe de Gabinete,

Em atendimento ao requerimento formulado pelo Nobre Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, que solicita informações sobre o *“montante da dívida que a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim tem com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS)”*, servimo-nos do presente para esclarecer que:

- (i) Durante todo o período da Intervenção Administrativa, o INCS jamais atuou como prestador de serviços;
- (ii) Nos termos do art. 4º, parágrafo 1º, do Decreto Municipal nº8.828/2022, quando o INCS exerceu a função de Interventor, este serviço não era remunerado.

Portanto, inexistente dívida da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS), oriunda de todo o período da Intervenção.

No mais, qualquer pedido de informação referente ao período anterior a Intervenção deve ser direcionado ao Provedor da Irmandade.

Assim, esperando ter respondido integralmente ao requerido pelo nobre vereador, colocamo-nos a disposição para eventuais novos esclarecimentos que se fizerem necessários.

Mogi Mirim/SP, 11 de julho de 2024  
Ofício-ADM n. 115/2024

Ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

**Assunto:** Requerimento nº224/2024 – Câmara Municipal de Mogi Mirim - Câmara Municipal de Mogi Mirim

Ilustríssimo Senhor Chefe de Gabinete,

Em atendimento ao requerimento formulado pelo Nobre Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, que solicita informações sobre o “montante da dívida que a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim tem com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS)”, servimo-nos do presente para esclarecer que:

- (i) Durante todo o período da Intervenção Administrativa, o INCS jamais atuou como prestador de serviços;
- (ii) Nos termos do art. 4º, parágrafo 1º, do Decreto Municipal nº8.828/2022, quando o INCS exerceu a função de Interventor, este serviço não era remunerado.

Portanto, inexistente dívida da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS), oriunda de todo o período da Intervenção.

No mais, qualquer pedido de informação referente ao período anterior a Intervenção deve ser direcionado ao Provedor da Irmandade.

Assim, esperando ter respondido integralmente ao requerido pelo nobre vereador, colocamo-nos a disposição para eventuais novos esclarecimentos que se fizerem necessários.



**MAURO NUNER JUNIOR**  
Interventor  
Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim  
em intervenção - Decreto (municipal) n. 9.298/2024

EM BRANCO



Proc. Adm. Nº 66/24  
Folha Nº 146

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo  
**GABINETE DO VEREADOR ORIVALDO AP. MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)

Requerimento Nº 22/2024

**EMENTA: Requer ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Dr. Paulo de Oliveira e Silva, por meio de sua Secretaria competente, que nos forneça os contratos celebrados com a AVANTE SOCIAL, números de colaboradores e função (especialidades) em cada unidade dos CAPIS em Mogi Mirim.**

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES,**

No exercício das minhas funções de vereador, bem como em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, solicito o exposto.

Portanto, requeiro, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário desta Casa, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, através da Secretaria competente, que nos envie os documentos e informações solicitadas acima.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 16 de fevereiro de 2024**

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)  
PSDB





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=S543PFD3BVN30B7G>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: S543-PFD3-BVN3-0B7G**

**ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES**

Vereador

Assinado em 16/02/2024, às 13:51:12

DOCUMENTO ASSINA DIGITALMENTE - PROTOCOLO:175/2024 - 16/02/2024 - 1 - S543-PFD3-BVN3-0B7G



Mogi Mirim, 10 de abril de 2024.

**Para:** Gabinete do Prefeito – Sr. Mauro Nunes Junior

C/C: Secretaria de Relações Institucionais - Sra. Maria Helena S. de Barros

**Resposta Requerimento nº 22/2024 – Vereador Orivaldo A. Magalhães**

Mediante Requerimento nº 22/2024 do Vereador Orivaldo A. Magalhães, que solicita os contratos celebrados com a empresa AVANTE SOCIAL, como número de colaboradores e função desempenhadas em todos os CAPS, informamos que o contrato com a referida empresa está no Portal Transparência dentro do site da prefeitura, assim como o chamamento público e plano de trabalho. Quanto aos colaboradores/funcionários será respondido no Requerimento nº 36/2024 elaborado pelo referido Vereador.

Sem mais, nos colocamos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Clara Alice Franco de Almeida Carvalho  
Secretária de Saúde

EM BRANCO



Proc. Adm. Nº 66/24  
Folha Nº 348

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo  
**GABINETE DO VEREADOR ORIVALDO AP. MAGALHÃES**  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)

Requerimento Nº 181/2024

**EMENTA:** Requer designação de Audiência Pública a ser realizada no plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP, no dia 13 de junho de 2024, às 18:30, para tratar de assuntos diversos sobre a prestação de serviços da AVANTE SOCIAL nos CAPS, também para tratar sobre as questões da saúde pública do município de Mogi Mirim. Requer ainda que sejam convocados, os representantes a seguir: Presidente da AVANTE SOCIAL ou representante equivalente, a Senhora Secretária de Saúde Clara Carvalho, Senhora Patrícia Santon Gerente da Secretaria de Saúde, Mauro Nunes Junior Chefe de Gabinete e atual administrador da Intervenção administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e Atual Presidente da Irmandade da Santa Casa de Mogi Mirim e da Senhora Ana Lúcia Bueno Peruchi secretária de Educação.

**SENHOR PRESIDENTE,**  
**SENHORES VEREADORES,**

Diante das altas demandas de reclamações e inúmeras manifestações de Pais e Mães de autistas e em geral da população inconformada com o mau atendimento na área da saúde. Requeremos a presente audiência pública com base no Artigo 24 notadamente. §1º da Lei ORGANICA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM-SP, estabelece o seguinte:

Artigo 24. Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar Secretário Municipal ou Diretor equivalente para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

§1º O não comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente, sem justificativa razoável, será considerado desacato à CÂMARA, sob pena de crime de responsabilidade para o funcionário convocado e para o Prefeito, conforme preceituam a Constituição e a legislação Federal.

§2º Se o Secretário ou Diretor for Vereador licenciado, o não comparecimento, nas condições mencionadas, caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, ficando o mesmo sujeito à instauração de processo, na forma da lei federal, e consequentemente cassação de mandato.

§3º A convocação de que trata o caput poderá recair sobre quaisquer entidades subvencionadas pelo poder público e o não comparecimento do responsável acarretará representação ao Ministério Público para as diligências devidas.

No exercício das minhas funções de vereador, bem como em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, solicito o exposto.

Portanto, requero, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário desta Casa, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, através da Secretaria competente, que nos preste as informações acima mencionados.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

**GABINETE DO VEREADOR ORIVALDO AP. MAGALHÃES  
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)**

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 14 de maio de**

**2024**

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**

**(MAGALHÃES DA POTENCIAL)**

**REPUBLICANOS**

**VEREADOR ADEMIR SOUZA FLORETTI JUNIOR**

**REPUBLICANOS**

**VEREADORA JOELMA FRANCO DA CUNHA**

**NOVO**

**VEREADORA SÔNIA REGINA MÓDENA**

**PP**

**CINOÊ DUZO**

**PP**

**LUIS ROBERTO TAVARES**

**PODEMOS**

**ALEXANDRE CINTRA**

**PSDB**

**LÚCIA TENÓRIO**

**MDB**





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Núm. Nº 66/24

Folha Nº 149



Q

## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=7U8D0TG4HT14RUR5>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 7U8D-0TG4-HT14-RUR5**

**RIVALDO APARECIDO MAGALHAES**

Vereador

Assinado em 17/05/2024, às 10:20:13

**SÔNIA REGINA RODRIGUES MÓDENA**

Vereadora

Assinado em 17/05/2024, às 11:37:41

**LÚCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO**

Vereadora - Vice-Presidente

Assinado em 17/05/2024, às 13:27:29

**LUIS ROBERTO TAVARES**

Vereador

Assinado em 17/05/2024, às 15:26:11

**JOELMA FRANCO DA CUNHA**

Vereadora

Assinado em 17/05/2024, às 15:51:02

**ADEMIR SOUZA FLORETTI JUNIOR**

Vereador

Assinado em 20/05/2024, às 11:16:44

**CINOÉ DUZO**

Vereador

Assinado em 22/05/2024, às 15:42:14

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:829/2024 - 17/05/2024 - 10:20 - 7U8D-0TG4-HT14-RUR5

EM BRANCO

Assunto: **Re: retirada do nome do vereador Alexandre Cintra do requerimento 181/2024**  
De: <secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br>  
Para: <vereadormagalhaes@camaramogimirim.sp.gov.br>  
Data: 17/05/2024 15:52



Proc. Agm. Nº 66/24  
Folha Nº 150

OP

Boa tarde Caio,

Conforme solicitado, estamos excluindo o nome do Vereador Alexandre Cintra como Coautor do requerimento nº 181/2024. O nome dele não constará na listagem de autores do documento quando da confecção do Expediente, e tão somente aparecerá no documento PDF, visto ser impossível retirá-lo do arquivo. Já foi adicionada também uma observação na pasta do sistema da secretaria que se refere ao requerimento em questão.

Atenciosamente,

Wesley H. Zacariotto

Secretaria da Câmara

Em 17/05/2024 15:37, vereadormagalhaes@camaramogimirim.sp.gov.br escreveu:

Boa tarde.

Venho por meio desta solicitar a retirada do Nome do Vereador Alexandre Cintra da lista de Assinaturas digitais, no Requerimento 181/2024.

Att: Caio Menna Barreto

Assessor Parlamentar  
Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães - Magalhães da Potencial  
(19) 3814-1226  
Câmara Municipal de Mogi-Mirim/SP.

**EM BRANCO**



Mogi Mirim, 07 de junho de 2024.

**Ofício SS 289/2024**

**De: Secretaria de Saúde**

**Para: Sr. Dirceu da Silva Paulino – Vereador Presidente da Câmara Municipal**

**Assunto: Férias Regulares**

Cabe nos informar que a partir da data de 10 de junho de 2024 esta Secretária de Saúde entrará no período de férias regulares, informamos ainda que em tempo será designada pessoa para responder pela pasta desta Secretaria Municipal de Saúde, inclusive em substituição para a Audiência Pública a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim, no próximo dia 13 de junho de 2024.

Sendo o que se apresenta no momento, aproveito o ensejo para externar protestos de estima e distinta consideração.

*2 Secretária  
fazer recuar ao autor  
do requerente e após fazer ao  
P. administrativo*

**CLARA ALICE FRANCO DE ALMEIDA CARVALHO**

Secretária Municipal de Saúde

*Hermínia D. Solidário de Souza  
Chefe de Gabinete  
10/06/2024*

*10.06*  
 1



GABINETE DO PREFEITO

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

**PORTARIA Nº 193/24**

**DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR QUE ESPECIFICA.**

**DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA**, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais.

**R E S O L V E :-**

Designar as servidoras abaixo relacionadas para substituírem a Secretária de Saúde, nos respectivos períodos, por motivo de férias regulamentares:

<b>Substitutas</b>	<b>Período</b>	
Cristina Puls	10/06/2024 a 23/06/2024	Com prejuízo da gratificação correspondente ao cargo
Lilian Krohling Martinho Coradini	24/06/2024 a 09/07/2024	Percebendo a gratificação mensal correspondente ao cargo

**REGISTRE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE**

Prefeitura de Mogi Mirim, 7 de junho de 2024.

**DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA**  
Prefeito Municipal

  
**REGINA CÉLIA S. BIGHETI**  
Coordenadora de Secretaria



Ofício nº 0105/2024 – SEDUC/ADM

Mogi Mirim, 12 de junho de 2024.

**Para: Câmara Municipal de Mogi Mirim**  
**A/C: Exmo. Sr. Dirceu da Silva Paulino**

**Assunto: Justificativa por ausência em Audiência Pública - Licença Médica**

Senhor Presidente,

Gostaríamos de expressar nossas sinceras desculpas pela ausência da Sr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Bueno Peruchi, na Audiência Pública, agendada nesta Casa de Leis para amanhã, dia 13 de junho. Infelizmente, devido a motivos de saúde, a Secretária da Pasta encontra-se temporariamente afastada por licença médica, conforme atestado médico, em cópia.

Entendemos plenamente que a pauta a ser discutida na Audiência é de extrema relevância para nossa comunidade e reconhecemos a importância da presença de nossa Secretária. Porém, neste momento, sua saúde requer cuidados prioritários, e sua ausência é inevitável.

Para garantir que os assuntos em discussão serão adequadamente representados, a Secretaria de Educação será por mim representada, que interinamente respondo pela pasta, mediante Portaria nº 194/24, também em anexo.

A Sr<sup>a</sup>. Edina Valéria Ferreira de Lima, Coordenadora de Gerência que atua junto ao CEMAAE "Rachel Ramazzini Mariotoni", possui profundo conhecimento sobre o tema em questão e me acompanhará, podendo esclarecer alguma dúvida pontual, caso se faça necessário.

Pedimos a compreensão de Vossa Excelência, bem como dos demais edis que propuseram tal momento de reflexão, para que compreendam o motivo de tal ausência, ao tempo em que reiteramos nosso compromisso com a transparência e a participação democrática.

Cordialmente,

  
Profª Célia Ataíde  
Secretária de Educação Interina

*Recebido em 12/06/24  
às 16h52*

  
Adriana T. de Oliveira Penha  
Assessoria Técnica Presidente

*em Secretaria  
para encaminhar ao  
autor do requerimento*  
  
13/06

**Unimed**Regional da  
Baixa Mogianawww.unimedbxm.coop.br  
Avenida Mogi Mirim, nº 2679 -  
13844-115 Jd. Guaçu Mirim,  
Mogi Guaçu - SP  
T. (19) 3831-9700  
F. (19) 3831-9759  
E-mail: unimed@unimedbxm.coop.br

ANS - nº 311847

**ATESTADO MÉDICO**Atesto a pedido, que o Sr Ana Lucia Bueno Peruchiidade e portador do RG nº \_\_\_\_\_, está impedido de  
exercer seu trabalho, solicitando:

- ( ) Afastamento do trabalho por \_\_\_\_\_ horas  
 ( ) Afastamento do trabalho por um (01) dia  
 (X) Afastamento do trabalho pelo período de 13 dias (menos de 15 dias), a  
 partir de 10.06.2024  
 ( ) Afastamento do trabalho por mais de 15 (quinze) dias, a partir de \_\_\_\_\_  
 ( ) Encaminhamento à Perícia do INSS

em decorrência de:

- ( ) Consulta Médica  
 ( ) Tratamento Médico  
 (X) Tratamento Cirúrgico  
 ( ) Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica  
 ( ) Acompanhamento Familiar

092 0 0 00052-5  
 Nome Dr. Flávio A. Hoffmann  
 CRM Oftalmologista  
 CPF CRM-SP 32.433  
 Endereço \_\_\_\_\_

Eu, abaixo assinado, \_\_\_\_\_, autorizo o  
 médico a declarar nominalmente, ou através do CID, meu diagnóstico, liberando-o  
 portanto da guarda do sigilo profissional.

Assinatura do Paciente

Data: 10/06/2024DIAG./CID H25.0 / Z54.0



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 100

PORTARIA Nº 194/24

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE  
TITULAR QUE ESPECIFICA.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito  
do Município de Mogi Mirim, Estado de São  
Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:-**

Nomear a senhora CÉLIA ATAIDE para  
substituir a titular ANA LUCIA BUENO PERUCHI, no cargo em comissão de Secretária  
de Educação, no período de 10 a 23 de junho de 2024, por motivo de saúde, percebendo a  
gratificação correspondente à substituição.

**REGISTRE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE**

Prefeitura de Mogi Mirim, 10 de junho de 2024.

**DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA**  
Prefeito Municipal

  
**REGINA CÉLIA S. BIGHETI**  
Coordenador de Secretaria

EM BRANCO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 154

LISTA DE PRESENÇA

3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024

No dia 15 de agosto de 2024, às 10:45, no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim, instalado no pavimento superior do Edifício do Paço Municipal, deu-se a terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (C.P.I.) para, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 1º de agosto de 2024, por força da incidência do art. 52, c.c art. 64, todos do Regimento Interno, “apurar os problemas das terceirizações na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP”, nos termos do Requerimento nº 257/24, aprovado em 15 de julho de 2024, na 24ª Sessão Ordinária.

NOME	CPF	ASSINATURA
ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES	187.250.958-31	[Assinatura]
JOELMA FRANCO DA CUNHA	221.625.288-46	[Assinatura]
MARCOS PAULO CEGATTI	287.214.338-60	[Assinatura]
ALEXANDRE CINTRA	26.793.313-7	[Assinatura]
CINOÊ DUZO	968.773.238-74	[Assinatura]
JOÃO VICTOR COUTINHO GASPARINI	504.285.114-64	[Assinatura]
LÚCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO	375.432.026.20	[Assinatura]
LUIS ROBERTO TAVARES	Aurante	Aurante
LUZIA CRISTINA CORTES NOGUEIRA	337376497-15	[Assinatura]
MOACIR GENUÁRIO	774 353 978-49	[Assinatura]
FABIO Zinetti	392.058.71809	[Assinatura]
Tayna Lino	450.817.718-21	[Assinatura]
Edueyssa C. Bovelet	117.773.788-35	[Assinatura]
Leandro Bergini Rosário F.	265466928-99	[Assinatura]
Guilherme da Silva	414918401105	[Assinatura]
Jose Roberto Amancio	263422458-35	[Assinatura]
Carlos E. Felício	112147008-45	[Assinatura]



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Orivaldo Aparecido Magalhães	28.814.061-8	
Câmara Municipal	28.814.061-8	

VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. nº 66/2024)



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Ofício nº 09/2024 – CPI - Proc. Adm. nº 66/2024

Mogi Mirim, 15 de agosto de 2024.

Ao Ilmo. Sr.

**VEREADOR DIRCEU DA SILVA PAULINO**

Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

Prezado,

Sirvo-me do presente, rendendo prévias homenagens, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos autos nº 66/2024, com fundamento no artigo 58, §3º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 1.579/1952 c/c o Artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e com o Artigo 61, do Regimento Interno, **para requerer o que segue:**

- Seja feita a reserva da sala de reuniões, para as atividades da CPI, todas as quintas-feiras, entre 07:30 e 17:00;
- A disponibilização dos equipamentos de filmagem da Câmara para a gravação das reuniões e depoimentos, dentro da sala de reuniões;

Cumprе ressaltar que, conforme artigo 34, §2º, da Lei Orgânica c/c artigo 61, §2º, do Regimento Interno, **o prazo para resposta deste é fixado em quinze dias.** A falta injustificada ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições da Comissão de Inquérito implicará na adoção das medidas regimentais e legais cabíveis.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

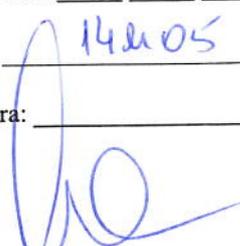
Esperando o pronto atendimento à solicitação, aproveito para reiterar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Recebido em: 15 / 8 / 24.

Horário: 14h05

Assinatura: \_\_\_\_\_

  
Hermínia D. Solidário de Souza  
Chefe de Gabinete

  
**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)

Mogi Mirim, 13 de agosto de 2024.

Ofício-ADM n. 130/2024

## A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A/c: Sra. Secretária Municipal Clara Alice Franco de Almeida Carvalho

Ref.: Requisição de documentos Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)

A **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 52.775.392/0001-64, neste ato representada pelo Interventor **MAURO NUNES JUNIOR**, portador do RG nº15.123.720-7 e do CPF nº096.863.328-55, nos termos do que estabelece o Decreto nº 9.298, de 04 de junho de 2024, em atenção a Requisição de Documentos elaborada pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024), expõe o que abaixo segue, a fim de dar total cumprimento ao quanto solicitado:

A função de Interventor é atribuída através de Decreto e, portanto, não possui contrato com a Irmandade, tampouco recebe remuneração para o exercício de tal função. Assim, é necessário que a ilustre Comissão esclareça se os Decretos de nomeação do Interventor são suficientes para atender o quanto solicitado.

No que tange a solicitação do contrato com o "ART que coordena todos os contratos", esta Instituição esclarece que este acrônimo não é utilizado no âmbito da saúde e que não possui contrato com profissional de Engenharia com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), ficando a critério da ilustre Comissão esclarecer a pretensão, para que possamos atendê-la.

Sobre o Diretor Clínico, certo é que o mesmo também não possui contrato firmado com a Irmandade, sendo o profissional médico ocupante do cargo de Diretor Clínico eleito pelo Corpo Clínico, na forma do Regimento Interno. Esta Instituição possui somente os documentos pertinentes a eleição, ficando novamente a critério da ilustre Comissão esclarecer se o processo eletivo é o que pretende para satisfazer o requisitado.

Dessa feita, mister o esclarecimento dos pontos acima elucidados, a fim de que os documentos requisitados sejam entregues em conformidade com o pretendido pela ilustre Comissão.

Considerando, portanto, as dúvidas suscitadas, bem como a quantidade de documentos a serem disponibilizados, requerer-se que seja solicitado a ilustre Comissão:

- (i) que a contagem do prazo para entrega se inicie da data das elucidações e;
- (ii) que seja autorizada a entrega dos documentos em mídia digital.



Santa Casa de Misericórdias  
de Curitiba

Sendo só o que nos reserva para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar os votos de elevada estima e distinta consideração, nos colocando à disposição para eventuais esclarecimentos complementares.

**MAURO NUNES JÚNIOR**  
**INTERVENTOR**



Mogi Mirim, 15 de agosto de 2024.

**Ofício SS 426/2024**

**De: Secretaria de Saúde**

**Para: Sr. Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães**

**Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito**

**Assunto: Ofício nº 03/2024 - CPI (Proc.Adm. 66/2024)**

Mediante o referido Ofício recebido nesta Secretaria no dia 06/08/2024, encaminho em anexo o Ofício ADM nº 130/2024 emitido pelo sr. Mauro Nunes Junior, interventor da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, com alguns questionamentos face a sua solicitação de documentos pertinentes a Irmandade e ao INCS, que ora passo para sua ciência e posterior resposta aos referidos questionamentos.

Também informo face ao item 1 – “Cópia do processo licitatório nº 12.844/2023, chamamento público nº 002/2023 na íntegra (capa a capa), este documento não é da responsabilidade desta Secretaria de Saúde, o mesmo não está em nosso poder, pode ser solicitado junto a Secretaria de Suprimentos e Qualidade.

Sendo o que se apresenta no momento, aproveito o ensejo para externar protestos de estima e distinta consideração.

CLARA ALICE FRANCO DE ALMEIDA  
CARVALHO:01671531884  
884

Assinado de forma digital por  
CLARA ALICE FRANCO DE  
ALMEIDA  
CARVALHO:01671531884  
Dados: 2024.08.15 10:16:52  
-03'00'

**CLARA ALICE FRANCO DE ALMEIDA CARVALHO**

*Secretária Municipal de Saúde*

EM BRANCO



Assunto: **ofício nº03/2024 - CPI**  
De: Amanda Bellini <amanda.bellini@mogimirim.sp.gov.br>  
Para: <vereadormagalhaes@camaramogimirim.sp.gov.br>  
Cc: claraafac <claraafac@hotmail.com>  
Data: 15/08/2024 10:34

- Ofício SS 426-2024.pdf (~1.1 MB)
- Ofício ADM 130-2024.pdf (~522 KB)

Bom dia sr. Vereador, encaminho a pedido da Secretária Clara, documentos em anexo face a sua solicitação.

Favor acusar o recebimento.

Amanda Bellini  
Sec. Saúde Mogi Mirim

EM BRANCO

EM BRANCO



## CÂMARA DE VEREADORES DE MOGI MIRIM

Mogi Mirim-SP, 16 de agosto de 2024.

**Ofício nº. 12/2024**

**Exmo. Sr.**

**ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**

**MOGI MIRIM/SP**

Em atenção ao Ofício n.º 09/2024, recebido em 15 de agosto de 2024, informo que a sala de reunião se encontra reservada para utilização pela Comissão, bem como os equipamentos de filmagem para gravação.

Sendo o que cumpria a informar, reitero meus préstimos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**DIRCEU DA SILVA** Assinado de forma digital por  
**PAULINO:265575** DIRCEU DA SILVA  
**20822** PAULINO:26557520822  
Dados: 2024.08.16 14:02:47  
-03'00'

**Dirceu da Silva Paulo**

**Presidente da Câmara**

EM BRANCO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

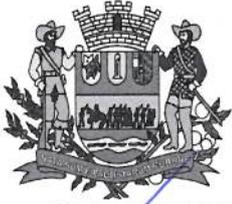
Estado de São Paulo

## LISTA DE PRESENÇA

### 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024

No dia 19 de agosto de 2024, às 10:00, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Mogi Mirim, instalada no pavimento superior do Edifício do Paço Municipal, deu-se a quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (C.P.I.) para, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 1º de agosto de 2024, por força da incidência do art. 52, c.c art. 64, todos do Regimento Interno, “apurar os problemas das terceirizações na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP”, nos termos do Requerimento nº 257/24, aprovado em 15 de julho de 2024, na 24ª Sessão Ordinária.

NOME	CPF	ASSINATURA
ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES	087.250.958-38	
JOELMA FRANCO DA CUNHA	221.625288-46	
MARCOS PAULO CEGATTI	Ausente	
ALEXANDRE CINTRA	Ausente	—
CINOÊ DUZO	Ausente	—
JOÃO VICTOR COUTINHO GASPARINI	1504.285.118-64	
LÚCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO	Ausente	—
LUIS ROBERTO TAVARES	Ausente	—
LUZIA CRISTINA CORTES NOGUEIRA	337376497-15	
MOACIR GENUÁRIO	774353978-49	
Raymundo	45081771821	
Edneuse Cavalo Bovelet	117.771.788-35	
Guilherme D. M. de Jesus	41411844181	
Renan Neves	049.610.088-26	
FABIO Zinetti	392.058748-09	
Jose Roberto Arraun	293254770-09	
Amadeu Sarmello A. dos Santos	419.395878-50	



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

<i>Paulo Eduardo Felício</i>	<i>112.147.008-45</i>	<i>[Signature]</i>

*[Signature]*  
VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. nº 66/2024)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

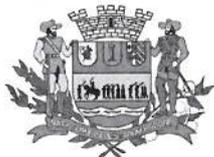
**ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024**

Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às dez horas e quinze minutos da manhã, foi realizada na Sala de reuniões da Câmara Municipal de Mogi Mirim, situada na Rua Doutor José Alves, número 129, no Centro, a quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada por meio da Portaria nº 31/2024, nos autos do Processo Administrativo nº 66/2024. A CPI foi constituída em decorrência da aprovação unânime do Requerimento nº 257/2024, durante a 24ª Sessão Ordinária de 2024, com o objetivo de "apurar os problemas das terceirizações na área da Saúde Pública de Mogi Mirim/SP", conforme o mencionado Requerimento.

A reunião extraordinária foi aberta pelo Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, Presidente da Comissão de Inquérito, que agradeceu a presença de todos e realizou a chamada dos Vereadores presentes, a saber: Vereadora Joelma Franco da Cunha (Relatora) e Vereador Moacir Genuário. No decorrer da reunião foram registradas as presenças do Vereador João Victor Coutinho Gasparini, Vereadora e Vereadora Luzia Cristina Cortes Nogueira. Estiveram presentes também os assessores parlamentares Tayná Lovo, Guilherme Souza, Edneusa Boveloni, Renan Neves, Amanda Pavanello, José Roberto Amorim, Fábio Zinetti e Carlos Felício.

A reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, que iniciou os trabalhos com a leitura do Ofício nº 03/2024, de autoria da própria CPI, endereçado à Secretaria de Saúde de Mogi Mirim. No referido ofício, a Comissão requisitou cópias de documentos relevantes para a investigação em andamento, relacionados ao Instituto Jurídico Para Efetivação da Cidadania e Saúde - 'Avante Social', à Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e ao Instituto Nacional de Ciências da Saúde (INCS). O Presidente destacou que o ofício estipulou um prazo de quinze dias para a resposta, conforme previsto no artigo 34, §2º, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 61, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Em seguida, o Presidente Magalhães procedeu à leitura do Ofício nº 426/2024, emitido pela Secretaria de Saúde em resposta ao Ofício nº 03/2024 da CPI. No ofício, a Secretária de Saúde, Clara Alice Franco de Almeida Carvalho, informou que havia encaminhado à Comissão o Ofício ADM nº 130/2024, assinado pelo senhor Mauro Nunes Junior, interventor da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. O ofício do interventor continha questionamentos sobre a solicitação de documentos pertinentes à Irmandade Santa Casa, que foram destacados para a ciência e posterior resposta pela Comissão.



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Além disso, o ofício esclareceu que a cópia do processo licitatório nº 12.844/2023, relacionado ao chamamento público nº 002/2023, não estaria sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde, sugerindo que tal documento fosse solicitado à Secretaria de Suprimentos e Qualidade.

O Presidente Magalhães, após a leitura dos ofícios, fez uma explanação aos presentes sobre a definição e o papel de um interventor. Ele esclareceu que um interventor é um indivíduo designado por uma autoridade superior para assumir o controle de uma organização, empresa ou governo em situações de crise ou emergência. Ressaltou que o papel do interventor é temporário, com a finalidade de restabelecer a ordem e a estabilidade na entidade sob sua responsabilidade.

O Presidente Magalhães deu continuidade aos trabalhos, procedendo à leitura do Ofício ADM nº 130/2024, de autoria do Interventor da Santa Casa, senhor Mauro Nunes Junior, enviado para a Secretaria Municipal de Saúde.

No referido ofício, o Interventor esclarece que sua função foi atribuída por meio de decreto, e, portanto, ele não possui contrato formal com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, nem recebe qualquer tipo de remuneração por suas atividades como interventor. Ele questiona se a CPI considera os Decretos de nomeação suficientes para atender à solicitação feita.

O Presidente Orivaldo Aparecido Magalhães fez uma pausa para comentar sobre as informações apresentadas pelo Interventor da Santa Casa, senhor Mauro Nunes Junior. O Presidente ressaltou que, embora o interventor não tenha um contrato formal com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, o cargo conferido a ele, por meio de decreto, lhe atribui todos os poderes necessários para tomar decisões que visem à melhoria e ao bom funcionamento da instituição.

Retomando a leitura do Ofício ADM nº 130/2024, o Presidente Magalhães leu a seguinte resposta do Interventor Mauro Nunes Junior: Em relação à solicitação do contrato com o "ART que coordena todos os contratos", o Interventor esclareceu que o termo "ART" (Anotação de Responsabilidade Técnica) não é utilizado no contexto da saúde e que a instituição não possui contrato com profissionais de engenharia para este fim. Ele sugeriu que a Comissão esclareça sua solicitação para que possam atendê-la adequadamente.

O Presidente Orivaldo Aparecido Magalhães perguntou à Relatora, Vereadora Joelma Franco da Cunha, se ela teria algum comentário pertinente ao que foi lido.

A Relatora prontamente se manifestou, afirmando que as perguntas enviadas através do ofício foram "claras e transparentes". Ela destacou que a



Estado de São Paulo

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Secretaria de Saúde, como gestora do contrato com a OSS Avante Social, não pode se furtar de suas responsabilidades. Afirmou ainda que a gestora do contrato é a servidora Lilian, da Secretaria de Saúde, e que a própria Secretária de Saúde, Sra. Clara Carvalho, está negligenciando suas obrigações junto à CPI. Em relação ao Interventor da Santa Casa, a Vereadora Joelma enfatizou que sua atuação também tem sido furtiva, pois possui todas as informações necessárias para atender os pedidos da comissão, e que não se pode permitir que membros da administração ajam de forma desrespeitosa com a Comissão. A Vereadora Joelma Franco da Cunha complementou sua fala afirmando que, como interventor da Santa Casa, Mauro Nunes Júnior tem pleno acesso e conhecimento de todos os contratos firmados pela Irmandade, inclusive aqueles estabelecidos com empresas terceirizadas. A Relatora destacou que, caso o Interventor ou a Secretaria de Saúde estejam se negando a entregar os documentos solicitados, a CPI deve tomar a iniciativa de se dirigir diretamente à Santa Casa de Misericórdia para obter esses documentos. Afirmou, ainda, que não se pode perder tempo com respostas evasivas e irresponsáveis, e que a Comissão deve agir com celeridade para garantir a obtenção das informações necessárias à investigação.

Dando sequência à leitura do Ofício ADM nº 130/2024, o Presidente Orivaldo Aparecido Magalhães leu o trecho referente ao Diretor Clínico da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. O ofício esclarece que o Diretor Clínico não possui contrato formal com a Irmandade, pois é eleito pelo Corpo Clínico da instituição, conforme previsto no Regimento Interno. O documento dispõe apenas dos registros relativos ao processo eletivo, e questiona se a Comissão pretende ter acesso aos referidos documentos.

Após a leitura, o Presidente Magalhães mencionou que, em uma audiência pública anterior, a funcionária Patrícia Cogui afirmou que a Santa Casa estava sem Diretor Clínico. Diante disso, o Presidente destacou a importância dos documentos de nomeação do último Diretor Clínico e a identificação do atual, caso haja um, para esclarecer a situação.

Com a palavra, a Relatora Joelma Franco da Cunha, esclarece que os pedidos foram claros e objetivos e que a autoridade precisa passar as informações requisitadas.

Após a leitura completa do Ofício ADM nº 130/2024, o Presidente Magalhães mencionou o trecho final, onde o Interventor da Santa Casa solicita à CPI que a contagem do prazo para entrega dos documentos seja iniciada a partir das elucidações requeridas e que a entrega dos mesmos seja autorizada em mídia digital.

O Presidente abriu a questão para discussão, e os membros presentes concordaram que as solicitações feitas pela CPI foram claras e objetivas, de modo que os documentos já deveriam ter sido entregues à Comissão. Em



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

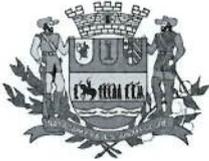
razão da demora, o Presidente sugeriu a realização de uma diligência até a Santa Casa de Misericórdia para obter diretamente os documentos requeridos. Ele também concordou que, para agilizar o processo, a entrega em formato digital seria aceitável.

A Relatora, Vereadora Joelma Franco da Cunha, apoiou a sugestão da diligência e aconselhou que a questão fosse colocada em votação entre os membros da Comissão. Além disso, a Relatora enfatizou a importância de responder ao ofício, destacando que a Secretaria de Saúde e a Irmandade têm responsabilidades perante a CPI e devem cumprir com os prazos estabelecidos.

Dando sequência à pauta, o Presidente Orivaldo Aparecido Magalhães propôs que a diligência à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, com o objetivo de obter os documentos requeridos pela CPI, seja realizada no dia 20 de agosto de 2024, às 13h30min.

Posteriormente, o Presidente Orivaldo Aparecido Magalhães procedeu à leitura da minuta de Ofício nº 11/2024, na íntegra, em resposta ao ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde (Ofício ADM nº 130/2024), que após deliberação, seria dirigido à Sra. Clara Carvalho. A minuta do ofício apontou que os pedidos da administração municipal tinham claro intuito protelatório, baseados em alegações furtivas. Ainda, destacou que as requisições da comissão foram claras e objetivas, sendo dever da Autoridade requisitada, encaminhar todos os documentos no prazo estabelecido. Em continuidade, também ressalta que não há dúvida, por óbvio, que deverão ser encaminhados os referidos atos administrativos de nomeação do interventor, sejam eles quais forem, e o mesmo se aplica aos documentos relativos ao diretor clínico. Assim, como de praxe, através da resposta ao ofício, a autoridade poderá fazer os esclarecimentos pertinentes, acompanhados, obrigatoriamente, de todos os documentos, o que não teria ocorrido até o momento. Por fim, conforme contido na minuta lida, a comissão estaria indeferindo os pedidos de alteração do marco inicial de contagem de prazo para resposta ("interrupção"), considerando a ausência de fundamento hábil para justificar a medida e diante da falta de previsão legal para amparar o pedidos de suspensão ou interrupção dos prazos na presente via procedimental. E, ainda segundo a minuta, a Comissão estaria autorizando o envio dos documentos de forma eletrônica (arquivos digitais), exclusivamente para o endereço de e-mail institucional do Vereador Presidente da CPI, desde que digitalizados em alta qualidade e inteiramente legíveis.

Após a leitura, o Presidente submeteu a minuta do ofício à apreciação dos membros presentes, que, de forma unânime, manifestaram concordância com o conteúdo do referido documento, sem qualquer ressalva. Assim, restou definido pela CPI o envio do Ofício nº 11/2024 para a Secretaria Municipal de Saúde.



Estado de São Paulo

# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 363

Como último ponto da reunião, os membros da Comissão confirmaram a realização da diligência até a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, agendada para o dia 20 de agosto, às 13h30min. A diligência foi aprovada por todos os presentes e será conduzida com o objetivo de tratar sobre os documentos e informações requisitadas pela CPI, garantindo o bom andamento dos trabalhos investigativos.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente Orivaldo Aparecido Magalhães encerrou a reunião às 10h58min, agradecendo a presença de todos os membros e colaboradores.

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**

Presidente da CPI Proc. Adm. nº 66/2024

**VEREADORA JOELMA FRANCO DA CUNHA**

Relatora da CPI Proc. Adm. nº 66/2024

**VEREADOR MARCOS PAULO SEGATTI**

Secretário da CPI Proc. Adm. nº 66/2024

("Essa página de assinaturas é parte integrante e indissociável da Ata da 2ª Reunião da CPI da Câmara Mun. de Mogi Mirim - Proc. Adm. nº 66/2024")

EM BRANCO



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Ofício nº 10/2024 – CPI - Proc. Adm. nº 66/2024

Mogi Mirim, 19 de agosto de 2024.

Ao Ilmo. Sr.

**VEREADOR DIRCEU DA SILVA PAULINO**

Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

Prezado,

Sirvo-me do presente, rendendo prévias homenagens, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos autos nº 66/2024, com fundamento no artigo 58, §3º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 1.579/1952 c/c o Artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e com o Artigo 61, do Regimento Interno, **para requerer o que segue:**

- A disponibilização, em DVD, da mídia completa da 3ª reunião da CPI, ocorrida em 15/08/2024, a partir das 10:45, no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim, para fins de elaboração de ata e posterior arquivo no processo;
- Que todas as próximas reuniões da CPI, com gravação feita por quaisquer equipamentos da Câmara Municipal, sejam registradas em DVD e entregues ao Secretário desta Comissão, Vereador Marcos Paulo Cegatti, na semana subsequente à da respectiva reunião, pelos mesmos motivos acima citados;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc. Adm. nº 66/2024

Cumpre ressaltar que, conforme artigo 34, §2º, da Lei Orgânica c/c artigo 61, §2º, do Regimento Interno, **o prazo para resposta deste é fixado em quinze dias**. A falta injustificada ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições da Comissão de Inquérito implicará na adoção das medidas regimentais e legais cabíveis.

Esperando o pronto atendimento à solicitação, aproveito para reiterar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Recebido em: 19/08/24

Horário: 13h40

Assinatura: he

  
**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**Estado de São Paulo  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc.

Adm. nº 66/2024

Ofício nº 11/2024 – CPI - Proc. Adm. nº 66/2024

Mogi Mirim, 19 de agosto de 2024.

À Ilustríssima Senhora

**CLARA ALICE FRANCO DE ALMEIDA CARVALHO**

Secretária Municipal da Secretaria de Saúde de Mogi Mirim

Senhora Secretária,

Sirvo-me da presente, rendendo prévias homenagens, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos autos nº 66/2024, com fundamento no artigo 58, §3º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 1.579/1952 c/c o Artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e com o Artigo 61, do Regimento Interno, para NOTIFICÁ-LA sobre a deliberação da Comissão de Inquérito **no que concerne aos questionamentos e pedidos apresentados pelo Sr. Mauro Nunes Junior, Interventor da Irmandade Santa Casa de Misericórdia, por meio do Ofício-ADM n. 130/2024, documento anexo ao ofício encaminhado por Vossa Senhoria, se constata que as alegações são furtivas, restando evidente o claro intuito protelatório, que esta Comissão de Inquérito não pode admitir. As requisições de documentos foram absolutamente claras. Nesse sentido, cabe a autoridade requisitada, por dever legal, encaminhar todos os documentos requeridos, impreterivelmente no prazo estabelecido pela legislação. Não há dúvida, por óbvio, que deverão ser encaminhados os referidos atos administrativos de nomeação do interventor, sejam eles quais forem, e o mesmo se aplica aos documentos relativos ao diretor clínico. Ainda, quanto ao último ponto, evidente que**

RUA DR. JOSÉ ALVES, 129 - CENTRO - FONE: (19) 3814-1229 - MOGI-MIRIM - SP.

RECEBIDO

19/08/2024 Amado

EM BRANCO

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**Estado de São Paulo  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc.

Adm. nº 66/2024

OP

a requisição se refere ao instrumento contratual do Responsável Técnico da Santa Casa, afinal, em respeito a lógica. Pois bem, como de praxe, através da resposta ao ofício, a autoridade poderá fazer os esclarecimentos pertinentes, acompanhados, obrigatoriamente, de todos os documentos, o que não foi feito até o momento. Por fim, quanto ao pedido de alteração da contagem de prazo (“interrupção”), foi **INDEFERIDO**, considerando a ausência de fundamento hábil para justificar a medida, restando evidente o intuito protelatório do pedido, capaz de comprometer inclusive o bom andamento do processo investigativo. Ainda, ressalto que inexistente previsão legal para amparar pedido de suspensão ou interrupção de prazos na presente via, sobre a possibilidade do envio das respostas através de arquivos digitais, Por fim, fica autorizada a entrega dos documentos em mídia digital, exclusivamente no endereço eletrônico “[vereadormagalhaes@camaramogimirim.sp.gov.br](mailto:vereadormagalhaes@camaramogimirim.sp.gov.br)”, desde que digitalizados em alta qualidade e inteiramente legíveis.

Cumprindo ressaltar que, conforme artigo 34, §2º, da Lei Orgânica c/c artigo 61, §2º, do Regimento Interno, **o prazo para resposta deste é fixado em quinze dias.** A falta injustificada ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições da Comissão de Inquérito implicará na adoção das medidas regimentais e legais cabíveis.

Nestes termos, aproveitamos para reiterar que os prazos estabelecidos no ofício inicial continuam a vigor desde a data do recebimento do ofício por Vossa Senhoria. Assim, fica Vossa Senhoria **ADVERTIDA** que a falta injustificada ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições da Comissão de Inquérito implicará na adoção das medidas regimentais e legais cabíveis.

EM BRANCO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo  
Comissão Parlamentar de Inquérito - Proc.

Adm. nº 66/2024

Esperando o pronto atendimento à solicitação, aproveito para expressar meus  
respeitos e distinta consideração.

Atenciosamente,

Recebido em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

EM BRANCO

**VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm. 66/2024)

EM BRANCO



**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**

Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275 - Nova Mogi

Mogi Mirim – SP

Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

Proc. adm. Nº 66/24

Folha Nº 168



Mogi Mirim, 14 de Agosto de 2.024.

Ofício nº 008/2024

Assunto: Resposta ao ofício nº 04/2024 – CPI – Proc. Adm. nº66/2024

Respeitosas Saudações

Em atenção ao ofício supra citado segue cópia das atas a partir de 2.022, relatórios de fiscalização e deliberações das prestações de contas aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde.

Sendo o que se apresenta para o momento, despedimo-nos com votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

João Pedro Ricaldes dos Santos

Presidente

Ilmo. Sr.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães

D.D. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Ad. 66/24)

EM BRANCO

**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

**Ata Nº 05/2022 Reunião Extraordinária**

Ata da Reunião Extrardinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, com início às 16h00min e término às 18h00min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Claudia Maria da Cruz, Luis Antonio da Silva, João Olegário de Siqueira, Ivonete Aparecida Alves Carinta, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota.** Total de Conselheiros **09 (nove)**. Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários: **Márcia Regina de Souza e Ana Aparecida Lopes.** Total de Conselheiros 2 (dois). Ausência justificada: **Rita de Cássia Capitoni, Aydee de Oliveira Preto dos Santos e José Carlos de Moura.** Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Ausência de representantes.** Total de Conselheiros 0 (zero). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Michele Catarina C. Vilela.** Total de Conselheiros 1 (um). Ausência justificada: **Isilda Grassi Cola Choqueta e Carlos Alberto Martins Teixeira.** Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz.** Total de conselheiros 1 (um). Ausência justificada: **Clara F. de Almeida Carvalho, Patrícia R. Cogui Santon e Rogério Élcio Manera.** Presença dos visitantes: Silvana Aparecida B. Manara (Paróquia São Pedro), Sumara T. Ferreira (Paróquia São Pedro), Clarice Rodrigues Chabregas (Sec. Saúde e NEPH), Graziela Rodrigues Cesário (ouvinte UBS Santa Cruz) e Maria das Graças C. Oliveira (ESF Vergel). O quórum ficou composto de **11 (onze) Conselheiros** com direito a voz e voto. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e faz a apresentação das senhoras Silvana Aparecida B. Manara e Sumara T. Ferreira, ouvintes e representantes da Paróquia São Pedro. Em seguida o mesmo passa a palavra para a conselheira e 2ª secretária Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz que realiza a leitura da ata referente ao dia 25/10/2022, sendo aprovada por unanimidade. Senhora Maria Aparecida comunica o recebimento do ofício nº 413/2022 resposta à Solicitação de informações sobre a organização, composição e funcionamento da Atenção Básica, informando que estes dados solicitados podem ser obtidos através do acesso ao documento Plano Anual de Saúde. Também houve o recebimento da ata da reunião do Conselho Gestor da UBS Aterrado do dia 19/10/2022 e ata UBS Dr. Norberto Araújo Coelho (Maria Beatriz) do dia 04/10/2022. Em seguida a senhora Maria Aparecida faz a leitura do Manual de Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, seguindo com o Passo-Passo para formação desta Comissão. Passo 1: Aprovação do Conselho Municipal de Saúde através da Resolução. Passo 2: Formação da Comissão com 4 membros, sendo 2 representantes dos usuários, 1 representante do trabalhador de saúde e 1

representante de Gestor e Prestadores de Serviço, podendo a participação de eventuais convidados. Passo 3: Mapear as entidades relacionadas aos Trabalhadores de Saúde e convidá-los para participar desta Comissão. Passo 4: Publicar a homologação convidando a sociedade civil a participar da CISTT com data, hora e local. Passo 5: Homologação. Passo 6: Elaborar Regimento Interno. Passo 7: Aprovação do Regimento Interno. Passo 8: Encaminhar a documentação para CES – SP. Após, o plenário decide deixar para reunião ordinária a criação desta Comissão. Em seguida senhora Maria Aparecida fala sobre a 9ª Conferência Municipal de Saúde. Dra. Clarice explica que as Conferências há cada 4 anos e tem início com a Pré-Conferências nas Unidades Básicas. O Tema para a Conferência de Saúde em 2022 e 2023 “GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA – AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA”. Também foi apresentado os eixos a serem seguidos nesta conferência: Eixo I – “O BRASIL QUE TEMOS, O BRASIL QUE QUEREMOS”. Eixo II – “O PAPEL DO CONTROLE SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA SALVAR VIDAS”. Eixo III – “GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA”. Eixo IV – “AMANHÃ SERÁ OUTRO DIA PARA TODOS, TODAS E TODES”. Em seguida foi realizada a votação para definir se o modelo da Conferência será Plenária ou Conferência, todos os Conselheiros votaram a favor do modelo de Conferência. Senhora Maria Aparecida, lembra a todos que restam apenas 39 dias úteis para a realização da Conferência, portanto o plenário aprovou a data do dia 15/02/2023 e também a composição da Comissão, formada pelos conselheiros: Cláudia Maria da Cruz, João Pedro Ricaldes dos Santos, Michele Catarina C. Vilela e no aguardo para nomeação de 1 representante de Gestor e Prestadores de Serviço, que será indicado pela Secretária de Saúde. Por último, foi solicitado pauta para a próxima reunião, referente ao funcionamento das farmácias nas Unidades Básicas. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada por mim e pelo presidente. Mogi Mirim, 22 de Novembro de 2.022.

  
João Olegário de Siqueira  
Presidente

  
Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz  
2ª Secretária

Ata Nº 11/2022 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, com início às 16h05min e término às 18h00min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Aydee de Oliveira Preto dos Santos, Claudia Maria da Cruz, José Carlos de Moura, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Ivonete Aparecida Alves Carinta, Miguel Vaz de Moraes, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota.** Total de Conselheiros **10 (dez)**. Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários: **Márcia Regina de Souza e Ana Aparecida Lopes.** Total de Conselheiros 2 (dois). Ausência justificada: Terezinha Maria de Melo. Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Ausência de representantes.** Total de Conselheiros **0 (zero)**. Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Michele Catarina C. Vilela.** Total de Conselheiros 1 (um). Ausência justificada: **Isilda Grassi Cola Choqueta e Carlos Alberto Martins Teixeira.** Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Clara F. de Almeida Carvalho, Rosa Maria Silva e Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz.** Total de conselheiros 3 (três). Presença dos visitantes: Edgar Chabregas França (Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim) e Alcides Pereira. O quórum ficou composto de **14 (quatorze) Conselheiros** com direito a voz e voto. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para a conselheira e 2ª secretária Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz que realiza a leitura da ata referente ao dia 22/11/2022, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida a Secretária de Saúde Clara, comunica que a Prefeitura de Mogi Mirim continua como Interventora da Santa Casa, porém a administração será realizada pelo Instituto Nacional de Ciências da Saúde, dos quais terão 90 dias para realizar um estudo dos contratos e levantamento dos custos, com a finalidade de gerar rendas para o pagamento das dívidas existentes da Irmandade. Após, a senhora Maria Aparecida comunica o recebimento das seguintes correspondências: Ata da Reunião Conselho Local UBS Jardim Paulista (18/11/22), Ata da Reunião Conselho Local APS Santa Cruz (25/10/22), Ata da Reunião do Conselho Local APS Santa Cruz (27/10/22) e fica definido que a leitura das mesmas será realizada na próxima reunião. Senhora Maria Aparecida anuncia a formação da Comissão Intersetorial do Trabalhador e Trabalhadora de Saúde, composta por: Ivone Mendes de Oliveira, Luana Isabel da Silva, Michele Catarina C. Vilela, Izilda Grassi Cola Choqueta, Márcia Regina de Souza e Ivonete Aparecida Alves Carinta. Realizada a votação para esta composição dos membros, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, a senhora Clara indica dois membros faltantes da Comissão da 9ª Conferência Municipal de Saúde, a senhora Patrícia R. Cogui Santon e Ana Paula

EM BRANCO

Domingues da Silva, em seguida foi aberta para a votação e esta foi aprovada por unanimidade. A próxima pauta da reunião está relacionada ao Atendimento da Farmácias nas UBS. Senhora Michele inicia falando que algumas UBS estão sem farmacêuticos e que a distribuição de medicamentos está sendo realizada pelo Enfermeiro. Senhora Clara esclarece que é autorizada a entrega dos medicamentos pela enfermagem na pós consulta e que está em estudo a abertura de vaga para auxiliar de farmácia. Em seguida, o senhor João comunica que o vereador Thiago Costa colocou nas redes sociais a gravação de uma conversa entre o mesmo e o Prefeito Paulo Silva, referente a publicação da lista de vacinados para o Covid-19. Senhora Maria Aparecida sugere o envio de um ofício para a Secretária de Negócios Jurídico, para receber orientações de como o Conselho deverá se reportar frente a este assunto, sendo aprovada por unanimidade. Senhor João solicita a Secretária de Saúde, que dê prioridade para realização do exame de ultrassonografia de próstata para homens acima de 60 anos. Senhora Clara fala que devido a pandemia acumulou muito a realização desses exames e que já está providenciando a retirada de um aparelho de ultrassonografia do CEM para a Santa Casa, assim poderá expandir os horários na agenda. Em seguida a Conselheira Michele fala sobre a campanha ADOTE UM PACIENTE da Hemodiálise da Santa Casa para celebrar as festividades de Final de Ano. Fica definida pelo plenário que a data da próxima reunião será no dia 13/12/2022. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata. Mogi Mirim, 29 de Novembro de 2.022.

  
João Olegário de Siqueira

Presidente

  
Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz

2ª Secretária

EM BRANCO

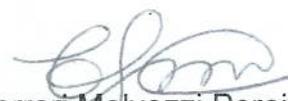
## Ata Nº 12/2022 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, com início às 16h05min e término às 18h00min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Rita de Cássia Capitoni, Claudia Maria da Cruz, João Olegário de Siqueira, Ivonete Aparecida Alves Carinta, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota.** Total de Conselheiros **8 (oito)**. Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários: **Márcia Regina de Souza e Ana Aparecida Lopes.** Total de Conselheiros **2 (dois)**. Ausência justificada: **Miguel Vaz de Moraes.** Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Isilda Grassi Cola Choqueta.** Total de Conselheiros **1 (um)**. Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde: **Michele Catarina C. Vilela.** Total de Conselheiros **1 (um)**. Ausência justificada: **Conceição Aparecida de Oliveira.** Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Rosa Maria Silva, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz e Patricia R. Cogui Santon.** Total de conselheiros **3 (três)**. Presença dos visitantes: **Maria das Graças (ESF Sudeste), Graziela Rodrigues Cesário (UBS Santa Cruz) e Clarice Rodrigues Chabregas (NEPHC).** O quórum ficou composto de **13 (treze) Conselheiros** com direito a voz e voto. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para a conselheira e 2ª secretária Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz que realiza a leitura da ata referente ao dia 29/11/2022, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, senhora Maria Aparecida Rossi, coordenadora da Casa dos Conselhos Municipais, comunica os informes: recebimento do ofício do Conselho Regional de Fonoaudiologia, confirmando a presença dos conselheiros já representados; recebimento de e-mail do Conselho de Odontologia indicando o conselheiro Ronie Roberto Manco e Recebimento do ofício nº 452.2022, referente à Prestadores e número de vagas ofertadas por mês à Secretária de Saúde, para realização de ultrasonografia. Após, Senhora Maria Aparecida, comunica que a Secretária de Saúde, solicitou pauta para aprovação do Conselho Municipal de Saúde, para os programas Santa Casa Sustentável e Mais Santas Casa, passando a palavra para Patricia, a qual esclarece que o Santa Casa Sustentável, o valor é de aproximadamente R\$ 178.000,00 e o Mais Santas Casas é de aproximadamente R\$ 36.000,00, porem devido a pandemia, a produção da Santa Casa foi baixa, então a Secretária de Saúde irá aguardar a publicação da portaria, para saber o valor exato de cada programa e verificar qual será mais viável para o Município. Conselheira Patricia R. Cogui Santon também se compromete em comunicar o Conselho qual programa foi aprovado. Em seguida, Conselheira Patricia comunica que está responsável por todas as correspondências e ofícios referentes do Conselho Municipal de Saúde e

EM BRANCO

também comunica à Comissão de Fiscalização da Atenção Básica e Santa Casa, que estão autorizados a participarem das reuniões dos Enfermeiros e equipe da Atenção Básica. Em relação a apresentação da Secretária de Saúde, na câmara na última segunda-feira dia 12/12/22, o material estará disponível para avaliação da Atenção Básica e Santa Casa durante os 2 últimos anos. Em seguida senhora Maria Aparecida comunica que por enquanto não haverá Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, inicialmente será um grupo de trabalho, com a finalidade de estudar e convidar os parceiros para elaboração da documentação e após será deliberado para publicação, com prazo de 60 dias para se tornar Comissão, todo o plenário aprovou. Após, senhora Maria Aparecida, solicita que a Conselheira Patrícia fale sobre a 9ª Conferência Municipal de Saúde, da qual sugere a data do dia 01/03/2023 ao invés 15/02/2023, pois a mesma alega que devido ao recesso do final de ano e retorno das atividades em janeiro, ficará difícil realizar as Pré-Conferências nas UBSs. O plenário aprovou por unanimidade. Também comunica os nomes dos membros para compor a Comissão de Relatoria: Daniele T. Miguel, Evelin L. Vasconcelos, Lilian K. Coradini, Sônia Aparecida dos Santos e Comissão de Apoio: Clarice Rodrigues Chabregas, Juliana Silveira Oliveira e Ana Maria Moreira. Conselheira Rosa Maria Silva solicita a palavra para comunicar o encerramento das atividades do Lar Emanuel, onde 18 idosos serão redistribuídos em outras ILPIs até 23/12/2022 e que os 30 funcionários serão demitidos. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata. Mogi Mirim, 13 de Dezembro de 2.022.

  
João Olegário de Siqueira  
Presidente

  
Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz  
2ª Secretária

EM BRANCO

**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com



## Ata Nº 01 /2023 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, com início às 16h10min e término às 18h00min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Rita de Cássia Capitoni, Aydee de Oliveira Preto dos Santos, Cláudia Maria da Cruz, José Carlos de Moura, João Olegário de Siqueira, Ivonete Aparecida Alves Carinta, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota**. Total de Conselheiros 10 (dez). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários: **Ana Aparecida Lopes**. Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Isilda Grassi Cola Choqueta e Juliana Santos Maciel Barbosa**. Total de Conselheiros 2 (dois). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde: **Michele Catarina C. Vilela**. Total de Conselheiros 1 (um). Ausência justificada: **Conceição Aparecida de Oliveira e Carlos Alberto Martins Teixeira**. Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Rosa Maria Silva e Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz**. Total de conselheiros 2 (dois). Conselheiros Suplentes Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Patrícia R. Cogui Santon**. Total de conselheiros 1 (um). Ausência justificada: **Rogério Élcio Manera**. Presença dos visitantes: **Clarice Rodrigues Chabregas (NEPHC) e Laura Oller Sobrinha (CAPS II)**. O quórum ficou composto de 15 (quinze) **Conselheiros** com direito a voz e voto. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para a conselheira e 2ª secretária Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz que realiza a leitura da ata referente ao dia 13/12/2022. Em seguida foi realizada a votação para aprovação da ata, sendo está aprovada por unanimidade. Na sequência, senhora Cláudia faz a leitura dos seguintes ofícios: Ofício nº489/22, referente as demandas apresentadas ao CMS; Ofício nº490/22, referente a resposta ao Ofício nº14/2022; Ofício nº 050/2023, referente aos documentos anexo de atualização da nova Diretoria da APAE (mandato 02/01/2023 à 31/12/2025); recebimento das atas dos Conselhos Locais: APS Santa Cruz (16/12/22); UBS Jardim Paulista (16/12/22); UBS Maria Beatriz (25/01/23); ESF Sudeste Vergel (06/01/23); APS Santa Cruz (27/01/23) e UBS Jardim Paulista (27/01/23). Após, a senhora Patrícia Santon inicia falando sobre as mudanças já realizadas pela nova gestão, tais como: mudanças do almoxarifado; terceirização de exames de imagem, através do consórcio; qualificação do IAFA para gestão total do UPA, com início da transição no dia 15/02/23 e a contratação de 5 médicos, através do consórcio para as ESFs. Em seguida, senhor Miguel solicita para Patrícia a cópia dos novos contratos com as OSs, a mesma se compromete a fornecer ao CMS a partir da presente data. Senhora Patrícia explica, que haverá a terceirização do

EM BRANCO

CAPS II, CAPS AD e CAPS IJ, modificando apenas os gestores e que o município pretende formar a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). Em seguida, foi apresentado os nomes das 4 OSs (INCS, Rita Lobato, São Lucas e Avanti Social). Ela também informa que a empresa Rita Lobato, será desqualificada devido o município de Mogi Guaçu aplicar penalidade. A publicação do novo termo está prevista para um período superior a 20 dias. Em seguida Dra Clarice informa que realizou reunião com as enfermeiras nas UBSs para definição do calendário para as Pré-Conferências Municipal de Saúde, com início no dia 06/02/2023. A mesma também informa que fará parte da Comissão de Relatoria e a Sônia Santos participará da Comissão de Apoio. Senhor João informa que irá participar do programa do Gebê, na rádio local, no dia 01/02/2023 para divulgação das Pré-Conferências e Conferência Municipal de Saúde. Dra Clarice, informa que será necessário realizar a inscrição através do endereço eletrônico até o dia 23/02/2023 às 13hs. Em seguida senhora Rosa, solicita a palavra para comunicar que não será mais Presidente do Conselho do Idoso, mas continua como Presidente do Conselho do Esporte e solicita para o senhor João verificar se poderá continuar como membro do CMS. Também comunica o nome da nova Presidente do Lar Emanuel, Carolina Fernandes Renzo. Após, senhora Cláudia faz a leitura das seguintes atas do Conselho Local: UBS Aterrado – 23/08/22; ESF Parque do Estado II – 29/08/22 e APS Santa Cruz – 17/09/22. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata.

João Olegário de Siqueira

Presidente

Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz

2ª Secretária

EM BRANCO

Ata Nº 02 /2023 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, com início às 16h10min e término às 18h20min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Rita de Cássia Capitoni, Aydee de Oliveira Preto dos Santos, Claudia Maria da Cruz, José Carlos de Moura, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Ivonete Aparecida Alves Carinta, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota.** Total de Conselheiros 13 (treze). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários: **Ana Aparecida Lopes.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Conceição Aparecida de Oliveira.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Michele Catarina C. Vilela.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Clara Alice F. de Almeida Carvalho, Rosa Maria Silva, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz e Grazieli Araújo.** Total de conselheiros 4 (quatro). Presença dos visitantes: **Clarice Rodrigues Chabregas (NEPHC), Alcides Pereira (UBS Jardim Paulista), Ivone Mendes de Oliveira (Vigilância em Saúde) e André Luis Paes Leme (Secretária de Saúde).** O quórum ficou composto de 19 (dezenove) Conselheiros com direito a voz e voto. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para a conselheira e 2ª secretária Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz que realiza a leitura da ata referente ao dia 31/01/2023. Em seguida foi realizada a votação para aprovação da ata, sendo está aprovada por unanimidade. Na sequência, senhora Cláudia faz a leitura dos seguintes ofícios: Ofício nº 055/23, referente a Cópia do Contrato nº 018/23 – Unidade de Pronto Atendimento de Mogi Mirim. Ofício (ADM) nº 26/2023, referente a Indicação de membros do INCS. Fica definido pelo plenário que será enviado um ofício justificando a existência de membros representantes da Santa Casa de Mogi Mirim e que os mesmos, estão convidados a participarem das reuniões como ouvintes. Ofício nº 075/2023, referente a Prestação de Contas do 3º Quadrimestre 2022. Após, senhora Clara, solicita a palavra para informar que de acordo com a Lei Complementar nº197/2022, que autoriza o uso de recursos de fundos de saúde e assistencial social, para custeio dos serviços prestados por entidades privadas e sem fins lucrativos, através da transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta Lei Complementar até o final do exercício financeiro de 2023. será repassada uma verba para a Santa Casa de Mogi Mirim, APD e APAE. Em seguida, Senhor João Pedro e Dra Clarice, falam sobre a Comissão organizadora da Pré Conferência, da qual houve a organização e apoio do NEPH. As pré-conferências foram conduzidas pela enfermeiras das UBS, abordando os 3 temas propostos e contou com a participação efetiva de todos os presentes. Após, senhora Clara inicia a apresentação da Prestação de Contas do 3º Quadrimestre 2022, com as Receitas de Transferência da União, Receitas de Transferências do Estado, Despesas Líquidas na Saúde, Contas Bancárias (Custeio e Investimento), Demonstrativo da evolução anual da aplicação de recursos da saúde,

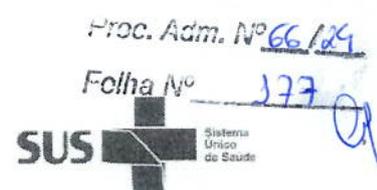
EM BRANCO



## CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com



Produção dos Serviços de Saúde e Auditoria ordinárias. Ao final da apresentação, não foi possível realizar a votação, pois não havia uma avaliação prévia da Comissão de Avaliação e Fiscalização do Conselho Municipal de Saúde, então ficou definido que será realizado uma reunião da Secretária de Saúde juntamente com os membros da Comissão de Avaliação e Fiscalização no dia 03/03/23 e após será agendada uma reunião extraordinária para aprovação e votação da Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2022. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata.

João Olegário de Siqueira

Presidente

Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz

2ª Secretária

EM BRANCO

Ata Nº 01/2023 Reunião Extraordinária

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos quatorze dias do mês de março de dois mil e vinte e três, com início às 16h20min e término às 17h00min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Rita de Cássia Capitoni, Aydee de Oliveira Preto dos Santos, Claudia Maria da Cruz, José Carlos de Moura, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Miguel Vaz de Moraes, Tatsuo Sudo Hattori e Sebastião Rodrigues da Mota.** Total de Conselheiros 09 (nove). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Carlos Campagnoli.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Isilda Grassi Cola Choqueta.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde: **Michele Catarina C. Vilela.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Clara Alice F. de Almeida Carvalho, Rosa Maria Silva e Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz.** Total de conselheiros 3 (Três). Presença dos visitantes: **Vanderlei Ratz C. Júnior.** O quórum ficou composto de 14 (quatorze) **Conselheiros** com direito a voz e voto. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para o senhor José Carlos, membro da Comissão de Avaliação e Fiscalização, para realizar a leitura da ata da reunião da Comissão, realizada no dia 10/03/2023, referente a Prestação de Contas do 3º Quadrimestre 2022. Após, o mesmo informa que durante a reunião com a Secretária de Saúde, todas as dúvidas e questionamentos foram esclarecidos sobre a Prestação de Contas do 3º Quadrimestre, apresentando-se apta para realizar a votação. Também sugere constar em ata, que durante todo ano de 2022 foi questionado sobre a falta de médico nas UBSs, sendo este problema solucionado parcialmente durante o ano 2022. Senhora Clara esclarece, que em algumas UBSs houve a contratação de médicos no início deste ano de 2023. Em seguida foi aberta a

EM BRANCO

votação para aprovação da Prestação de Contas do 3º Quadrimestre, sendo esta aprovada por unanimidade. Após, senhora Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz realiza a leitura da ata referente ao dia 28/02/2023 e em seguida foi realizada a votação para aprovação da ata, sendo está aprovada por unanimidade. Senhor Tatsuo sugere que os Conselheiros comentem sobre assuntos das UBSs a qual representam. Senhora Rita, questiona senhora Clara, sobre a instalação das câmeras na UBS José Antonio Seixa, a mesma esclarece que será instalado alarmes sonoros. Senhor José Carlos e senhor Miguel falam sobre a importância de melhorias da segurança nos bairros e nas UBSs. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata.

EM BRANCO

João Olegário de Siqueira

Presidente

Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz

2ª Secretária

EM BRANCO

Ata Nº 03/2023 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e três, com início às 16h06min e término às 18h01min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Aydee de Oliveira Preto dos Santos, Claudia Maria da Cruz, José Carlos de Moura, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Ivonte Aparecida Alves Carinta, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori e Valdemar Paulsen Neto.** Total de Conselheiros 11 (**onze**). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários: **Ana Aparecida Lopes.** Total de Conselheiros 1 (**um**). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Conceição Aparecida de Oliveira.** Total de Conselheiros 1 (**um**). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Michele Catarina C. Vilela.** Total de Conselheiros 1 (**um**). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Rosa Maria Silva e Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz.** Total de conselheiros 2 (**Dois**). Conselheiros Suplentes Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Patrícia R. Cogui Santon.** Total de conselheiros: 1 (**um**). Presença dos visitantes: **Rui Jorge Silveira Cintra Filho (UBS Jardim Paulista), Alcides Pereira (UBS Jardim Paulista) e Clarice Rodrigues Chabrigas (NEPH e UBS Martim Francisco).** O quórum ficou composto de 16 (**dezesseis**) Conselheiros com direito a voz e voto. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para a senhora Maria Aparecida Rossi, para leitura da ata referente a reunião extraordinária do dia 14/03/2023, em seguida foi realizada a votação e esta aprovada por unanimidade. Também foi informado sobre o recebimento dos seguintes ofícios: Ata da Reunião APS José Antonio Seixas Pereira – 16/02/2023; Ata da Reunião APS Dr. Geraldo Campos Freire – 24/02/2023; Ata da Reunião ESF Sudeste Vergel – 10/03/2023 e Ata da Reunião ESF Sudeste Piteiras – 16/03/2023. Após, o Presidente Senhor João esclarece a todos os conselheiros, que o Conselho Municipal de Saúde é um órgão fiscalizador oficial, sendo totalmente autônomo e independente, também solicita a todos os membros para estudarem mais sobre o Regimento Interno. Em seguida, a senhora Maria das Graças, solicita a palavra para falar sobre o risco de queda das árvores ao redor do ESF Vergel. Também informa que farmacêutica está trabalhando somente uma vez por semana, deixando a equipe de enfermagem sobrecarregada, pois estão trabalhando com o quadro reduzido. Em seguida, ela fala sobre o ESF Piteiras, do qual a estrutura física está bem danificada, necessitando urgente de reforma e ampliação. Senhora Patrícia, se compromete a verificar documento sobre a não autorização da erradicação das árvores, também explica que o quadro de funcionários está reduzido, portanto

EM BRANCO

está aguardando a abertura do concurso público para regularização do quadro. Após, o senhor João Pedro apresenta um resumo da 9ª Conferência Municipal de Saúde, na qual houve a participação de todos os municípios da região da DRS XIV de São João da Boa Vista, menos os municípios de Aguaí, Águas da Prata e Estiva Gerbi. As Pré Conferências foram realizadas em 13 UBS do município de Mogi Mirim e contou com a participação de 91 usuários e 190 trabalhadores de saúde, sendo um total de 281 participantes. No dia 01/03/2023 foi realizado a 9ª Conferência Municipal de Saúde de Mogi Mirim, sendo aprovada 3 propostas de Temas Municipal, 2 propostas de Temas Estadual e 2 propostas de Temas Federal, também foram eleitos os delegados para a macrorregional: João Pedro Ricaldes dos Santos, Rita de Cássia Capitoni, Miguel Vaz de Moraes, Aydeê de Oliveira Preto dos Santos, Cláudia Maria da Cruz, Maria das Graças C. Oliveira, Clarice Rodrigues Chabregas, Zuleide Soares da Silva e Viviane Negreto Bandiera. Em seguida, o senhor João Pedro solicita ao senhor Presidente autorização para tornar a Comissão de Fiscalização da Atenção Básica e Santa Casa permanente. O senhor Presidente autoriza a votação ao plenário, sendo aprovada por unanimidade. Senhora Clarice fala sobre o planejamento estratégico situacional, utilizado pela Comissão de Fiscalização da Atenção Básica e Santa Casa e solicita que seja enviado um ofício a Responsável da Atenção Básica, para discutir o planejamento local de saúde e implantação das diretrizes aprovadas na Conferência Municipal. Após, o Presidente senhor João, chama a atenção para o número de faltas de alguns membros do Conselho e sugere a redução de alguns representantes. Também solicita que os conselheiros, comuniquem a saída antecipada da reunião. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata.

  
João Olegário de Siqueira  
Presidente

  
Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz  
2ª Secretária

EM BRANCO

**Ata Nº 004 /2023 Reunião Ordinária**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, com início às 16h08min e término às 18h05min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Aydee de Oliveira Preto dos Santos, Claudia Maria da Cruz, José Carlos de Moura, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattorie, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota.** Total de Conselheiros 11 (onze). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Ana Aparecida Lopes.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Conceição Aparecida de Oliveira.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Michele Catarina C. Vilela.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz, Grazieli Araújo e Rogério Élcio Manera.** Total de conselheiros 3 (Três). Conselheiros Suplentes Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Patrícia R. Cogui Santon.** Total de conselheiros: 1 (um). Presença dos visitantes: **Carolina F. Renzo (Lar Emanuel), Ana Paula D. da Silva (Secretária de Saúde), Rui Jorge Silveira Cintra Filho (UBS Jardim Paulista), Clarice Rodrigues Chabrigas (NEPH e UBS Martim Francisco) e Ana Paula de A. Grizante (Lar Emanuel).** O quórum ficou composto de 18 (dezoito) Conselheiros com direito a voz e voto. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para a conselheira e 2ª secretária Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz, que realiza a leitura da ata referente ao dia 28/03/2023. Em seguida foi realizada a votação para aprovação da ata, sendo está aprovada por unanimidade. Na sequência, senhora Cláudia faz a leitura dos seguintes ofícios recebidos: Portaria nº149/23, referente a Nomeação da Comissão Permanente da Atenção Básica; ofício SMS MM nº 319/23, referente ao envio de relatório de avaliação e monitoramento do Plano Operativo Anual dos Convênios nº01 e nº 07/2022; Ata da reunião APS Dr. Noberto Araújo Coelho de 25/01/2023; Ata da reunião APS Vanderlei da Silva Bueno de 23/02/2023; Ata da reunião APS Jardim Paulista de 27/02/2023; Ata da reunião APS Santa Cruz de 27/02/2023; Ata da reunião APS Santa Cruz de 24/03/2023 e Ata da reunião APS Jardim Paulista de 24/03/2023. Em seguida, o presidente senhor João, informa à senhora Patrícia sobre a atuação da Comissão Permanente da Atenção Básica e Santa Casa. Senhora Patrícia informa que a enfermeira Sônia irá intermediar as reuniões locais nas UBSs juntamente com o Conselho Municipal de Saúde, estabelecendo assim um fluxo adequado. Também será realizado Educação permanente a todos os

EM BRANCO

enfermeiros das UBSs sobre as reuniões, confecção das atas e a participação de todos os membros envolvidos e somente após, poderá dar início as avaliações pela Comissão. Doutora Clarice sugere que a leitura das atas das reuniões do Conselho Gestor local, seja realizada pela Comissão Permanente da Atenção Básica e Santa Casa, sendo pauta para próxima reunião extraordinária. **A sugestão foi aprovada por unanimidade pelo plenário. Em seguida senhora Patrícia inicia a apresentação do Relatório Anual de Gestão 2022. Após o término da apresentação, o senhor João Pedro informa a todos que foi realizada reunião da Comissão unido a a Secretária de Saúde, e que todas as dúvidas e questionamentos foram esclarecidos. Também foram solicitadas algumas ressalvas, tais como a intensificação de campanhas de vacinação, planejamento local, funcionamento do conselho local, educação permanente, prevenção de doenças e orientações sobre o SUS nas escolas. Após, foi aberto a votação e o Relatório Anual de Gestão 2022 foi aprovado por unanimidade.** Dra Clarice lembra a todos, que o Conselho Municipal de Saúde deverá se programar para a organização da Comissão eleitoral 2023/2026. Senhora Patrícia informa que o NEPH irá auxiliar na organização. Em seguida senhor João Pedro faz apresentação do caderno de Diretrizes, realizado pela comissão de organização regional da Conferência, contendo as propostas dos temas apresentado na Conferência Municipal de Saúde. Senhora Patrícia informa que foi autorizada a erradicação das árvores ao redor do ESF Vergel, este serviço será realizado através do consórcio. Em seguida, o presidente senhor João passa a palavra para a senhora Carolina, presidente do Lar Emanuel, que informa a todos que o Lar está atendendo pacientes de alta complexidade (grau III) e oncológicos, também solicita auxílio de recursos financeiros à Secretária de Saúde. Senhora Patrícia questiona qual foi o motivo que a instituição escolheu esta classificação de paciente, já que são pacientes que necessitam de maiores recursos financeiros e também são atendidos pelo Melhor Em Casa. Também explica que a instituição não está mais recebendo recursos financeiros pois houve o encerramento das atividades na Instituição, sendo assim todo recurso foi repassado para outras ILPIs conforme a transferência dos idosos. Senhora Patrícia também explica que o Plano Pluri Anual já foi realizado para 4 anos e que não há previsão de recursos para este fim. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata.

  
João Olegário de Siqueira  
Presidente

  
Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz  
2ª Secretária

EM BRANCO

**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

**Ata Nº 005/2023 Reunião Ordinária**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, com início às 16h05min e término às 18h00min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Antonio Roberto Morgon, Miguel Vaz de Moraes, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota.** Total de Conselheiros **05 (cinco)**. Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários: **Ana Aparecida Lopes.** Total de Conselheiros **01 (hum)**. Ausência justificada: , **João Olegário de Siqueira, José Carlos de Moura;** **Conselheiros participando da etapa regional da Conferência de Saúde: Rita de Cássia Capitoni, João Pedro Ricaldes dos Santos, Aydee de Oliveira Preto dos Santos e Maria das Graças C. Oliveira.** Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Ausência de representantes.** Total de Conselheiros **0 (zero)**. Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Michele Catarina C. Vilela.** Total de Conselheiros **1 (um)**. Ausência justificada: **Isilda Grassi Cola Choqueta.** Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Clara F. de Almeida Carvalho, Rosa Maria Silva, Thiago Pasquez Lucon, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz e Grazieli Araújo.** Total de conselheiros **05 (cinco)**. O quórum ficou composto de **12 (doze) Conselheiros** com direito a voz e voto. Após as devidas formalidades e cumprimentos a 1ª Secretária – Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz deu por aberta a reunião e iniciou com a leitura da ata de 25/04/2023 que seguiu aprovada por unanimidade. Passando à apresentação das correspondências recebidas a Secretária inicia a leitura. **1** - e-mail da Secretaria de Saúde/Coord. UAC-Saúde solicitando pauta para a presente reunião com o assunto Renovação da Frota do SAMU – Mogi Mirim, que foi aceita de imediato pela plenária; **2** – ofício nº 201/2023 da Secretaria de Saúde solicitando agendamento de reunião extraordinária para o dia 13/06/2023 para a análise das Contas referente ao 1º Quadrimestre de 2.023 e justificando que o fechamento financeiro foi recebido em 22/05/2023, inviabilizando desta forma a apresentação na data de hoje. Solicitou também reunião prévia com os membros da Comissão para esclarecimentos de possíveis dúvidas, dia 07/06/2023. Aprovado pela plenária o pedido feito pela Secretaria de Saúde. A reunião para o dia 07/06/ ficou acordada para as 14 hs; **3** – Ofício nº 036/2023 do Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) convocando reunião para o dia 07/06/2023, às 9h00, no CREAS APOENA e convidando representantes do CMS a participar. Em plenária ficou acordada a participação dos Conselheiros Miguel Vaz de Moraes e Tatsuo Sudo Hattori. **4** – Atas recebidas das Unidades de Saúde locais: ESF Jardim Paulista ( Fevereiro, Março, Abril e Maio), Vergel (Abril e Maio), UBS Vanderlei da Silva Bueno ( Março e Abril), UBS Santa Cruz (Abril). **5** - Conselheiro Thiago Pasquez Lucon convida para evento do COMAD a realizar-se de 22 a

EM BRANCO

26/06 próximo. Na sequência passando para a pauta do dia: I – Constituição e aprovação da Comissão eleitoral. Pela representação de usuários, Conselheiros Miguel Vaz de Moraes e Antonio Roberto Morgon manifestam interesse em participar; Pela representação de trabalhadores - Conselheira Michele Catarina C. Vilela e pela representação de gestores Secretária Clara coloca que pode indicar uma das servidoras da Secretaria pois ela e Patrícia estão sem condições de participar neste momento, em função dos compromissos internos da Secretaria. Em virtude de não haver nenhum regramento no Regimento Interno sobre este assunto a plenária sugere consulta ao Jurídico. II – Composição do Conselho Municipal de Saúde – A pedido do Presidente é colocada a necessidade de repensar a composição do Conselho. Numa próxima reunião será feita a explanação mais detalhada. III - Renovação da Frota do SAMU – Secretária de Saúde e Conselheira Clara F. de Almeida Carvalho apresenta o coordenador do SAMU – Sr. Luis Henrique Machado; informa que foi feita solicitação de renovação da frota e que um dos requisitos na orientação da documentação a ser apresentada é que o Conselho seja informado desta solicitação, razão pela qual houve solicitação de pauta para passar esta informação à plenária. Ato contínuo passou a palavra ao representante do SAMU que fez a seguinte explanação: " no governo anterior entramos com pedido de renovação de frota, porém ficou parado. Atualmente entramos novamente e Mogi Mirim formalizou o pedido para renovação de duas ambulâncias. Até 10/06/próximo darão retorno caso tenha alguma pendência ". Da parte da Secretaria de Saúde a Secretária Clara informa que o programa foi preenchido com êxito. O município conta com uma viatura de reserva técnica (veículo 2.010). Secretária Clara informa que esta pauta do SAMU deve ficar somente registrada em ata, não há necessidade de deliberação da plenária por ser apenas um comunicado do protocolo da solicitação de renovação. Secretária Clara informa ainda que entrou com pedido de reforma e construção de 3 CPAS, no Governo Federal. IV – Aberta a palavra o Conselheiro Miguel Vaz de Moraes pergunta à Secretária de Saúde se a ampliação do Pronto Socorro passará pelo Conselho. Informado que sim. Na sequência questiona sobre o número de municípios que aguardam há tempo a cirurgia eletiva. Secretária Clara esclarece que já está bem adiantada a lista de atendimento. Em algumas cirurgias específicas, que dependem de UTI, só são marcadas quando há vaga neste setor. Conselheiro Miguel solicita que o CMS encaminhe um ofício à Secretaria para que seja apresentada a atual situação, cirurgias feitas e lista de espera. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e eu, Maria Aparecida Rossi – Coordenadora da Casa dos Conselhos Municipais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada segue assinada pela Secretária e por mim. Mogi Mirim, 30 de Maio de 2.023.

  
Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz

1ª Secretária

  
Maria Aparecida Rossi

Casa dos Conselhos Municipais

EM BRANCO

**Ata Nº 002 /2023 Reunião Extraordinária**

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos treze dias do mês de junho de dois mil e vinte e três. Com início às 16h, realizou-se a reunião extraordinária na sede da Secretaria de Saúde, Rua Santa Cruz, 167 – Centro – Mogi Mirim – SP, com a finalidade da prestação de contas do primeiro quadrimestre do ano de 2023. Estavam presentes: gestores de prestadores de serviços, Clara A. F. Almeida Carvalho e Rosa Maria Silva, trabalhadores da saúde - Isilda Grassi Cola Choqueta e Michele Catarina C. Vilela e representantes dos usuários - Aydee de Oliveira Preto de Santos, José Carlos de Moura, João Olegário de Siqueira, Maria das Graças C. de Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto, Sebastião Rodrigues da Mota e Elaine F. Prado. Visitantes: Ana Paula D. da Silva, Patrícia Borges e Clarice Rodrigues Chabregas. Iniciando a reunião Sr. João Olegário de Siqueira, Presidente do CMS passou a palavra a Sr. Clara, Secretária de Saúde, que fez um pedido e a plenária atendeu, para que a mesma opinasse sobre um recurso de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) oriundos de emendas parlamentares estaduais e federal cuja destinação seria para aquisição de um odontomóvel. No entanto, atualmente, esse recurso não é o suficiente e a Secretaria não tem recursos próprios para complementar. Diante do exposto sugeriu para que não se perca o recurso, sugeriu a instalação de duas unidades odontológicas na zona rural, uma em Vergel e outra no bairro Pederneiras. Consultando a plenária todos foram unânimes em aprovar a sugestão da Secretaria. A seguir foi feita a explanação sobre a prestação de contas do quadrimestre deste ano. Poucas foram as perguntas e dúvidas durante as colocações. As mesmas foram prontamente esclarecidas pela Secretária. Terminadas as explicações foi lida a ata da reunião da Comissão de Avaliação Fiscal que aprovou a prestação de contas. Diante disso foi solicitado a plenária seu parecer a qual também aprovou a prestações de contas com a abstenção da Sra Aydee de Oliveira Preto dos Santos. Retiraram-se antes do término da reunião os conselheiros João Pedro Ricaldes dos Santos e Tatsuo Sudo Hattori, por compromissos particulares. Ressalta-se finalmente a justificativa de ausência dos conselheiros, Thiago Lucon, Cláudia Ferrari e Rita de Cássia. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e eu, Rosa Maria Silva lavrei a ata devido à ausência justificada da secretária.

Mogi Mirim, 13 de junho de 2.023.

Rosa Maria Silva

Conselheira

João Olegário da Siqueira

Presidente CMS

EM BRANCO

**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

**Ata Nº 06/2023 Reunião Ordinária**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, com início às 16h13min e término às 18h00min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Aydee de Oliveira Preto dos Santos, José Carlos de Moura, João Olegário de Siqueira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota.** Total de Conselheiros 08 (oito). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Márcia Regina de Souza e Ana Aparecida Lopes.** Total de Conselheiros 2 (dois). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Ausência de representante.** Total de Conselheiros 0 (zero). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Michele Catarina C. Vilela.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Clara F. de Almeida Carvalho, Rosa Maria Silva e Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz.** Total de conselheiros 3 (três). O quórum ficou composto de **14 (quatorze)** Conselheiros com direito a voz e voto. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para a 2ª secretária Cláudia, para leitura da ata referente a reunião extraordinária do dia 13/06/2023, em seguida foi realizada a votação, sendo aprovada por unanimidade. Também foi informado sobre o recebimento dos seguintes ofícios: Ofício nº 01/2023 - substituição suplente Conselho ESF Sudeste; Ata da Reunião do Conselho Local – AP Vanderlei da Silva Bueno – 24/05/23; Ata da Reunião do Conselho Local – Dr. José Antonio Seixas Pereira – 18/05/23; Ata da Reunião do Conselho Local –ESF Parque do Estado II – 19/06/23; Ata da Reunião do Conselho Local – ESF Sudeste Piteiras – 16/03/23; Ata da Reunião do Conselho Local – AP Vergel – 12/06/23; Ata da Reunião do Conselho Local – AP Antonio Seixas Pereira - 26/04/23; Ata da Reunião do Conselho Local – AP Aterrado – 20/01/23, 20/02/23, 20/03/23, 20/04/23 e 24/05/23; e-mail Secretária de Saúde solicitando pauta para reunião ordinária sobre a Programação Anual das Metas 2023 e Ofício 006/23 – formação da Comissão Eleitoral. Em seguida foi passada a palavra para a senhora Clara, que informa o recebimento das verbas para o ambulatório de AIDS e Hepatite sendo, R\$ 130.000,00 de repasse federal e 100.000,00 para a casa de apoio. Segundo senhora Clara, o valor do repasse Federal será para o custeio de preservativos, exames, alimentação, leites para os filhos de soropositivos e outros gastos necessários. Após, foi formada a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde para o mandato de 2023 a 2026, ficando como representante de gestor e prestadores de serviço, Conselheira Clara A.F. de Almeida Carvalho; representante do trabalhador de saúde, Conselheira Michele Catarina C. Vilela e representante dos usuários Conselheiros Miguel Vaz de



## CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com.



Moraes e Antonio Roberto Morgon. Também ficou definido que a comissão irá realizar uma reunião na próxima semana. Em seguida, Coordenadora da Casa dos Conselhos Municipais - Maria Aparecida Rossi apresenta uma planilha com a descrição da contagem do tempo de cada membro no conselho e informa que a mesma será entregue à Comissão Eleitoral. Na sequência formou-se uma comissão interna para estudar e analisar as legislações do CMS, com vistas a adequações caso haja necessidade. o senhor presidente João Olegário sugere que seja analisada a redução dos membros do conselho de 28 para 20 participantes, devido à ausência frequente de alguns representantes, apresentando sempre um baixo índice de quórum. A Comissão ficou assim constituída: Conselheiros João Pedro Ricaldes dos Santos, Aydee de Oliveira Preto e João Olegário de Siqueira. Em seguida foi realizada a leitura do ofício recebido, nomeando os delegados do nosso município para a 17ª Conferência Nacional de Saúde: representante dos gestores e prestadores de serviço Viviane Negretto Bandiera, representante dos trabalhadores de saúde, Clarice Chabregas e representante dos usuários João Pedro Ricaldes dos Santos. O evento acontecerá nos dias 2 de julho a 5 de julho de 2023 em Brasília. Após, Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo Presidente e por mim. Mogi Mirim, 27 de Junho de 2.023.

  
João Olegário de Siqueira  
Presidente

  
Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz  
2ª Secretária

**Ata Nº 07/2023 Reunião Ordinária**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, com início às 16h09min e término às 18h00min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Aydee de Oliveira Preto dos Santos, José Carlos de Moura, Antônio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Maria das Graças C.Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota. Total de Conselheiros: 10 (dez)** Presença de Conselheiros Suplentes representantes dos usuários com direito a voz e voto: **Ana Aparecida Lopes** Total de Conselheiros **1 (uma)**. Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Ausência de representantes.** Total de Conselheiros **0 (zero)**. Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Ausência de representantes. Total de Conselheiros **0 (zero)**. Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Clara F. de Almeida Carvalho e Rosa Maria Silva.** Total de conselheiros **2 (dois)**. O quórum ficou composto de **13 (treze)** Conselheiros com direito a voz e voto. Ausências justificadas: **Rita de Cássia Capitoni, Claudia Maria da Cruz, Ivonete Aparecida Alves Carinta e Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz.** Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e solicita que a leitura das atas das últimas três reuniões sejam lidas e apreciadas pela plenária que foram aprovadas por unanimidade. Passando aos informes a Coordenadora da Casa dos Conselhos – Maria Aparecida Rossi solicita ao Conselheiro João Ricaldes que faça a leitura do ofício nº 216/SS Adm/2023, resposta da Secretaria de Saúde com referência ao telhado, da Portaria nº 262/23, atas das unidades locais; ata da reunião da Comissão Fiscal; Secretária Clara leu o relatório de visita ao Jd. Planalto; Conselheiro João Ricaldes leu o ata da reunião da comissão de avaliação fiscal. Conselheiro Miguel apresenta detalhes da visita feita, cita que o ICA está usando o espaço da UBS como canteiro de obra, tudo aberto e sendo usado a noite por vândalos. Como informe Secretária Clara esclarece o que está acontecendo na Santa Casa A hemodiálise foi construída no passado e apresentou trincas; estas trincas foram avaliadas e foi constatado que não colocava os usuários em risco. Ressalta que a matéria feita é sensacionalista. Informa que estava planejada a reforma da UTI 1 mas em função da hemodiálise precisar de reforma a hemodiálise utilizará o prédio da UTI. Cita que invertemos a prioridade por conta da necessidade. Onde surgiu a trinca está sendo sustentada pelo macaco hidráulico. Conselheira Aydee citou que esteve na Santa Casa e constatou que a poeira está atrapalhando os pacientes. Secretária informa que parte do recurso é do Instituto e fez a leitura da nota de esclarecimento. Não existe perigo para os pacientes da hemodiálise. Ressalta que nunca teve investimentos neste setor.. Cita os

EM BRANCO



## CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

Proc. Adm. Nº 66/24  
Folha Nº 389



equipamentos novos que estão sendo instalados. Esta administração está colocando recursos para modernizar a Santa Casa. " Gostaria que antes de qualquer coisa consultar e procurar saber; Outra coisa que coloquei no grupo " os dados da aides" e a planta do Pronto Socorro Central. Estou colocando no grupo para conhecimento dos conselheiros. Sr. Antonio Morgon pergunta se o Instituto está investindo na Santa Casa. Secretária Clara informa que as reformas todas estão sendo feitas pelo Instituto com vista no futuro, querem trazer novos convênios. Conselheiro Miguel fala que é contra a instalação do UPA central, no momento poderia fazer tantas eletivas que estão atrasadas. Com o recurso que vai aplicar na UPA central poderia fazer as eletivas. Secretária Clara esclarece que já tem o recurso para as eletivas mas não tem equipe para operacionalizar. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo Presidente. Mogi Mirim, 25 de Julho de 2.023.

*João Olegário de Siqueira*  
João Olegário de Siqueira  
Presidente

EM BRANCO

Ata Nº 003/2023 Reunião Extraordinária

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, com início às 16h07min e término às 17h00min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Rita de Cássia Capitoni, Aydee de Oliveira Preto dos Santos, José Carlos de Moura, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Ivonete Aparecida Alves Carinta, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota**. Total de Conselheiros 10 (dez). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários: **Aparecida Lopes**. Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Ausência de representantes**. Total de Conselheiros 0 (zero). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Michele Catarina C. Vilela**. Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Rosa Maria Silva, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz e Grazieli Araújo**. Total de conselheiros 3 (três). O quórum ficou composto de **14 (quatorze)** Conselheiros com direito a voz e voto. Presença dos Visitantes: Rui Jorge S. Cintra Filho (Jd. Paulista) e Ana Paula D. da Silva (Secretária de Saúde). Após as devidas formalidades e cumprimentos, o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para senhora Rosa, que realiza a leitura do Regimento Interno Eleitoral para o Triênio 2023-2026, que teve como base o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde – Decreto 8667 de 21 de junho 2022. A comissão eleitoral ficou composta da seguinte forma: Presidente – Michele Catarina C. Vilella; Vice-Presidente – Miguel Vaz de Moraes; Secretária – Clara F. de Almeida Carvalho, Secretário Adjunto – Antonio Roberto Morgon e apoio Sônia Santos (NEPH). A composição do Conselho será de 28 representantes, sendo 14 titulares e 14 suplentes, preferencialmente representantes dos usuários, indicados pela Unidade Básica de Saúde, caso não seja preenchida todas as vagas neste segmento, será aberta as vagas para as Associações, Movimentos Sociais, Entidades e Organizações representativas, que serão selecionadas através de assembléia. Representante do Trabalhador de Saúde, 7 titulares e 7suplentes. Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço, 7 titulares e 7 suplentes, sendo todos prestadores de Serviço de Saúde para o SUS. As inscrições dos candidatos serão através da ficha de inscrição, cópia de documento e ofício referente a indicação do candidato. O cronograma da eleição 2023: 30/05/23 – Aprovação da Comissão Eleitoral; 01/09/23 à 15/09/23 – Inscrição dos segmentos usuários, trabalhador e gestor; 19/09/23 – homologação do deferimento das inscrições; 20/09/23 – recebimento dos recursos e 26/09/23 – assembléia do segmento dos trabalhadores de saúde, caso o número de inscritos ultrapassem o número de vagas. Em seguida nada mais havendo a

EM BRANCO



**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: [comsaudemogimirim@gmail.com](mailto:comsaudemogimirim@gmail.com)

Proc. Adm. Nº 66/29  
Folha Nº 391

tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim, 22 de Agosto de 2.023.

João Olegário de Siqueira

Presidente

Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz

2ª Secretária

EM BRANCO

EM BRANCO

**Ata Nº 08/2023 Reunião Ordinária**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, com início às 16h10min e término às 18h10min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **José Carlos de Moura, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota.** Total de Conselheiros 09 (nove). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Ana Aparecida Lopes.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Ausência de representante.** Total de Conselheiros 0 (zero). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Michele Catarina C. Vilela.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Rosa Maria Silva, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz e Grazieli Araújo.** Total de conselheiros 3 (três). O quórum ficou composto de **14 (quatorze)** Conselheiros com direito a voz e voto. Presença dos Visitantes: Pedro José G. (Secretária Saúde), Rui Jorge S. C. Filho (ESF Jardim Paulista), Ana Paula A. de Almeida (Aterrado) e Clarice Rodrigues Chabregas (UBS Martim Francisco). Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para a 2ª secretária Claudia, para leitura das atas referentes as reuniões dos dias 30/05/2023 e 22/08/23, em seguida foi realizada a votação, sendo ambas aprovadas por todos os presentes. Também foi informado o recebimento dos seguintes ofícios: RESOLUÇÃO Nº003/2023 – CMS 25/07/2023: APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO MANDATO DOS CONSELHEIROS E DIRETORIA GESTÃO 09/20 À 09/23; PORTARIA Nº300/23 – NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS ENTRE IRMANDADE DA SANTA CASA DE MOGI MIRIM E SECRETÁRIA DE SAÚDE; referente a esta Comissão, Dra Clarice lembra, que a senhora Claudia Maria da Cruz, membro desta Comissão, foi desligada deste Conselho, sendo necessário a sua substituição, portanto fica decido em plenário que o senhor Antonio Roberto Morgon irá participar ativamente desta comissão; OFÍCIO Nº007/23 – COMISSÃO PARA FISCALIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA, VISITA À UBS JARDIM PLANALTO e OFÍCIO Nº351/SSADM/2023 – RESPOSTA AO OFÍCIO 007/2023 – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOGI MIRIM – RESPOSTA SOBRE A EAP “JOSÉ ANTONIO VILLA NOVA” – JARDIM PLANALTO – OBRAS DO ICA, referente a este ofício, senhor Miguel e o senhor João disseram que ainda não houve a solução do problema citado no ofício, pois o portão continua aberto, deixando o Posto de Saúde aberto e sem monitoramento, também há a presença de cavalo dentro da área externa, crianças saindo da escola e pulando dentro da UBS. Este problema está vindo

EM BRANCO

desde maio e nada foi resolvido. Também informaram que a obra do ICA está utilizando a água, energia elétrica e área externa para depósito de materiais da construção. Senhor Pedro informa que essas informações não chegaram até a Secretária de Saúde e que as mesmas deveriam ser repassada pela coordenadora da UBS; RECEBIMENTO DO CONVITE DE INAGURAÇÃO DO PRONTO SOCORRO CENTRAL DIA 24/08/23 ÀS 19HS – LOCAL : SANTA CASA DE MOGI MIRIM; RECEBIMENTO DAS ATAS DO CONSELHO LOCAL DE SAÚDE: ESF DR. ANTONIO ALBEJANTE (26/04/23 E 23/07/23); UBS JOSÉ ANTONIO VILLA NOVA (22/06/23); DR. GERALDO CAMPOS DE FREIRE (27/01/23), UBS MARCELO ORLANDI (18/06/23), UBS MARTIM FRANCISCO (05/04/23, 05/05/23, 07/06/23, 12/07/23, 02/08/23), UBS DR. JOSÉ ANTONIO SEIXAS PEREIRA (17/08/23, 22/06/23, 20/07/23), APS PITEIRAS (20/07/23) e APS VERGEL (07/08/23). Em seguida senhora Rosa solicita a palavra para realizar um convite sobre a palestra, com o Tema de Autismo no dia 14/09/23 às 19hs no Centro Cultural em apoio a construção da nova sede da Fonte Viva. Após o senhor João Pedro inicia a apresentação do consolidado das atas dos Conselhos Locais referente ao período 2021 à 2023, com apresentação dos objetivos e verificação dos problemas sem comuns, tais como: manutenção predial, horas de atendimento de dentista, funcionamento da farmácia, ginecologista, falta de pediatra e psicólogo, grande números de faltosos nos atendimentos, espera na fila das especialidades, demora dos exames e cobertura dos agentes comunitários de saúde, erradicação da árvore do ESF Vergel e fluxo de atendimento entre ESF Vergel e UBS Aterrado. Em seguida, Dra Clarice fala sobre a 17ª Conferência Nacional de Saúde “Amanhã vai ser outro dia” deu início com a Conferência Municipal, após foi para a Conferência Regional, onde foram eleitos os 3 Delegados do nosso município para participarem da Conferência Nacional de Brasília, com a participaram de mais ou menos 6000 pessoas, visitantes de outros países e representantes indígenas. Dra Clarice sugere que a Resolução nº715, 20/07/23 seja estudada para o Plano Pluri Anual, senhor João Pedro sugere para próxima reunião fazer a operação das propostas da Conferência. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim 29/08/23.

João Olegário de Siqueira

Presidente

Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz

2ª Secretária

EM BRANCO

Ata Nº 09/2023 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, com início às 16h10min e término às 18h06min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Aydee de Oliveira Preto dos Santos, José Carlos de Moura, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota.** Total de Conselheiros 10(dez). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Ana Aparecida Lopes.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Ausência de representante.** Total de Conselheiros 0 (zero). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Michele Catarina C. Vilela.** Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Rosa Maria Silva e Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz.** Total de conselheiros 2 (dois). O quórum ficou composto de **14 (quatorze)** Conselheiros com direito a voz e voto. Presença dos Visitantes: Ana Paula D. da Silva (Secretaria de Saúde), Ana Paula A. de Almeida (Aterrado), Silvana Santos (Santa Casa Mogi Mirim) e Bárbara V. Trafani (Santa Casa Mogi Mirim). Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para a 2ª secretária Claudia, para leitura da ata do dia 29/08/2023, em seguida realizada a votação, sendo aprovada por todos os presentes. Também foi informado o recebimento das atas dos Conselhos Locais: APS Santa Cruz (27/01/23); UBS Marcelo Orlandi (26/06/23, 18/07/23 e 23/08/23); APS Piteiras (24/08/23), UBS Dr. José Antonio Seixas Pereira (21/09/23) e APS Aterrado (20/01/23, 20/02/23, 20/03/23 e 20/04/23). Em seguida senhora Ana Paula informa sobre a Audiência Pública, referente a Prestação de Contas do 2º Quadrimestre 2023, no dia 27/09/2023 na Câmara Municipal. Também informa que a documentação para análise da Prestação de Contas será entregue a todos os conselheiros até o dia 29/09/23 e após 10 dias úteis, será agendado a reunião extraordinária para apresentação. Após, senhora Rosa solicita para o Conselho enviar um ofício a Secretária de Saúde solicitando um termo de colaboração, para auxiliar no custeio das 2 casas da Fonte Viva. Senhora Paula explica que o atendimento de autismo será realizado no CAPS IJ e que o município precisa realizar um estudo para verificar a demanda neste tipo de atendimento. Em seguida, senhor João Pedro apresenta os temas das atas dos Conselhos Locais: manutenção predial; atendimento de dentista, funcionário farmácia, mais horas ginecologista, mais horas Pediatras e Psicólogos, baixa participação dos usuários, número faltosos, fila especialidades e psiquiatra, demora dos exames e cobertura dos ACS. Senhora Paula sugere que as ações apresentadas sejam enviadas à

EM BRANCO

Secretária de Saúde para que sejam colocadas no Plano de Ação 2024. Senhora Maria Aparecida, comunica que no site da Casa dos Conselhos, haverá informativos referente a todos os Conselhos. Senhor João Pedro também apresenta a Proposta aprovada na 17ª Conferência Nacional de Saúde, Resolução 715 do CNS 20/07/23 e destacar os principais eixos: EIXO FINANCIAMENTO – revogação da lei do teto de gastos e emendas; fim das práticas de privatização e terceirização; consolidação de um complexo econômico e industrial de saúde, EIXO DO CONTROLE SOCIAL – campanha “ Conselho Local de Saúde – aqui tem”; garantia do planejamento local dos serviços de saúde, fortalecimento da educação permanente e popular em saúde, EIXO DOS PRINCÍPIOS DO SUS – defesa da saúde como direito público e criação de uma campanha de vacinação. Em seguida a Comissão eleitoral apresenta as inscrições realizadas, que seguem anexada a esta ata. Também informaram que não foi aprovada a indicação da CROSP e que conforme o regimento eleitoral, será aberta inscrição para Conselho do Idoso, Pastoral da Criança e Associação dos aposentados, as inscrições ficam prorrogadas até o dia 29/09/2023, menos para usuários que já foi encerrada. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim, 26 de Setembro de 2.023.

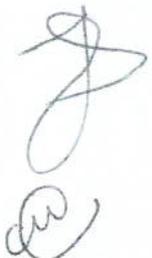
  
João Olegário de Siqueira

Presidente

EM BRANCO

Ata Nº 09 A /2023 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, com início às 16h12min e término às 18h15min, na Casa dos Conselhos, Rua Marciliano, 610 – Centro – Mogi Mirim – SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: **Rita de Cássia Capitoni, Aydee de Oliveira Preto dos Santos, José Carlos de Moura, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota**. Total de Conselheiros 11 (onze). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários: **Ana Aparecida Lopes**, esta com direito a voz e voto e **Terezinha Maria de Melo**. Total de Conselheiros 2 (dois). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Ausência de representante**. Total de Conselheiros 0 (zero). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: **Michele Catarina C. Vilela**. Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: **Clara F. de Almeida Carvalho e Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz**. Total de conselheiros 2 (dois). O quórum ficou composto de 15 (quinze) conselheiros com direito a voz e voto. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Olegário de Siqueira, declara aberta a reunião e passa a palavra para a 2ª secretária Claudia, que informa sobre o Treinamento com a apoiadora do Ministério da Saúde, a realizar-se no dia 09/11/23 em São João da Boa Vista, total de interessados para esta data, 9 conselheiros, os mesmos foram orientados a entrarem em contato na Casa dos Conselhos para maiores informações. Em seguida, a senhora Clara inicia a apresentação da PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º QUADRIMESTRE – 2023: RECEITAS – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO; RECEITAS – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO; DESPESAS LÍQUIDAS NA SAÚDE; CONTAS BANCÁRIAS – CUSTEIO; CONTAS BANCÁRIAS – INVESTIMENTOS; DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO ANUAL DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA SAÚDE. Após, senhor Miguel, representante da Comissão de Fiscalização, informa que em reunião com a Secretária de Saúde foram questionados alguns pontos referentes a Prestação de Contas do 2º Quadrimestre, como o TOTAL DE CIRÚRGIAS ORTOPÉDICAS de ALTA COMPLEXIDADE na Santa Casa de Mogi Guaçu, referente ao número de cirurgias pactuadas e o número de cirurgia realizadas, senhora Paula esclarece que foram pactuadas 130 cirurgias e somente 48 cirurgias foram realizadas, devido a desistências e/ou óbito dos pacientes, o contrato será encerrado no dia 31 de dezembro 2023 e o valor gasto até o momento foi R\$ 155.670,00; outro ponto levantado é em relação ao valor gasto na internação de 1 paciente em Hospital Psiquiátrico, R\$17.000,00, senhora Clara informa que se trata de uma ordem judicial; senhora Paula também esclarece sobre a ETCO Empresa de Turismo e Transporte Coletivo Ltda, que através da entrega de um ofício da coordenadora do setor de transporte,



EM BRANCO

esclarece os valores apresentados. Após, deu-se início a apresentação da PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, ATENÇÃO ESPECIALIZADA, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PRESTADORES EXTERNOS. Ao término da apresentação e sanado todas as dúvidas e questionamentos, foi aberto a votação, para a Prestação de Contas, sendo aprovada por 13 conselheiros com direito a voz e voto, pois no momento da votação 2 conselheiros já haviam se retirado da reunião. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim 17/10/23.

João Olegário de Siqueira  
Presidente

Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz  
2ª Secretária



EM BRANCO



## ATA N° 04/2023 Reunião Extraordinária

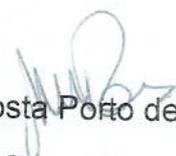
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, com início às 16h10min e término às 18h10min, na Casa dos Conselhos, Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275 — Nova Mogi — Mogi Mirim — SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: *Rita de Cássia Capitoni, Aydee de Oliveira Preto Dos Santos, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota. Total de Conselheiros Usuários Titulares: 09 (nove). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Ana Paula Adolfo de Almeida. Total de Conselheiros Usuários Suplentes: 1 (um). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Roseane Manca. Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Ausência. Total de Conselheiros Suplentes Trabalhadores de Saúde: 0 (zero). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Clara Alice F. de Almeida Carvalho, Roseli Marinho dos Santos, Barbara Victoria Trafani de Moraes, Marice Costa Porto de Moraes e Clóvis Alexandre Barbosa Faria. Total de conselheiros 5 (cinco). O quórum ficou composto de 15 (quinze) Conselheiros com direito a voz e voto. Presença dos Visitantes: Neusa Agrella Grandini (UBS Maria Beatriz), Clarice Rodrigues Chabregas (UBS Martim Francisco), Edson Lázaro de Souza (UBS Santa Clara) e Sandra Benedita Delfino (UBS Santa Clara). Viviane Negreto e Lillian Coradini (gestoras) O Presidente - Sr. João Pedro Ricaldes dos Santos, cumprimenta os presentes e declara aberta a reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida informa a realização de visita da Comissão de Fiscalização da Santa Casa no mesmo dia de hoje, pela manhã, afirmando que em breve será expedido um relatório. Em seguida, o Presidente informou o recebimento do Ofício da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 25 de outubro de 2023, requerendo um posicionamento desse Conselho sobre a possibilidade da construção de uma nova Unidade Básica de Saúde, passando a palavra para Lillian Coradini, representante da Secretaria de Saúde nessa reunião. A Sra. Lillian esclareceu que se trata de uma proposta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de iniciativa do governo federal, pelo qual o Município já optou pela construção de um novo edifício que reunirá no mesmo local, em frente ao Clube "Recanto" os serviços dos CAPS II, CAPS IJ, CAPS AD e Residências Terapêuticas, e que agora se trata de uma declaração desse Conselho sobre a construção de uma nova UBS no Parque das Laranjeiras, na região leste da cidade; o conselheiro Miguel questiona a localização da possível nova unidade, uma vez que se encontra*

EM BRANCO

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOGI MIRIM**

muito próxima de outra unidade já existente, ao que Lilian esclarece que esse é o imóvel da Prefeitura que se encontra regularizado e adequado ao empreendimento naquela região; Lilian esclarece ainda que se trata de um empréstimo do governo federal, oferecido aos municípios cuja dimensão e rede básica de saúde justificariam a construção de uma nova unidade e, ainda, que cabe a cada município manifestar oficialmente o interesse em participar do referido programa, em prazo estipulado pela União, anexando inclusive o aceite do respectivo Conselho Municipal de Saúde. Passado o período de debate desse assunto, o Presidente coloca a matéria em votação, sendo o referido tema aprovado por unanimidade. A seguir o Sr Presidente inicia a discussão do segundo ponto da pauta, o qual se refere à nova composição das Comissões Internas Permanentes do Conselho Municipal de Saúde, após a renovação da Mesa Diretora. Após debate entre os presentes foi decidido por consenso a seguinte composição: para a Comissão de Atenção Básica foram nomeados, Rita de Cássia Capitoni e Antônio Roberto Morgão, pelo segmento dos usuários, além de Gisele Anselmo, pelo segmento gestor/prestador, e, finalmente, Lúcia Helena Rodrigues Vicente, pelo segmento dos trabalhadores da saúde; para a Comissão de Avaliação Fiscal foram nomeados Ana Paula Adolpho de Almeida e Miguel Vaz de Moraes, pelo segmento dos usuários, além de Dra. Marice Costa Porto de Moraes, pelo segmento gestor/prestador, e Michele Catarina c. Vilela, pelo segmento dos trabalhadores da saúde; para a Comissão de Fiscalização da Santa Casa foram nomeados Aydee de Oliveira Preto dos Santos e Miguel Vaz de Moraes, pelo segmento dos usuários, além de Clóvis Alexandre Barbosa Faria, pelo segmento gestor/prestador, e Roseane Manca, pelo segmento dos trabalhadores da saúde; para a Comissão de Fiscalização dos Prestadores de Serviços ao SUS foram nomeados João Pedro Ricaldes dos Santos e Rui Jorge Silveira Cintra da Silva, pelo segmento dos usuários, além de Roseli Marinho de Souza, pelo segmento gestor/prestador e Michele Catarina C. Vilela, pelo segmento dos trabalhadores da saúde. Em seguida nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião e eu, Marice Costa Porto de Moraes, lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim, 09 de Novembro de 2.023

  
João Pedro Ricaldes dos Santos  
Presidente

  
Marice Costa Porto de Moraes  
2ª Secretária

EM BRANCO

Nº10/2023 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, com início às 16h10min e término às 18h20min, na Casa dos Conselhos, Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275 — Nova Mogi — Mogi Mirim — SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: *Aydee de Oliveira Preto Dos Santos, Antonio Roberto Morgon, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori e Sebastião Rodrigues da Mota. Total de Conselheiros Usuários Titulares: 07 (sete). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz: Ana Paula Adolfo de Almeida, Rui Jorge Silveira Cintra Filhøe Valdemar Paulsen Neto e Total de Conselheiros Usuários Suplentes: 03 (três). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Michele Catarina C. Vilela e Roseane Manca. Total de Conselheiros 02 (duas). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Ausência. Total de Conselheiros Suplentes Trabalhadores de Saúde: 0 (zero). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Clara Alice F. de Almeida Carvalho, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz, Pualiny de Aquino Lourenço, Marice Costa Porto de Moraes e Clóvis Alexandre Barbosa Faria. Total de Conselheiros 05(cinco). Conselheiros Suplentes Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz: Roseli Marinho de Souza. Total de Conselheiros Suplente 1 (uma). O quórum ficou composto de 14 (quinze) Conselheiros com direito a voz e voto. Visitantes: Joseane F.F. da Silva, Sandra B. Delfino e Edson Lázaro de Souza. Apoi ao CMS: Clarice Rodrigues Chabregas. O Presidente dá as boas vindas a todos e inicia o primeiro ponto de pauta, referente ao Plano de Ação 2024, informando que o planejamento das atividades do Conselho Municipal de Saúde se orientam por dois fatores: o primeiro é formado pelas resoluções dos ciclos de conferências de saúde, em âmbito municipal, estadual e nacional, e o segundo se refere ao consolidado de decisões contidas nas Atas dos conselhos gestores locais, durante os anos de 2022 e 2023, segundo levantamento realizado durante o primeiro semestre de 2023 pela Comissão da Atenção Básica, aprovadas pelo Plenário desse Conselho. Após debate entre os presentes, foram priorizadas por consenso as seguintes ações para o período de 2024: funcionamento regular das comissões permanentes, com eleição de coordenadores e ações de fiscalização; indicação de conselheiros para as vagas restantes nos conselhos locais, que devem conter 4 usuários, sendo 2 suplentes e 2 titulares, sendo que dentre esse dois últimos, 1 será o titular que representará o conselho gestor local no conselho municipal de saúde e 1 será o suplente no conselho municipal; realização e execução do plano local de saúde em cada*

EM BRANCO

unidade básica de saúde; visita periódica da Comissão de Atenção Básica nas reuniões dos Conselhos Gestores Locais, conforme solicitação destes, a começar em dezembro pela unidade do Vergel; convite aos presidentes dos conselhos municipais existentes na Casa dos Conselhos para participar, como visitante, das reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde; agendamento de novo ciclo de cursos de capacitação para todos os conselheiros, tendo como base alguns temas da Resolução 715 do Conselho Nacional de Saúde; articulação entre Saúde e Educação, com presença de Presidente e demais conselheiros de saúde em reuniões de pais e professores das escolas públicas municipais e estaduais, para conscientização dos munícipes quanto aos seus direitos no SUS (como participação nos conselhos gestores locais) e seus deveres (como combater a crescente situação dos faltosos). A seguir foi aprovada a recondução da Dra. Clarice, por consenso, à função não remunerada de colaboradora da Comissão de Atenção Básica, tanto no que se refere às ações de capacitação, quanto ao acompanhamento das atividades dos conselhos gestores locais, principalmente na elaboração dos planos locais de saúde nas unidades básicas. Em seguida o Presidente afirma a necessidade do Conselho ter acesso aos contratos com terceiros para prestação de serviços ao SUS, ao que a Secretária de Saúde, Sra. Clara, presente na reunião de prontificou a fornecer todos os contratos solicitados. A seguir, a conselheira Cláudia aceita participar do Comitê de Mortalidade Infantil. Na continuidade, Sra. Clara pede a palavra para fazer esclarecimentos sobre a intervenção municipal na Santa Casa e sobre as informações da grande imprensa a respeito da operação da Polícia Federal contra integrantes do Instituto Nacional de Ciências da Saúde, que atua na administração da Santa Casa. A Sra. Clara esclarece que a Prefeitura não tem contrato com o Instituto Nacional de Ciências da Saúde, que o Instituto é contratado pela Irmandade da Santa Casa, que a operação da Polícia Federal não tem o foco em Mogi Mirim, mas sim em Sorocaba, cidade em que o Instituto também atua e que, mesmo assim, para evitar problemas, a Prefeitura decidiu retirar o interventor, Sr João Rocha, sob investigação da Polícia Federal, e em seu lugar nomeou Mauro Nunes, retomando então a intervenção direta da Prefeitura na Santa Casa. Em seguida nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião e eu, Marice Costa Porto de Moraes, lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim, 28 de Novembro de 2.023.

João Pedro Ricaldes dos Santos

Presidente

Marice Costa Porto de Moraes

2ª Secretária

EM BRANCO

**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com



## ATA Nº 11/2023 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, com início às 16h10min e término às 18h10min, na Casa dos Conselhos, Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275 — Nova Mogi — Mogi Mirim — SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Rita de Cássia Capitoni, Aydee de Oliveira Preto Dos Santos, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Valdemar Paulsen Neto e Sebastião Rodrigues da Mota. Total de Conselheiros Usuários Titulares: 09 (nove). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Ana Paula Adolfo de Almeida. Total de Conselheiros Usuários Suplentes: 1 (um). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Roseane Manca. Total de Conselheiros 1 (um). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Ausência. Total de Conselheiros Suplentes Trabalhadores de Saúde: 0 (zero). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Clara Alice F. de Almeida Carvalho, Roseli Marinho dos Santos, Barbara Victoria Trafani de Moraes, Marice Costa Porto de Moraes e Clóvis Alexandre Barbosa Faria. Total de conselheiros 5 (cinco). O quórum ficou composto de 15 (quinze) Conselheiros com direito a voz e voto. Presença dos Visitantes: Neusa Agrella Grandini (UBS Maria Beatriz), Clarice Rodrigues Chabregas (UBS Martim Francisco), Edson Lázaro de Souza (UBS Santa Clara) e Sandra Benedita Delfino (UBS Santa Clara). Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Pedro Ricaldes dos Santos, declara aberta a reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida informa o recebimento do ofício da secretaria de Saúde em resposta a solicitação de alguns conselheiros que requereram para que o motorista da Prefeitura aguardasse no local o término da reunião até o término, porém a Secretaria de Saúde justificou que não seria possível devido a escassez de veículos destinados a essa função, e que, a espera do motorista no local causaria outros prejuízos à Secretaria de Saúde. Inclusive a secretária de saúde, que estava presente, esclareceu a dificuldade. Em continuidade o Presidente esclareceu que enviou ofício ao município requerendo acesso a todos os contratos com prestadores que envolvem a saúde, mas esclareceu que informalmente conversou com a Sra. Gisele, responsável pela Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, a qual lhe explicou que todos os contratos estão no portal da transparência, e que mesmo após tal explicação, a mesma vai enviar o ofício resposta. Após alguns questionamentos entre os participantes, o Sr. Presidente esclareceu que é possível requerer a via impressa na Secretaria da Casa dos Conselhos. O Presidente comunicou aos

EM BRANCO

presentes que recebeu ofício do Ministério Público sobre um programa envolvendo a região, projeto este denominado de "Água que Corre entre Pedras", o qual tem por objetivo minimizar a judicialização da Saúde. Em seguida o Sr. Presidente requer esclarecimentos à Secretária de Saúde, Sra. Clara sobre a transferência de recursos do Ministério da Saúde para pagamento aos Agentes de Saúde. A Sra. Clara esclareceu que o Município recebe 12 parcelas para pagar o salário dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e no segundo semestre de cada ano recebe a verba extra que é exatamente para pagar o 13º salário e não pra transferir como verba extra aos ACS, o Município já arca com férias, biênio, quinquênio e os impostos, portanto não é recurso extra para os ACS e nem 14º salário, e sim recurso que o Município recebe pra pagar o 13º de todos os ACS. Ato contínuo o Sr. Presidente passou a explanar sobre a reunião realizada em 11 de dezembro passado na DRS-14, em São João da Boa Vista, para realizar o planejamento das atividades regionais para o ano de 2024, relatando que participou da 17ª Conferência Nacional de Saúde e que ele, como usuário, Dra. Clarice, como trabalhadora de saúde, e Viviane Negreto, com gestora, foram eleitos como delegados à Conferência Nacional, durante a realização das conferências municipal, macrorregional e estadual. Falou ainda sobre a importância desse ciclo de conferências que ocorre a cada quatro anos, para o controle social do SUS e a defesa da diversidade cultural e da democracia. O Presidente salientou que dos 20 municípios participantes na referida reunião da DRS-14, somente 3(três) tem conselho gestor local nas unidades básicas de saúde, os quais são: Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Itapira. O Presidente aproveitou e pediu aos conselheiros uma maior participação e incentivo aos usuários para completarem a vacância existente no Conselho atual. Em continuidade comunicou que esteve presente na última reunião do Conselho Gestor Local da unidade básica de Vergel e pediu aos conselheiros ajuda para incentivar os usuários a participarem do conselho. Neste momento aproveitou para conferir, junto aos presentes, a composição atual de cada conselho local e as vagas que ainda não foram preenchidas, quais são: Martim Franciso, está em aberto uma vaga de usuário; no Albejante estão aberto 2 vagas de usuário; na unidade do Maria Beatriz estão abertas 3 vagas de usuário; no Vergel há 1 (uma) vaga em aberto; na unidade do Aterrado há também 1 (uma vaga) de usuário em aberto; no Jardim Planalto e no Seixas estão em aberto as vagas para 2(dois) usuários e o conselho local na unidade do bairro Santa Cruz ainda está em formação; já nas unidades do Jardim Paulista e Santa Clara, está completo. Diante da situação o Presidente insiste aos conselheiros que se dediquem a conseguir usuários para participar do conselho, que busquem os usuários que são participativos em redes sociais e até mesmo convidar colegas que queiram participar. Houve inclusive várias ideias dos presentes na reunião para divulgação do conselho, como placas nos postos de saúde, bilhetes nos agendamentos de consulta. O Presidente ressalta que está trabalhando na possibilidade de conseguir um site para o Conselho Municipal de Saúde, acreditando dar maior visibilidade e despertar maior interesse na participação. Ato contínuo, a Dra. Clarice tomou a palavra dizendo que participou de um encontro no conselho local do Vergel e ouviu as mesmas reclamações dos

EM BRANCO

últimos 3(três) anos, sugerindo que seja realizada uma lista de propostas para melhorar, pois entende que é necessário um melhor planejamento local da saúde. Também fez uso da palavra a Sra. Roseli, ressaltando que seria bom ter um gestor administrativo para a saúde no Município; em resposta a Secretária de Saúde alegou que os enfermeiros que estão na chefia, tem curso de gestão e conhecimento para tal. Após um debate sobre o assunto, decidiu-se que: 1) todos os conselheiros usuários deverão levar para seus conselhos locais um formulário de diagnóstico local de saúde, que será disponibilizado pela Dra. Clarice; 2) que cada unidade básica de saúde deverá iniciar um diagnóstico para elaborar seu planejamento local de saúde, no sentido de aprimorar a atuação do conselho, sem prejuízo das prerrogativas próprias do gestor. Ao final, retomando a palavra, a Secretaria de Saúde, Sra. Clara, falou sobre a importância de todos terem conhecimento de suas UBS a fim de terem melhor aproveitamento na continuidade dos serviços, principalmente quando necessária a utilização da Atenção Especializada e inclusive sugeriu apresentações também dos serviços do setor de especialização e pronto atendimento, seguindo um cronograma nas próximas reuniões do conselho, a começar pelo UPA da Zona Leste. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Marice Costa Porto de Moraes, lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim, 19 de Dezembro de 2.023.

João Pedro Ricaldes dos Santos  
Presidente

Marice Costa Porto de Moraes  
2ª Secretária

EM BRANCO

## CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM

ATA Nº 01/2024 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, com início às 16h10min e término às 18h10min, na Casa dos Conselhos, Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275 — Nova Mogi — Mogi Mirim — SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Aydee de Oliveira Preto Dos Santos, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori, Michele Catarina C. Vilela. Total de Conselheiros Usuários Titulares: 07 (sete). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Ana Paula Adolfo de Almeida, Valdemar Paulsen Neto e Isilda Grassi Cola Choqueta. Total de Conselheiros Usuários Suplentes: 3 (tres). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Michele Catarina C. Vilela e Isilda Grassi Cola Choqueta. Total de Conselheiros 2 (dois). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Ausência. Total de Conselheiros Suplentes Trabalhadores de Saúde: 0 (zero). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Clara Alice F. de Almeida Carvalho, Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz, Roseli Marinho dos Santos, Ana Laura Ferreira Venancio, Clóvis Alexandre Barbosa Faria, e Marice Costa Porto de Moraes. Total de conselheiros 6 (seis). O quórum ficou composto de 16 (dezesesseis) Conselheiros com direito a voz e voto. Presença dos Visitantes: Luciana Gomes Almeida de Souza (Faculdade Santa Lucia), Maria Eduarda Silva Leme (Faculdade Santa Lucia), Clarice Rodrigues Chabregas (UBS Martim Francisco), Ed Carlos C. de Faria (Faculdade Santa Lucia) e Edson Lazaro de Souto (UBS Santa Clara). Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Pedro Ricaldes dos Santos, declara aberta a reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida realizou a leitura das atas das reuniões anteriores (09/11/2023; 28/11/2023; 19/12/2023) as quais foram aprovadas por unanimidade. Em continuidade, o Presidente questionou aos conselheiros sobre o questionário que foi enviado no grupo para realização do diagnóstico das Unidades Básicas de Saúde, a conselheira Aydee, da UBS Albejante relatou que deixou no posto com a enfermeira chefe, a qual se prontificou a enviar ao Conselho, o S. Miguel, da UBS Parque do Estado II, disse que já estava com as datas definidas para as reuniões com os responsáveis e que vão responder o formulário, já o S. João Olegário, conselheiro da UBS Vanderlei S. Bueno, disse que em sua unidade já tem uma programação para o ano e entende que o trabalho de diagnóstico é muito importante, o Presidente Sr. João Ricaldes, relatou que na UBS do Aterrado encontrou uma obstáculo junto ao enfermeiro chefe, que resistiu inicialmente ao formulário, mas que concordou em realizar as reuniões e discutir o assunto, o Sr. Edson da UBS Santa Clara, entregou à enfermeira chefe, mas ainda não obteve uma resposta. Com estes

EM BRANCO

esclarecimentos, o Presidente passou a palavra para a Dra. Clarice a qual expôs a necessidade do trabalho do Conselho Municipal de Saúde, da necessidade de um diagnóstico e que em reunião da atenção básica restou detectado alguma resistência das UBS em aceitar o diagnóstico. Em seguida passou a fazer uma apresentação sobre a função do conselho municipal de saúde e a sua missão, explanou sobre saúde pública e a importância da Atenção Básica, ressaltou que é uma demanda mundial, com base nisso, mais uma vez insiste no diagnóstico proposto. Ainda a Dra. Clarice coloca que em conversa com o Presidente propôs fazer uma apresentação das UBS ao conselho municipal, após o diagnóstico, insiste que isso precisa acontecer. A conselheira Ana Paula pediu a palavra e comentou que participou de uma reunião e que não achou muito receptiva. Com isso, a Secretária de Saúde, Clara, convidou o Presidente do Conselho e a Dr<sup>a</sup> Clarice para uma reunião com a chefia das UBS, nesse momento o Presidente reforçou que trouxe esse assunto para a reunião porque é muito importante para recolher matéria prima para o planejamento e facilitar as reuniões deste conselho. A conselheira Roseli pede a palavra e sugere que se comece um trabalho sistemático porque se ficar esperando um ao outro, não haverá resolutividade. A Secretária de Saúde se propõe a realizar uma reunião com a chefia e demonstrar a competência do Conselho e a importância do diagnóstico. O Presidente passou ao próximo assunto da pauta que é sobre a fiscalização da Saúde Mental, disse que a comissão de saúde mental realizou uma fiscalização no CAPS 2 e que após a comissão se reuniu e elaborou um relatório, o relatório foi apresentado na reunião, apontando algumas insatisfações com a empresa contratada pelo município nas condutas com os assistidos, após debates entre os conselheiros presentes, a secretária de Saúde disse que a mudança ocorreu há pouco tempo e que já vem realizando um trabalho junto a empresa para sanear os problemas, disse que sua equipe vem trabalhando com o intuito de melhorias e que nesse primeiro momento estão priorizando a Residência Terapêutica, que também faz parte da saúde mental, por ter algumas exigências do Ministério Público que tem que cumprir, mas que está imediatamente vai verificar as ocorrências e tomar as devidas providências. O Presidente encerrou o assunto dizendo que vai encaminhar ofício para a Secretaria de Saúde com o relatório e que após 30(trinta) dias a comissão voltará para nova fiscalização. O conselheiro Sr. João Olegário questionou sobre a sua cirurgia de cataratas, que foi chamado e quando já estava pronto para fazer o médico disse que precisaria de um aparelho diferenciado e que não poderia fazer naquele momento, a Secretária de Saúde Sr<sup>a</sup> Clara, explicou que o caso dele é atípico e não se trata simplesmente de catarata, por tal motivo não foi possível a realização da cirurgia, que precisa de uma equipe especializada e que assim que tiver equipe capacitada ele será chamado novamente. A secretária de Saúde foi questionada pelo Sr. João sobre as cirurgias ortopédicas. Secretária informa que no próximo dia 1º de Fevereiro iniciam as cirurgias ortopédicas ( por meio de mutirão), serão feitas 300 cirurgias de ombro e 300 cirurgias de joelho e já está acertada a equipe. Conselheira Michelle questiona os casos que precisarão de prótese. Secretária Clara informa que as cirurgias de média e alta complexidade serão feitas depois destas programadas. Conselheiro Miguel questiona como ficam as cirurgias que estavam sendo feitas em Mogi Guaçu. Secretária questiona que os

mccv

EM BRANCO

pacientes já avaliados em Mogi Guaçu farão lá as cirurgias. Conselheiro Miguel questiona sobre os contratos encerrados em 31/12/2023, foi pactuado 130 cirurgias com investimento de R\$421.537,09. Secretária informa que essa verba já pagou algumas cirurgias feitas e o restante está no caixa; não sobre informar no momento quanto foi gasto. Comprometeu-se em apresentar na próxima reunião junto com as verbas impositivas que os vereadores destinaram para a Saúde. A fila de cirurgia geral, hemorroida, vesícula e hérnia foram zeradas e as que estão entrando estão sendo realizadas no dia a dia. Explicou ainda que as cirurgias ginecológicas, muco-maxilo, neurológicas e de catarata estão zeradas, questionada sobre alguns casos específicos, explicou que se os usuários não atualizarem seus contatos (endereço e telefone) não tem como convoca-los e são chamados os próximos da fila. Em continuidade a Secretária de Saúde informou que ainda existe fila de cirurgia ortopédica (alta e média) complexidade, vascular, oftalmológicas (sem ser catarata) e Otorrino, mas que a secretaria de saúde já está em negociação com empresas para poder dar atendimento. Para a realização das cirurgias vasculares e neurológicas não estão conseguindo profissionais para realizar, que está difícil de encontrar profissionais no mercado, sobre as cirurgias oftalmológicas, disse que está em negociação com o médico, está fazendo as cirurgias de catarata, que a cirurgia de córnea são realizadas em no hospital do município de Divinolândia. Com isso, o Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos os presentes. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Marice Costa Porto de Moraes, lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim. 30/01/2024.

João Pedro Ricaldes dos Santos  
Presidente

*Marice Costa Porto de Moraes*  
Marice Costa Porto de Moraes  
2ª Secretária

EM BRANCO

ATA Nº 02/2024 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, com início às 16h10min e término às 18h10min, na Casa dos Conselhos, Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275 — Nova Mogi — Mogi Mirim — SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Rita de Cássia Capitoni, Aydee de Oliveira Preto Dos Santos, Antonio Roberto Morgon, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori e Sebastião Rodrigues da Mota. Total de Conselheiros Usuários Titulares: **8 (oito)**. Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz: Ana Paula Adolpho de Almeida e Valdemar Paulsen Neto. Total de Conselheiros Usuários Suplentes: 2 (dois). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Michele Catarina C. Vilela e Roseane Manca Total de Conselheiros **2 (dois)**. Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Ausência. Total de Conselheiros Suplentes Trabalhadores de Saúde: 0 (zero). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Clara Alice F. de Almeida Carvalho, Pauliny de Aquino Lourenço, Marice Costa Porto de Moraes e Clovis Alexandre Barbosa Faria. Total de conselheiros **4 (quatro)**. Conselheiros Suplentes representantes dos Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Roseli Marinho de Souza. Total: **1 (uma)** O quórum ficou composto de 15 (quinze) Conselheiros com direito a voz e voto. Presença de Visitante: Clarice Rodrigues Chabregas. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Pedro Ricaldes dos Santos, declara aberta a reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida passou a palavra a Secretária de Saúde Sra. Clara A.F. de Almeida Carvalho para a apresentação da prestação de contas relacionada ao ano de 2023. A Secretária iniciou a apresentação pelas receitas recebidas pela Secretaria de Saúde, após passou a apresentar a Produção detalhada por programa: Atenção Primária, Procedimentos, Urgência e Emergência, procedimentos ambulatoriais, UPA-Zona Leste, SAMU, Atenção especializada, Fisioterapia, CEO, Laboratório Municipal, Centro de Diagnóstico, Melhor em Casa, Atenção Psicossocial, Ambulatório de Ostomia, Vigilância Epidemiológica e Prestadores Externos, que são Santa Casa, Hemodiálise, APAE/CAPS II, Associação de Deficiente e Consórcio Intermunicipal de Saúde "8 de abril". Em seguida o Presidente do Conselho Sr. João Ricaldes apresentou o parecer da comissão de análise de contas, o qual sugeriu a aprovação das contas. Nesse momento, Dra. Clarice questiona a comissão sobre como foi a análise dos números e apresentou um manual do SUS, sugerindo que seja utilizado da próxima vez. O Conselheiro Sr. Miguel Vaz de Moraes também sugeriu uma análise mais criteriosa das contas. A conselheira Ana Paula Adolpho de Almeida pediu a palavra e

EM BRANCO

### CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM

concordou com a colocação da Dra. Clarice. Após, o Sr. Presidente passou a votação das contas apresentadas, sendo aprovada por unanimidade. O Presidente justificou, que devido o adiantado da hora, não seria possível discutir os demais pontos da pauta,, ficando para a próxima reunião, inclusive a leitura da ata na reunião anterior. Com isso, o Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos os presentes. Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Marice Costa Porto de Moraes, lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim. 27/02/2024.

João Pedro Ricaldes dos Santos  
Presidente

  
Marice Costa Porto de Moraes  
2ª Secretária

EM BRANCO

EM BRANCO

### ATA nº 03/2024 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, com início às 16h10min e término às 18h10min, na Casa dos Conselhos, Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275 — Nova Mogi — Mogi Mirim — SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Rita de Cássia Caíttoni, Aydee de Oliveira Preto dos Santos, Antonio Roberto Morgon, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori e Sebastião Rodrigues da Mota. Total de Conselheiros Usuários Titulares: **08 (oito)**. Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Ausência. Total de Conselheiros Usuários Suplentes: zero. Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Michele Catarina C. Vilela. Total de Conselheiros **01 (um)**. Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Ausência. Total de Conselheiros Suplentes Trabalhadores de Saúde: 0 (zero). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Roseli Marinho dos Santos, Clóvis Alexandre Barbosa Faria, e Marice Costa Porto de Moraes. Total de conselheiros **03 (três)**. Conselheiros Suplentes Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Ana Laura Ferreira Venancio. Total de Conselheiros **01 (um)**. O quórum ficou composto de **13 (treze)** Conselheiros com direito a voz e voto. Presença da apoiadora do CMS: Clarice Rodrigues Chabregas (UBS Martim Francisc/o) e do Conselheiro da Ubs Santa Clara - Edson Lazaro de Souto. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Pedro Ricaldes dos Santos, declara aberta a reunião, agradecendo a presença de todos. O Presidente inicia a reunião apresentando a pauta e justifica que apareceram assuntos novos e urgentes. Justificou a ausência da Secretária de Saúde Sra. Clara Alice F. de Almeida Carvalho, que não pode comparecer devido ao excesso de trabalho que vem enfrentando. Iniciou a reunião com a leitura da ata do dia 30 de janeiro de 2024, a qual foi aprovada por unanimidade. Antes da pauta houve pedido da palavra pelo Conselheiro Miguel Vaz de Moraes, que expôs o assunto que foi discutido pelo Conselho Municipal de Saúde em 2016, sobre a cobertura da rede de esgoto do município; Sr Miguel disse que compareceu à última Audiência Pública sobre o Meio Ambiente, na semana anterior a esta reunião, realizada no recinto da Câmara Municipal, e que nesta audiência foi discutido sobre o esgoto tratado no município e que ele, Sr Miguel, discorda de que o tratamento de esgoto atualmente seja de 95% (noventa e cinco por cento), isto porque que foi realizado um trabalho minucioso por ele, Sr. Miguel-Conselheiro e pelo Sr. Edson, então também conselheiro municipal, quando foram a campo e percorreram toda a linha de esgoto do município e descobriram alguns problemas; justifica que o Conselho de Saúde deve ter participação no debate do caso por se tratar de saúde pública; que fizeram um trabalho de campo amplo, subindo o rio até o Vergel e Martim Francisco, Planalto, Maria Beatriz e o Zerão quando detectaram muito esgoto bruto sendo despejado no rio; que na semana anterior compareceu à Câmara Municipal onde

J  
mccu

EM BRANCO

discutiram o assunto e teve a palavra concedida e que colocou um vídeo que gravou durante o trabalho de campo demonstrando os resultados e que entende que somente 40% (quarenta por cento) do esgoto é tratado no município. Sr Miguel afirmou ainda que no Parque do Estado, o esgoto está sendo jogado no pasto. Justifica que este alerta que está trazendo ao Plenário é pelo Conselho Municipal de Saúde e relata mais uma vez que entende ser este assunto de saúde pública, complementando que no Bairro Linda Chaib o esgoto é jogado no lago e que a massa não passa, que fica numa caixa a céu aberto, que tem muito esgoto jogado no pasto. Na época, afirma, levou ao conhecimento do Ministério Público e que algumas pessoas agora estão solicitando para que forneça alguns documentos que possui sobre esse assunto, mas entende que não pode fornecer tais documentos sem autorização do Conselho; por tal motivo trouxe ao conhecimento do Plenário a fim de obter uma autorização para fornecê-los. O Presidente questiona se quem solicita tais documentos não têm acesso a eles no Ministério Público, mas o Sr. Miguel responde que não tem conhecimento sobre isso. O Presidente expõe que não cabe aprovação neste momento e sugere a criação de um Grupo de Trabalho, como prevê o Regimento Interno do Conselho de Saúde, e que somente após realização de um relatório final desse Grupo, o Plenário se manifestaria. A conselheira Roseli questiona se os documentos já não foram apresentados na Câmara, e observa que a Câmara ou quem quer que queira acesso a esse trabalho de 2016 precisa enviar um ofício ao Conselho de Saúde para requerer cópia de tais documentos. A Dra. Clarice sugere convidar a autoridade pública diretamente responsável pelo serviço de tratamento de esgoto para prestar esclarecimentos ao Conselho sobre os questionamentos do referido estudo. O Presidente propõe convidar os responsáveis pelo tratamento de esgoto por ofício e enviar ofício de requerimento de informações a partir dos questionamentos já citados. O Presidente ressaltou aos presentes que o Conselho está trabalhando sistematicamente por meio de suas comissões internas em prol da saúde, e que a formação de um Grupo de Trabalho poderá oferecer um respaldo ao Sr. Miguel, no esclarecimento do tema, que de fato considera como assunto de interesse da atenção primária e prevenção em saúde pública. A Conselheira Aydee questiona por que esses documentos não foram pedidos antes e porque isso acontece somente agora em momento de eleição, o que poderia, segundo ela, soar como interesse eleitoral. A Conselheira Roseli alega que o Conselho é independente e que quem tem intenções eleitorais deve se afastar do conselho, para não atrapalhar o trabalho do conselho. O presidente propõe que em uma outra reunião seja debatido o comportamento do conselho em época de eleição. O presidente coloca em questão se concordam em formar um Grupo de Trabalho e chamar os responsáveis por meio de ofício. Após debates, ficou decidido que será encaminhado ofício para o SAAE convidando o responsável a comparecer na reunião ordinária, e que se a Câmara Municipal deseja alguma documentação que o faça por meio de ofício; decidiu-se ainda que será formado um Grupo de Trabalho paritário para estudar melhor o caso. A conselheira Michele também pediu a palavra e informou que foi realizado um acordo entre a Prefeitura Municipal e a Justiça do Trabalho sobre as dívidas trabalhistas da Santa Casa, referentes aos dissídios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, e que ficou resolvido que serão realizados os pagamentos dos atrasados

f  
macu

EM BRANCO

aos funcionários que estão com processos judiciais e que a partir de terça-feira serão iniciadas as tratativas para os pagamentos. A conselheira Roseli pergunta sobre a fonte do dinheiro para a realização dos referidos pagamentos, uma vez que a Santa Casa é uma entidade particular, ao que a conselheira Michele respondeu que a dívida é da Prefeitura, já que a Santa Casa ficou sobre a intervenção. O presidente agradeceu a colocação dos dois assuntos, sobre esgoto e Santa Casa, e deu prosseguimento à pauta, iniciando o item relativo ao trabalho das comissões permanentes do Conselho passando a palavra à Dra. Clarice que passou a expor como foi a realização do diagnóstico local da UBS de Martim Francisco e o trabalho da Comissão da Atenção Básica. A Dra. Clarice realizou uma apresentação do diagnóstico expondo a necessidade da discussão com toda a equipe e os usuários em todas as unidades de saúde, no sentido de levantar o perfil da população atendida, a morbidade, o fluxo de atendimento, a composição da equipe de trabalho, as áreas cobertas e descobertas, as reclamações mais comuns e as formas de acolhimento dos usuários. Dra. Clarice destacou que a partir desse trabalho coletivo passa-se a fortalecer a gestão, estimular o bom atendimento e a eficiência, além de exercer o controle social, respeitando as atribuições próprias dos gestores públicos. A Dra. Clarice frisou ainda a importância desse trabalho de diagnóstico em todo o Município para a realização do próximo Plano Plurianual de Saúde. O presidente deixou estabelecido que até o final de julho de 2024 deverá ocorrer a realização do diagnóstico das demais unidades básicas de saúde. Ato contínuo, o presidente pediu ao representante da UPA-IAFA, Sr. Clovis, que estava presente, que na próxima reunião realize uma apresentação dos atendimentos que vem ocorrendo na Unidade da UPA Zona Leste, além de indicar como se opera a articulação da UPA Leste com a nova Unidade de Pronto Atendimento na zona central do município. O presidente pediu para constar que o Jardim Paulista e Vergel já apresentaram o diagnóstico local assim como Martim Francisco. Em seguida, o Presidente passa a apresentar sobre a 4ª Conferência Nacional de Gestão e Educação do Trabalho em Saúde, a se realizar em dezembro de 2024, e propõe ao Plenário a formalização de uma Comissão de Organização da etapa municipal da 4ª Conferência, responsável pelo regramento legal, definição de local e data, formas de divulgação, inscrição, participação, debate, aprovação de propostas e eleição de delegados da etapa municipal para a etapa macrorregional. O Presidente colocou em votação a indicação de seu nome e da Dra. Clarice para participar da organização da etapa macrorregional da 4ª Conferência, conforme ofício enviado pela DRS 14, de São João da Boa Vista, no qual se solicita a indicação de dois nomes de cada um dos vinte municípios que compõe a Divisão Regional, o que foi aprovado por unanimidade pelo plenário. O Presidente informa ainda que no próximo dia 02 de abril ocorrerá a primeira reunião da DRS 14 para discutir as alternativas de organização das fases municipais e macrorregional da 4ª Conferência da Gestão do Trabalho em Saúde. Em seguida foi constituída a Comissão de Organização da Etapa Municipal da 4ª Conferência, que ficou composta pelos seguintes conselheiros: Sr. Miguel e Sr. Antonio Morgon como representantes dos usuários; Sra. Michele como representante dos trabalhadores de Saúde e Sr. Clóvis, como representante do segmento gestor/prestador. A Conselheira Sra. Roseli pediu a palavra e levantou

EM BRANCO

o assunto do centro dos autistas, lembrando ao plenário que para a continuidade da implantação é necessária a anuência formal da Secretaria de Saúde, como exige o governo estadual, e que está aguardando uma resposta da Secretaria Municipal de Saúde, pois, já fez o credenciamento da APAE no ano passado e tem interesse em executar esse serviço no município. Nada mais havendo a tratar, Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, Marice Costa Porto de Moraes, lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim. 26/03/2024.

João Pedro Ricaldes dos Santos  
Presidente

*marice c. c. porto de Moraes - P*  
Marice Costa Porto de Moraes  
2ª Secretária

EM BRANCO

EM BRANCO

**ATA nº 04/2024 Reunião Ordinária**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, com início às 16hs, na Casa dos Conselhos, Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275 — Nova Mogi — Mogi Mirim — SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Rita de Cássia Capitoni, Aydee de Oliveira Preto dos Santos, Antonio Roberto Morgon, João Olegário de Siqueira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori e Sebastião Rodrigues da Mota. Total de Conselheiros Usuários Titulares: **08 (oito)**. Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Ausência. Total de Conselheiros Usuários Suplentes: zero. Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Michele Catarina C. Vilela e Roseane Manca. Total de Conselheiros **02 (dois)**. Conselheiras Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz: Isilda Grassi Cola Choqueta; Total de Conselheiros Suplentes Trabalhadores de Saúde: 01 (um). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Clara A.F.de Almeida Carvalho, Claudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz, Pauliny de Aquino Lourenço e Clóvis Alexandre Barbosa Faria. Total de conselheiros **04 (quatro)**. Conselheiros Suplentes Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Gisele Anselmo. Total de Conselheiros **01 (um)**. Conselheira Suplente Representante de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz: Roseli Marinho de Souza. Total de Conselheiros 01 (um). O quórum ficou composto de **15 (quinze)** Conselheiros com direito a voz e voto. Presença da apoiadora do CMS: Clarice Rodrigues Chabregas (UBS Martim Francisc/o). Visitantes: vereadora Dra. Joelma Franco da Cunha, seu assessor Guilherme Souza, a psicóloga Luciana Gomes Almeida de Souza, Nair Dovigo e Marcela Secchinato. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Pedro Ricaldes dos Santos, declara aberta a reunião, agradecendo a presença de todos. Iniciou a reunião com a leitura da ata anterior. O conselheiro Miguel pede a palavra para falar sobre o tema da reunião passada referente ao esgoto, conforme consta em Ata, reafirmando que o esgoto é pouco tratado e que permanece sendo uma situação muito séria até hoje, exigindo a atenção dos responsáveis sobre a questão; Sr. Miguel alertou ainda que o Conselho de Saúde tem que acompanhar ativamente a questão. O presidente João Ricaldes ressalta que o Conselho enviará um requerimento ao órgão competente, conforme já decidido na reunião passada. O Presidente explica que constou em Ata que faríamos hoje a apresentação do UPA- Zona Leste, mas que devido a extensa pauta do dia o tema ficará para a próxima reunião. O Presidente coloca a ata da reunião passada em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Passando a abordar a primeira pauta, a Secretária de Saúde Clara Carvalho deu início à apresentação do Relatório Anual de Gestão do Ano de 2023, explicando que é obrigatória por lei essa apresentação ao Conselho de Saúde, o que faz parte dos instrumentos de Gestão e Controle Social. Alguns conselheiros afirmam que não receberam o relatório impresso com antecedência, como Aydée e Roseli Marinho. Dando prosseguimento à apresentação do relatório, a Sra. Clara Carvalho aponta os dados demográficos de Mogi Mirim, destacando o fato de haver mais mulheres do que homens, mas alertando para o fato de que a população de Mogi Mirim já ter ultrapassado o número de 92 mil habitantes, uma vez que, segundo ela, muitos se negaram a responder o Censo. A seguir, Sra. Clara Carvalho destaca que o Município teve queda no número de nascimentos; que a maior causa das mortes foi o câncer, neoplasias; que a causa de muitas comorbidades se reflete nas mortalidades e, que, portanto, se há muitas doenças cardiovasculares, também haverá muita mortalidade por essa causa. Clara Carvalho afirma ainda que a adesão ao tratamento de diabetes ainda é muito pequena. No item referente à Produção da Atenção Básica, Clara Carvalho destaca a ampliação razoável do repasse federal para cirurgias, o que possibilitou realizar muitas que estavam paradas. Em relação à Vigilância em Saúde Clara Carvalho afirma que as ações de prevenção em

EM BRANCO

de totalizaram 3.936 ações e procedimentos com finalidade diagnóstica foram 4.122, realizando 8.058, dentre elas ações do combate a Dengue, Hepatite, AIDS e outras. Dra. Joelma questiona as ações de combate à Dengue, ao que Clara responde informando que Mogi Mirim e Mogi Guaçu estão muito bem quanto aos casos de dengue se comparados a Região de Clara. Clara explica ainda que as ações do combate à Dengue consistem em 3 etapas, sendo a primeira a visita, a segunda a ação dentro das casas e a terceira a nebulização que, segundo a Secretária, é a menos eficaz. A conselheira Aydeé lembra que em janeiro ela mesma cobrou ações contra a dengue e na ocasião não tínhamos ainda registros de casos em Mogi Mirim. O Presidente do Conselho lembra aos presentes que o conteúdo que apresentado já foi aprovado pelo Conselho por ocasião das prestações quadrimestrais já realizadas e que, portanto, trata-se hoje de um Relatório consolidado. Seguindo a apresentação da análise sobre os dados da produção realizadas pelo Consórcio, CBO – Código Brasileiro de Ocupação também usados para os exames, Clara comenta sobre as dificuldades encontradas para realizar a contratação do Dr. Noel, que é o único que faz o exame anátomo patológico, o que fez acumular muito esse procedimento no primeiro quadrimestre. A Secretária também comenta da falta de contraste, que se trata de exames realizados fora do município, através do Consórcio. Dra. Joelma questiona como se dá o controle dos exames realizados e Clara explica que o controle se efetiva de acordo com o pedido do médico encaminhado ao Consórcio e à Prefeitura, através de uma filipeta emitida após o exame ser realizado. A conselheira Rita pede a palavra e relata sobre um pedido de exame feito mas não realizado, pois o usuário não pode comparecer, questionando se esse pedido fora computado, ao que Clara responde que só é computado quando de fato o exame é realizado. Sobre os dados lançado no Relatório Anual de Gestão, Clara esclarece que o Ministério é que consolida as planilhas, não a Prefeitura, e que se trata de um documento aberto ao público. Sobre o CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, Clara esclarece que só os estabelecimentos do SUS estão computados. Seguindo o relatório na página 13, referente aos profissionais de Saúde do SUS, Clara lembra aos presentes que este é o CBO de todos que atendem SUS dentro de Mogi Mirim, apontando que o Estado de São Paulo tem a maior quantidade de profissionais de Saúde da América Latina e que, mesmo assim, a Secretaria de Saúde não encontra médico vascular, psiquiatra e pediatra, cuja maioria tem hoje mais de 60 anos em Mogi Mirim. Referente a “Diretriz Cidade Saudável e Ativa – Atenção Básica”, a Secretária fala sobre as metas, por exemplo do PSF, destacando entre outros pontos que, quando alguém morre antes dos 69 anos, é considerado morte prematura, dado que a expectativa de vida é bem superior. Clara observa também que o número de exames Papanicolau está abaixo da meta pois infelizmente as mulheres não aderem, mesmo com as agentes comunitárias fazendo o trabalho de conscientizar sobre sua importância, além de grande parte das mulheres não aceitarem a coleta de material a ser realizada por profissional do sexo masculino. Clara destaca ainda que foi atingida a meta referente à Gravidez na Adolescência. No item Mortalidade Infantil, a conselheira Roseli pergunta se esses casos já foram concluídos em 2023 e o conselheiro Miguel, que é membro do Comitê de Mortalidade Infantil, disse que sim, que foram investigados e concluídos, havendo em casos falhas de profissionais e outros por falhas das próprias mulheres. O presidente nesse momento agradece a presença dos visitantes e reitera aos presentes que este relatório é a finalização de três relatórios anteriores que foram estudados minuciosamente. A conselheira Aydeé pergunta se a Carreta da Mamografia virá para Mogi Mirim este ano ao que Clara responde que o município manifestou interesse em receber a carreta e agora está aguardando. Sobre o SAMU, Clara afirma que o Município aguarda a entrega de duas ambulâncias. Quanto a mamografia a adesão também é pequena, afirma Clara. Referente a proporção de vacinas, a Secretária avalia o Município melhorou muito a cobertura vacinal. No que se refere à Vigilância em Saúde, Clara afirma que está cada vez mais difícil encontrar as pessoas em casa. Viviane pede a palavra e ressalta que o trabalho de combate à Dengue está sendo realizado pelos agentes de saúde e cita a cidade de Itapira com 5 mil casos. Clara diz que indicadores comparados com os anteriores melhoraram muito. Na segunda parte do Relatório sobre Recursos para investimentos e compras de aparelhos, Clara afirma que os recursos são oriundos do Governo municipal, estadual e federal. Clara ressalta que o relatório financeiro já foi aprovado antes e todos os serviços receberam a auditoria. Finalizada a apresentação do Relatório Anual de Gestão de 2023, o Presidente o colocou em votação, o que foi aprovado por 14 votos, nenhum contra e nenhuma abstenção. Em seguida, o Presidente passa ao item seguinte da pauta, referente ao relatório de atividades e visitação realizada no CAPS IJ pela Comissão de

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 235

01

EM BRANCO

Realização dos Prestadores do SUS no dia 08 de abril de 2024. O Presidente ~~FUMON~~ que a 236  
prida visitação a esse serviço administrado pela Avante Social teve a participação dos  
Conselheiros Miguel Vaz, Ana Paula Adolpho e João Ricaldes e passou à leitura do relatório,  
destacando a falta de identificação do serviço, a ausência completa de atividades comunitárias de  
integração do usuário com a comunidade, conforme determina o Plano de Trabalho, a ausência  
de Alvará de Vigilância nos três Caps, a equipe de trabalho incompleta, faltando Terapeuta  
Ocupacional e Enfermeira, além da ausência de Prestação Financeira Mensal bem como de Ata  
de matriciamentos. Em seguida, o Presidente solicita à Secretária que responda o quanto antes  
um ofício do Conselho Municipal que pede esclarecimentos sobre alguns itens financeiros que a  
própria Secretaria questiona junto à Avante Social, no qual a Secretaria aponta "transferências de  
valores não identificados" e "recursos não utilizados" na ordem de R\$ 960.000,00, através do  
Ofício 155/2024 Fin de 27 de março de 2024. Na sequência as visitantes Marcela Secchinato e  
Nair Dovigo pedem a palavra para apresentar os seguintes questionamentos relativos ao tema de  
pauta: ambas questionaram a especialidade dos psiquiatras do Caps IJ Dr. Marcelo e Dra.  
Daiana, ao que Clara responde que Dr. Marcelo é infectologista e psiquiatra e Dra. Daiana é  
psiquiatra com muita experiência em autismo e está fazendo concluindo neuropediatria. A  
visitante Marcela afirma que é mãe de um filho com autismo atendido no CAPS IJ e passa a  
questionar e relatar que os psiquiatras do Caps IJ estariam desqualificando os laudos da  
UNICAMP; que o atendimento especializado que deveria acontecer não existe; que não há PTI –  
Plano de Trabalho Individualizado; que o Caps IJ descarta o atendimento ao autismo de suporte1;  
que os autistas precisam pelo menos de 5 horas de atendimento na semana. A visitante Nair  
Dovigo fala do tempo que vai demorar para atender essa quantidade de usuários autistas e  
destaca o valor recebido pela Avante Social para executar os serviços que, segundo ela, não  
estão acontecendo como deveria. A visitante Marcela Secchinato fala das dificuldades quando o  
filho encontra no Caps IJ com adolescentes algemados da Fundação Casa. Marcela pergunta  
ainda se a Comissão De Prestadores teria observado nessa visita o PTI e o Presidente afirmou  
que de fato não solicitou essa informação e que será visto na próxima visita. Dra. Joelma também  
que a prestadora Avante Social tem um contrato a cumprir e que isso não está ocorrendo  
integralmente. O Presidente afirma já ter indicado à Secretária as possibilidades jurídicas da  
Secretaria diante do não cumprimento integral do contrato com a prestadora Avante Social, entre  
elas uma possível intervenção ou até rompimento do contrato. Clara retoma a palavra e afirma  
que é preciso entender que CAPS não é creche de doente mental para ficar todos os dias, ao que  
a conselheira Roseli manifesta sua discordância, lembrando que pacientes intensivos precisam do  
serviço todos os dias e aproveita a sua fala para registrar o caso de um paciente do intensivo do  
CAPS II, atendido também pela APAE, que dá o suporte devido a condição vulnerável da família,  
mas que teve seu Plano Terapêutico Singular (PTS) alterado para frequentar apenas dois dias por  
semana o CAPS 2. A alteração do PTS com diminuição, aponta Roseli, não ocorreu porque o  
paciente estaria bem e sim por falta de transporte, o que não se justifica pelo valor recebido pela  
Avante Social e por constar tal responsabilidade no Edital. A secretária Clara fala sobre como age  
com todos os prestadores e que todos tem problema, que a APAE também teve que devolver  
dinheiro. A conselheira Roseli responde que de fato a APAE devolveu R\$ 900,00 de tarifas  
bancárias referente ao período em que a APAE administrava o CAPS 2. A conselheira Roseli  
afirma ainda que a Secretária Clara Carvalho está minimizando a situação ao comparar a  
devolução de R 900,00 pela APAE ao questionamento que a própria Secretaria de Saúde fez à  
Avante Social, referente às transferências indevidas no valor de quase 1 milhão de reais. O  
Presidente retoma a palavra para ressaltar que mesmo com transferências indevidas e valores  
não executados, a Secretaria de Saúde direcionou mais verba pública à Avante Social em  
aditamento publicado em 04 de abril desse ano, ao que Clara responde que não se trata de mais  
verba, apenas de uma mudança de rubricas e que a presidente da Avante Social, sediada em  
Belo Horizonte, virá até Mogi Mirim para uma reunião com o Conselho para prestar os devidos  
esclarecimentos. Quanto ao atendimento aos autistas, a conselheira Roseli lembra ao plenário  
que existe uma proposta do governo do Estado de São Paulo para criar um Núcleo de  
Atendimento Especializado para Autismo, o que será um convênio direto com o Estado, porém,  
com anuência da Secretaria de Saúde do Município. Roseli ressaltava ainda que no momento foi  
pedido alguns esclarecimentos ao Estado acerca de algumas dúvidas sobre o referido Núcleo.  
Roseli afirma ainda que acredita que o modelo que temos hoje é muito difícil dar certo em relação  
a parte da clientela com autismo com quadro mais severo e que hoje busca atendimento no CAPS

EM BRANCO

m conjunto com adolescentes usuários de drogas, crianças e adolescentes com transtornos mentais e outras doenças mentais, independente de qual prestador assumir os serviços, no dia é muito complicado. O Presidente colocou em votação o Relatório apresentado a partir de situação ao CAPS IJ pela Comissão dos Prestadores, o que foi aprovado por unanimidade. Na sequência, a visitante Marcela Secchinato e a Dra. Joelma solicitaram cópia do relatório ao Presidente. Em seguida, o Presidente passou ao item seguinte da pauta, referente à realização da 1ª Plenária Municipal de Gestão do Trabalho e Educação de Saúde de Mogi Mirim, apresentando ao Plenário a proposta da Comissão de Organização do referido evento para que esse seja realizado na forma de Plenária, não na forma de Conferência, no dia 13 de junho de 2024, no horário das 13h00 às 16h00, com a presença de no mínimo dois trabalhadores de saúde por unidade básica de saúde, Centro de Especialidades Médicas, UPA Zona Leste, UPA central, Caps II, Caps IJ, Caps AD e Residência Terapêutica. O Presidente lembra aos presentes que será muito importante o engajamento dos enfermeiros-chefes e demais chefias dessas unidades para o sucesso da Plenária. Em seguida o Presidente colocou a proposta em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, a Secretária faz esclarecimento sobre a nova Tabela SUS Paulista de R\$ 15,00 por habitante ano, explicando que como a Santa Casa é o único hospital do município que presta atendimento à população através do SUS e está sob intervenção, é necessária uma autorização do Conselho de Saúde para a Intervenção Administrativa do Município e assim possibilitar o acesso do Município aos recursos da Tabela SUS Paulista. O Presidente coloca em votação a referida autorização, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida a colaboradora do Conselho Municipal de Saúde, Dra. Clarice, pede a palavra pedindo à secretária de Saúde que se pronuncie quanto a sua saída do Conselho e Clara explica que já foi resolvida essa situação após ter conversado com o Presidente e que, afirma, Dra. Clarice continuará no Conselho de Saúde como apoiadora do Conselho. Dra. Clarice agradece e ressalta ainda que, conforme a Resolução 453, o Município deve oferecer apoio técnico para o Conselho e que o trabalhador que apoiará o Conselho não deve ter prejuízo de seus vencimentos. Na sequência o conselheiro João Olegário pede a palavra para relatar problemas no atendimento nas cirurgias ortopédicas. Sr Olegário afirma que sua filha está com problema sério de saúde, que precisa de cirurgia no joelho e que sofreu pela demora no atendimento, falta de orientação correta dos profissionais envolvidos, e desencontros de informações, afirmando que tais situações precisam melhorar. E por último, a conselheira Rita Capitoni informa ao Plenário sobre seu afastamento temporário do Conselho Municipal de Saúde pelo motivo de ser pré-candidata a vereadora. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e deu por encerrada a reunião e eu, Roseli Marinho, lavrei a presente Ata que após aprovada pela plenária segue assinada por mim e pelo Presidente. Mogi Mirim 30, de Abril de 2.024.

João Pedro Ricaldes dos Santos  
Presidente

Roseli Marinho de Souza  
Conselheira

EM BRANCO



CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM  
Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275  
Nova Mogi — Mogi Mirim— SP -SUS  
E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 218

### ATA N° 05/2024 Reunião Ordinária

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, com início às 16h10min e término às 18h10min, na Casa dos Conselhos, Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275 — Nova Mogi — Mogi Mirim — SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Aydee de Oliveira Preto Dos Santos, Antonio Roberto Morgon, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori,. Total de Conselheiros Usuários Titulares: 06 (seis). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Sandra Benedito Delfino e Valdemar Pausen Neto. Total de Conselheiros Usuários Suplentes: 3 (três). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Michele Catarina C. Vilela e Roseane Manca. Total de Conselheiros 2 (dois). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Ausência. Total de Conselheiros Suplentes Trabalhadores de Saúde: 0 (zero). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Clara A. F. de Almeida Carvalho, Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz, Ana Laura Ferreira Venancio, Clóvis Alexandre Barbosa Faria, e Marice Costa Porto de Moraes. Total de conselheiros 5 (cinco). O quórum ficou composto de 15 (quinze) Conselheiros com direito a voz e voto. Presença dos Visitantes: Clarice Rodrigues Chabregas (UBS Martim Francisco) e Vivian D.S.Custódio (Secretaria de Saúde), Daniel Frugoci (Santa Casa Mogi Mirim), Joseana F.F. da Silva e José Roberto G. Rosa ( Secretaria Saúde) e Suzana Barbi. Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Pedro Ricaldes dos Santos, declara aberta a reunião, agradecendo a presença de todos. O Presidente inicia a reunião apresentando a pauta e justificando as ausências. Iniciou a reunião com TRABALHO COMISSÕES INTERNAS – informou que a comissão de fiscalização prestadores do SUS fizeram um relatório e o Presidente leu o mesmo relatando que foi o resultado de 3 visitas técnicas, falou sobre a identificação dos CAPS e ao final da leitura passou as recomendações da comissão tais como: complementação do quadro de funcionários e etc., a Secretária de Saúde, Sra. Clara A. F. de Almeida Carvalho explica que houve um boicote na cidade em relação a empresa Avante quando chegou na cidade. Relatou que o cartório dificultou a liberação do CNPJ da empresa, que foi necessário a intervenção do corregedor do cartório, via São Paulo para poder liberar o CNPJ. que quando foi para locar os imóveis a secretaria procurava imóveis junto com a empresa Avante mas que todos os imóveis que tentaram

EM BRANCO



CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM  
Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275  
Nova Mogi — Mogi Mirim— SP -SUS  
E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 219

alugar, foram colocados empecilhos e que o CNPJ só saiu no mês de abril. explicou que quanto a falta de Terapeuta Ocupacional é uma situação geral que está em falta no mercado, que também falta fonoaudióloga que está ocorrendo junto ao SUS através do movimento da Regionalização que está ocorrendo em todo Estado uma movimentação para requer junto ao governador do estado um incentivo aos cursos dessas especialidades para suprir o mercado. Continuou dizendo que o CAPS-AD em especial tem trabalhado com morador de rua os quais na maioria tem dependência química, que a adesão é difícil, mas o enfermeiro que cuida tem puxado eles para trabalhar, mas que é um trabalho difícil e que fica no centro, porque os frequentadores se localizam na maioria no centro da cidade. Diz ainda a Secretária que a prefeitura deixou de usar a operadora Vivo pelos problemas que vinha enfrentando. Em seguida o Presidente tomou a palavra e justificou que a coordenadora do CAPS Solange disse que viria na reunião, mas que não veio, a Secretária de Saúde Sra. Clara A. F. de Almeida Carvalho justificou que ela está fazendo um levantamento para uma audiência pública que ocorrerá na semana. O presidente aproveitou para justificar o afastamento do conselheiro Edson, e da conselheira e vice presidente Sra. Rita Capitoni por serem candidatas a eleição. A secretária de saúde justifica que na Residência Terapêutica (RT) já tem dois moradores que são ex-presidiários, o presidente diz que não foram ainda visitar porque é nova, e que ainda irão esperar um pouco. O presidente explica que a Residência Terapêutica é para evitar a cronificação de pessoas internadas e que já podem ter uma vida normal, que não tem mais família, é uma medida de humanização, que essas pessoas possam ir a uma loja, supermercado e etc. O presidente passou a palavra ao representante da IAFA, empresa que atualmente está à frente do gerenciamento do UPA Zona Leste deste município, Sr. Clóvis Alexandre Barbosa Faria, que passou a fazer a apresentação dos indicativos da IAFA em relação ao UPA Zona Leste, explica o Sr. Clóvis que a empresa assumiu em fevereiro do ano passado a gestão do UPA, que foi um desafio grande, discorreu sobre a empresa e falou sobre a triagem e classificação de risco, explicou que a pessoa com mais risco é encaminhada na frente para o atendimento, que sempre é avaliada a conduta mais apropriada, que os exames nos casos urgentes são liberados em 2(duas) horas, quanto ao exame de RX no caso de trauma também houve uma maior agilidade e rapidez, neste momento, uma participante da reunião fez um depoimento que precisou do atendimento de urgência e que a Santa Casa estava lotada e o SAMU a levou para o UPA Zona Leste e que foi muito bem atendida, o representante da IAFA coloca que os pacientes que mais procuram o UPA são os classificados com azul, que não precisariam estar ali, que percebe que a maioria vai à procura de atestado médico, uma usuária da Santa Clara fala que a UBS que frequenta já foi muito ruim, mas que hoje em dia está muito boa que está muito satisfeita. Voltando a palavra ao Sr Clóvis relata que melhoraram muito a classificação de risco melhorando a qualidade de atendimento, com mais agilidade. O

BRANCO



CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM  
Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275  
Nova Mogi — Mogi Mirim — SP -SUS  
E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 220

conselheiro Sr. Miguel Vaz de Moraes questionou sobre uma porta da Santa Casa ficar fechada, a Conselheira Michele Catarina C. Vilela, que trabalha lá, justifica que muitos acompanhantes entram e atrapalham o atendimento, seu Miguel disse que concorda, mas que não concorda na demora em abrir a porta, que outro dia precisou chamar o guarda que foi chamar o médico para depois autorizar a abrir, que entende que precisa abrir logo que está chamando por se tratar de emergência. O Presidente retomou a palavra e passou a um novo assunto da pauta, sobre o regimento da plenária municipal de gestão do trabalho e educação em saúde, passou a falar da realização da plenária que vai ocorrer em 13 de junho de 2024, as 13hs na estação educação, pediu ajuda de todos para a divulgação e participação. Sobre a alteração da composição do Conselho, o Sr. Presidente passou a palavra a Dra. Clarice Rodrigues Chabregas, ela relata que houve a orientação a todos os municípios na composição dos conselhos, com um número menor de pessoas a fim de que todos participem, que a orientação partiu da Regional de São João da Boa Vista, expõe o presidente que o município possui 3 UBSs sem participantes, tendo como exemplo o porquê da recomendação, sendo que o ideal para nosso município seria de 12 a 16 participantes, mas para isso precisa de aprovação por meio de Lei, como é um problema geral, não só de nosso município, explica que existem propostas já de regionalizar, propõe a formação de uma comissão para poder estudar como fazer essa proposta de mudança. O Conselheiro Sr. Tatsuo Sudo Hattori aponta que teve problemas com a farmacêutica de Martim Franciso que por uns 15 dias ficou sem farmacêutica que isso trouxe transtornos, a Secretária de Saúde diz que houve vários pedidos de demissão e que não pode contratar por ser ano eleitoral. Neste momento foi lida a ata do dia 30/04/2024 a qual foi aprovada por unanimidade. O Presidente informou que o horário da reunião foi remanejado para as 15:30 horas para facilitar o comparecimento de todos. Nada mais havendo a tratar, Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, Marice Costa Porto de Moraes, lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim. 28/05/2024.

João Pedro Ricaldes dos Santos  
Presidente

Michele C. Vilela - P  
Marice Costa Porto de Moraes  
2ª Secretária

LOW BRANCO

**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM****ATA N° 06/2024 Reunião Ordinária**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, realizada aos vinte e cinco de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, com início às 15h30 e término às 17h40min, na Casa dos Conselhos, Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275 — Nova Mogi — Mogi Mirim — SP. Reúne-se o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Titulares representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Aydee de Oliveira Preto dos Santos, Antonio Roberto Morgon, João Olegario de Siqueira, Maria das Graças C. Oliveira, Miguel Vaz de Moraes, João Pedro Ricaldes dos Santos, Tatsuo Sudo Hattori. Total de Conselheiros Usuários Titulares: 07 (sete). Conselheiros Suplentes representantes dos Usuários com direito a voz e voto: Valdemar Pausen Neto. Total de Conselheiros Usuários Suplentes: 1 (um). Conselheiros Titulares representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Michele Catarina C. Vilela e Roseane Manca. Total de Conselheiros 2 (dois). Conselheiros Suplentes representantes Trabalhadores de Saúde com direito a voz e voto: Ausência. Total de Conselheiros Suplentes Trabalhadores de Saúde: 0 (zero). Conselheiros Titulares Representantes de Gestor e Prestadores de Serviço com direito a voz e voto: Cláudia Ferrari Malvezzi Pereira da Cruz, Pauliny de Aquino Lourenço, Clóvis Alexandre Barbosa Faria. Total de conselheiros 3 (três). O quórum ficou composto de 13 (treze) Conselheiros com direito a voz e voto. Presença dos Visitantes: Clarice Rodrigues Chabregas (UBS Martim Francisco), Suzana A. L. Barbi (Ubs Santa Cruz), Lilian Coradini (Sec. de Saúde), Luciana Gomes Almeida de Souza (Faculdade Santa Lúcia), Joelma Franco (vereadora) e Guilherme Souza (Câmara Municipal). Após as devidas formalidades e cumprimentos o Presidente - Sr. João Pedro Ricaldes dos Santos, declara aberta a reunião, agradecendo a presença de todos. O Presidente inicia a reunião apresentando a pauta e justificando as ausências. Iniciou a reunião com o primeiro ponto da pauta, relativo ao TRABALHO DAS COMISSÕES INTERNAS, informando que a Comissão de Atenção Básica já recebeu os diagnósticos locais de saúde das unidades do Aterrado, Vergel, Jardim Paulista e Martim Francisco e, que, o prazo para enviar termina em 30 de julho. O presidente destacou a importância da realização dos diagnósticos a partir de todas as unidades básicas para a ampliação do controle social, para aprofundar a relação entre usuário e o serviço prestado, para não permanecer apenas em reclamações pontuais e recorrentes e, finalmente, para a elaboração dos planos de saúde, como o Anual e o Plurianual. O presidente salientou também que os demais conselheiros podem utilizar os planos já enviados como modelo para a realização em suas unidades. Em seguida, o Presidente apresentou o Relatório Final da Primeira Plenária Municipal de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, realizada em 13 de junho de 2024, das 13h às 16h, no Salão Vermelho da Estação Educação, Mogi Mirim, do qual destacou que o evento fez parte de um movimento nacional que ocorre em todo o Brasil e que culminará na realização da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho em dezembro em Brasília. O Presidente destacou ainda, no mesmo assunto, que o evento contou com o apoio estratégico da Secretaria Municipal de Saúde, através do NEPH, e com o engajamento de trabalhadores de todas as unidades básicas de saúde, de representantes dos serviços de saúde mental e da Apae, além de uma expressiva participação de usuários, lembrando que ao final da Plenária foram eleitos 4 delegados para a fase macrorregional da conferência, a ser realizada em julho de forma virtual. Em seguida, o Presidente informou a solicitação da Secretaria de Saúde, via ofício datado de 24 de junho de 2024, no sentido de retirar de pauta a Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre de 2024 da Secretaria de Saúde, passando à leitura do respectivo ofício, no qual se apresenta a justificativa de que "após as alegadas informações de não-atendimento, não registro de dados, baixa produtividade e

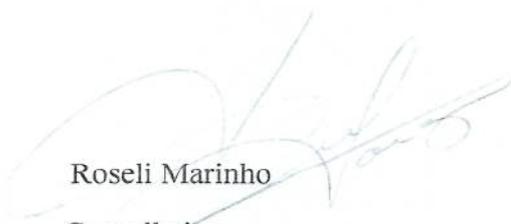
EM BRANCO

desassistência, mencionadas pela Comissão Fiscal do Conselho, ocorrida em reunião de 20/06/2024, a Secretaria iniciou apuração manual de todos os prontuários e constatou que os números de atendimento e procedimentos registrados no sistema Viver estão aquém do efetivamente realizados, por problema ocorrido na transmissão de dados”. O presidente continua a ler o ofício citado, destacando que a Secretaria de Saúde nele apresentou a reanálise dos dados referentes ao Caps II e que é necessário, segundo o ofício assinado por Lilian Coradini, então Secretária de Saúde Substituta, a reanálise da produção de todos os equipamentos de saúde mental. Em seguida a conselheira Ana Paula Adolpho questiona Lilian Coradini sobre o prazo em que será apresentada a reanálise do Caps IJ e Caps AD, ao que Lilian Coradini responde que o prazo é de 4 dias úteis, contados a partir da data dessa reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. O presidente João Ricaldes pergunta a Lilian Coradini se pretende enviar uma retificação da prestação de contas à Câmara Municipal de Mogi Mirim, uma vez que esses dados não constavam na apresentação feita em 29 de maio na Câmara, ao que Lilian Coradini respondeu que ira consultar o setor jurídico da prefeitura sobre o assunto. O conselheiro Miguel Vaz pede a palavra e afirma que a reanálise dos dados gera desconfiança nas informações já apresentadas ao Conselho e à Câmara, já que segundo Miguel Vaz a Secretaria passou dados que depois diz que estavam errados e que, portanto, o Conselho não tem como aprovar essas contas do primeiro quadrimestre. O Presidente retoma a palavra e reforça a afirmação do conselheiro Miguel Vaz, afirmando que ao realizar a mudança de números a Secretaria coloca-se em situação jurídica de suspeição, além de que, afirma o Presidente, mesmo com os dados alegadamente revisados, a produção em saúde mental continua muito abaixo do apresentado nos dois quadrimestres anteriores. Ao final, o Presidente pede a Lilian Coradini cópias das auditorias realizadas pela ETAM no Caps II, Caps IJ, Caps AD e Residência Terapêutica, em avaliação do contrato 164/2023 e Plano de Trabalho, no mês de abril, in loco, ao que Lilian Coradini se dispõe prontamente em atender, mediante ofício. A visitante, vereadora Joelma Franco pede a palavra, ao final, para solicitar ao Presidente cópia da Ata da presente reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, Roseli Marinho, designada pelo Presidente para lavrar essa Ata na ausência da 2ª Secretária Marice Porto, de Moraes, lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelo presidente e por mim. Mogi Mirim, 25 de junho de 2024.



João Pedro Ricaldes dos Santos

Presidente



Roseli Marinho

Conselheira

EM BRANCO



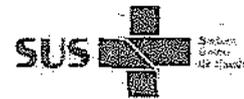
## Comissão de Fiscalização dos Prestadores do SUS

### Relatório de Atividades e Visitação realizada no Caps 2 no dia 25 de janeiro de 2024

Aos membros do Plenário do Conselho Municipal de Saúde

A Comissão de Fiscalização dos Prestadores de Serviços ao SUS, criada conforme a deliberação 25/2023 de 09 de novembro de 2023 do Conselho Municipal de Saúde e publicada no Diário Oficial de 11 de novembro de 2023, vem prestar os seguintes esclarecimentos:

- 1) Essa Comissão realizou até o momento duas reuniões preparatórias para iniciar a fiscalização dos prestadores dos serviços de saúde ao SUS.
- 2) No dia 16 de janeiro passado foi realizada a primeira reunião com a presença dos conselheiros Roseli Marinho, João Ricaldes e Rui Jorge e a ausência de Michele Vilela, além da presença da conselheira convidada Ana Paula Adolpho, membro da Comissão de Avaliação Fiscal. Nessa reunião houve a leitura das competências das comissões internas e dos objetivos dessa comissão, com a definição de que os trabalhos se iniciariam pela prestadora "Avante" e, dentre seus serviços contratados, pelo Caps 2, devido às reclamações recebidas.
- 3) No dia 17 de janeiro o Conselho de Saúde recebeu carta denúncia da Sra. Elisabeth Paulino, mãe de paciente do Caps 2, cobrando uma posição desse Conselho face aos acontecimentos no Caps 2, por ela relatados detalhadamente, com destaque para a ausência de refeição na parte da tarde.
- 4) No dia 18 de janeiro, essa Comissão enviou Ofício à Secretaria Municipal de Saúde, comunicando a realização de visitas para fiscalizar os serviços terceirizados de saúde mental, a começar pelo Caps 2, tendo como justificativa o conteúdo da referida carta-denúncia.
- 5) No dia 22 de janeiro passado, foi realizada a segunda reunião dessa Comissão, com a presença dos mesmos conselheiros acima mencionados, além do conselheiro Miguel Moraes, também membro da Comissão de Avaliação Fiscal; durante a segunda reunião foi realizada uma comparação detalhada entre o edital de 04 de julho de 2023 ("Chamamento 02/2023), o contrato 164/2023 firmado entre Avante e a Secretaria de Saúde de Mogi Mirim, o Plano de Trabalho da Avante, publicado no Portal da Transparência, bem como a Portaria federal 336, de 19 de fevereiro de 2002, que regula o modelo assistencial em saúde mental. Também foi definida uma pauta de fiscalização ("check-in list") para orientar a visitação do Caps 2.
- 6) No dia 22 de janeiro, essa comissão enviou à Coordenação do Caps 2, ofício anunciando para dia 25 de janeiro a referida visitação, com recebimento assinado no dia 23 de janeiro.
- 7) No dia 25 de janeiro a referida visitação foi realizada das 8h às 9h45, da qual destacamos:



- Após 80 dias de administração, iniciada em 10 de novembro de 2023, a contratada "Avante" ainda não implantou o serviço contratado.
- A equipe se encontra desfalcada: não há terapeuta ocupacional, nem recepcionista própria; no momento da visita também não havia enfermeira; a Coordenadora afirma que a enfermeira já foi contratada e que vai assumir na próxima semana.
- O serviço está sem identificação na entrada. A Coordenadora disse estar aguardando a Prefeitura verificar as medidas da Placa.
- O Alvará de Funcionamento afixado na recepção ainda está no nome da APAE. A Coordenadora foi orientada a pedir a substituição do Alvará.
- Não foi realizado nenhuma Visita Domiciliar, contrariando compromisso firmado no Contrato: a Coordenadora explica que ainda não fizeram porque estão sem carro próprio, embora tenha motorista contratado para carga de 40 hs; o transporte de pacientes ainda é realizado pela Prefeitura, embora esse serviço esteja por contrato a cargo da Avante.
- O médico psiquiatra, entrevistado pela Comissão, manifesta preocupação com o local, pois afirma que não há salas para todos e também que hoje vê a necessidade de recepcionista uma vez que a recepção fica sem ninguém boa parte do tempo, o que dificulta agendamentos e o próprio acolhimento na chegada. Muitas vezes a assistente social, afirma, vai até a recepção atender telefone. Diz que a necessidade de recepcionista e auxiliar administrativo é evidente e que não tem como uma única pessoa realizar os dois serviços. Hoje o médico precisa separar os prontuários e isso leva um tempo. Acaba atrapalhando o tempo para as consultas. Durante a visita, havia prontuários no chão na sala do médico.
- Não foi realizado nenhum matriciamento (planejamento de atividades entre Caps e UBSs).
- A Escala de Trabalho apresentada ainda é de dezembro/2023 e já teve alterações.
- Há ociosidade dos pacientes intensivos.
- A Artesã e a Educadora Social afirmam que não havia nenhum planejamento de atividades. A Comissão orientou a Coordenadora para que exija o planejamento de atividades desde a chegada dos usuários, pois não se justifica a falta de planejamento e a ociosidade encontrada no local.
- A Comissão ainda aguarda documentos essenciais sobre o funcionamento do serviço: Escala de Trabalho, Alvará de Vigilância, Lista de pacientes intensivos, semi-intensivos e não-intensivos, Escala de Enfermagem, Planilha de Visitas Domiciliares e Relatório Técnico Fiscal de Prestação de Contas. A Coordenação ficou de enviar. A Secretária de Saúde também não enviou até o momento nenhum relatório fiscal, embora tenha sido solicitado.

**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**Avenida Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275, Nova Mogi  
935. E-mail: [comsaudemogimirim@gmail.com](mailto:comsaudemogimirim@gmail.com)

- A Comissão verificou a falta de manutenção predial (mato alto, infiltração próximo a sala de enfermagem, e próximo ao banheiro externo).

- A Comissão verificou ainda a inexistência de oferecimento de qualquer refeição ou lanche para pacientes que frequentam o Caps apenas no período da tarde, sejam eles intensivos (todos os dias da semana) ou semi-intensivos (2 a 3 dias da semana).

- Pacientes intensivos (8 horas por dia) não recebem alimentação na parte da tarde; pacientes entrevistados relatam que quando há algo para comer à tarde, é só banana, separada da marmita do almoço; alguns afirmavam que comumente a banana oferecida está verde. A Comissão demonstrou à Coordenadora que o oferecimento das refeições para pacientes que ficam 8 horas por dia no Caps (café da manhã, almoço e lanche), como sempre ocorreu antes da vigência do atual contrato, é norma federal (Portaria 336 de 19/02/2002), além de estar previsto no Edital. A coordenadora afirmou que já pediu à Avante a regularização da alimentação da tarde, além de estar pleiteando uma reunião presencial entre sua equipe e os dirigentes da Avante, sediada em Belo Horizonte (MG).

Diante do exposto, essa Comissão recomenda:

- 1 – A imediata normalização do fornecimento de alimentação, inclusive na parte da tarde, conforme o que determina a Portaria federal 336, de 19 de fevereiro de 2002, artigo 4º, item 4.2.1 letra g.
- 2 – A complementação urgente do quadro de funcionários conforme previsto em contrato.
- 3 - A regularização e atualização da documentação interna, como Escala de Trabalho, Alvará da Vigilância e a Escala da Enfermagem
- 4 – O fornecimento urgente a esse Conselho da lista de pacientes intensivos, semi-intensivos e não intensivos.
- 5 – O fornecimento do Relatório Mensal Técnico Fiscal, conforme exige o Contrato 164/2023, de 16 de outubro de 2023, itens 2.20 e 11.1.
- 6 – O prazo de 30 dias para a execução das adequações aqui indicadas, após o qual será realizada nova visita dessa Comissão no local.

Mogi Mirim, 29 de janeiro de 2023

João Pedro Ricaldes dos Santos

Michele Catarina C. Vilela

Roseli Marinho de Souza

Rui Jorge Silveira Cintra Júnior

EM BRANCO



**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**  
Avenida Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275, Nova Mogi  
Fone: (19) 3862.2935. E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com



## **Comissão de Fiscalização dos Prestadores do SUS**

### **Relatório de Atividades e Visitação realizada no Caps IJ no dia 08 de abril de 2024**

Aos membros do Plenário do Conselho Municipal de Saúde

A Comissão de Fiscalização dos Prestadores de Serviços ao SUS, criada conforme a deliberação 25/2023 de 09 de novembro de 2023 do Conselho Municipal de Saúde e publicada no Diário Oficial de 11 de novembro de 2023, vem prestar os seguintes esclarecimentos:

1) Essa Comissão realizou até o momento duas visitas técnicas de fiscalização nos serviços prestados pela entidade Avante Social no corrente ano de 2024. A primeira foi realizada no Caps II, situado na Avenida Santos Dumont, no dia 25 de janeiro, das 8h00 às 09h35, o que já foi devidamente relatada ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde em 30 de janeiro, conforme consta em Ata. A segunda, ora em apresentação, foi realizada no dia 08 de abril de 2024, das 8h30 às 9h35.

2) No dia 05 de fevereiro essa Comissão realizou reunião preparatória com seus integrantes na qual foram abordados e debatidos as portarias e contratos sobre o referido serviço, além de outros subsídios técnicos.

3) Na referida reunião foi realizada uma comparação detalhada entre o edital de 04 de julho de 2023 ("Chamamento 02/2023), o contrato 164/2023 firmado entre Avante e a Secretaria de Saúde de Mogi Mirim, o Plano de Trabalho da Avante, publicado no Portal da Transparência, bem como a Portaria federal 336, de 19 de fevereiro de 2002, que regula o modelo assistencial em saúde mental. Também foi definida uma pauta de fiscalização ("check-in list") para orientar a visita do Caps IJ, à semelhança do procedimento adotado por essa Comissão quando da preparação para a visita ao Caps II.

4) No dia 27 de março a coordenadora do Caps IJ Solange Amorim foi informada, por meio eletrônico, sobre a visita ao Caps IJ e ficou acertado a sua execução no dia 08 de abril.

5) No dia 08 de abril no CAPS IJ, entre 8h30 e 9h35, foi realizada a referida visita ao Caps IJ, situado à rua Baronesa de Cintra, 105, com a presença dos conselheiros Ana Paula Adolpho, João Ricaldes e Miguel Vaz.

6) Da visita realizada no dia 04 de abril, essa Comissão destaca as seguintes informações colhidas junto à coordenadora Solange Amorim:

Sobre a identificação: a coordenadora informa que está em processo de confecção a nova placa na fachada do imóvel com a logomarca da Avante Social e que a atual placa ainda não a identifica.



Sobre o atendimento "porta aberta" e a existência de fila de espera: a coordenadora informa que o número de crianças atendidas está em torno de 100, das quais cerca de 40 foram acolhidas e avaliadas, mas ainda esperam por encaminhamento no serviço. Informa ainda que algumas crianças são encaminhadas pelas escolas ou pela UBS, outras pelo Conselho Tutelar e outras ainda pela Ministério Público.

Sobre as visitas domiciliares: a coordenadora informa que já existem 3 veículos alugados pela Avante para uso dos 3 Caps e que realiza em torno de 12 visitas mensais, em conformidade com a meta estabelecida em Plano de Trabalho, sendo que há priorização das visitas que derivam de ofício do Ministério Público

Sobre a alimentação: a coordenadora informa que nenhuma criança permanece 4 horas no Caps II, mas que mesmo assim são oferecidos lanches nos horários de maior importância (quando por exemplo são atendidos próximo ao horário normal de almoço) e que o lanche é encomendado no Supermercado Imperial

Sobre as atividades comunitárias de integração do usuário com a comunidade: a coordenadora informa que estão em fase de planejamento, com o objetivo de atender o que está disposto no Plano de Trabalho.

Sobre a equipe profissional: a coordenadora informa que ainda não tem Terapeuta Ocupacional (havia uma TO cedida pela Prefeitura) e que também está à procura de Enfermeira para ocupar o lugar que era dela mesma antes de ser nomeada coordenadora, o que ocorreu 1 mês atrás. Informa que está tentando, junto à Secretaria de Saúde, alterar a exigência de TO e substituir por psicopedagoga. E que a dificuldade na contratação de Enfermeira está na exigência de especialização em saúde mental, também definido em edital.

Sobre as horas de psiquiatra: a coordenadora informa que há 40 horas semanais, conforme Edital, cumpridas por 2 profissionais. Informa que o Caps II conta um 1 neuropediatra, mas não com clínico geral, pois é exigência para o Caps AD, não II. Informa também que todas as contratações da equipe médica dos 3 CAPS e RT são feitas por empresa subcontratada pela Avante.

Sobre o atendimento de TEA: a coordenadora informa que mesmo com laudo, as crianças passam por reavaliação na equipe do CAPS II

Sobre as reuniões de equipe: a coordenadora informa que são realizadas com 1 hora semanal

Sobre o Alvará da Vigilância Sanitária, a coordenador informa ainda que não há alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária nos 3 CAPS e que estes estão sendo providenciados, uma vez que a Vigilância exigiu CNPJ individualizado dos 3 serviços, sendo que o cartório tem colocado dificuldade para criar o CNPJ.

Sobre a documentação do CAPS II: foi fornecida cópia impressa da Escala de Trabalho e ficamos aguardando envio por e-mail de cópia digital do Relatório Mensal Financeiro de Prestação de Contas e das Atas de matriciamentos realizados.

A Comissão esclarece que no dia 12 de abril, a coordenadora enviou parte dos documentos solicitados através do e-mail da Casa dos Conselhos de Mogi Mirim. Entre esses documentos constam um conjunto de Atas de reuniões de equipe e cópia de ofício da Secretaria de Saúde de Mogi Mirim, datado de 27 de março de 2024, no qual a Secretária Clara Carvalho aponta algumas irregularidades na prestação de contas de todos os serviços da Avante no setor da Saúde. Não recebemos as atas de matriciamentos.

Diante do exposto, essa Comissão recomenda:

- 1 – A complementação urgente do quadro de funcionários conforme previsto em contrato.
2. A execução de atividades comunitárias de integração do usuário com a comunidade, conforme determina o Plano de Trabalho.
- 3 - A regularização e atualização da documentação interna, principalmente o Alvará da Vigilância e as Atas de Matriciamento
- 4– O fornecimento do Relatório Mensal Técnico Fiscal, conforme exige o Contrato 164/2023, de 16 de outubro de 2023, itens 2.20 e 11.1.
- 4 – O prazo de 30 dias para a execução das adequações aqui indicadas, após o qual será realizada nova visita dessa Comissão no local.

Mogi Mirim, 09 de abril de 2024

**João Pedro Ricaldes dos Santos**

**Michele Catarina C. Vilela**

**Roseli Marinho de Souza**

**Rui Jorge Silveira Cintra Filho**

SEM BRANCO

10



**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**  
Avenida Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275, Nova Mogi  
Fone: (19) 3862.2935. E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com



## Comissão de Fiscalização dos Prestadores do SUS

### Relatório de Atividades e Visitação realizada no Caps AD no dia 17 de maio de 2024

Aos membros do Plenário do Conselho Municipal de Saúde

A Comissão de Fiscalização dos Prestadores de Serviços ao SUS, criada conforme a deliberação 25/2023 de 09 de novembro de 2023 do Conselho Municipal de Saúde e publicada no Diário Oficial de 11 de novembro de 2023, vem prestar os seguintes esclarecimentos:

- 1) Essa Comissão realizou até o momento três visitas técnicas de fiscalização nos serviços prestados pela entidade "Avante Social" no corrente ano de 2024. A primeira foi realizada no Caps II, situado na Avenida Santos Dumont, no dia 25 de janeiro, das 8h00 às 09h35; a segunda visita foi realizada no Caps IJ, situado à rua Baronesa de Cintra, 105, no dia 08 de abril de 2024, das 8h0 às 9h30, ambas já devidamente relatadas ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde em 30 de janeiro e 30 de abril respectivamente, conforme consta nas Atas. A terceira, ora em apresentação, foi realizada no dia 17 de maio de 2024, das 8h30 às 9h35.
- 2) Nos dias 03 e 16 de maio de 2024, essa Comissão realizou reuniões preparatórias com seus integrantes na qual foram abordados e debatidos as portarias e contratos sobre o referido serviço, além de outros subsídios técnicos.
- 3) Seguindo a metodologia utilizada para a preparação das duas primeiras visitas, no Caps II e no Caps IJ, essa Comissão também abordou nas duas reuniões preparatórias para o CAPS AD, um estudo comparado sobre o edital de 04 de julho de 2023 ("Chamamento 02/2023), o contrato 164/2023 firmado entre Avante e a Secretaria de Saúde de Mogi Mirim, o Plano de Trabalho da Avante, publicado no Portal da Transparência, bem como a Portaria federal 336, de 19 de fevereiro de 2002, que regula o modelo assistencial em saúde mental. Também foi definida uma pauta de fiscalização ("check-in list") para orientar a visita do Caps AD, à semelhança do procedimento adotado por essa Comissão quando da preparação para as visitas ao Caps II e Caps AD.
- 4) No dia 08 de maio de 2024, a coordenadora dos 3 Caps, Solange Amorim, foi informada, por meio eletrônico, sobre a visita ao Caps AD e ficou acertado a sua execução no dia 17 de maio.
- 5) Assim, na data de 17 de maio de 2024, entre 8h30 e 9h35, foi realizada a referida visita ao Caps AD, situado à rua Padre Roque, 359, Centro, com a presença dos conselheiros Ana Paula Adolpho, João Ricaldes, Roseli Marinho e Miguel Vaz. Ressalte-se a ausência do Enfermeiro Responsável Técnico do Caps AD, Diego Medeiros França.
- 6) Da referida visita, essa Comissão destaca as seguintes informações colhidas junto à coordenadora Solange Amorim:



Sobre a identificação: a coordenadora informa que um adesivo está em processo de confecção para ser inserido na placa atual na fachada do imóvel com a logomarca da Avante Social e que a atual placa ainda não identifica o atual gestor do serviço. Informa ainda que toda requisição dos serviços e recursos materiais dos Caps de Mogi Mirim à Avante Social demora de 15 a 30 dias para ser respondido, o que inclui suprimentos de limpeza, manutenção, artesanato e medicação. Afirma ainda que esses tipos de requisições demoram meses para ser respondido quando se referem ao Caps II. Segundo a coordenadora, a direção da Avante Social alega que essa morosidade ocorre pelo fato de ser uma empresa muito grande e presente em muitos municípios.

Sobre as instalações: a coordenadora afirma que a Avante já está à procura de outro imóvel mais adequado aos serviços prestados, uma vez que, como a Comissão constatou, o local é totalmente inadequado, com corredores estreitos, muitas escadas, rampas íngremes e salas pequenas.

Sobre a existência de fila de espera, a coordenadora não soube informar.

Sobre as visitas domiciliares: a coordenadora informa que realiza em torno de 12 visitas mensais, em conformidade com a meta estabelecida em Plano de Trabalho.

Sobre as atividades comunitárias de integração do usuário com a comunidade: a coordenadora informa que não foi realizado nenhuma atividade desse tipo até o momento, mas que estão em fase de planejamento, no qual constaria uma visita ao novo Museu de Arte de Mogi Mirim.

Sobre a equipe profissional: a coordenadora afirma que a equipe está completa, no entanto, falta Terapeuta Ocupacional na escala de trabalho fornecida, além de a equipe do Caps AD contar com a atuação do médico da Prefeitura Paulo João, conforme consta no site da Secretaria de Saúde, na aba "horários de médicos".

Sobre as horas de psiquiatra: a coordenadora informa que há 40 horas semanais, conforme Edital, cumpridas por 2 profissionais.

Sobre as reuniões de equipe: a coordenadora informa que são realizadas com 1 hora semanal

Sobre o número de pacientes intensivos, semi-intensivos e não intensivos: a coordenadora fornece uma cópia impressa de pacientes atendidos no mês de abril, discriminando aqueles que comparecem pela manhã, pela tarde ou o dia todo, compondo um total de 18 pacientes atendidos no referido mês

Sobre o procedimento de internação: a coordenadora afirma que toda internação é realizada através da UPA Zona Leste e que o enfermeiro responsável técnico do Caps AD, Diego Medeiros França, está em treinamento no sistema Cross (Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde).



**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**  
Avenida Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275, Nova Mogi  
Fone: (19) 3862.2935. E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com



Sobre o Alvará da Vigilância Sanitária, a coordenador informa ainda que não há alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária nos 3 CAPS e que estes estão sendo providenciados. Afirma ainda que já estão prontos o CNPJ dos 3 Caps.

Sobre a documentação do CAPS AD: foi fornecida cópia impressa da Escala de Trabalho e ficamos aguardando envio por e-mail de cópia digital dos CNPJs, da planilha de visitas domiciliares e das Atas de matriciamentos realizados. Quanto ao Relatório Mensal Financeiro de Prestação de Contas, a coordenadora afirma que não tem autorização para fornecê-lo ao Conselho Municipal de Saúde e que, como coordenadora, não participa da elaboração desse tipo de Relatório.

A Comissão esclarece que até o momento a coordenadora não enviou os documentos acima mencionados, tais como atas de matriciamentos, nem CNPJs, nem planilha de visitas domiciliares.

Diante do exposto, essa Comissão recomenda:

- 1 – A complementação urgente do quadro de funcionários conforme previsto em contrato.
2. A execução de atividades comunitárias de integração do usuário com a comunidade, conforme determina o Plano de Trabalho.
- 3 - A regularização e atualização da documentação interna, como o Alvará da Vigilância, as Atas de Matriciamento e as planilhas de visitas domiciliares
- 4– O fornecimento do Relatório Mensal Técnico Fiscal, conforme exige o Contrato 164/2023, de 16 de outubro de 2023, itens 2.20 e 11.1.
- 5 – A mudança de endereço da prestação desse serviço, já que o atual é inadequado.
- 6 – A ampliação do número de usuários, através de buscas ativas e demais procedimentos pertinentes.
- 7 – O prazo de 30 dias para a execução das adequações aqui indicadas, após o qual será realizada nova visita dessa Comissão no local.

Mogi Mirim, 24 de maio de 2024'

**João Pedro Ricaldes dos Santos**

*Michele C. C. Vilela*  
**Michele Catarina C. Vilela**

*Roseli Marinho de Souza*  
**Roseli Marinho de Souza**

**Rui Jorge Silveira Cintra Filho**

EM BRANCO



## Comissão de Avaliação Fiscal

### Parecer sobre a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao Primeiro Quadrimestre do ano de 2024

Aos membros do Plenário do Conselho Municipal de Saúde

A Comissão de Avaliação Fiscal, composta em Plenário em 09 de novembro de 2023, conforme Ata, vem prestar os seguintes esclarecimentos:

Após debate e avaliação interna sobre a Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre de 2024, em reunião presencial realizada em 19 de junho de 2024 e, após reunião dessa Comissão com a equipe técnica da Secretaria de Saúde em 20 de junho de 2024, essa Comissão emitiu o seguinte parecer em reunião virtual realizada em 21 de junho de 2024.

1. Considerando-se a produção do período na saúde mental, em comparação aos 2 quadrimestres anteriores, verifica-se uma forte tendência de queda abrupta da produção nos 3 serviços de saúde mental (Caps II, Caps AD e Caps IJ).

2 – Essa tendência já se evidencia na passagem do 2º ao 3º quadrimestre do ano de 2023, em taxas de queda que variam de 40 a 60% da produção

3 – A discrepância de produção se acentua drasticamente na passagem do 3º quadrimestre de 2023 para o 1º quadrimestre de 2024

4 – No 1º quadrimestre de 2024, chama a atenção em especial o item “acolhimento inicial” simplesmente zerado nos Caps II e Ad e com apenas 1 caso no Caps IJ. Observe-se, ainda, que no caso do Caps AD o acolhimento inicial já se encontrava inexistente, isto é, “zerado” nos dois quadrimestres anteriores

5 – No mesmo período também se revela como inexistente o matriciamento (“zerado”) no Caps AD e no Caps IJ, evidenciando o completo isolamento desses serviços em relação à rede de atenção básica. O Caps II registrou nesse período a marca de 4 matriciamentos, que, no entanto, apresenta-se “zerado” quanto ao acolhimento inicial, atendimento diurno, atendimento domiciliar, práticas corporais e práticas expressivas.

6 – No período do 1º quadrimestre, as melhores marcas de produção se encontram no item atendimento individual, o que sugere a prática de um modelo ambulatorial de atendimento, o que se evidencia de forma inequívoca pela inexistência absoluta de práticas corporais e práticas expressivas nos 3 Caps, além de atendimento domiciliar “zerado” no caso do Caps II e com apenas 1 registro no caso do Caps IJ.

Diante do exposto, a Comissão de Avaliação Fiscal recomenda ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde a reprovação das contas da Secretaria de Saúde do Primeiro Quadrimestre de 2024 e eu, João Pedro Ricaldes dos Santos, presidente do Conselho Municipal de Saúde, lavrei o presente parecer:

EM BRANCO



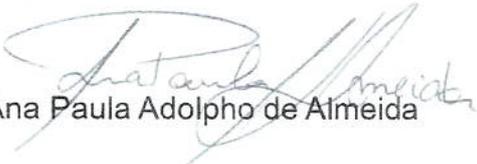
**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**  
Avenida Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275, Nova Mogi  
Fone: (19) 3862.2935. E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 230



Mogi Mirim, 21 de junho de 2024

  
Ana Paula Adolpho de Almeida

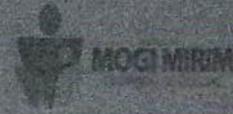
Marice Costa Porto de Moraes

  
Michele Catarina C. Vilela

  
Miguel Vaz de Moraes

  
João Pedro Ricaldes dos Santos

EM BRANCO

Secretaria de  
Saúde

OFÍCIO Nº 155/2024 – FIN.

A

Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde – Avante Social

Ilmo. Srta. Viviane Tompe Souza Mayrink

Mogi Mirim, 27 de março de 2024.

Conforme análise da prestação de contas de janeiro de 2023 foram constatados as seguintes irregularidades.

1. Mês de janeiro foi observado que ocorreram transferências de valores não identificadas na prestação, são elas:

A) R\$ 900.000,00 data 08/01/2024

B) R\$ 60.000,00 data 08/01/2024

C) R\$ 225,00 data 15/01/2024

Tais transferências foram para outra conta-corrente da entidade, foi observado também que os mesmos valores foram devolvidos em datas diferentes no mesmo mês de referência.

A Secretaria da Saúde de Mogi Mirim vem alertar a vossa senhoria que de acordo com a Instrução normativa do TCE-SP NR.01/2020 na seção II dos contratos de gestão ART.134 paragrafo III desta instrução, "Proibir que a OS redistribua, entre eventuais outras entidades gerenciadas, os recursos a ela repassados."

2. Todo recurso não utilizado deverá ser deve ser aplicado em uma conta específica de aplicação financeira e seus respectivos rendimentos revertidos para o contrato

3. Foram constatados na prestação de contas de janeiro de 2024 em rubricas divergências como segue:

Medicamentos – Não ocorreu gasto mensal

Material e medicamentos – Gasto muito inferior ao valor mensal

Materiais diversos - Gasto muito inferior ao valor mensal

Seguros impostos e taxas – Não ocorreu gasto mensal

Despesas administrativas - Gasto muito inferior ao valor mensal

Investimentos - Gasto muito inferior ao valor mensal

Prestação de serviços médicos - |Gasto inferior ao valor mensal

EM BRANCO



Secretaria de  
**Saúde**



**MOGI MIRIM**  
MUNICÍPIO DE PESSOAS

Diante do exposto solicitamos as seguintes providências:

- 1) Identificar e justificar o motivo das transferências citadas acima do item 1.
- 2) Providenciar abertura junto ao banco do Brasil de uma conta de aplicação financeira vinculada a conta-corrente, para que todo saldo disponível em conta-corrente seja aplicado, do item 2.
- 3) Justificar o gasto inferior do valor da proposta financeira do contrato referente a cada rubrica, demonstrado no contrato de gestão NR. 164/2023, conforme item 3.

Clara Alice Franco de Almeida Carvalho

EM FRANCO

Mogi Mirim, 17 de Janeiro 2024

Às Senhoras e Senhores Membros do Conselho Municipal de Saúde Mogi Mirim

Gostaria de registrar aqui a minha queixa, em relação ao atendimento do CAPS Mogi Mirim, meu filho Dement. Meu filho, é diagnosticado com esquizofrenia e frequenta o CAPS, já fazemos 19 anos.

Durante todo esse período, nunca foi tão preocupante deixar meu filho com os atuais profissionais. Com uma doença crônica que é a diabetes, entre outras questões que ele tem, meu filho vem chegando em casa todos os dias com fome e desidratado por não beber água, que a merenda não está mais servindo a café da tarde, ou no menos um fruta antes de acabar o dia. Ele sempre faz todas as refeições no CAPS pois passa a maior parte do dia lá e precisa ser bem alimentado.

Eu gostaria de um posicionamento do Conselho, referente a essa situação, gostaria de entender se a estrutura vai ser a mesma de sempre, e por que não foi comunicada sobre uma mudança que está impactando diretamente na vida do meu filho e demais pacientes.

Atenciosamente, Elisabeth Paulina

EM FRANCO



**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

Proc. Adm. Nº 66/23

Folha Nº 234



**Deliberação nº 21/2023**

O Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, Órgão Máximo de Deliberação do SUS, no uso de suas atribuições legais, em atenção a lei municipal nº 5.531, de 27 de fevereiro de 2.014, em Reunião Extraordinária realizada dia 14/03/2023, deliberou por aprovar a Prestação de Contas referente ao 3º Quadrimestre de 2022 – Secretaria de Saúde.

Mogi Mirim, 14 de Março de 2.023.

  
João Olegário de Siqueira

Presidente

Recebemos,

15-20-23

*Coleman*

FM BRANCO



**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

Proc. Adm. Nº 66/23

Folha Nº 235



Deliberação nº 23/2023

O Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, Órgão Máximo de Deliberação do SUS, no uso de suas atribuições legais, em atenção a lei municipal nº 5.531, de 27 de fevereiro de 2.014, em Reunião Extraordinária realizada dia 13/06/2023, deliberou por **aprovar** a Prestação de Contas referente ao 1º Quadrimestre de 2023 – Secretaria Municipal de Saúde.

Mogi Mirim, 13 de Junho de 2.023.

  
João Olegário de Siqueira  
Presidente

EM BRANCO



**CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM**

Rua: Marciliano, 610 - Centro Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 236



**Deliberação nº 25/2023**

O Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, Órgão Máximo de Deliberação do SUS, no uso de suas atribuições legais, em atenção a lei municipal nº 5.531, de 27 de fevereiro de 2.014, em Reunião Ordinária realizada dia 17/10/2023, deliberou por **aprovar** a Prestação de Contas referente ao 2º Quadrimestre de 2023 – Secretaria Municipal de Saúde.

Mogi Mirim, 17 de Outubro de 2.023.

  
João Olegário de Siqueira  
Presidente

EM BRANCO

### Deliberação nº 25/2024

O Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, Órgão Máximo de Deliberação do SUS, no uso de suas atribuições legais, em atenção a lei municipal nº 5.531, de 27 de fevereiro de 2.014, em Reunião Ordinária realizada dia 19/02/2024, deliberou por aprovar a Prestação de Contas referente ao 3º Quadrimestre de 2.023.

Mogi Mirim, 19 de Fevereiro de 2.024.

João Pedro Ricaldes dos Santos  
Presidente

EM BRANCO



## CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE MOGI MIRIM

Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 275 Nova Mogi

Mogi Mirim - SP Fone: (19) 3862.2935

E-mail: comsaudemogimirim@gmail.com

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 238



### Deliberação 029/2024

O Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim, Órgão Máximo de Deliberação do SUS, no uso de suas atribuições legais, em atenção a lei municipal nº 5.531, de 27 de fevereiro de 2.014, em Reunião Ordinária, realizada na presente data, 30/07/2024, deliberou por aprovar com ressalvas a Prestação de Contas referente ao 1º Quadrimestre de 2.024, da Secretaria de Saúde.

Mogi Mirim, 30 de Julho de 2.024.

João Pedro Ricaldes dos Santos

Presidente

EM BRANCO



## CÂMARA DE VEREADORES DE MOGI MIRIM

Mogi Mirim-SP, 19 de agosto de 2024.

Ofício nº. 13/2024

Exmo. Sr.

**ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**

**MOGI MIRIM/SP**

Em atenção ao Ofício n.º 10/2024, recebido em 19 de agosto de 2024, encaminho cópia da 3ª reunião da CPI ocorrida em 15 de agosto, conforme solicitado.

Nesta oportunidade, defiro a solicitação para que as próximas reuniões já tenham respectiva gravação formalizada, sendo que o DVD será entregue ao Secretário da Comissão, Vereador Marcos Paulo Cegatti.

Sendo o que cumpria a informar, reitero meus préstimos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**DIRCEU DA SILVA**  
**PAULINO:26557520**  
**822**

Assinado de forma digital por  
DIRCEU DA SILVA  
PAULINO:26557520822  
Dados: 2024.08.19 15:11:25 -03'00'

**Dirceu da Silva Paulo**  
**Presidente da Câmara**

EM BRANCO



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Mogi Mirim/SP - CEP 13800-050

E-mail: [secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br) - Fone: (19) 3814-1200

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 240

FRANCO

Proc. Adm. Nº 66.124  
Folha Nº 243

**AVISO DE RECEBIMENTO**

Proc. Adm. Nº 66.124  
Folha Nº 243

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE  
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

ENDEREÇO / ADRESSE  
RD EDISSA PACHÊCO CARVALHO DA CAMPOLIM

CEP / CODE POSTAL      CIDADE / LOCALITÉ      UF      PAIS / PAYS  
18047-631      SOROCABA      SP      BRASIL

NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVOI

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE       EMS       SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

SIGNATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR  
Francine Juncelo

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRACION  
13/8/24

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISÍBLE DU RÉCEPTEUR

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR  
10473455

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT  
Waldin 8920055

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

5240203-0      FC0463 / 16      114 x 188 mm

EM BRANCO

DO: NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO RR. Nº. 045/2024

PARA: EXMO. SR.  
VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES  
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
MOGI MIRIM /SP

Nº. ORDEM	ASSUNTO
001	Estamos encaminhando: ➤ <u>OFÍCIO nº. 045/2024-CCPMIS</u> ; resposta ao Ofício nº 07/2024 – CPI – Proc. Adm. nº 66/2024.

Em, 21/08/2024

RECEBI EM 22/08/2024

*Rosangela A. Ferreira*  
Diretor I - NAA

*[Assinatura]*  
Nome legível ou carimbo

EM BRUNCO

São João da Boa Vista, 21 de agosto de 2024.

**OFÍCIO Nº 045/2024-CCPMIS**

**Excelentíssimo Senhor Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães**  
**Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (Proc. Adm.66/2024)**  
**Mogi Mirim – SP.**

Com nossos cordiais cumprimentos a Vossa Senhoria, em resposta a solicitação do ofício nº 07/2024 – CPI – Proc. Adm. nº 66/2024, requisitando cópia de todos os convênios e relatórios de repasses (recursos SUS) à Irmandade da Santa Casa de Mogi Mirim, de novembro de 2022 em diante, cumpre-nos informar, que a referida entidade está sob a gestão do Município de Mogi Mirim, responsável pela formalização, guarda e emissão dos relatórios de repasses dos recursos vinculados ao Convênio de Assistência ao SUS.

No ensejo, apresento nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



**Gilda Maritano**  
Diretor Técnico de Saúde II – CCPMIS  
DRS XIV – São João da Boa Vista

**Visto:**



**Patrícia Maria Magalhães T. Nogueira Mollo**  
Diretor Técnico de Saúde III  
DRSXIV-São João da Boa Vista

EM BRANCO

Proc. Adm. Nº 66/24

Folha Nº 244

0

**AVISO DE RECEBIMENTO**

Proc. Adm. Nº 66/24  
Folha Nº 244

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE  
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE

ENDEREÇO / ADRESSE  
R. BENJAMIN CONSTANT 221 CETRO

CEP / CODE POSTAL: 13870-220  
CIDADE / LOCALITÉ: SÃO JOÃO DA BOA VISTA  
UF: BOA  
PAÍS / PAYS: BRASIL

NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVOI  
 PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE  EMS  SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR  
FABIANA POVEDA

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION  
9/8/24

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR  
Fabiana Poveda

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR: 215863136  
RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT  
Joceli Poveda

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Stamp: CDD SÃO JOÃO DA BOA VISTA 09 AGO 2024

FM BRANCO